

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**Entre Urnas e Armas: A Competitividade do Poder Executivo  
e as Guerras Civis, 1976-2000**

DANILO ALVES MENDES FREIRE

São Paulo

2011

DANILO ALVES MENDES FREIRE

**Entre Urnas e Armas: A Competitividade do Poder Executivo  
e as Guerras Civis, 1976-2000**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Danilo Alves Mendes Freire

Entre Urnas e Armas: A Competitividade do Executivo e as Guerras Civas, 1976-2000.

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

### **Banca Examinadora**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Para meus avós*

## AGRADECIMENTOS

A meu orientador, João Paulo Cândia Veiga, que nos últimos dois anos acompanhou-me com paciência e simpatia, sempre pronto a solucionar os muitos questionamentos e dúvidas deste pesquisador iniciante. Muito obrigado pela confiança e pela generosidade.

Ao Prof. Artur Zimmerman, a quem devo a sugestão do tópico de pesquisa desta dissertação e cujo trabalho pioneiro sobre guerras civis diversas vezes serviu-me de guia. Agradeço-lhe também por seus comentários, sempre instrutivos, que certamente melhoraram a qualidade deste texto.

Ao Prof. Rafael Villa, por ter me incentivado a perseguir o tema das guerras civis e pelo muito que me ensinou com suas aulas e com suas argutas observações.

Aos professores Eunice Ostrensky, Patrício Tierno e Peter Demant, por terem dado inúmeras sugestões teóricas e metodológicas úteis a esta pesquisa.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, sobretudo à Maria Raimunda (Rai), Márcia e Vasne, por sua atenção e boa vontade.

À CAPES, pelo financiamento do projeto.

Aos membros do Instituto Friedrich Naumann Para a Liberdade, por terem me convidado para duas temporadas na Alemanha nas quais pude conviver não apenas com professores altamente gabaritados, mas também com jovens intelectuais de diversas partes do mundo. Meus sinceros agradecimentos à equipe do Instituto Naumann no Brasil, Rainer Erkens, Beate Bunse, Monica Lehmann, Cidália Achten e Almir Ribeiro, e na Alemanha, Birgit Lamm, Verena Gierszewski, Denise Kopmann, Wulf Pabst, Gulmina Bilal e Stefan Melnik. Devo a eles boa parte de meu amadurecimento pessoal e profissional.

Aos muitos colegas que estiveram ao meu lado durante o período do mestrado, sempre dispostos a adentrar em longos debates que, sem qualquer dúvida, foram de enorme importância para o resultado final desta empreitada. Dentre eles, merecem um agradecimento especial Umberto Mignozzetti, pela inestimável ajuda com as análises estatísticas, Tiago Peterlevitz, pelas informações a respeito dos regimes políticos e pela revisão atenta dos originais, e Guilherme Kerr, por ter discutido com interesse vários de meus argumentos,

colaborando substancialmente para aprimorá-los. Também não posso deixar de agradecer a Leôncio Junior pelas conversas e a Maurício Pantaleão por seu companheirismo.

A Sabine, por ser uma pessoa encantadora.

À minha mãe, Rosali, por seu apoio incondicional. Sem ela eu jamais teria chegado até aqui. Muito obrigado por tudo.

A meus avós maternos, Jorge e Maria, pelo carinho que sempre tiveram por mim e pelo notável sacrifício pessoal que fizeram em prol de nossa família. Meu avô, que tanto comemorou minha entrada na pós-graduação, infelizmente não está presente para celebrar minha despedida. No entanto, trago sempre comigo a lembrança de uma conversa que tivemos quando de minha matrícula no curso, na qual ele me revelara, já com mais de noventa anos, que ele e minha avó nunca haviam conhecido o Rio de Janeiro. Perguntei-lhe o porquê de nunca terem visitado aquela cidade, que tinham em alta estima, e meu avô respondeu-me, estoicamente, que preferiram investir o pouco que tinha na educação de sua filha, pois sentiam que era esse o seu dever; ao verem-me, então, como pós-graduando de uma respeitada universidade brasileira, acreditava que fizeram a escolha correta. Chegar até aqui, disse ele, fez tudo valer a pena. Espero que, ao menos algum dia, eu me torne merecedor do exemplo de dignidade dado por meus avós. A eles dedico, humildemente, este trabalho.

*It is often said that guerrilla warfare is primitive. This generalization is dangerously misleading and true only in the technological sense. If one considers the picture as a whole, a paradox is immediately apparent, and the primitive form is understood to be in fact more sophisticated than nuclear war or atomic war or war as it was waged by conventional armies, navies, and air forces. Guerrilla war is not dependent for success on the efficient operation of complex mechanical devices, highly organized logistical systems, or the accuracy of electronic computers. It can be conducted in any terrain, in any climate, in any weather; in swamps, in mountains, in farmed fields. Its basic element is man, and man is more complex than any of his machines.*

Samuel B. Griffith, *Introduction to Mao Tse-Tung's 'On Guerrilla Warfare'*, p. 7.



FREIRE, Danilo. *Entre Urnas e Armas: A Competição do Poder Executivo e as Guerras Civas, 1976-2000*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

## RESUMO

A guerra civil é a forma de violência coletiva mais importante de nossa época. Embora pesquisas recentes tenham apontado alguns elementos como determinantes das guerras civis, a influência dos fatores políticos nos conflitos internos ainda é controversa. O presente estudo analisa, por meio de regressão estatística, a relação entre a competitividade do poder executivo e a incidência de guerras civis de 1976 a 2000. Os achados indicam que tanto eleições com candidatos únicos como votações multipartidárias reduzem a incidência de guerras civis. Ademais, os resultados dão apoio às hipóteses levantadas pela literatura recente de que terreno montanhoso, grande população, sistema políticos centralizados e a existência de conflitos anteriores aumentam significativamente o risco de incidência de guerras civis.

Palavras-chave: guerras civis, poder executivo, regimes políticos, eleições

FREIRE, Danilo. *Between Ballot Boxes and Guns: Competitiveness of Executive Branch and Civil Wars, 1976-2000*. Dissertation (Master's Degree). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

## **ABSTRACT**

Civil War is the most important form of collective violence of our time. Although recent research has yielded some determining elements to civil war, the influence of political factors on internal conflicts remains disputed. This study analyzes, by means of statistics regression, the correlation between the competitiveness in the Executive Branch and the incidence of civil war from 1976 to 2000. The findings indicate that both single-candidate and multi-party elections reduce the incidence of civil war. Furthermore, the results lend support to the hypotheses put forward by recent literature that mountainous terrain, large population, centralized political system, and the existence of former conflicts significantly heighten the risk of incidence of civil war.

Keywords: civil wars, executive branch, political regimes, elections

FREIRE, Danilo. *Zwischen Urnen und Waffen: Im Wettstreit zwischen Exekutive und Bürgerkrieg, 1976-2000*. Dissertation (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

## **ZUSAMMENFASSUNG**

Bürgerkriege sind die in unserer Zeit vorherrschende Form kollektiver Gewalt. Neuere Studien zum Thema haben zwar einige Faktoren als grundlegend für Bürgerkriege aufgezeigt, über den Einfluss der Politik auf innere Konflikte wird aber nach wie vor diskutiert. Die vorgelegte Untersuchung zeigt mit Hilfe der Regressionsanalyse das Verhältnis zwischen dem Funktionieren der Exekutive und dem Vorkommen von Bürgerkriegen im Zeitraum von 1976 bis 2000. Es zeigt sich, dass sowohl Wahlen mit Einzelkandidaten als auch Mehrparteienwahlen das Risiko für den Ausbruch eines Bürgerkrieges verringern. Außerdem werden die in der jüngeren Literatur vertretenen Hypothesen gestützt, dass folgende Faktoren das Risiko für einen Bürgerkrieg signifikant erhöhen: gebirgige Landschaft, Bevölkerungsreichtum, politischer Zentralismus sowie die Existenz früherer innerer Konflikte.

Schlüsselwörter: Bürgerkrieg, Exekutive, Regierungsformen, Wahlen

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
Capítulo 1 – Conceituando as Guerras Civis .....	5
1.1 – O Conceito de Guerra Civil .....	6
1.2 – As Razões da Insurgência .....	18
1.2.1 – A Visão dos Clássicos .....	20
1.2.2 – A Visão dos Contemporâneos .....	36
Capítulo 2 – Uma Revisão das Análises Quantitativas .....	51
2.1 – As Variáveis Demográficas .....	53
2.2 – As Variáveis Geográficas .....	60
2.3 – As Variáveis Econômicas .....	66
2.4 – As Variáveis Históricas .....	73
2.5 – As Variáveis Políticas .....	78
Capítulo 3 – Os Regimes Políticos e as Guerras Civis .....	85
3.1 – As Primeiras Classificações .....	86
3.2 – As Classificações Quantitativas .....	105
3.2.1 – Polity IV .....	107
3.2.2 – Freedom in the World .....	113
3.2.3 – Polyarchy Dataset .....	118
3.2.4 – Scalar Index of Polities .....	121
3.2.5 – Database of Political Institutions .....	122
3.3 – Variáveis Desagregadas: Uma Ferramenta Útil .....	126

Capítulo 4 – Análise Estatística .....	131
Conclusão .....	147
Referências Bibliográficas .....	150

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 3.1 – Liberalização, Inclusividade e Democratização .....	102
Figura 4.1 – A Função Logística .....	139
Gráfico 1.1 – Incidência dos Conflitos Cíveis .....	15
Gráfico 1.2 – Tipos de Conflito .....	16
Gráfico 2.1 – Risco Relativo de Guerra Cível como uma Função de Democracia e Tempo desde a Mudança mais recente do Regime, 1816-1992 .....	82
Tabela 1.1 – Tipologia de Violência Coletiva .....	10
Tabela 3.1 - As Formas de Governo em Aristóteles .....	92
Tabela 3.2 – Regras de Codificação do Polity IV .....	109
Tabela 3.3 – Regras de Codificação do Freedom in the World .....	115
Tabela 3.4 – Regras de Codificação do Polyarchy Dataset .....	118
Tabela 3.5 – Índice de Competitividade do Legislativo (LEIC) .....	124
Tabela 4.1 – Estatística Descrita .....	134
Tabela 4.2 – Matriz de Correlação .....	135
Tabela 4.3 – Regressão Logística: Incidência de Guerras Cíveis e P_Xrcomp .....	141
Tabela 4.4 – Regressão Logística: Incidência de Guerras Cíveis e Dpi_Eipc .....	142
Tabela 4.4 – Regressão Logística: Incidência de Guerras Cíveis e Van_Comp .....	143

## INTRODUÇÃO

*The most persistent sound which reverberates through men's history is the beating of war drums.*

Arthur Koestler, *Janus: A Summing Up*, p. 2.

A guerra civil<sup>1</sup> é a forma de conflito coletivo mais importante de nossa época. Uma breve análise do período posterior à Segunda Guerra Mundial indica que, se comparadas às disputas militares entre estados soberanos, as guerras civis contemporâneas são assustadoramente freqüentes e violentas. Entre 1945 e 2004, a humanidade passou por 25 guerras internacionais, com cerca de 3,3 milhões de vítimas; as guerras civis, em contrapartida, eclodiram 140 vezes neste mesmo período (Sambanis, 2004a, p. 259), atingindo aproximadamente 40% de todos os países com população superior a meio milhão de habitantes (Fearon, 2005a, p. 1), e deixando ao menos 20 milhões de mortos e 67 milhões de refugiados (Collier & Sambanis, 2005, p. xiii). Estas estimativas, no entanto, não levam em consideração o número de vítimas *indiretas* das guerras civis, já que em um cenário de elevada violência interna é bastante comum o aparecimento de epidemias (Salama et al., 2004), crises de fome (De Soysa & Gleditsch, 1999), bolsões de miséria (Stewart, Huang & Wang, 2001), e sérias falhas nos serviços de saúde pública (Ghobarah, Huth & Russett, 2004). Se fossem incluídas no cálculo todas as pessoas atingidas por tais calamidades, certamente as estatísticas seriam ainda mais impressionantes<sup>2</sup>.

As guerras civis também são dolorosamente longas. Enquanto os confrontos internacionais tendem a durar por cerca de 11 meses, as guerras internas prolongam-se em média por sete anos (Collier, Hoeffler & Söderbom, 2004, p. 253; Fearon, 2004, p. 280) e,

---

<sup>1</sup> Utiliza-se neste trabalho, os termos “guerra civil”, “guerra doméstica”, “guerra interna”, “conflito civil” e “conflito doméstico” como sinônimos, exceto quando explicitamente indicado em contrário.

<sup>2</sup> Quantificar o número de vítimas indiretas das guerras civis é tarefa extremamente árdua. Não apenas a obtenção de dados confiáveis em regiões com extrema violência é muito difícil como também não existe um único método estatístico para realizar tais estimativas, fazendo com que os números apresentados pelos pesquisadores variem significativamente. Um exemplo: os dados de Lacina e Gleditsch (2005) sugerem cerca de 137 mil mortes indiretas de conflitos entre 1985 e 1999, enquanto os de Obermeyer, Murray e Gakidou (2008), por sua vez, afirmam que este total poderia facilmente chegar a 378 mil. Para uma discussão sobre o assunto, ver os artigos de Murray et al. (2002), Spagat et al. (2009) e Roberts (2010).

infelizmente, não são raros os conflitos domésticos que, com maior ou menor intensidade se arrastam por décadas a fio, como os ocorridos em Angola (1975-2002), no Sudão (1983-2005) ou na Somália (1991-presente). Além disso, a possibilidade de reincidência de uma guerra civil é bastante elevada, não apenas pelas óbvias dificuldades para se estabelecer garantias de segurança para grupos antagônicos que compartilham um mesmo território (Licklider, 1995), mas também pelo fato que as guerras civis podem facilmente gerar aquilo que os especialistas chamam de *conflict trap*: um primeiro levante armado cria graves problemas políticos, econômicos e sociais em um país, os quais servem de motivo para novas revoltas, formando assim um círculo vicioso de violência (Collier et al., 2003). Como resume Stathis Kalyvas (2006, p. 35), “*as guerras civis possuem efeitos duradouros, [...] elas são conhecidas por serem um passado que não vai embora, ce passé qui ne passe pas*”<sup>3</sup>.

Os fatores políticos, com efeito, são freqüentemente apontados como fatores extremamente relevantes para o entendimento das guerras civis. Esta constatação certamente não é nova: Aristóteles já elencava as disputas eleitorais como uma possível fonte de conflitos violentos, tal como ocorrido em Heraia<sup>4</sup> (*Política*, V, 1303a), e a defesa intransigente da forma monárquica por Thomas Hobbes, autor cuja obra política foi sabidamente motivada por suas experiências com a guerra civil inglesa (Kraynak, 1982; Abosch, 2009), se dá, entre outras razões, pela idéia que uma assembléia, pelo fato de ser um corpo coletivo, pode mais facilmente entrar em discórdia e gerar uma luta doméstica (Hobbes, 1839 [1651], p. 175). Recentemente, vários estudos indicam, por exemplo, que mudanças abruptas no regime político (Hegre et al., 2001), repressão governamental (Zimmerman & Alves, 2007), ou forte centralismo administrativo (Lake & Rothchild, 2005) podem, por exemplo, tornar um país mais suscetível a um conflito interno, e Reynal-Querol (2005) afirma que há uma forte correlação entre inclusividade e redução de guerras civis, indicando que regimes pluralistas, sobretudo os que adotam sistemas proporcionais, são menos propensos a rebeliões e insurgências.

A relação entre os regimes políticos e as guerras civis, no entanto, mostram-se controversas. Embora boa parte da bibliografia quantitativa confirme a existência de uma relação curvilínea entre contestação política e conflitos internos, nas quais os dois extremos do espectro político possuem baixa incidência de guerras civis e há uma concentração de

---

<sup>3</sup> Em francês e em destaque no original.

<sup>4</sup> Heraia (Hραία) era uma antiga cidade situada na Arcádia, na região do Peloponeso.



rebeliões em regimes híbridos (Muller & Weede, 1990; Ellingsen & Gleditsch, 1997; Hegre et al., 2001; Fearon & Laitin, 2003), este argumento ainda não é unânime na literatura. Por um lado, resultados distintos foram encontrados em outros trabalhos (Collier & Hoeffler, 2004) e, por outro, não são poucos os autores que levantaram sérios questionamentos a respeito das regras de codificação dos índices utilizados em tais análises (Strand, 2007; Vreeland, 2008; Cheibub, Gandhi & Vreeland, 2010). Nesse sentido, o uso de uma variável mais específica pode iluminar pontos ainda obscuros neste debate: apesar de perder-se um pouco da validade externa oferecida pelos indicadores agregados de democracia, os quais abarcam vários aspectos das instituições públicas, certamente os resultados ganham em consistência e validade interna caso fossem analisados elementos políticos mais pontuais. Entretanto, qual deles deveria ser investigado?

Com efeito, seguir-se-á a sugestão de Sabine Carey (2007), e será analisada, nesta dissertação, a relação entre a *competitividade do poder executivo* e as guerras civis. De acordo com a autora, há três vantagens ao se estudar esta variável: em primeiro lugar, uma avaliação focada no poder executivo forneceria resultados significativamente mais precisos do que os obtidos com os amplos conceitos de democracia, regimes híbridos e autocracias, os quais possuem definições bastante distintas e contestadas; em segundo lugar, o executivo é, sobretudo nos países em desenvolvimento, o poder mais influente nas decisões do Estado, e analisar seu comportamento é crucial para entendermos a estrutura política dessas nações; e, por fim, como os regimes híbridos possuem tanto características democráticas quanto autocráticas, estudar um aspecto político específico pode nos ajudar a reduzir a ambigüidade dessa tipologia e elucidar aspectos ainda negligenciados na literatura de guerras civis. O trabalho de Carey (2007), contudo, também possui suas limitações: seu escopo é restrito aos países da África Subsaariana e sua variável dependente não é limitada às guerras civis *per se*, pois ela inclui também conflitos de menor intensidade. Assim, analisar os efeitos da competitividade do executivo na incidência de guerras em termos globais é uma tarefa ainda por fazer.

O presente estudo pretende preencher esta lacuna. Os objetivos desta dissertação são: (i) introduzir os conceitos fundamentais das teorias de conflitos civis e trazer uma breve discussão a respeito dos motivos que levam os grupos insurgentes a lutar; (ii) apresentar uma revisão bibliográfica atualizada sobre a literatura quantitativa de guerras civis, com ênfase na importância das instituições políticas para o início do conflito; (iii) avaliar, criticamente, os

argumentos teóricos e os bancos de dados utilizados para diferenciar os regimes políticos, com ênfase na discussão a respeito dos regimes híbridos<sup>5</sup> e nas bases de dados hoje mais utilizadas pelos estudos de política comparada (*Polity IV*, *Freedom in the World*, *Polyarchy Dataset*, *Scalar Index of Politics* e *Database of Political Institutions*) e, por fim, (iv) analisar, por meio de regressão estatística, a relação entre a competitividade na seleção do poder executivo e a incidência das guerras civis durante o período de 1976 a 2000. A cada um dos objetivos será dedicado um capítulo desta pesquisa.

Dessa forma, o presente trabalho justifica-se pela existência de uma importante controvérsia na literatura sobre conflitos internos, o que abre um espaço para novas investigações e, também, pela falta de estudos sobre guerras civis no Brasil. Pretende-se aqui contribuir, ainda que timidamente, para este debate.

---

<sup>5</sup> Embora tais regimes sejam também conhecidos como “anocracias”, evita-se aqui o uso desta denominação. Em sua origem (do grego, *άνω*, “acima” e *κράτος*, “estado”), este termo implica a ausência de lei, ou ausência de governo, o que certamente é pouco compatível com a realidade das modernas anocracias (Bennett, 2006, p. 315).

# CAPÍTULO 1

## CONCEITUANDO AS GUERRAS CIVIS

*Die Hölle selbst hat ihre Rechte?*<sup>1</sup>

Johann Wolfgang von Goethe, *Faust I*, verso 1413.

Os estudos sobre guerras civis têm crescido significativamente nos últimos anos (Sambanis, 2004b, p. 814). Pode-se identificar ao menos três causas, relativamente interligadas, que colaboraram para aumentar o interesse acadêmico por essa área de pesquisa (Kalyvas, 2007, p. 417). Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria trouxe o recrudescimento dos conflitos étnicos e religiosos, como exemplificados pelos violentos embates ocorridos na antiga União Soviética e na ex-Iugoslávia, o que despertou a atenção da sociedade mundial para os graves problemas humanitários causados pelas guerras internas (Lake & Rotchild, 1998, p. 3; Brown, 1996, p. 35). Em segundo lugar, a redução do número de conflitos travados entre estados soberanos retirou parte do objeto de estudo *par excellence* das Relações Internacionais, incentivando a migração de muitos destes pesquisadores para a área de guerras civis (Jackson, 2002, p. 39; Fox, 2004, p. 92; Stoll, 2010, p. 2). E, por fim, várias organizações internacionais – destacando-se, entre elas, o Banco Mundial – vêm financiando grupos de pesquisa cuja meta é entender como as guerras civis afetam negativamente o desenvolvimento econômico de determinados países (Collier et al., 2003).

Impulsionados por tais fatores, o campo de estudo das guerras civis está passando por uma crescente diversificação temática e por um contínuo refinamento de suas técnicas de mensuração empírica (Blattman & Miguel, 2010). A julgar pela qualidade de muitos destes novos trabalhos, não seria exagerado afirmar que as análises quantitativas de guerras civis estão rapidamente se consolidando como um dos ramos mais inovadores e prolíficos da Ciência Política contemporânea (Kalyvas, 2008, p. 397). Como atesta Bethany Lacina (2004), as guerras civis migraram, talvez definitivamente, “do plano secundário para o palco principal” de nossa disciplina.

---

<sup>1</sup> “Até o inferno tem suas regras?”

Contudo, a literatura a respeito das guerras internas não está livre de controvérsias. Ainda não há consenso, por exemplo, acerca de quais seriam as variáveis mais relevantes para explicar o início ou a duração de uma guerra civil (Sambanis, 2004b, p. 853-857; Gleditsch, 2007, p. 294; Zimmerman, 2008, p. 29). Também não há uma resposta única sobre quais métodos, técnicas de mensuração ou bancos de dados seriam os mais convenientes para analisar este problema. De certo modo, tais questionamentos refletem as dificuldades de um “programa de pesquisa embrionário” (Dixon, 2009, p. 731), onde até agora parece não ter emergido um paradigma conceitual de referência para os estudos presentes e futuros. A teoria das guerras civis, por assim dizer, ainda não encontrou seu Clausewitz.

Neste capítulo, será feita uma breve revisão dos conceitos fundamentais para o estudo das guerras civis, também tomando em consideração os problemas metodológicos presentes neste campo. De início, apresenta uma discussão sobre o objeto “guerra civil”, com vistas a ressaltar quais características tornam as guerras domésticas distintas de outros tipos de violência coletiva e quais são os meios mais adequados para mensurá-las. Posteriormente, serão debatidas as principais hipóteses sobre a motivação dos rebeldes, visando esclarecer, ao menos parcialmente, alguns dos mecanismos que impulsionam os insurgentes a lutar. Pretende-se aqui não apenas introduzir as posições defendidas pelos teóricos modernos, mas também expor alguns dos mais importantes argumentos dos autores clássicos, cujas interpretações dos conflitos civis certamente podem fornecer boas idéias aos pesquisadores contemporâneos.

## **1.1 – O Conceito de Guerra Civil**

Definir uma guerra civil é tarefa difícil. Ainda que, intuitivamente, imagina-se o que seja uma guerra civil – um embate violento entre grupos armados dentro de um país –, caracterizar este fenômeno com precisão, a fim de torná-lo útil para as pesquisas acadêmicas, exige considerável esforço intelectual. Um problema preliminar está no fato de que a própria designação “guerra civil” é objeto de disputa política. Por um lado, assim como os grupos terroristas se recusam a classificar suas próprias ações como atos de terror (Hoffman, 2006, p. 2), os movimentos insurgentes quase nunca admitem que estão promovendo uma guerra civil,

conscientes da carga pejorativa que este termo possui perante a sociedade<sup>2</sup>. Mao Tse-Tung, por exemplo, referia-se à sua campanha como uma “*guerra de libertação*” (Mao, 1947, p. 141), e os Tigres do Tamil afirmam que estão em uma “*luta contra a opressão*”<sup>3</sup> (Pathmanathan, 2002), não em guerra civil *strictu sensu*. Também os governos costumam negar a existência de uma guerra interna em suas fronteiras, receosos do impacto negativo que este fato causaria à sua legitimidade. Em um exemplo recente, vê-se que o governo de George Bush jamais aceitou a possibilidade de o Iraque ter atravessado uma guerra civil paralelamente à ocupação americana<sup>4</sup>, e embora James Fearon (2007, p. 2), conhecido especialista em conflitos internos, tenha afirmado que “*por qualquer padrão histórico, a guerra civil iraquiana começou*”<sup>5</sup>, a Casa Branca continuava a designar a situação como uma forma de “violência sectária” [*sectarian violence*], termo este bem menos impressionante, e ainda mais vago, do que “guerra civil” (Gold, 2006; Beehner, 2006). Na Colômbia a situação não é diferente. Apesar de seu governo enfrentar a oposição armada das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo* (FARC-EP) ao menos desde 1966 (Vélez, 2001, p. 155) e do fato incontestado de que aquele conflito já produziu vários milhares de mortos – caracterizando-o como uma guerra civil por todas as medidas adotadas pelos estudos quantitativos atuais (Restrepo, Spagat & Vargas, 2004, p. 3) – refuta-se vivamente a idéia de que o país esteja em meio a uma guerra doméstica. Na versão oficial, o estado colombiano está lutando contra o que o Vice-Ministro de Defesa Andrés Peñate Giraldo classificou de ‘uma organização basicamente de narcotraficantes’ (BBC Mundo, 2005). As FARC, assim, seriam um grupo criminoso, não um articulado movimento insurgente. Ao menos em público, vê-se que um governo só confirma a existência de uma guerra civil quando ela acontece no exterior. Em última instância, ela é sempre um problema alheio.

A academia também é ambígua ao definir as guerras civis. Muitos autores usam indiscriminadamente os termos “revolução”, “levante”, “violência política”, “conflito étnico”

<sup>2</sup> O conhecido aforismo “o terrorista de um é o libertador de outro” (“*one man’s terrorist is another man’s freedom fighter*”) pode facilmente ser transposto para o campo das guerras civis. A frase é atribuída a um embaixador britânico, Lord David Hannay, que a teria cunhado durante um painel das Nações Unidas em 2004 (Reynolds, 2005).

<sup>3</sup> Há controvérsias sobre o modo pelo qual os Tigres do Tamil devem ser classificados, se como um grupo terrorista ou como um grupo guerrilheiro. Veremos mais à frente a diferenciação entre essas duas formas de violência. Devemos lembrar, contudo, que ações terroristas podem acontecer *durante* guerras civis, o que resultaria não na exclusão, mas na sobreposição de ambas as categorias. Uma análise do fenômeno pode ser vista em Kalyvas (2004) e em Findley & Young (2010).

<sup>4</sup> O então presidente do Iraque, Jalal Talabani, também adotou a mesma postura e afirmou, categoricamente, que “*não há guerra civil no Iraque*” (MSNBC, 2006).

<sup>5</sup> Roland Paris, de modo similar, diz: “*Não conheço nenhuma definição acadêmica de guerra civil que não classificaria a situação atual do Iraque como uma*” (CBC News, 2006).

e “massacre”, e causam assim certa confusão semântica nos estudos sobre as guerras internas (Kalyvas, 2006, p. 16). Stathis Kalyvas, com o objetivo de dar maior clareza ao conceito, estabelece uma útil tipologia de violências internas. A partir de dois eixos, a *produção* e a *intenção da violência*, o autor classifica quatro ‘tipos ideais’ de conflitos internos, e aponta em termos relativamente claros a diferença entre eles (*idem*, p. 29). O primeiro de seus tipos é o *terror de estado*, no qual a violência é utilizada pelo aparato público de modo unilateral, com a finalidade de impor forte coerção sobre determinado grupo existente em seu território. O segundo tipo descrito pelo autor é o *genocídio*, também uma ação estatal unilateral, mas cuja meta é, estritamente, a *eliminação física* de certa coletividade. De acordo com a definição de Kalyvas, esta categoria inclui também os casos de “limpeza étnica” (*idem*, p. 30), tais como os cometidos pelo Império Otomano contra os armênios na província de Adana (1909) ou aqueles perpetrados pela Sérvia contra os bósnios muçulmanos em Srebrenica (1995). Já o terceiro tipo consiste no *extermínio recíproco*, definido pelo autor como

“um tipo de violência que emerge em contextos multilaterais, inter ou intraestatais, onde nenhum ator deseja governar a população que ataca; colocando de outra forma, os atores políticos possuem intenções assimétricas para exterminar a “base civil” dos outros. [...] Muitas vezes, este tipo de violência é associada às circunstâncias de colapso estatal” (*ibidem*).

A última das categorias descrita por Kalyvas é o objeto da presente dissertação, a *guerra civil*. Ela pode ser definida como uma forma de violência que contém ao menos dois atores distintos, sendo que ambos possuem “*monopólios da violência parciais ou sobrepostos*” em determinado território nacional (*idem*, p. 31). No entanto, é importante destacar que, em uma guerra civil, os grupos devem possuir um propósito eminentemente *político* e não puramente criminoso. Como bem ilustra Zimmerman (2008, p. 33), mesmo se o Primeiro Comando da Capital ou o Comando Vermelho fizessem um grande número de vítimas em seus ataques, ainda assim o Brasil não estaria em uma guerra civil, uma vez que estes grupos não visam desafiar a soberania nacional. Apenas se (ou quando) fossem incorporadas demandas visivelmente políticas às suas atitudes poder-se-ia considerar a existência de uma guerra civil no País.

Tabela 1.1 – Tipologia de Violência Coletiva

Produção da Violência	Intenção da violência: o ator político deseja governar a população-alvo	
	Sim	Não
<b>Unilateral</b>	Terror de estado	Genocídio e deportação em massa
<b>Bilateral/Multilateral</b>	Violência de guerra civil	Extermínio recíproco

Fonte: Kalyvas, 2006, p. 29.

Kalyvas apresenta também uma formulação mais detalhada do conceito de guerra civil, descrita por ele como “*um combate armado ocorrido dentro das fronteiras de uma entidade soberana reconhecida, entre partes sujeitas a uma autoridade comum no início das hostilidades*” (*idem*, p. 16). Esta definição possui dois pontos fortes: além de ser cética perante a motivação dos rebeldes, assumindo que grupos insurgentes possam ter distintos interesses coletivos, também não restringe a ocorrência do fenômeno da guerra civil apenas aos estados modernos, pois ao afirmar que os grupos devem apenas estar sujeitos a “entidades soberanas reconhecidas”, o autor expande o conceito para incluir também conflitos ocorridos em cidades-estado, impérios e demais unidades políticas pretéritas (*ibidem*). Com isso, as guerras civis perdem a enganosa aparência de anomalia contemporânea e ganham uma importante dimensão histórica.

A classificação sugerida por Kalyvas, todavia, também possui seus problemas. Sua definição, embora útil e consistente, considerada excessivamente minimalista (Rožič & Verovšek, 2008, p. 116) e acaba sendo de pouca utilidade para as análises estatísticas que pretende-se desenvolver neste trabalho, uma vez que ela não menciona qualquer número de base, um *threshold* mínimo a partir do qual um evento possa ser classificado, de modo relativamente consensual, como uma guerra civil. Levando o argumento ao extremo, na definição de Kalyvas, um combate armado entre duas partes que fizesse, por exemplo, dez vítimas poderia vir a ser colocado na mesma categoria de outro que dizimasse milhões de indivíduos. Com efeito, ao utilizá-la sem quaisquer qualificações, chegar-se-ia a resultados imprecisos acerca dos impactos sociais das guerras civis (Birnir, 2007, p. 1397).

Se o objetivo for, contudo, o de estabelecer alguma cifra de referência, por onde começar? Qual deveria ser o ponto inicial para quantificar as guerras civis? A medida mais utilizada neste “sombrio nicho acadêmico” (Collier, 2009, p. 4) é *o número de mortes diretamente relacionadas aos combates*. Um dos primeiros bancos de dados a contabilizar tais estatísticas foi o *Correlates of War* (COW), projeto iniciado em 1963 por J. David Singer na Universidade de Michigan (Vasquez, 1987, p. 109), que estabeleceu o número de 1000 mortos durante todo o conflito para que seja constatada a existência de uma guerra civil<sup>6</sup> (Sarkees & Schafer, 2000, p. 129). O COW foi amplamente utilizado pelos pesquisadores durante mais de três décadas e, ao que parece, serviu de padrão para muitas das bases quantitativas compiladas recentemente, embora estas também tenham suas peculiaridades (Strand & Gates, 2004, p. 3; Sambanis, 2004b, p. 814-815). Doyle e Sambanis (2000, p. 783), por exemplo, seguem o critério de 1000 mortes para o começo de uma guerra civil, mas exigem que elas tenham ocorrido em um mesmo ano. Collier e Hoeffler (2004, p. 565), apesar de trabalharem com a mesma quantidade de 1000 vítimas ao ano, definem que ao menos 5% delas devem ocorrer nas fileiras do governo e dos insurgentes para que seja configurada uma guerra civil<sup>7</sup>. Fearon e Laitin (2003, p. 76) também adotam o número de 1000 mortes para uma guerra civil – durante todo o conflito, não apenas no primeiro ano – e adicionam duas condições à sua definição: a guerra deve ter uma média anual de vítimas de ao menos 100 pessoas, e tanto o governo quanto os rebeldes devem ter sofrido ao menos 100 baixas.

Certos autores, entretanto, levantaram dúvidas a respeito da utilização da quantidade de mil mortos como um limite mínimo para se identificar uma guerra civil. O número, além de sabidamente arbitrário<sup>8</sup> (Tin, 1997, p. 8; Elbadawi & Sambanis, 2000, p. 248; Restrepo, Spagat & Vargas, 2004, p. 3), gera um viés de seleção em favor dos conflitos ocorridos em países mais populosos, pois neles é mais fácil de obter o quociente de vítimas necessário para que um conflito seja caracterizado como guerra civil. Para efeito de comparação, em um exemplo dado por Zimerman (2008, p. 31), nota-se quanto esse total significaria em países tão diferentes quanto o Liechtenstein e a China. Enquanto no pequeno reino europeu poder-se-ia

---

<sup>6</sup> Como descrito em Sarkees & Schafer (2000, p. 126-131), os critérios para categorizar uma guerra civil, de acordo com o *Correlates of War*, são hoje diferentes do que na época de criação do projeto. Antes, era necessário o número de 1000 mortes *a cada ano de determinada guerra civil* para que ela fosse contabilizada como tal (*idem*, p. 126). Hoje, é adotada a cifra de 1000 mortes durante *todo* o conflito, o que torna a última quantificação mais inclusiva do que a original.

<sup>7</sup> Os autores buscam, com isso, diferenciar uma guerra civil de um massacre político ou genocídio, na qual apenas um dos grupos sofre praticamente todas as casualidades.

<sup>8</sup> Weede e Muller (1998, p. 45) afirmam, com certa ironia, que não vêem motivo teórico algum para se adotar o mínimo de 1000 mortes e não 897, 1039, “ou qualquer número entre, digamos, 500 ou 1500”.



considerar que mil vítimas é um valor alto o suficiente para que fosse assinalada a existência de uma guerra civil (pois representa cerca de 3% da população daquele país), na China, em contrapartida, esse mesmo total equivaleria a somente 0,00007% de sua população, e é provável que, dadas as enormes proporções do país, talvez apenas uma onda de repressão policial ou um protesto político mais intenso, como visto em 1989, poderiam ser suficientes para que se atingissem as cifras de uma guerra civil (*ibidem*).

Uma base de dados que visa minimizar este problema é o *Armed Conflict Database* (ACD) (Gleditsch et al., 2002), criado por meio de um esforço conjunto entre o *Uppsala Conflict Database Project* (UCDP)<sup>9</sup> e o *Peace Research Institute Oslo* (PRIO)<sup>10</sup>. O ACD traz uma importante contribuição à análise dos confrontos internos, pois além de seguir o tradicional critério de definição de guerras civis, o número mínimo de mil vítimas diretas durante um ano, ele inclui também uma nova categoria, os *conflitos civis menores* (*minor armed conflict*), que são codificados a partir da marca de apenas 25 indivíduos mortos diretamente em combate (Gleditsch et al., 2002, p. 617). O total de 25 mortes ao ano, de acordo com os autores, foi escolhido por ser “[...] *alto o suficiente para a violência representar um evento politicamente significativo, embora o preciso impacto local e internacional [de tal violência] possa variar*” (*ibidem*).

Entretanto, o número proposto pelos autores também é arbitrário, e acaba por levantar outros questionamentos. Por exemplo, pode-se diferenciar o conflito civil do terrorismo caso fosse utilizado um quociente de 25 mortos? Essa questão, ao que parece, não recebeu a devida atenção pelos formuladores do ACD e, curiosamente, não tem sido analisada nem sobre o ponto de vista teórico. São poucos os acadêmicos que se prestaram a formular uma distinção rigorosa entre terrorismo e guerras civis. É certo que vários grupos envolvidos em uma guerra civil podem lançar mão de táticas terroristas durante distintas fases de um confronto armado (Kalyvas, 2004, p. 99); no entanto, o terrorismo possui certas características próprias, fazendo com que ele não se confunda com uma guerra civil. Um fator de distinção talvez seja o uso do território. Ao contrário das guerras internas, os atos terroristas não precisam necessariamente ocorrer dentro das fronteiras do país que tais organizações desejam influenciar: como mostram vários exemplos recentes<sup>11</sup>, o terrorismo pode ter como alvo uma população situada

---

<sup>9</sup> Mais informações sobre o programa podem ser obtidas em: <http://www.ucdp.uu.se/> Acesso em 03/09/2011.

<sup>10</sup> Ver: <http://www.prio.no> Acesso em 03/09/2011

<sup>11</sup> Menciona-se, entre outros, o seqüestro e assassinato de onze atletas israelenses durante as Olimpíadas de

em uma nação estrangeira e, dependendo do impacto midiático que o evento pode ter, a ação no exterior é o método favorito de algumas organizações<sup>12</sup> (Pape, 2003, p. 344; Hoffman, 2006, p. 62). O terrorismo praticado domesticamente, contudo, pode facilmente vir a ser confundido com uma guerra civil, o que remete à necessidade de buscar outras possíveis diferenças entre ambos. Sánchez-Cuenca e De La Calle (2009, p. 34-35) dão algumas sugestões nesse sentido: para os autores, em geral, as guerras civis possuem um número muito maior de vítimas do que o terrorismo (10.500 contra 40, na média), além dos insurgentes tenderem a controlar algumas porções territoriais de um estado e dependem crucialmente do apoio da população civil. Os grupos terroristas poderiam ser definidos por exclusão: são pequenos em número, operam geralmente na clandestinidade e não almejam o domínio permanente de qualquer território (*ibidem*).

Mesmo sendo uma tentativa válida de distinção analítica entre terroristas e guerrilheiros, Sánchez-Cuenca e De La Calle erram ao supor que é possível diferenciá-los somente pelo número de mortos, pelas táticas utilizadas pelos grupos (Findley & Young, 2010, p. 7) ou pelo apoio da população à causa dos rebeldes (Weinstein, 2007). Sambanis (2008, p. 175-185) confirma que é difícil separar, em termos meramente quantitativos, o terrorismo doméstico das primeiras ações de uma guerra civil – uma vez que os níveis de violência podem ser similares nesta situação – mas ele atesta que existem diferenças importantes entre os dois: o terrorismo possui uma organização mais flexível do que os exércitos rebeldes, talvez devido à própria natureza relativamente indiscriminada de sua violência; sua capacidade é muito menor do que a dos guerrilheiros; e, o que nos parece mais importante, o *propósito* da violência não é o mesmo nos dois casos, pois o terrorismo a utiliza de modo distinto dos grupos envolvidos em guerras civis (*idem*, p. 183). Segundo o autor,

“Tanto as guerras civis e quanto o terrorismo podem ser motivados pelo desejo de obter a independência nacional, depôr o governo, ou afetar certas políticas governamentais. Nesse sentido, tanto o terrorismo quanto a guerra civil podem ser diferenciadas da violência criminal. Mas o propósito da violência na guerra civil é diretamente ligado à realização destas metas políticas, enquanto o terrorismo é

---

Munique em 1972 pelo *Setembro Negro*, grupo engajado na libertação da Palestina; a explosão do avião da Pan American World Airways que iria de Londres a Nova York em 1988, provavelmente articulada pela Líbia; e, evidentemente, os ataques de 11 de setembro ao World Trade Center em Nova York, organizado pela *Al-Qaeda*.

<sup>12</sup> A cobertura midiática é de importância crucial para o sucesso de um ataque terrorista. Como a função dos grupos, em geral, não é o assassinato de civis *per se*, mas o inculcamento do medo na população como forma de fortalecer a posição de barganha da organização. Daí a tendência de *democracias*, pelo fato de terem imprensa mais livre e maior transparência dos órgãos públicos e privados, serem geralmente escolhidas para ataques terroristas internacionais (Pape, 2003; Li, 2005; Demant, 2007, p. 273-295).

*caracterizado pelo uso indireto da violência (a violência é utilizada para amedrontar o público). A violência durante a guerra civil não precisa instalar o medo, embora ela quase sempre tenha esse efeito. Se o terrorismo é uma estratégia de intimidação, então ele é um subtipo de estratégias violentas que podem ser usadas durante uma guerra civil”. (ibidem, grifo nosso).*

É importante ressaltar essa característica do terrorismo: sua violência é intrinsecamente *comunicativa*, uma espécie de “discurso extremo dos foras-da-lei” (Boyd & Vanslette, 2009, p. 337). Como afirma Joseph Tuman (2010, p. 32), “*um terrorista manda uma mensagem para o público-alvo [...] engajando-se em um ato de violência ou destruição. A mensagem não é a própria violência ou destruição; na verdade, ela está codificada dentro desta atividade*” (grifo do autor). Embora a distinção entre o propósito comunicativo ou instrumental da violência nem sempre seja evidente ao observador externo, esta talvez seja uma diferença importante entre o terrorismo e os conflitos civis.

O *UCDP/PRIO Armed Conflict Database* não contabiliza atos de terrorismo internacional, mas apresenta, no entanto, dados sobre conflitos que talvez fossem mais bem classificados como terrorismo doméstico caso os critérios acima apresentados fossem utilizados na codificação do banco de dados. Um exemplo é a atuação do *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) na Espanha que, em nosso juízo, faz uso da violência em caráter estritamente comunicativo, devendo ser classificado não como insurgente, mas como grupo terrorista. Entretanto, já que suas ações frequentemente fizeram mais de 25 mortos de uma só vez, os autores escolheram codificá-las como *conflitos civis* no ACD (Gleditsch et al., 2002, p. 617), tornando os atos terroristas desse grupo indiscerníveis de um conflito civil *strictu sensu*. É bastante provável que, no ACD, existam outros casos de terrorismo que também foram codificados como conflitos civis, e assim não corresponderiam ao objeto de estudo da presente pesquisa. Como não há condições de avaliar qualitativamente a origem e motivação de todos os conflitos assinalados por aquela base de dados, a fim de estabelecer com clareza se o incidente é um ato terrorista ou um conflito civil<sup>13</sup>, optou-se por utilizar, neste trabalho, apenas a definição mais restritiva de *guerra civil* oferecida por este banco de dados, com o quociente de 1000 mortos anuais. Sabe-se que, com essa escolha, é possível que esteja-se desconsiderando casos que tenham todas as características de uma guerra civil, mas que não

---

<sup>13</sup> Mesmo se nos aventurássemos a essa empreitada, ainda assim os resultados seriam abertos à discussão e certamente não seria possível estabelecer opiniões definitivas sobre todos os casos. Ademais, nada impede que um grupo originalmente engajado em ações terroristas evolua para um movimento rebelde, caso ele consiga reverter parte da assimetria de poder existente entre o grupo e o estado-alvo.

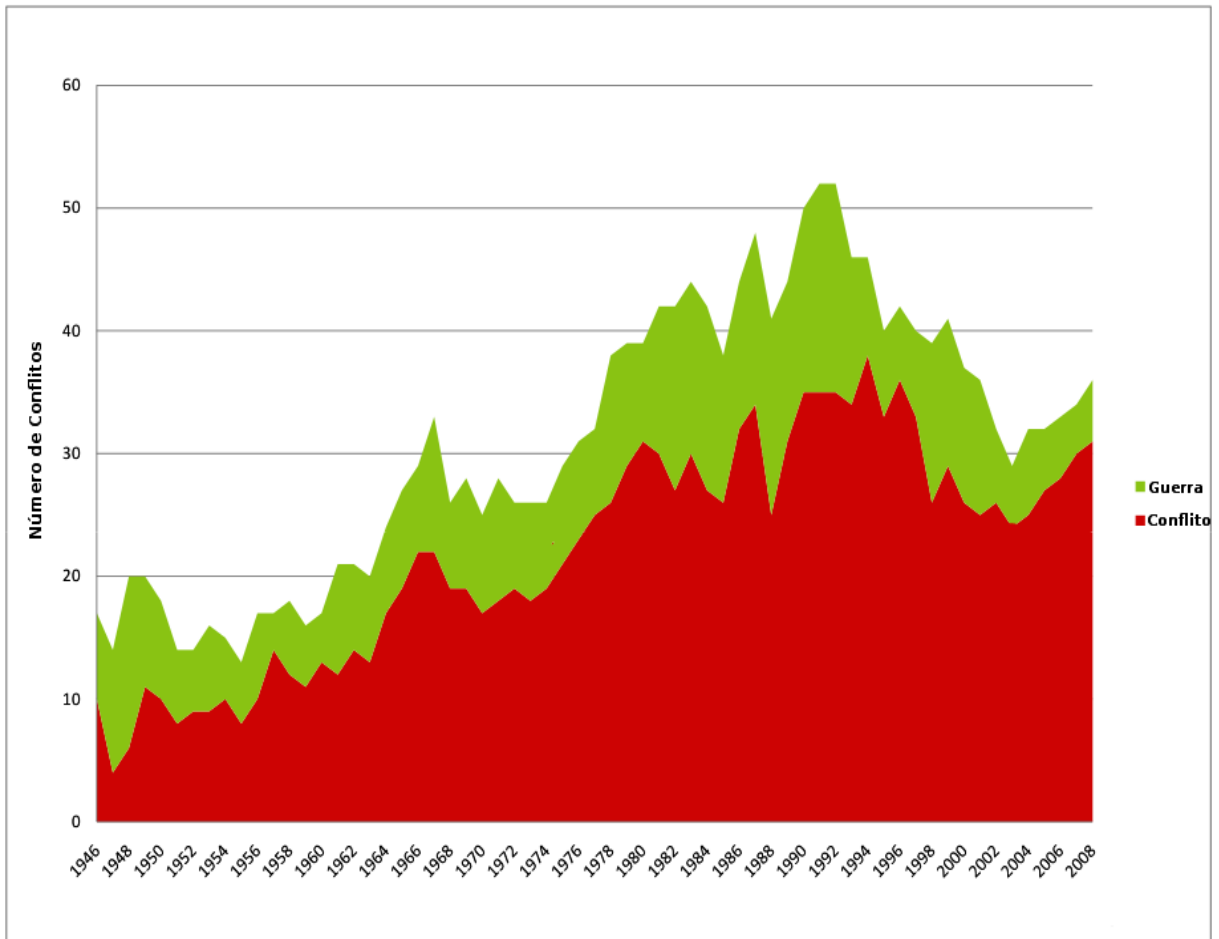
foram incluídos em nossa amostra apenas por terem um número menor de mortos, ou que, mesmo adotando uma medida mais alta, casos extremos de terrorismo – que fizeram milhares de vítimas – talvez possam estar presentes aqui. Também há o entendimento de que caso fossem incluídos os conflitos civis menores nas análises estatísticas chegar-se-ia, provavelmente, a resultados mais robustos, uma vez que mais casos seriam considerados na variável dependente. Contudo, a fim de manter maior coerência com as definições mais usuais de guerras civis e tornar nossos resultados comparáveis com boa parte da literatura, a preferência é por adotar o nível de 1000 mortos para classificar um conflito como guerra civil. Embora apenas adotar uma cifra mais elevada não seja a garantia de que um confronto seja inquestionavelmente uma guerra civil, talvez ela seja a única medida de diferenciação viável para ser utilizada neste trabalho.

Dessa forma, será feita uma mudança na definição de guerra civil do *Armed Conflict Database*. De acordo com o *Uppsala Conflict Data Program*, um conflito interno é caracterizado como “*uma incompatibilidade incontestada, referente a governo e/ou território, onde o uso da força entre duas partes, das quais ao menos uma é o governo de um estado, resulta em ao menos 25 mortes, diretamente relacionadas às batalhas, em um ano*”<sup>14</sup>. Aqui, considera-se apenas conflitos que possuem um número mínimo de 1000 mortes anuais.

---

<sup>14</sup> No original, “*a contested incompatibility that concerns government and/or territory where the use of armed force between two parties, of which at least one is the government of a state, results in at least 25 battle-related deaths in one calendar year*”. Disponível no seguinte endereço eletrônico: [http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/data\\_and\\_publications/definitions\\_all.htm](http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/data_and_publications/definitions_all.htm) Acesso em 24/08/2010.

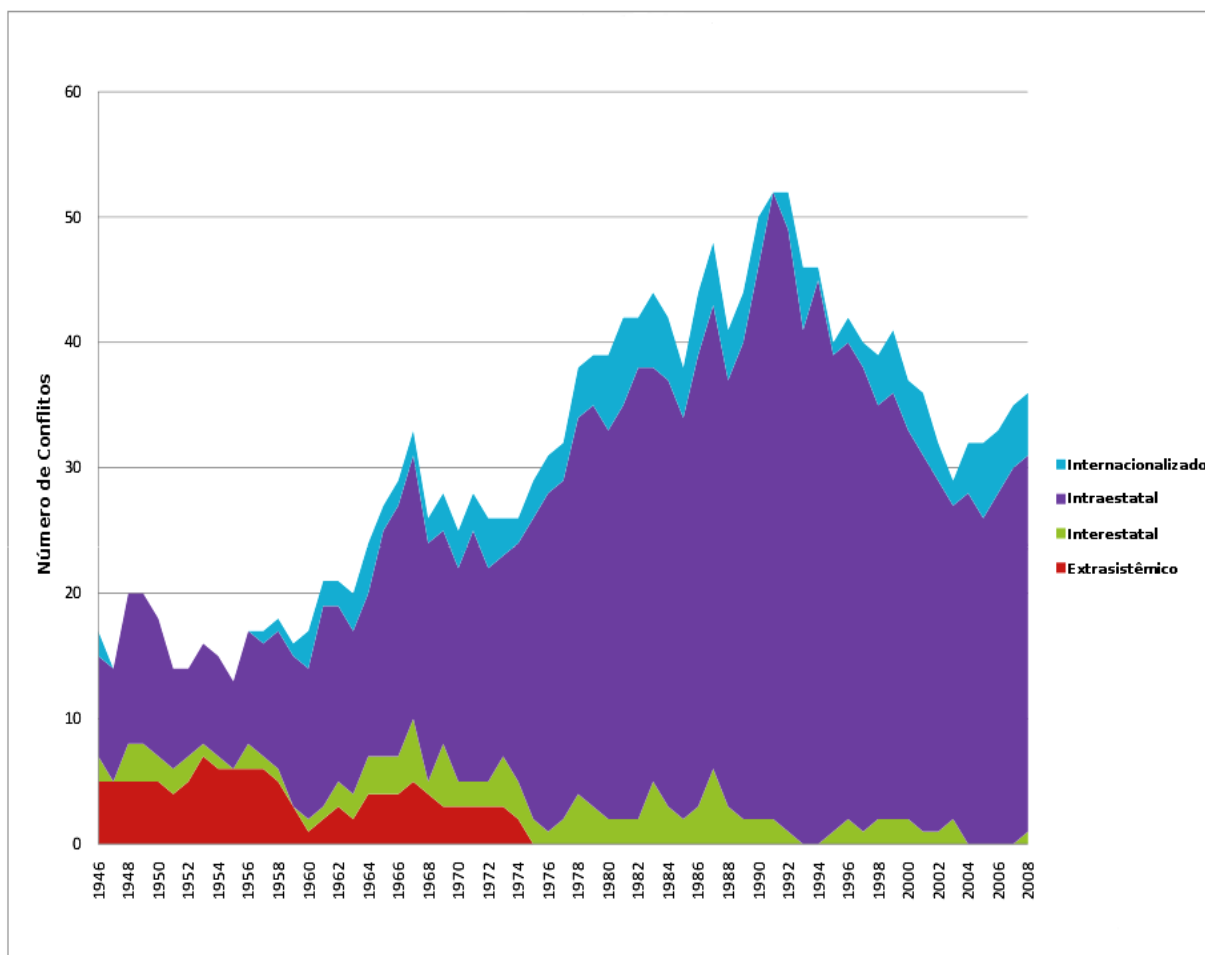
Gráfico 1.1 – Incidência dos Conflitos Civis



Fonte: UDCP/PRIO, 2009.

Além disso, é importante mencionar que, em sua codificação de conflitos, o ACD faz uma diferença entre *conflitos internos* e *conflitos internos internacionalizados*, na qual, nestes últimos, além do governo e de grupo(s) rebelde(s), há a presença de estados estrangeiros que intervêm nos embates. Neste trabalho, já que o fato de uma guerra ser ou não internacionalizada não está relacionado ao nosso objetivo principal – avaliar a relação entre a competitividade do poder executivo e a incidência de guerras civis – serão incluídas ambas as categorias nos modelos estatísticos desenvolvidos nesta pesquisa. Como corretamente escreve Zimerman (2008, p. 25): “[...] mesmo havendo a intervenção ou participação de outro país, a dinâmica da guerra ocorre dentro do país em questão, com a maioria dos participantes sendo seus cidadãos e guerreando entre si”. Assim, as duas serão aqui, indistintamente, tidas como “guerras civis”.

Gráfico 1.2 – Tipos de Conflito



Fonte: UDCP/PRIO, 2009.

Existem ainda outros problemas apresentados na classificação do ACD que, infelizmente, aparecem também em todas as demais bases de dados da área. Um ponto a ser mencionado, por exemplo, é o fato de que o ACD codifica apenas conflitos ocorridos entre o governo e um grupo civil, deixando de fora confrontos *entre facções civis dentro das fronteiras de um mesmo estado*. Embora o próprio *Uppsala Conflict Data Program* tenha uma compilação específica sobre “violência comunal” (*UCDP Non-State Conflict Dataset, 1989-2008*)<sup>15</sup>, ela não está integrada à base de dados principal do UCDP e sua extensão temporal ainda é limitada. Não há uma razão teórica clara para que os conflitos entre grupos da sociedade civil devam ser descartados *a priori* dos bancos de dados – não é plausível supor a existência de, por exemplo, dois movimentos independentes lutando entre si dentro de um estado? – mas como não estão disponíveis informações para tais casos em todo o período de

<sup>15</sup> Este banco de dados está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/> Acesso em 25/08/2010.

análise (1976-2000), sua utilização será descartada neste trabalho. Outro ponto obscuro da definição mencionada acima é a questão da “*incompatibilidade incontestada, referente a governo e/ou território*”. Está claro, por um lado, que um conflito civil surge a partir de uma disputa por algum recurso escasso, que não pode ser dividido facilmente em curto prazo, gerando aí uma incompatibilidade; mas, por outro lado, talvez não seja adequado enquadrar todos os conflitos somente em categorias genéricas como “governo” ou “território”. Esta divisão binária certamente esconde nuances relevantes aos estudiosos de guerra civil: tanto a incompatibilidade com o governo como o desejo de autonomia territorial podem, por exemplo, ser causados por motivos muito díspares, tais como a revolta contra a repressão violenta de um estado contra uma minoria, o desejo de um grupo de tomar o poder visando obter vantagens financeiras oriundas da comercialização de substâncias ilícitas, entre outras razões. Tais diferenças são importantes, e poderiam ter sido analisadas neste estudo caso tivessem sido codificadas no ACD. Não há como negar o caráter *político* das demandas dos insurgentes, mas talvez outros fatores também tenham influência em sua atuação.

Há ainda uma última pergunta a respeito da definição de uma guerra civil. Como uma grande proporção dos mortos em guerra é de indivíduos que não estão na linha de frente dos combates (Soyza & Gleditsch, 1999; Stewart, Huang & Wang, 2001; Salama et al., 2004; Ghobarah, Huth & Russett, 2004), deveriam ser contabilizadas também as fatalidades indiretas de uma guerra doméstica? Por um lado, considerando-se apenas o número de mortes nas batalhas, certamente estariam subestimados os custos humanos dos conflitos intraestatais (Lacina & Gleditsch, 2005, p. 148); mas, por outro lado, a idéia de classificar uma guerra civil utilizando o quociente de vítimas indiretas pode levar os pesquisadores a conclusões enganosas. Apesar das estimativas de baixas dos soldados e dos rebeldes durante guerras civis serem, muitas vezes, baseadas em dados incompletos e nem sempre confiáveis (Sambanis, 2004, p. 820), os números de mortes indiretas são, provavelmente, ainda mais duvidosos (Strand & Gates, 2004, p. 4). Isso ocorre não apenas pelos óbvios problemas em se obter informação fidedigna em meio a ambientes violentos (Smyth & Robinson, 2001, p. 9), mas também pela intenção deliberada de vários dos grupos envolvidos em omitir ou adulterar as estatísticas por razões políticas (Sarkess & Schafer, 2000, p. 131). Mesmo em uma guerra civil como a da Bósnia (1992-1995) – localizada em território europeu e com ampla cobertura jornalística e acadêmica – vê-se uma enorme discrepância entre os dados sobre vítimas indiretas: como mostram Ewa Tabeau e Jakub Bijak (2005, p. 192), as estimativas a respeito do número de mortos neste conflito variam de 25 mil a 329 mil, sendo a última mais de treze

vezes maior do que a primeira. Assim, considera-se que não seria prudente trabalhar com tamanha disparidade, e foi mantida a opção do ACD como base de dados. Neste texto, serão utilizadas apenas as cifras referentes às mortes causadas diretamente pela guerra civil, ainda que certamente elas não façam justiça ao sofrimento humano que tais combates acarretam.

## 1.2 – As Razões da Insurgência

Toda ação humana implica custos. Ainda que ele seja baixo, há sempre um preço a pagar pelos atos e decisões tomadas. É certo que, na grande maioria das vezes, os indivíduos não agem como os utilitaristas mais ortodoxos gostariam: ao que tudo indica, idéias como o quixotesco *felicific calculus* de Jeremy Bentham, um algoritmo criado para contabilizar o quanto cada ação específica traria de benefícios em termos pessoais, estão fadadas a não serem levadas a sério por boa parte da sociedade (Brunius, 1959, p. 76). Embora não pareça adequado afirmar que os indivíduos são sempre auto-interessados – mesmo John Stuart Mill (1844, p. 144) concordava que o termo *homo economicus* era “uma definição arbitrária” de natureza humana – talvez também seja um erro afirmar que, ao contrário, eles *nunca* o são. Ao menos nos assuntos de importância decisiva, que trazem perigo à sua sobrevivência, é razoável supor que os homens façam seus cálculos e, mesmo que de forma rudimentar, procurem estimar as chances de sucesso de suas ações. Afinal, seu bem mais importante, a vida, depende dessas ações.

Nesse sentido, vê-se que a participação de um indivíduo em uma guerra, sobretudo em uma guerra civil, não ocorre ao acaso. Ao contrário dos confrontos travados por exércitos profissionais, nos quais uma categoria treinada física e psicologicamente para esta tarefa luta dentro de um conjunto de regras previamente estabelecidas (o *jus in bellum*), as guerras civis são levadas a cabo por indivíduos dos mais diversos extratos sociais, muitas vezes sem prévio conhecimento militar, mas que se mostraram dispostos a correr riscos desproporcionalmente altos em prol de interesses ou ideais (Enzensberger, 1993 [1996], p. 10). Como a chance de perder a vida em um conflito civil é provavelmente maior do que em uma guerra interestatal – pela freqüente assimetria entre o poder bélico do exército e o dos insurgentes – os grupos que se predispõem a participar destes conflitos devem possuir motivações particularmente fortes



para pegarem em armas contra seu governo<sup>16</sup>. Ademais, tomar parte em uma guerra civil é uma decisão custosa do ponto de vista material: em um cenário de declínio econômico causado por um conflito doméstico, os grupos têm dificuldades crescentes para financiar a manutenção das tropas, cujos custos marginais tendem a aumentar significativamente com o prolongamento do conflito (Collier & Hoeffler, 1998, p. 565).

Contudo, apesar de todas as dificuldades, muitos escolhem a luta. Quais seriam as razões para essa decisão, mesmo diante de tamanhos custos e riscos? Desde a Antiguidade, não foram poucos os pensadores que se fizeram esta mesma pergunta e, nos estudos contemporâneos, os pesquisadores geralmente convergem para dois motivos para explicar a mobilização dos rebeldes: a *cobiça* e o *descontentamento* (Collier & Hoeffler, 1999, 2004; Fearon & Laitin, 2003, p. 76; Berdal, 2005; Cederman, Wimmer & Min, 2010, p. 89). De acordo com o primeiro grupo, os motivos econômicos possuem maior importância teórica para as guerras civis, pois apenas com a possibilidade de pilhagem ou a apropriação de recursos naturais é viável atrair novos recrutas e financiar uma guerra no longo prazo; já na segunda abordagem, os fatores políticos e identitários são vistos como os mais relevantes, uma vez que somente profundas afinidades sociais (etnia, raça, religião, laços tribais, vínculos políticos, etc) seriam capazes de resolver os problemas de ação coletiva presentes nas guerras civis<sup>17</sup> (Murshed & Tadjoeeddin, 2009, p. 88). Esse tópico será discutido em maiores detalhes, indo dos argumentos clássicos às discussões contemporâneas sobre as razões que permeiam as ações dos rebeldes.

A seleção de autores é certamente incompleta, visto que uma discussão exaustiva sobre este tópico estaria além dos propósitos deste trabalho. Entretanto, busca-se não torná-la de todo arbitrária. No que tange aos autores clássicos, tiveram prioridade aqueles já consagrados no cânone do pensamento político e cuja obra faz referência direta aos conflitos ocorridos dentro de unidades soberanas. Já os autores modernos foram selecionados a partir do impacto que tiveram na literatura recente sobre guerra civil, onde foi tomado em

---

<sup>16</sup> Não consideraremos aqui os casos de recrutamento forçado de indivíduos, embora em muitos casos esta razão seja indubitavelmente a mais importante para explicar a “adesão” aos grupos rebeldes. Pode-se também imaginar que um indivíduo ou comunidade tenham não um, mas vários motivos diferentes para tomar parte em um conflito (Humphreys & Weinstein, 2008).

<sup>17</sup> É válido lembrar que, em ambos os casos, as demandas dos grupos se materializam *politicamente*, como vimos mais acima neste texto. Há, apesar dos diferentes motivos, desejo de comando das instituições e do território. Dessa forma, não há contradição entre uma ação impulsionada por demandas materiais e a existência de uma guerra civil de caráter político.

consideração o número de citações de seus artigos e/ou livros<sup>18</sup>. Espera-se, com isso, que a seleção seja relativamente mais objetiva.

### 1.2.1 – A Visão dos Clássicos

Um dos primeiros autores a descrever uma guerra civil foi Tucídides (ca. 460 a.C. – ca. 395 a.C.), que dedica parte do livro terceiro de sua *História da Guerra do Peloponeso* a uma análise do conflito ocorrido em Córcira<sup>19</sup> (Κέρκυρα). Com uma escrita ao mesmo tempo artística e filosófica (Connor, 1977, p. 293; Price, 2001, p. 12), o historiador grego tece, por um lado, uma minuciosa narrativa acerca do colapso da autoridade naquela ilha e, por outro, apresenta uma série de argumentos gerais a respeito das disputas entre diferentes facções em uma mesma cidade, cujo fenômeno é por ele denominado *stasis* (στάσις). Para uma melhor compreensão do que Tucídides entendia por *stasis*, deve-se ter em mente o significado original do termo que, na medicina, designa uma patologia na qual os líquidos corpóreos param de se movimentar, atribuída na época à existência de forças atraindo-os para direções opostas (Liu, 2008, p. 405). Com efeito, Tucídides, de modo similar ao que faziam outros autores gregos (Vlassopoulos, 2007, p. 78-79), concebia a *pólis* (πόλις) como um tipo de organismo (Hornblower, 2008, p. 337), na qual a guerra civil correspondia a uma das mais terríveis doenças (*nosos* – νόσος) a afligir esse corpo político (Kosak, 2000; Price, 2001; Constantinou, 2004, p. 8). Na verdade, as palavras “revolução” ou “conflito”, em sua conotação moderna, não conseguem captar o sentido de *stasis* para Tucídides (Vardoulakis, 2009, p. 128), onde o termo designava “um combate que abarcava toda a *pólis*” (Kalimtzis, 2000, p. 6, grifo nosso), causando a ruptura radical de todos os mecanismos sociais vigentes e desencadeando um processo que tende a levar uma comunidade política à morte<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> A quantificação do número de citações dos artigos relevantes foi feita por meio do *Google Scholar*, cujo motor de busca, além de gratuito, é hoje mais abrangente do que os tradicionais agregadores *Web of Science* e *Scopus*. Uma avaliação comparativa sobre os três agregadores, cujo veredicto foi favorável ao *Google Scholar*, pode ser encontrada em Bauer & Bakalbasi (2005). Ademais, uma vez que o *Google Scholar* faz a indexação automática de artigos e livros recém-publicados que citam os textos utilizados em nosso estudo, é fácil manter-se atualizado perante os desdobramentos recentes da teoria das guerras civis, e, assim, produzir uma revisão bibliográfica de melhor qualidade.

<sup>19</sup> A ilha é também conhecida pelo nome italiano de Corfu.

<sup>20</sup> Como descreve Hobbes na introdução do *Leviatã* (1839 [1651], p. ix), “[...] [do corpo político, são] a concórdia, saúde; sedição, doença; e a guerra civil, morte”.

A *stasis* de Córcira, em particular, é vista por Tucídides como um evento paradigmático em sua época<sup>21</sup> (*idem*, p. 8), uma vez que, devido à importância estratégica da cidade e os altos níveis de violência que atingiram a população local, esta guerra civil acabou por envolver as maiores potências gregas do período (Cogan, 1981, p. 1). O conflito, assim, tomou enormes proporções, e “*depois, é sabido, praticamente todo o mundo helênico estava tomado [pela stasis], com facções rivais guerreando em cada estado [...]*” (Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, III, 82.2). Mas quais foram, afinal, os motivos que desencadearam a luta em Córcira?

A guerra civil, de acordo com o historiador grego, surgiu a partir de um confronto entre dois grupos, o *demos* (δῆμος), apoiado por Atenas, e o *óligos* (ὀλιγός), ligado à cidade de Esparta. O estopim da revolução foi um *coup d'état* executado pelos oligarcas, no qual assassinaram um líder popular pró-Atenas, Peithias, e mais sessenta de seus partidários. Irrompeu então uma sangrenta luta armada entre os comuns, que contaram com a ajuda de escravos, contra os oligarcas e seus exércitos mercenários (Zarit, 1995). Alguns autores modernos analisaram este conflito como uma espécie de “luta de classes” (Balot, 2001, p. 140), destacando o fato de que a libertação dos escravos na ilha fora desde logo prometida por ambos os grupos, visando a angariar o apoio desta parcela importante da população, e que houve também uma subsequente chacina dos oligarcas pelos estratos mais baixos da sociedade (Fuks, 1971, p. 49). Outros, no entanto, afirmam que o conflito em Córcira era eminentemente *político*, e não econômico (*idem*; Orwin, 1988, p. 831; Monoson & Loriaux, 1998, p. 290). Para justificar sua posição, os autores lembram que os atos acima descritos ocorreram *depois* de iniciadas as hostilidades, não podendo, logicamente, serem qualificados como causas da guerra civil; além disso, Tucídides não mostra o destino das propriedades privadas depois de terminado o conflito, deixando a entender que essa questão não era de fundamental importância para se compreender o conflito em Córcira (Fuks, 1971, p. 50). As interpretações do conflito, com efeito, ainda dividem a academia.

---

<sup>21</sup> Demais *staseis*, como as ocorridas em Notion, Rhegion, Leontini e Messene são mencionados muito brevemente por Tucídides (Price, 2001, p.12), o que sugere que o conflito civil em Córcira possui algo em especial, e provavelmente foi um caso no qual eram visíveis ou efeitos extremos das guerras civis. De acordo com Price (*idem*, p. 13), por meio da descrição detalhada da *stasis* em Córcira, “*Tucídides visava criar um modelo abstrato para um evento que iria repetir-se não apenas na Guerra do Peloponeso, ou mesmo em qualquer guerra na história grega, mas em toda a história humana*”. O mesmo ponto é assinalado por Templer, (2009, p. 8), que escreve que “*Tucídides é insistente [ao afirmar] que o conflito faccional da stasis é um problema humano eterno, afetando tanto as comunidades mais antigas quanto aquelas engajadas na guerra que ele descreve [a do Peloponeso]*”.

Entretanto, Tucídides é claro ao escrever que “o amor pelo poder, operando por meio da ganância e pela ambição pessoal, era a causa de todos estes males. A isto deve ser somado o violento fanatismo que se instaurou uma vez que a luta irrompeu” (Tucídides, III, 82.8). Desse modo, talvez não seja incorreto afirmar que, para o autor, a luta em Córçira, assim como nas demais *poleis*, teria sido motivada pelas próprias *paixões da natureza humana* (*orgé* - ὀργή), que incluem, “por um lado, a *pleonexia* (πλεονεξία), a *ambição material*, o *desejo de acúmulo de bens e riquezas* [...]; por outro, a *philotimia* (φιλοτιμία), a *ambição por honras e por dignidades distintas*” (Magalhães, 2001, p. 52). Magalhães também menciona a seguinte passagem de Tucídides para sustentar este argumento (*ibidem*):

“Com as convenções comuns da vida civilizada em confusão, a natureza humana, sempre pronta a ofender mesmo onde as leis existem, mostrou-se orgulhosamente em suas cores verdadeiras, como algo inescapável ao controle das paixões, insubordinada à idéia de justiça, inimiga de qualquer coisa superior a si mesma; e se não fosse o pernicioso poder da inveja, os homens não teriam exaltado mais a vingança do que a inocência e mais o lucro do que a justiça.” (Tucídides, III, 84.2-3)

Nesse sentido, Edmunds (1975, p. 75) diz que Tucídides menciona dois vícios específicos da natureza humana, os quais o autor vê como ligados ao aparecimento da *stasis* em distintos momentos da *História*: a “*audácia irracional*”, ou *tolma alogistos* (“*unreasoning boldness*” – τόλμα ἀλόγιστος) e a “*precipitada imprudência*” ou *tó óksi* (“*rash quickness*” – τὸ ὄξύ). A relação entre tais vícios e os conflitos civis pode ser resumida nesta eloquente passagem de Tucídides, uma das mais citadas da *História da Guerra do Peloponeso*, que mostra a ruptura do *logos* durante a guerra civil:

“[...] as palavras também tiveram de mudar seu significado habitual<sup>22</sup>.. O que antes era descrito como um ato de agressão irrefletido era então visto como coragem [...]; pensar no futuro e esperar era apenas outro modo de dizer que alguém era um covarde; qualquer idéia de moderação era apenas uma tentativa de disfarçar o caráter afeminado de alguém [...]. E, de fato, a maioria das pessoas estava disposta a chamar de inteligência a vilania do que a honestidade pura e simples. Eles eram orgulhosos da primeira qualidade e envergonhados da segunda. [...] Os cidadãos que possuíam visões mais moderadas, foram destruídos por ambas as facções extremistas, seja por não tomarem parte na luta ou pela inveja de que eles pudessem sobreviver” (Tucídides, III, 82.4-7).

<sup>22</sup> Perez Zagorin (2005, p. 94) traça um interessante paralelo entre a distorção da linguagem na obra de Tucídides e a “*novilíngua*” (*newspeak*) presente em *Nineteen Eighty-Four*, de George Orwell.

Com efeito, embora tanto a cobiça quanto o poder político sejam peças importantes para se entender a análise de Tucídides sobre o conflito em Córquira, o autor sugere que este poder deve ser visto aqui como um instrumento para se obter vantagens privadas, e não como um fim em si mesmo (Balot, 2001, p. 139; Price, 2001, p. 10). Conforme Kalyvas (2003, p. 475), “*essa tese [de que os conflitos são motivados geralmente por interesses privados] norteia o entendimento atual dos conflitos étnicos e das chamadas “novas guerras” alegadamente motivadas por cobiça e pilhagem*”. A guerra civil, portanto, não possui objetivos abstratos ou causas nobres: ela é justificada, pura e simplesmente, pela ambição material de alguns indivíduos.

Platão também se preocupou com o problema da *stasis*. O filósofo considerava a *stasis* um fenômeno extremamente danoso à constituição da pólis, uma vez que ela é “*um perigo que todos os regimes enfrentam e que pode, se nada for feito, resultar em uma tirania*” (Templer, 2009, p. 255). Embora sua visão geral da *stasis* fosse, em linhas gerais, parecida com a de Tucídides (já que ambos imaginavam-na como uma doença no organismo político), Platão traz alguns comentários peculiares a respeito das guerras civis. Em primeiro lugar, o filósofo assinala a diferença entre *stasis* e *pólemos* (πόλεμος), onde aquela significa um conflito civil, e esta denomina uma guerra com as pessoas *de outra raça*, os bárbaros (Vardoulakis, 2009, p. 128). A *stasis*, assim, só pode ser feita *por homens livres*, enquanto aos estrangeiros e aos escravos está reservada apenas a rebelião em seu sentido mais simples, pois não há nesses povos qualquer traço de *político*<sup>23</sup> (Finley, 1975, p. 130 *apud* Manicas, 1982, p. 680). Ademais, Platão trouxe uma contribuição relevante para a análise dos conflitos internos: comparou-os com o que deveria ser esperado em uma pólis saudável, “*pois a explicação de uma doença pressupõe a existência de uma ciência da saúde*” (Kalimtzis, 2000, p. 15).

De modo um tanto surpreendente, e na contramão do que escreve Tucídides, Platão afirma que a *stasis* não é a causa das guerras civis *per se*, mas a *consequência* de uma prévia tensão entre facções distintas e polarizadas dentro de uma cidade. Logo, o foco da atenção deste autor volta-se para explicar como um corpo sadio, a *pólis*, veio a se degenerar por meio de uma doença social<sup>24</sup> (*idem*, p. 22). Rachel Templer (2009, p. 255), em seu estudo sobre a

---

<sup>23</sup> O termo “político” é considerado aqui em sentido grego, como o fato de terem uma vida social organizada em *poleis*. É válido lembrar que Platão usa o termo *stasis* com outros sentidos além do político, como em uma luta entre familiares, membros do exército, tripulação de um barco, etc. Todos eles, no entanto, referem-se a um problema na função tética de um organismo, uma “doença”, como afirma Kalimtzis (2000, p. 16).

<sup>24</sup> É válido lembrar que, para Platão, assim como para Tucídides, o conceito de *stasis* não possui qualquer

*República*, define o pensamento político platônico como a busca por “uma cidade sem contradições”: apenas a comunidade política guiada pelas bases da razão filosófica, diz Platão, merece receber propriamente o nome de *pólis*. Nela, não haveria lugar para o que Platão afirma ser a principal causa das dissidências internas de uma cidade: as *injustiças* (Kalimtzis, 2000, p. 15-32). Talvez seja adequado recapitular aquilo que Platão, assim como um grande número de outros autores gregos, considerava como o fim último da *pólis*:

“ela não existe apenas para propósitos de autodefesa ou para a conveniência dos negócios. Ao contrário, seu propósito é moral e pedagógico: realizar a virtude (*arête* - ἀρετή) e o bem-estar (*eudaimonia* - εὐδαιμονία) de seus cidadãos.” (Manicas, 1982, p. 687)

Com efeito, Platão afirma que, a fim de se combater a *stasis*, é necessário que a *pólis* repouse sobre o que ele classifica como “amizade” (*homonoia* - ὁμόνοια) e sobre certa equidade material entre os cidadãos, pois “os limites sobre e a riqueza e a propriedade livrariam a cidade do faccionalismo entre ricos e pobres que dividem a maioria das cidades” (Kamtekar, 2003, p. 132). Embora a razão para a existência da *stasis* para Platão é, como em Tucídides, ligada aos bens, o filósofo não coloca a *cobiça* e a *ganância* como elementos mais importantes para se entender uma guerra interna. Aqui, seu raciocínio parece dar sustentação a argumentos que vêem a *desigualdade* como a causa determinante dos conflitos domésticos. É a grande disparidade entre as posses materiais, e a idéia popular de que tal diferença não é justa, que motiva o início das guerras civis.

Aristóteles possui uma visão próxima à de Platão acerca do surgimento da *stasis* em uma cidade. Uma peculiaridade da teoria aristotélica está no fato de que o autor delimita uma útil diferença entre *stasis* e a “mudança constitucional” (*metaboli politeias* – μεταβολή πολιτείας), assinalando que nem sempre um conflito interno tem por meta uma transformação política e que as nem todas as mudanças de regime não ocorrem de modo abrupto e violento, como uma guerra civil (Close & Bridge, 1985, p. 19). Contudo, como em muitas vezes as mudanças políticas mais drásticas tendiam a ser resultado (ou seguidas) de violência interna, Aristóteles freqüentemente tratou ambas as formas em conjunto, descrevendo-as por vezes como fases distintas de um mesmo processo, e sua teoria será aqui analisada dessa maneira (*idem*).

---

resquício da antiga idéia mítica de que há um ciclo natural de “criação-destruição-recriação”, na qual a rebelião seria um fato imanente (e até desejado) da vida pública grega (Constantinou, 2004, p. 8).

De acordo com Aristóteles, são basicamente três os motivos que levam uma *pólis* à *stasis* (Balot, 2001, p. 46). Guardando certa semelhança com as idéias de Tucídides, Aristóteles afirma que a *stasis* pode surgir, primeiramente, a partir

“[...] da busca, seja separada ou em conjunto, dos ganhos (*kerdos* – κέρδος) e da honra (*timé* – τιμή), na qual a última refere-se tanto a cargos públicos quanto a uma estima social em geral, ou da tentativa de evitar seus opostos, a desonra (*atimiam* – ατιμία) ou a perda (*zemia* – ζημιά).” (*idem*, p. 47).

Ademais, Aristóteles elenca, no segundo capítulo do livro quinto da *Política* (que trata justamente das “mudanças de constituição”), onze “fatores ocasionais” que também podem gerar um conflito civil, a saber: insolência, avareza, honra, excesso de poder de alguns indivíduos, medo, desprezo, crescimento demográfico desproporcional de uma parcela dos cidadãos, disputas eleitorais, a existência de uma oportunidade fácil, a “*diferença das raças, as quais não conseguem ter um espírito comum*” e, por fim, razões fronteiriças, onde “*a natureza da pátria não é adequada para ali estar uma única cidade*”, pois nela habitam cidadãos com as mais diversas preferências e demandas políticas<sup>25</sup> (Skultety, 2008, p. 352). Além desses motivos, Aristóteles assinala ainda que, nas democracias, uma importante causa de discórdia é a ação dos demagogos, seja pela manipulação que eles fazem das classes sociais ou pela perseguição leviana que muitos deles fazem aos ricos, forçando-os a juntarem-se contra os populares<sup>26</sup> (Aristóteles, *Política*, V, 1302a – 1304b).

A mais importante causa de *stasis* para Aristóteles, no entanto, é a *injustiça* (Aristóteles, V, 1302a; Close & Bridge, 1985, p. 19; Miller, 1995, p. 296; Balot, 2001, p. 140; Ober, 2005, p. 88). Não obstante a clara semelhança deste argumento com a análise platônica da *stasis*, já apresentada acima, a tese de Aristóteles possui dois elementos adicionais, os quais tornam sua argumentação um tanto peculiar. Por um lado, Aristóteles afirma que a injustiça e/ou a desigualdade entre diferentes grupos não precisa ser tangível para que um conflito ocorra; para o autor, basta que os cidadãos *acreditem que mereçam uma maior*

---

<sup>25</sup> Essa classificação, no entanto, não é consensual. Skultety (*ibidem*) menciona que há outras formas de elencar estas onze causas, e menciona o trabalho de Wheeler (1951) como um dos exemplos de organização diferente dos elementos geradores de *staseis*.

<sup>26</sup> Muitos de tais “motivos ocasionais” mencionados por Aristóteles, curiosamente, são variáveis testadas atualmente pela teoria quantitativa de guerras civis, e algumas delas possuem forte correlação com o início dos conflitos. Como veremos mais à frente, crescimento populacional, diversidade étnica e relevo montanhoso são temas de um bom número de pesquisa nesta área. As disputas eleitorais, por sua vez, serão analisadas neste trabalho.

*parcela* do que a que lhes é oferecida para que a *stasis* se inicie (Yack, 1993, p. 220). Por outro lado, as guerras civis não são, necessariamente, conduzidas por indivíduos irracionais ou de má índole, e embora a percepção de injustiça possa algumas vezes ser incorreta, em um amplo número de casos ela não o é, o que justifica moralmente a ação de indivíduos bem-intencionados em prol de uma maior igualdade entre os membros da *pólis*. Nas palavras de Aristóteles, “*aqueles que teriam as maiores justificativas para começar uma stasis [...] são aqueles grandemente virtuosos*” (Aristóteles, I, 1308a, 38-40 *apud* Skultety, 2008, p. 356). Assim, se Tucídides é um autor que defende a idéia de as guerras civis serem motivadas por cobiça e ganância, Platão e Aristóteles seguem por um caminho diverso, colocando o descontentamento como a causa mais relevante dos conflitos internos.

Foram muitos os autores que se dedicaram a analisar as razões das *bella civilia* na República e no Império Romano. Dentro eles, destacam-se Júlio César (Gaius Julius Caesar, 100-44 a.C) com seus *Comentários sobre a Guerra Civil*; Salústio (Gaius Sallustius Crispus, 86-34 a.C.) em seu texto *Sobre a Conspiração de Catilina*; Tito Lívio (Titus Livius, 59 a.C – 17 d.C.), que descreve em seu monumental *Ab Urbe Condita* a “guerra social” de 91 a.C., travada entre Roma e outras cidades italianas aliadas; Lucano (Marcus Annaeus Lucanus, 39-65 d.C.), que em seu poema épico *Pharsalia* (também conhecido como *Sobre a Guerra Civil*), narra a disputa entre César e as tropas de Pompeu (que representavam o Senado); e Apiano (Ἀππιανός, ca. 95–ca. 165 d.C.), que descreve várias das guerras civis ocorridas na República nos últimos capítulos de seu *A História Romana* (Ῥωμαϊκά). Esses autores, no entanto, viam nas intrincadas relações políticas de Roma a causa principal das guerras civis da época e, apesar de suas importantíssimas contribuições para a historiografia, não há neles uma clara intenção de abstrair as motivações que explicam o fenômeno das guerras civis *em geral*. Uma exceção é, talvez, Flávio Josefo (Titus Flavius Josephus, 37–ca. 100 d.C.), que em seu *A Guerra dos Judeus* menciona algumas das causas sociais que justificaram o levante dos habitantes de Jerusalém contra o Império Romano no ano de 66 d.C. Para Josefo, a rebelião surgiu por diferenças religiosas mas, posteriormente, os motivos que trouxeram o acirramento do conflito foram o aumento abusivo dos impostos e os desmandos dos governadores da Judéia contra a população local, já que “[os enviados romanos] *tratavam a eles* [aos judeus] *como se tivessem sido seus inimigos em tudo, tanto pilhando o que eles tinham, como levando seu gado e ateando fogo às suas casas*” (Josefo, VII, 252). Dessa forma, embora Josefo dê um passo à frente perante os demais historiadores do período, descrevendo também as razões coletivas para a revolta dos judeus, ele também não tinha a intenção de explicar os motivos



gerais por detrás das outras guerras civis ocorridas durante a história romana. É certo que isso de modo algum desmerece seu trabalho, mas devido a seu interesse estar estritamente direcionado a um determinado conflito, os argumentos de Josefo não possuem, para os estudiosos contemporâneos, a mesma relevância dos oferecidos pelos autores gregos. Seus escritos formam um excelente relato historiográfico sobre uma guerra civil específica, mas eles não chegam a formar, propriamente, uma teoria dos conflitos civis.

Também os pensadores medievais buscaram compreender os motivos das turbulências civis ocorridas durante este largo e ainda incompreendido período histórico. São dignos de nota, por exemplo, os muitos relatos históricos de época sobre o longo processo da *Reconquista*, que liberou os futuros reinos de Portugal e Espanha do domínio árabe, sobre as lutas do que hoje é o Leste Europeu contra o Império Otomano, e sobre a *Guerra das Duas Rosas*, um conjunto de sangrentos embates travados entre 1455 e 1485 em torno da coroa inglesa. As centenas de revoltas populares, sobretudo as ocorridas no contexto das crises do século XIV, também constituem eventos cruciais para o período, e muitos pensadores da época os descreveram com acuidade e atenção (Cohn Jr., 2004; Sizer, 2008, p. 58).

Contudo, um dos autores mais importantes para o estudo das guerras civis surgiria apenas alguns séculos depois. Trata-se de Thomas Hobbes, um dos pensadores fundamentais não apenas para teorias dos conflitos domésticos, mas para todo o pensamento político moderno (Skinner, 1978, 2002). Para Hobbes, a própria criação do Estado era derivada de uma necessidade de se conter a ameaça do “*bellum omnium contra omnes*”, a guerra civil de todos contra todos, que ocorreria indefinidamente enquanto os homens estivessem em seu “estado de natureza” (Hobbes, 1841 [1642], p.166).

A obra de Thomas Hobbes é profundamente marcada pela influência da Guerra Civil Inglesa (1642–1651), e seu livro mais conhecido, *Leviatã*, foi escrito durante o período dos conflitos e publicado precisamente no ano em que a guerra terminou<sup>27</sup>. Os horrores das batalhas certamente causaram uma forte impressão em Hobbes (Monteiro, 1998, p. 88), e sua famosa descrição da vida humana na ausência de um governo soberano – “*solitary, poor, nasty, brutish, and short*” (Hobbes, 1839 [1651], p.113) – provavelmente foi marcada por suas

---

<sup>27</sup> Hobbes possui também um livro inteiro dedicado à análise histórica da Guerra Civil Inglesa, *Behemoth*, publicada postumamente em 1681, na qual o autor “*aplicou aos eventos políticos [da época] as conclusões de sua filosofia política*” (MacGillivray, 1970, p. 183). Dessa forma, talvez não seja errôneo afirmar que *Behemoth* e *Leviatã* são, em certa medida, livros complementares.

idéias acerca daquela guerra civil. Entretanto, é útil lembrar que a visão hobbesiana do “estado de natureza” é apenas um constructo<sup>28</sup>, e que o autor acreditava que talvez a humanidade nunca tivesse vivido este tipo de situação (Schochet, 1967, p. 428; Bobbio, 1993, p. 42), salvo os “*povos selvagens em muitos lugares da América*”<sup>29</sup> (*ibidem*). Nas palavras de Wolin (1960, p. 264 *apud* Heller, 1980, p. 22), o “estado de natureza” é “*uma reconstrução criativa de uma recorrente possibilidade humana, uma reconstrução que visa iluminar o significado dos eventos humanos e apontar o caminho desejável para as ações dos homens*”. Neste estado, apenas as leis da natureza regeriam a vida humana, “[e como] *essas leis apenas ditam que as pessoas façam o que mais se adapta a seus interesses*” (Rule, 1989, p. 22), os homens estariam em perpétua situação de insegurança, sem poderem desenvolver quaisquer trabalhos ou habilidades<sup>30</sup> (Hobbes, 1839 [1651], p.113). Sem uma autoridade forte o suficiente para frear as paixões que geram conflito – a competição, o temor e a glória (*idem*, p. 112) – haveria um estado de medo e insegurança generalizados, com a permanente ameaça da “*guerra de todos os homens contra todos os homens*” (*idem*, p. 115).

É curioso lembrar que, na obra de Hobbes, não há qualquer menção aos motivos específicos que fazem com que uma sociedade já estabelecida entre em conflito e regreda ao “estado de natureza”<sup>31</sup>. De acordo com Robert Kraynak,

“Em conformidade com o método resolutivo-compositivo [*resolutive-compositive method*] Hobbes reduziu seu entendimento original dos fenômenos políticos a um único ensinamento psicológico, no qual os desejos de segurança, lucro e glória fazem os homens “aptos a invadir

<sup>28</sup> “*Uma construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria*”. (Dicionário Houaiss, 2009).

<sup>29</sup> Hobbes, embora tenha inserido no *Leviatã* essa “*evidência etnográfica*” do estado de natureza (Dawson, 1996, p. 4), nunca esteve na América, e é provável que sua visão dos povos nativos do Novo Continente não fosse precisa nem para os padrões da época. Mas é válido lembrar que o ponto forte do argumento hobbesiano não está em sua historicidade, mas justamente em sua capacidade de ser *ahistórico*: o estado de natureza pode ter ocorrido tanto no passado, como ocorrer no presente ou no futuro, caso não haja um soberano capaz de “*manter os súditos em temor*” (Hobbes, 1839 [1651], p.114).

<sup>30</sup> O estado de natureza não é descrito da mesma forma por todos os autores. John Locke (1632-1704), por exemplo, possuía uma visão do “estado de natureza” bastante diferente da de Thomas Hobbes. Por um lado, Locke fazia uma distinção entre “o estado de natureza”, no qual “*os homens vivem juntos de acordo com a razão, sem um superior comum na terra para julgá-los*” (Locke, 2002 [1689], p. 9), e o “estado de guerra”, “*o estado de inimizade e destruição, [...] porque estes homens não estão sob as leis da razão*” (*idem*, p. 8) e, por outro, tinha o “estado de natureza” não como uma hipótese teórica, mas como uma realidade humana passada, vivida em um tempo remoto (Waldron, 1994, p. 57-61). Contudo, ambos Hobbes e Locke assinalam o mesmo problema de se viver em uma situação de ausência de Estado, e Locke afirma, mais à frente em sua obra, que “*todo o homem é igual aos outros, e a maior parte não observa a equidade e a justiça, e o proveito da propriedade que o homem tem neste estado [de natureza] é muito inseguro, muito instável*” (Locke, 2002 [1689], p. 57), uma descrição próxima à de Hobbes.

<sup>31</sup> É válido lembrar que, para Hobbes, uma guerra civil poderia levar qualquer povo ao estado de natureza (Hobbes, 1839 [1651], p. 115).

e a destruir uns aos outros” e criam a necessidade de um soberano absoluto. [...] Esse ensinamento não identifica precisamente as causas imediatas da guerra civil, tais como conflitos de classe, competição econômica, faccionalismo político, guerras religiosas, ódio racial, rivalidades militares, ou quaisquer outras razões históricas de conflitos humanos” (Kraynak, 1982, p. 87).

Dessa forma, só é possível entender a violência civil, em Hobbes, a partir do *colapso da autoridade* (Kalyvas, 2003, p. 475), o que, de certa forma, inverte a lógica causal apresentada pelos autores acima mencionados, que apontam a luta entre facções como razão para a desintegração da pólis. Hobbes assume o oposto. Contudo, ao contrário do que, por exemplo, considerava Maquiavel<sup>32</sup>, para Hobbes a natureza humana não é inerentemente má; é devido à *condição do estado de natureza* que os homens temem uns aos outros. Como será visto adiante neste texto que, embora abstrata e “ahistórica”, a teoria de Hobbes continua bastante influente em várias análises qualitativas de guerras civis. Muitos dos novos trabalhos apontam a existência de um *estado falido*<sup>33</sup> como pré-condição para o início da violência civil, e não o fato de que, por alguma clivagem política, econômica ou social anterior, os rebeldes iniciaram os confrontos (Posen, 1993; Lake & Rothchild, 1996; Roe, 1999; Rose, 2000). Contudo, como discutido mais à frente, talvez a metáfora hobbesiana não seja a mais adequada para se descrever este tipo de situação: é preciso explicar quais foram os motivos que fizeram um estado perder sua prévia efetividade e, em uma guerra civil, a violência contra o público não é totalmente indiscriminada, ao contrário do que sugere Hobbes (Kalyvas, 2006; Weinstein, 2007).

A análise das revoluções também ocupou um lugar central na obra de vários autores dos séculos XVIII e XIX, muitas delas marcadas pela influência da Revolução Francesa e das diversas turbulências que atingiram a Europa naquele período. Mas talvez nenhum autor tenha dado à mudança social radical um papel tão relevante quanto Karl Marx. A vasta produção teórica de Marx, boa parte dela escrita em parceria com Friedrich Engels, coloca a revolução

---

<sup>32</sup> São muitas as passagens da obra de Maquiavel que revelam sua visão sombria acerca da natureza humana. No conhecido capítulo XVII de *O Príncipe* (2010 [1532], p. 102), que trata “Da crueldade e da piedade; e se é melhor ser amado do que temido”, o florentino diz em uma eloquente passagem que “*de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos aos perigos, ávidos de ganhos, [...] têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer: porque o amor é mantido por um vínculo de reconhecimento, mas como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca*”.

<sup>33</sup> Traduzimos assim o termo *failed state* que, embora seja bastante usual na literatura sobre construção de estados e conflitos civis, ainda não possui uma versão única em português.

como uma das peças-chave não só de sua argumentação teórica, mas também de seu projeto prático de transformação mundial do capitalismo (Draper, 1977, 1978; Löwy, 2002). Com sua conhecida exortação ao proletariado mundial nas páginas finais do *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), onde os autores afirmam que os proletários não tinham nada a perder salvo seus grilhões<sup>34</sup>, Marx e Engels resumem sua “teoria da revolução”: a tese de que os trabalhadores, após terem sido espoliados ao extremo, inevitavelmente se revoltarão contra a burguesia e a vencerão a luta de classes, instaurando assim, pela primeira vez na história, uma sociedade que não tem por fundamento a posse privada dos meios de produção (Davies, 1962, p. 5; Marx, 1968 [1844], p. 536; 1974 [1848], p. 492). Os desdobramentos dessa teoria teriam profunda influência no curso dos eventos políticos pelos próximos 150 anos, como é de conhecimento de todos (Wood, 1998).

Entretanto, Marx e Engels possuem uma definição bastante imprecisa, e mesmo contraditória, do que seja uma “revolução”. Gavin Kitching (1988, p. 120-122) assinala que, na obra destes autores, há ao menos quatro definições diferentes de revolução, cada uma com um sentido particular e nem sempre convergente com os demais. A primeira delas está presente em suas obras de cunho mais marcadamente político e histórico, e nelas “*encontramos Marx e Engels usando o termo ‘revolução’ do modo que é talvez o mais associado ao marxismo, significando a tomada do poder estatal, e a tomada daquele poder por uma nova classe social ou grupo*” (idem, p. 121). De fato, é essa claramente a acepção utilizada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, mas ela está também presente em outros textos: em *A Guerra Civil na França* (1871) Marx claramente afirma que “*após cada revolução marcando um passo adiante da luta de classes [einen Fortschritt des Klassenkampfes], o caráter puramente repressivo do estado revela-se com maior vigor*” (Marx, 1962 [1871], p. 336), enquanto em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), no qual Napoleão III consagra-se Imperador da França<sup>35</sup>, Marx escreve:

“Se a queda da República Parlamentar contém em si o germe do triunfo da revolução proletária, seu resultado óbvio e imediato foi a

---

<sup>34</sup> Eric Hobsbawm (1998, p. 15) faz uma interessante observação sobre essa frase, afirmando que, embora a tradução inglesa aprovada por Engels diga que “*the proletarians have nothing to lose but their chains*”, o que deixa implícito que eles não têm nada a perder *em geral*, o texto original em alemão possui outro significado, bem mais restritivo: “*Mögen die herrschenden Klassen vor einer kommunistischen Revolution zittern. Die Proletarier haben nichts in ihr [‘nela’, significando ‘na revolução’] zu verlieren als ihre Ketten.*” Assim, *apenas na revolução* os proletários não teriam nada a perder, sentido muito diferente daquele empregado pela maior parte dos marxistas nos dias de hoje, que entendem esta frase em sua acepção mais ampla.

<sup>35</sup> A data, no calendário gregoriano, é 02 de dezembro de 1851.

*vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, do executivo sobre o legislativo, da força sem frases sobre a força das frases*” (Marx, 1960 [1851], p. 167, grifos do autor).

A definição de revolução como uma tomada de poder estatal é, certamente, a mais comum nos trabalhos de Marx. No entanto, em sua obra, há outros usos deste termo (Kitching, 1988, p. 121). Em uma dessas definições, a revolução refere-se ao processo de *modernização de uma sociedade*, entendido aqui como a adoção do modo de produção capitalista ocidental, onde a propriedade privada, a economia industrial e a formação de classes sociais formariam o conjunto necessário para que esta mudança acontecesse. Em um conhecido artigo de em 25 de junho de 1853, intitulado *The British Rule in India*, Marx afirma que “*todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, estranhamente complexas, rápidas e destrutivas como as ações no Hindustão talvez pareçam, não vão mais fundo do que sua superfície*” (Marx, 1979 [1853], p. 128), e que a revolução mais importante a ocorrer naquele território estava, na verdade, ligada à implantação forçada do capitalismo na colônia asiática. Como diria Marx em um artigo posterior, “*a Inglaterra deve cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva; a outra, regenerar a aniquilação da antiga sociedade asiática e deixar as fundações materiais para uma sociedade ocidental na Ásia*” (Marx, 1979 [1853b], p. 219). Segundo ele, a humanidade só poderia “*cumprir seu destino final*”<sup>36</sup> depois de uma revolução social na Ásia e, apesar da forma brutal com que o fazia, a Inglaterra estava “*trazendo a revolução*” para a Índia (Marx, 1979 [1853], p. 130).

Com efeito, na obra de Marx, a idéia de transformação social por meio de uma mudança profunda nas formas de produção também está presente; contudo, ela parece não ter sido totalmente desenvolvida pelo autor, o qual deu notória preferência ao estudo da revolução como tomada do poder<sup>37</sup>. Para não fugir do escopo das categorias citadas acima,

---

<sup>36</sup> Muito provavelmente Marx se referia à implementação do comunismo. Marx possuía uma visão da história bastante fatalista, na qual a revolução do proletariado iria inevitavelmente vencer a luta de classes. Tal posição está explícita, dentre outros escritos, na *Crítica ao Programa de Gotha*. (Marx, 1973 [1875]).

<sup>37</sup> Gavin Kitching (1988, p. 120) menciona ainda mais duas interpretações de “revolução” nos escritos de Marx e Engels. A primeira delas foi descrita por Engels perante o túmulo de Marx, e segundo Kitching, foi dita “*sem esforço intelectual, mesmo sem pensar*” (*idem*), onde ele usa o termo revolução ligado tanto a uma mudança social, quanto a uma mudança *tecnológica*, na qual uma grande transformação nas formas de produção ou na ciência poderia desencadear uma transformação na sociedade. A segunda é escrita por Marx, no prefácio de seu *Para uma Crítica da Economia Política* (1859), e diz que “*Em certo estágio do desenvolvimento, as forças materiais produtivas da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes e – isso expressa a mesma coisa em termos legais – com as relações de propriedade que operaram até então. [...] Então começa uma era de revolução social. As mudanças nas fundações econômicas levam, mais cedo ou mais tarde, à transformação de toda a imensa superestrutura*” (Marx, 1971 [1859], p. 9). Não comentaremos em maiores detalhes essas duas posições já que, além de não terem sido desenvolvidas pelos autores, não são o principal foco

dessa forma, a teoria da revolução colocada por Marx coloca grande ênfase no aspecto da *injustiça*, não sendo mencionada, ao menos em suas obras mais conhecidas, qualquer ligação entre a prática revolucionária e a cobiça ou os interesses privados dos atores.

O século XX trouxe grandes contribuições para os estudos das guerras civis. Houve, entre os pensadores de esquerda, um longo debate sobre o papel da revolução na instauração de uma sociedade comunista, que ganhou fôlego renovado com o advento da Revolução Russa de 1917 e, algumas décadas depois, com a vitória de Mao Tse-Tung na China e a fundação dos movimentos anti-coloniais de cunho marxista-leninista surgidos em diversos países do Terceiro Mundo (Griffin & Gurley, 1985). As contribuições dos autores marxistas são variadas e significativas e, embora poucas delas visassem a alterar o cerne da teoria da revolução de Marx<sup>38</sup>, foram capazes de fornecer algumas idéias interessantes para explicar o fenômeno das guerras civis. Parte delas será objeto de consideração na próxima parte deste capítulo, a que trata dos autores modernos. Entretanto, antes da conclusão a respeito de como os pensadores clássicos analisam os motivos para a eclosão das guerras civis, faz-se necessário comentar a obra de um polêmico autor alemão que trouxe uma interpretação original das causas da violência interna: Carl Schmitt (1888-1985). Não somente há, na obra de Schmitt, uma interpretação da guerra civil radicalmente diferente daquela oferecida por Marx, uma vez que ela é pautada pelo predomínio do *político* (Schmitt, 1996 [1932]; 2006 [1963]), mas ela também oferece um exemplo de como um eminente pensador conservador interpretou esta questão.

Schmitt é um dos autores mais controversos do último século. Se, no começo de sua carreira na República de Weimar, Schmitt era considerado, tanto pela esquerda quanto pela direita, um importante jurista e um eminente professor de direito constitucional (Balakrishnan, 2002, p. 1), após sua filiação ao Partido Nazista em 1933 o autor passou a ser visto como “o *Martin Heidegger da teoria política*” (Strong, 2007, p. xii). Um ano antes, Schmitt já havia mostrado sua simpatia com o autoritarismo ao atuar como conselheiro do governo federal no caso *Preußen contra Deutsches Reich*, quando o SPD (*Sozialdemokratische Partei*

---

de interesse do presente trabalho.

<sup>38</sup> Não serão discutidas nesta pesquisa as correntes marxistas que enveredaram pelo caminho da social-democracia, pois a grande maioria delas abandonou os meios revolucionários e passou a defender a participação dos partidos de esquerda nas disputas eleitorais, afirmando que uma abordagem gradualista traria mais direitos aos trabalhadores. Uma história geral deste movimento pode ser vista em Przeworski (1986) e em Berman (2006). Uma apresentação dos principais problemas que a social-democracia enfrentou nas últimas décadas pode ser vista em Giddens (1998), e uma discussão a respeito de seus dilemas na América Latina, especialmente no Brasil, pode ser encontrada em Cardoso (2010).

*Deutschlands*)<sup>39</sup>, que então liderava a coalizão dominante na Prússia, o maior estado da Alemanha, protestou sem sucesso contra o fato de terem sido arbitrariamente expulsos do governo local por Franz von Papen<sup>40</sup> (Dyzenhaus, 1997, p. 121-122). Na prática, o ato de Papen, chamado também de *Preußenschlag*, “golpe da Prússia”, não somente desferiu um ataque mortal ao federalismo alemão, como também abriu caminho para a ascensão de Hitler ao poder, uma vez que naquele momento Papen retirou a lei que proibia a operação das Tropas de Assalto (SA – *Sturmabteilung*) no estado (Schmiljun, 2008). A resposta de Schmitt pode ser vista em uma correspondência endereçada à corte prussiana, na qual o jurista alegou que “*uma casa dividida não permanece em pé*” (Strong, 2008, p. xix), e as atitudes de Papen eram, naquele contexto, totalmente justificadas. Poucos meses depois, no dia primeiro de maio de 1933, Schmitt filiou-se ao Partido Nazista, motivado por sua aversão à democracia liberal e também, ao que tudo indica, por seu anti-semitismo (Vinx, 2010).

Não é de estranhar, portanto, que os textos de Schmitt despertem reações bastante distintas na academia ainda nos dias de hoje. Embora estejam corretos aqueles que afirmam ser difícil separar totalmente a produção intelectual de Schmitt de suas ações políticas em favor do nazismo, alguns aspectos de sua obra podem ser utilizados sem risco de incorrer-se em defesa de idéias totalitárias. Sugere-se, assim, que a teoria política de Carl Schmitt, caso seja possível livrá-la de suas posições ideológicas, pode ser de grande valia para o estudo das guerras civis. Destaca-se, em especial, sua discussão acerca da *natureza do político*, o tema de um de seus livros principais, *O Conceito do Político*, escrito originalmente em 1927 e que recebeu uma segunda edição ampliada e revista em 1932. Neste livro, Schmitt argumenta que ‘o político’ assenta-se sobre um conceito próprio, irreduzível a qualquer outra esfera social: *a divisão entre amigo e inimigo* (Schmitt, 1996 [1932], p. 28-29). Com efeito, “*seguindo o caminho trilhado por Maquiavel, Schmitt quer dar à política um caráter autônomo [...], e liberar a teoria política do entrave que se origina da confusão entre a esfera política e os*

---

<sup>39</sup> O “Partido da Social Democracia Alemã” é um partido de centro-esquerda, fundado em 1875 por meio da fusão de duas antigas agremiações nacionais, a “Associação Geral dos Trabalhadores Alemães” (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*) e o “Partido Trabalhista Social Democrático da Alemanha” (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands*). Além de ser um dos mais antigos e conhecidos partidos de esquerda do mundo, ele é bastante influente na política do país até os dias de hoje. Maiores informações podem ser obtidas na página oficial do partido: <http://www.spd.de> Acesso em 09/10/2010.

<sup>40</sup> Franz von Papen (1879-1969) foi um membro da aristocracia alemã, Chanceler da Alemanha em 1932 e Vice-Chanceler nos dois anos seguintes, quando o país estava já sob o comando de Adolf Hitler. Em larga medida, Papen facilitou o acesso de Hitler ao poder, convencendo o senil presidente Paul von Hindenburg a nomeá-lo para a Chancelaria, na esperança de que ele pudesse controlar as ambições do Partido Nazista. Ao perceber seu erro, buscou uma aliança com os nacional-socialistas, mas foi posteriormente marginalizado pelos membros do grupo (Carsten, 1973, p. 364-405).

*demais campos da ação humana*” (Silva, 2008). Se o direito repousa sobre a divisão entre o legal e ilegal, a economia sobre a diferença entre o rentável e o não-rentável, a estética sobre o belo e o feio e a moral sobre as idéias de bom e mau, a política tem como base, única e exclusivamente, a dicotomia entre amigo e inimigo (Martins, 2006, p. 55). Mas como definir quem é o inimigo, dentre as muitas possibilidades disponíveis, a um indivíduo ou uma sociedade, para externalizar sua alteridade? De acordo com Schmitt,

“O inimigo político não é o concorrente ou o adversário em geral. O inimigo não é também o adversário privado, que alguém odeia. Um inimigo apenas existe quando, ao menos potencialmente, uma coletividade *em luta* [*kämpfende Gesamtheit von Menschen*] confronta-se com outra coletividade similar. O inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se relaciona com cerca coletividade, particularmente com uma nação, torna-se pública em virtude desta relação. O inimigo é *hostis*, não *inimicus* em sentido amplo; πολέμιος, não ἐχθρός.” (Schmitt, 1996 [1932], p. 29, grifos do autor).

Dessa forma, ao enfatizar a inimizade como ponto nevrálgico do político, Schmitt mostra que sua teoria é inerentemente *antiuniversalista*, já que nela o político é permeado pela possibilidade de confronto violento entre grupos rivais e, por isso, desprovido de qualquer normatividade apriorística ou abrangente (Rodrigues, 2005, p. 88). A guerra, nesse sentido, aparece como um meio privilegiado para se analisar o político, pois ela é o caso extremo da oposição amigo-inimigo: a guerra é mais do que um ato jurídico, moral ou econômico, ela é um fenômeno revestido de conteúdo existencial, uma vez que ela traz não apenas a decisão final sobre quem é o inimigo, mas também sobre a vida e a morte das comunidades. Nas palavras do autor,

“A guerra, a prontidão para a morte de homens que combatem, [o ato de] matar outros homens que se encontram do lado do inimigo, tudo isso não tem nenhum sentido normativo, mas sim *um sentido existencial*, e isto ainda na realidade de uma situação de luta efetiva contra um inimigo real, não em quaisquer ideais, programas ou normatividades. *Não há nenhuma meta racional, nenhuma norma, por correta que seja, nenhum programa, por exemplar que seja, nenhum ideal social, ainda que tão belo, nenhuma legitimidade ou legalidade que possam justificar que homens se matem mutuamente por eles.*[...] Também não se pode fundamentar nenhuma guerra com normas éticas e jurídicas. Mas se há realmente inimigos no sentido existencial do termo, como aqui se quer dizer, então sim tem sentido, mas só tem sentido politicamente, quando necessário repeli-los fisicamente e lutar com eles” (Schmitt, *apud* Martins, 2006, p. 62, grifos do autor).



Ao afirmar tais pressupostos, Schmitt segue o caminho oposto ao da democracia liberal, onde a aceitação da pluralidade de idéias e de valores são tanto os meios quanto os fins do regime. Schmitt via o liberalismo como uma doutrina inerentemente problemática, uma vez que, para o autor, os liberais buscavam sempre o compromisso pacífico entre visões de mundo distintas, sem definir *a priori* quem seria o inimigo da sociedade política. “*Como resultado, o liberalismo não conseguia gerar traços substantivos de identidade capazes de fundamentar uma decisão política verdadeira*” (Vinx, 2010). Schmitt justifica que, se dominado por uma ideologia liberal, um Estado não pode fornecer a proteção adequada a um membro de sua comunidade<sup>41</sup>, pois não estariam claras a ele quais as diferenças entre a coletividade doméstica e a alheia (*idem*). Um Estado não poderia conviver com tamanha disparidade de opiniões, caso almejasse a ser efetivo e legítimo. A solução de Schmitt é em favor de maior ‘homogeneidade’, mesmo física e psicossocial, que afastasse da coletividade o “corpo estranho”: “*a democracia demanda, portanto, em primeiro lugar, homogeneidade, e em segundo lugar – se a situação requerer – a eliminação ou erradicação do heterogêneo*” (Schmitt, 1996 [1926], p. 17). Ao considerar as opções políticas do autor, a citação acima adquire tonalidades marcadamente sombrias.

A teoria política de Carl Schmitt é bastante ampla, e com certeza a curtíssima apresentação acima não lhe faz justiça. Contudo, os pontos mencionados aqui podem nos ajudar a visualizar uma explicação de tipo *schmittiana* da guerra civil. Stathis Kalyvas resume-a como

“[...] uma ontologia da guerra civil baseada em abstratas crenças e lealdades de grupo, onde o inimigo político se torna um adversário particular apenas em virtude de uma prévia inimizade coletiva e interpessoal. A inimizade impessoal e abstrata que Carl Schmitt pensou ser a característica principal da política ecoa a percepção da guerra de Rousseau, não de ‘homem a homem’, mas de ‘estado a estado’. Os indivíduos, dizia Rousseau, eram apenas inimigos por acidente, e somente enquanto soldados. Contrariamente à tese de Hobbes, que prioriza a esfera privada à custa da exclusão do político, a tese de Schmitt enfatiza a natureza fundamentalmente política das guerras civis e seus processos conexos [*attendant processes*]; ela orienta as interpretações das tradicionais guerras civis “ideológicas” ou “revolucionárias”, assim como os argumentos sobre as guerras civis étnicas e a “violência intercomunitária” [*intercommunal violence*] que enfatizam as fortes crenças, a inimizade dos grupos e a antipatia cultural” (Kalyvas, 2003, p. 475).

---

<sup>41</sup> Aqui, o argumento de Schmitt guarda uma importante semelhança com a teoria de Hobbes, que afirma ser o principal papel do estado a proteção de seus membros, e isto é o que lhe garante a legitimidade (Vinx, 2010).

Em resumo, a tese de Schmitt estaria situada dentro das explicações da guerra civil que enfatizam o descontentamento como o principal motivo a impulsionar os rebeldes. Sua teoria, contudo, não é equivalente às de Platão e Aristóteles, mencionada anteriormente neste texto: a luta entre facções não seria, para Schmitt, motivada por quaisquer tipos de desigualdade – materiais ou intangíveis, reais ou percebidas – mas pela concepção mesma do político como uma insuperável dicotomia amigo-inimigo.

Essa breve apresentação teve como objetivo mostrar como alguns dos autores clássicos do pensamento político analisaram as razões pelas quais um grupo decide rebelar-se e iniciar uma guerra civil em determinado território. Em seguida, serão considerados os autores contemporâneos, entendidos aqui como aqueles que publicaram seus trabalhos depois da Segunda Guerra Mundial, e seu entendimento sobre as causas das guerras civis.

### 1.2.2 – A Visão dos Contemporâneos

Nas últimas décadas houve um aumento significativo dos trabalhos que visam a compreender as causas das guerras civis. Embora ainda não exista consenso a respeito de qual seja o motivo principal para que um indivíduo se engaje em um grupo insurgente, a literatura recente tem oferecido certas respostas comuns a este problema e, nesse sentido, será seguida aqui uma divisão temática bastante usual nas discussões sobre as causas dos conflitos domésticos. Primeiramente, serão debatidas as teorias que priorizam os “atores desprovidos” (*deprived actors*); depois, discutir-se-ão as teses que enfatizam o papel dos “atores racionais” (*rational actors*)<sup>42</sup>; em seguida, serão tratados também os modelos que atribuem aos “movimentos sociais” (*social movements*) o motivo para insurgência; e, por fim, serão debatidos os estudos “estatocêntricos” (*state-centric*), que dão importância ao “prêmio pelo qual as guerras civis são travadas” (Mason, 2009, p. 71). Inicia-se o debate pela descrição das teses dos “atores desprovidos”, também conhecida como teoria da “privação relativa”.

---

<sup>42</sup> O debate entre as teorias dos “atores desprovidos” e “atores racionais” é bastante similar às discussões atuais a respeito do papel do *descontentamento* (*grievance*) e da *cobiça* (*greed*) nas guerras internas. Dessa maneira, é preferível apresentar todas estas teses conjuntamente, pois há um eixo argumentativo que poderia ser perdido caso fosse adotada, neste trabalho, uma abordagem exclusivamente cronológica. Os estudos quantitativos sobre guerras civis, por sua vez, testam muitas das variáveis que poderiam ser classificadas como *proxies* para descontentamento e/ou cobiça, sendo, portanto, de interesse para a presente discussão. Elas serão analisadas, em detalhes, no próximo capítulo.

A idéia de que as guerras civis são causadas basicamente pela existência de graves desigualdades sociais, econômicas ou políticas, não é nova. Como vimos acima, ela já era mencionada por filósofos da Antigüidade, como Platão e Aristóteles, além de também estar presente nos escritos de Marx, de Tocqueville, e de outros pensadores modernos. Como bem lembra Lichbach,

“[...] o tema geral da desigualdade esteve envolvido em todos os grandes conflitos. As três grandes ideologias do final dos séculos XVIII, XIX e XX – nacionalismo, liberalismo e socialismo – todas geraram movimentos revolucionários baseados em idéias de igualdade, embora elas sejam bastante diferentes entre si. A retórica da Revolução Americana dizia que “todos os homens são criados iguais”; na Revolução Francesa, os insurgentes gritavam “liberdade, igualdade e fraternidade”; a propaganda na Revolução Russa era “paz, terra e pão”; e um dos lemas da Revolução Chinesa, na época da guerra, era “aqueles que possuem muito, dão muito; os que possuem pouco, dão pouco” [...]. A relação geral entre desigualdade e conflito, portanto, parece inevitável e imutável” (Lichbach, 1989, p. 433).

Com esse argumento em mente, muitos pesquisadores contemporâneos lançaram-se a estudar a relação entre desigualdade e guerras civis. Nos anos 1960, autores como Bruce Russett (1964) e Samuel Huntington (1968) encontraram evidências de que a desigualdade, sobretudo na posse da terra nos países de Terceiro Mundo, teria uma influência significativa sobre a incidência de um conflito civil (Mason, 2009, p. 71). Nas décadas seguintes, uma série de estudos buscou analisar com mais detalhes a relação entre desigualdade material e conflitos. O mais importante deles é, provavelmente, o livro de Ted Gurr, *Why Men Rebel*, publicado em 1970<sup>43</sup>. A tese principal da obra, em resumo, indica que o sentimento que mais facilmente leva os indivíduos a um ato de agressão é a *frustração* (Gurr, 1970, p. 36). Como afirma o autor, “os homens são rápidos para aspirar algo além de seus meios sociais e rápidos para se enraivecere quando tais meios se mostram inadequados, mas lentos para aceitar suas limitações” (*idem*, p. 58). Assim, a privação, em especial a privação *relativa* – na qual os indivíduos ou grupos acreditam que recebem menos do que merecem em comparação às classes mais abastadas de sua sociedade – pode gerar processos de raiva, frustração e descontentamento, e estes atuam como incentivos psicológicos para uma revolta. Segundo Gurr, a privação relativa pode assumir três formas: a) *privação decrescente* (*decremental deprivation*), onde as expectativas dos indivíduos permanecem as mesmas enquanto suas

---

<sup>43</sup> Outros trabalhos relevantes das décadas de 1960 e 1970 para a tese da privação relativa são os de Davies (1962), Feierabend e Feierabend (1966), Gurr e Durvall (1976) e Gurr e Lichbach (1979). Uma revisão bibliográfica do período pode ser encontrada em Snyder (1978).

capacidades relativas diminuem (*idem*, p. 47); b) *privação aspiracional* (*aspirational deprivation*), na qual os desejos individuais aumentam, mas suas capacidades permanecem as mesmas (*idem*, p. 51); e c) *privação progressiva* (*progressive deprivation*), quando ambas as aspirações e capacidades crescem, mas as últimas passam a crescer em um ritmo menor ou diminuem em determinado ponto (*idem*, p. 53). A intensidade de cada uma das formas de privação relativa varia de pessoa para pessoa, mas Gurr afirma que, em termos gerais, “quanto maior a intensidade e o escopo do descontentamento em uma população, maior a magnitude da revolta [strife]” (*idem*, p. 129)<sup>44</sup>. Isso explicaria, em sua visão, os três diferentes graus de violência política mencionados em seu texto, o tumulto, a conspiração e a guerra interna<sup>45</sup>.

Embora a obra de Gurr seja bastante sistemática e apresente boas análises das grandes revoluções, os textos empíricos mais recentes têm mostrado que a ligação entre desigualdade e revolta é bastante tênue. Lichbach (1989, p. 447-449), em um artigo avaliando vários trabalhos sobre a relação entre desigualdade de renda e conflitos políticos, afirma claramente que muitos dos resultados encontrados são inconsistentes e pouco robustos, e que as explicações teóricas fornecidas para o fenômeno são, em geral, fracas e desarticuladas. Há autores que sequer discutem os problemas de causalidade em seus modelos estatísticos e formais, o que torna seus argumentos puramente descritivos, com uma relação explicativa muito frágil (*idem*, p. 449). Mas há outro problema a ser destacado na tese dos *atores desprovidos*:

“[...] a desigualdade de renda, posse da terra, riqueza ou outros fatores econômicos muda a passos muito lentos na maioria das nações, enquanto os níveis de violência política podem e de fato variam substancialmente em períodos de tempo muito menores. Assim, de um ano para outro, ou de um mês para outro, o nível de desigualdade de uma nação é praticamente constante, enquanto o início de uma guerra civil geralmente representa um salto no nível de violência política em um momento específico. A maioria dos resultados que indicam uma relação entre desigualdade e violência política são correlações *cross-sectional*: nações com altos níveis de desigualdade devem ser mais suscetíveis à guerra civil do que aquelas marcadas por níveis mais baixos de desigualdade. No entanto, dentro de uma nação, o grau de desigualdade dificilmente se mostra um bom indicador de *quando* uma guerra civil começa, pois, como visto anteriormente, o nível de desigualdade tipicamente varia apenas marginalmente dentro de um

---

<sup>44</sup> Gurr também diferencia entre as formas de conflito que podem originar das combinações entre os diversos tipos de privação relativa e o poder das massas e das elites. Em seu trabalho ele destaca 18 variáveis para explicar a magnitude da violência política e propõe ainda outras variáveis que podem influenciar, de modo mais específico, o surgimento das três formas de violência classificadas no livro (Gurr, 1970, p. 366-367).

<sup>45</sup> Os termos originais são *turmoil*, *conspiracy* e *internal war* (*idem*).

país com o passar do tempo”. (Mason, 2009, p. 72, grifo do autor).

Além disso, são vários os casos importantes que contradizem a idéia de que há uma forte associação entre privação relativa e violência. A Grande Depressão de 1929, por exemplo, pode ser entendida como um dos fatores que impulsionou o surgimento de partidos de extrema direita na Europa (Griffin, 1991, p. 217; Hobsbawm, 1996 [1994]), nenhum movimento revolucionário foi visto nos Estados Unidos, o epicentro da crise. Apesar de sua população ter sofrido fortes restrições materiais – o que poderia ter afetado significativamente suas expectativas e gerado um ciclo de frustração-agressão, nos termos de Gurr – os EUA não passaram por uma guerra civil no período, talvez pelo fato de que os indivíduos aprendem a ajustar suas perspectivas para baixo quando vislumbram um cenário de queda dos padrões de vida. Ao contrário do que afirma a tese dos atores desprovidos, imaginar que os indivíduos continuariam a ter expectativas crescentes mesmo em uma situação de grave crise econômica é, no mínimo, contra-intuitivo (Mason, 2009, p. 72). Nesse sentido, o Brasil também pode ser visto como outro exemplo que contraria os pressupostos da tese da privação relativa: embora o País possua um longo histórico de extrema disparidade no que tange à distribuição de renda e de terras, ele não vivenciou qualquer conflito civil relevante no último século e mesmo as convulsões sociais de menor escopo têm se mostrado muito raras<sup>46</sup>.

Outro problema com as abordagens que privilegiam a relação entre desigualdade e conflito está no fato de que tais teorias atuam apenas no nível individual: elas não nos ajudam a entender os modos pelos quais os grupos se engajam na luta armada e como eles conseguem resolver os problemas de ação coletiva que inevitavelmente surgem no contexto de uma rebelião (*idem*). Nesse contexto, ganharam destaque as abordagens focadas no *ator racional*, que trouxeram para o debate das guerras civis a idéia de que os grupos insurgentes agem motivados pela expectativa de recompensas materiais oriundas de sua participação (e eventual vitória) nos conflitos. Em suma, os guerrilheiros buscam um *butim*:

“A teoria do ator racional explicitamente rejeita o pressuposto da teoria da privação relativa, no qual o descontentamento é, inerentemente, uma motivação poderosa em uma ação política rebelde. De uma perspectiva do ator racional, a privação e a frustração são ou irrelevantes ou relevantes apenas condicionalmente, dependendo da medida em que geram um interesse [dos possíveis

---

<sup>46</sup> Certamente os períodos de ditadura contribuíram para a desarticulação dos movimentos que pregavam a mudança social radical no País. Mas, ainda assim, a ausência de levantes no Brasil (e em outros países da América Latina) é um fenômeno difícil de ser compreendido à luz da tese da privação relativa.

insurgentes] nos bens públicos a serem conquistados por meio da rebelião e são acompanhadas da crença que a rebelião tende a ser bem-sucedida”. (Muller et al., 1991, p. 1262).

A recompensa da vitória na guerra civil, no entanto, não pode vir somente na forma de bens públicos<sup>47</sup>, pois eles estariam disponíveis para toda a população, mesmo para aqueles que não participaram da guerra civil, o que certamente criaria baixos incentivos à adesão dos indivíduos aos grupos rebeldes (*idem*). Há ainda uma questão adicional: como a possibilidade de ganhos para os que estão nas fileiras mais baixas dos insurgentes é bastante pequena – até por que a vitória nas guerras civis é geralmente incerta – os incentivos para o “homem comum” se juntar aos rebeldes é mínimo. Como resolver este problema? Uma das respostas está na conhecida obra de Mancur Olson, *A Lógica da Ação Coletiva*. Nela, Olson (1965) afirma que, para incentivar os indivíduos a participarem em ações coletivas cujo custo é significativamente elevado, haveria a necessidade de coerção ou o oferecimento do que ele nomeia “incentivos seletivos” (*selective incentives*), uma vez que

“apenas um incentivo *distinto e seletivo* estimulará um indivíduo racional, em um grupo latente, a atuar em de um modo orientado para um grupo. Em tais circunstâncias a ação em grupo pode ser obtida apenas por meio de um incentivo que opera não indiscriminadamente, como o bem coletivo, sobre o grupo como um todo, mas *seletivamente* sobre os indivíduos de um grupo. O incentivo deve ser ‘seletivo’ para que aqueles que não participam da organização que está trabalhando para os interesses do grupo, ou que de outras formas colabore para o sucesso do interesse do grupo, possa ser tratado de modo distinto daqueles que o fazem”. (Olson, 1965, p. 51 *apud* Oliver, 1980, p. 1357).

Dessa maneira, lançando mão de bens cujo usufruto seria exclusivo de alguns, seria possível evitar um dos problemas mais comuns nas guerras civis, o do *free rider*<sup>48</sup>, e consolidar um grupo coeso o suficiente para levar a cabo uma luta armada. Samuel Popkin, em seu *The Rational Peasant* (1979), talvez a obra mais famosa a aplicar as teses de Olson às

<sup>47</sup> Isto é, bens que cujo consumo é não-rival e não-excludente. Um bem não-rival é aquele cujo consumo de uma pessoa não afeta o consumo de outra (um espetáculo teatral ou uma sessão de cinema, por exemplo), enquanto um bem não-excludente é definido como um bem no qual não é possível (ou é inviavelmente caro) proibir outros de consumi-lo, tal como a luz de um farol. Há uma série de bens que podem ser classificados como bens públicos, pois atendem aos dois requisitos aqui mencionados. Alguns dos exemplos mais frequentemente mencionados são segurança nacional, ar limpo, sistemas de controle de desastres naturais e iluminação pública. Uma discussão econômica sobre o assunto pode ser encontrada em Cornes e Sandler (1996) e Batina e Ihori (2005).

<sup>48</sup> Um *free rider* (termo às vezes traduzido como “caroneiro” em português), é um indivíduo que recebe o benefício de um bem, mas não deseja pagá-lo (Mankiw, 2008, p. 228). O *free rider* pode se tornar um problema econômico quando pelo excesso de consumo ou pela baixa disposição a arcar com seus custos, um bem pode não ser oferecido, ou disponibilizado em escala insuficiente.

rebeliões camponesas (Lichbach, 1994, p. 384), afirma que os homens são, sobretudo, maximizadores de utilidade, portanto suscetíveis a incentivos materiais oferecidos pelos líderes rebeldes e propensos a tomar parte em uma guerra civil caso seus benefícios marginais sejam maiores do que seus custos<sup>49</sup>. Dessa forma, se uma liderança fosse capaz de prover bens materiais em quantidade suficiente para estimular os demais indivíduos, eles renegariam seus impulsos altruístas em favor de uma atitude colaborativa com os movimentos insurgentes, uma vez que tal ação iria de encontro a seus interesses particulares.

As novas teses que colocam a “cobiça” como o motivo mais relevante para a participação dos indivíduos em um movimento rebelde são diretamente influenciadas pelos pressupostos da teoria do ator racional, e por isso compartilham alguns de seus problemas. Embora menos sofisticadas analiticamente do que ambos os modelos acima descritos (Völkel, 2006, p. 10) – uma vez que elas enfatizam apenas o *pay-off* da participação do conflito pelas organizações e indivíduos, sem comentar os outros aspectos da ação coletiva dos grupos rebeldes – os argumentos da “cobiça” provocaram uma grande discussão nos estudos sobre as guerras civis, pois eles encontraram um importante respaldo nas análises estatísticas trazidas por seus autores. De acordo com Collier e Hoeffler (2004, p. 6), uma guerra civil tem maior chance de ocorrer em lugares nos quais há recursos facilmente exploráveis, pois assim eles teriam capital suficiente para financiar a compra de armas e, também, para fornecer incentivos para potenciais membros. Os autores também mencionam que os grupos rebeldes também podem se financiar de outras formas: é possível que eles espoliem diretamente a população local, que recebam apoio de estados hostis ao governo que tais grupos enfrentam, ou que imigrantes vivendo em países desenvolvidos enviem dinheiro para estas organizações rebeldes situadas em seus países de origem (*idem*, p. 7). A criação do movimento insurgente, para Collier e Hoeffler (*ibidem*), pode ser justificada pela vontade de tomar posse de tais recursos, em um explícito desejo de enriquecimento. O problema, contudo, está no fato de que

---

<sup>49</sup> A tese de Popkin (1979) oferece uma explicação para a ação coletiva rural bastante diferente da idéia de “economia moral” apresentada por James Scott (1976). O argumento principal de Scott pode ser resumido da seguinte forma: “*Scott afirma que os camponeses são avessos ao risco e, portanto, desenvolveram coletivamente mecanismo de segurança social. Tais [mecanismos] são reforçados por um valor fundamental da sociedade camponesa, a ética da subsistência, na qual o direito do camponês de subsistir deve estar assegurado. Scott também argumenta que as relações entre patrão e trabalhadores [patron-client relations] nas sociedades camponesas são reguladas por uma ética da reciprocidade como outro valor fundamental. Esta norma é a que faz com que o respeito dos camponeses por sua elite e os pagamentos feitos a estas elites devam ser contrabalanceados por um retorno em justiça, proteção e segurança de subsistência*” (Feeny, 1983, p. 769). Popkin (1979), ao contrário, propõe um modelo de decisão camponesa baseado na racionalidade individual e no auto-interesse dos camponeses, não dando margem a explicações do tipo moral para a ação coletiva no campo (Feeny, 1983, p. 781).

a ação dos guerrilheiros, no modelo proposto pelos autores, seria pouco discernível das práticas meramente criminosas, na qual a apropriação (muitas vezes indevida) de bens é justificada como um fim em si mesmo. A análise aqui parece dar suporte teórico às imagens das guerras civis veiculadas nos meios de comunicação: jovens drogados, armados com fuzis AK-47 e usando chinelos, aterrorizando civis aleatoriamente e buscando algum estabelecimento para pilhar. Mesmo as Nações Unidas adotaram esta postura, e o ex-Secretário-Geral da instituição, Kofi Annan, declarou que

“[...] a busca por diamantes, drogas, madeira, concessões ou outras mercadorias preciosas guia uma série de guerras internas na atualidade. Em alguns países a capacidade do estado de extrair recursos da sociedade e de utilizar o patronato é o prêmio a ser lutado” (Annan, 1999 *apud* Kalyvas, 2001, p. 101).

Os pesquisadores que passam longos períodos em campo, entretanto, mencionam razões das mais distintas para o fenômeno da adesão dos indivíduos às guerrilhas, não somente interesse material. Ao analisar a guerra civil em El Salvador (1979-1992), Elisabeth Woods atesta que antes dos confrontos os benefícios materiais eram exíguos, e que “*a consequência imediata da mobilização foi violência em vez de ganhos materiais*” (Woods, 2003, p. 12, grifo nosso). Depois de iniciada a guerra, os rebeldes ofereceram poucos bens aos apoiadores civis e, mesmo nos casos onde tais vantagens materiais foram disponibilizadas pelos insurgentes, elas estavam disponíveis *a todos*, não apenas para aqueles que colaboraram ativamente com a guerrilha. Dessa forma, a questão do *free rider* não foi eliminada com a provisão de bens materiais, e a grande parte dos camponeses, no caso de El Salvador, usufruiu de tais benefícios sem participar da insurgência (*idem*, p. 13). Para a autora, talvez também os valores morais e os sentimentos, e não somente as recompensas materiais, tenham um papel proeminente na ação coletiva (*ibidem*). Mesmo combates como o de Serra Leoa, amplamente tido como um exemplo típico das guerras de pilhagem (no caso, de diamantes), mostra-se bastante diferente quando analisado do ponto de vista dos rebeldes<sup>50</sup>: “*muitos membros mais baixos dos movimentos rebeldes africanos, estigmatizados como não tendo ideologia alguma, parecem, na verdade, ter uma visão política sofisticada a respeito de sua própria participação [no conflito]*” (*idem*, p. 103). O que muitas vezes acontece, é que “[...] suas

---

<sup>50</sup> Após uma série de entrevistas com jovens soldados em Serra Leoa, Peter e Richards (1998, p. 83) concluem que “[...] muitos combatentes menores de idade escolhem lutar de olhos abertos, e defendem suas escolhas, por vezes com orgulho. [...] Eles têm às vezes uma compreensão surpreendentemente madura de sua difícil situação [predicament].” Este trabalho é também citado por Kalyvas (2001) como um exemplo da presença de outros motivos que não apenas a cobiça nas guerras civis modernas.



*motivações ideológicas simplesmente não estão visíveis para os observadores que estão procurando padrões “ocidentais” de aliança e discurso” (ibidem).* Seria possível mencionar outros exemplos, tais como o de Moçambique, no qual a ideologia local também teve um papel importante no confronto, embora a guerra tenha sido vista basicamente como motivada por razões materiais (*ibidem*). Assim, talvez uma tese baseada exclusivamente no interesse material dos indivíduos não dê conta de explicar corretamente a participação civil em um combate<sup>51</sup>.

Contudo, mesmo se fossem aceitas as premissas de que o indivíduo atua apenas segundo seu auto-interesse, e que os incentivos seletivos são eficientes para atraí-lo a participar de determinada ação coletiva, ainda seria necessário responder a algumas indagações. Em primeiro lugar, ainda que tais argumentos pudessem explicar o porquê de alguém aderir a um movimento, eles não explicariam a razão pela qual *nasce* tal organização, pois tomam como pressuposto a existência de um grupo já formado e capaz de levantar e distribuir incentivos seletivos a seus participantes (Völkel, 2006, p. 7). Com efeito,

“[...] a participação é amplamente [vista como] uma avaliação mercenária, distante de qualquer consideração sobre se os participantes compartilham as metas e crenças dos rebeldes. Como sugere DeNardo (1986, p. 56), isso “implica que os socialistas irão participar das manifestações fascistas de bom grado, e vice versa, se os organizadores simplesmente fornecerem bastante café e *donuts* para os participantes”. (Mason, 2009, p. 76).

Em uma tentativa de resolver algum desses problemas, foi formulada a *teoria dos movimentos sociais*, cujos maiores expoentes são os americanos Charles Tilly, com seu *From Mobilization to Revolution* (1978) e Doug McAdam, que em 1982 publicou *Political Process and the Development of the Black Insurgency 1930-1970*, ambos já considerados clássicos da sociologia contemporânea. A teoria dos movimentos sociais (também conhecida como *teoria da mobilização de recursos*) enfatiza como lideranças conseguem arregimentar membros em

---

<sup>51</sup> Collier (2000, p. 92) argumenta que a mobilização de ideologias políticas ou religiosas pelos grupos insurgentes tem fins meramente propagandísticos: “*Aquelas organizações rebeldes que são suficientemente bem-sucedidas para serem notadas provavelmente não seriam ingênuas a ponto de admitir a cobiça como um motivo [para a rebelião]. Organizações rebeldes bem-sucedidas colocam uma ênfase considerável em boas relações públicas com a comunidade internacional. As narrativas de descontentamento jogam muito melhor com esta comunidade do que as narrativas de cobiça*”. Ainda que Collier possa estar certo em sua afirmação – é bastante plausível a existência de organizações com o perfil por ele descrito –, o autor não justifica seu argumento com estudos de caso e com uma análise no nível dos rebeldes. E, também, não contempla a possibilidade de que o uso da ideologia possa não ser apenas de má-fé, e que tais motivos de ‘descontentamento’ (diferenças étnicas, repressão política, discriminações baseadas em raça ou religião, por exemplo), mesmo que mesclados a interesses materiais, possam ser causas legítimas para uma ação violenta.

favor de uma rebelião contra um governo estabelecido em determinado território (Mason, 2009, p. 77). A teoria assume também a premissa de que há uma continuidade entre a política feita por vias pacíficas e a feita por modos violentos, e que existe sempre uma possibilidade de que uma dissidência política acabe por se tornar um conflito de fato (Völkel, 2006, p. 7). Contudo, como os custos de uma ação coletiva violenta são significativamente mais altos do que os de uma ação pacífica, é necessário que os grupos mobilizem mais recursos a fim de conseguir obter os resultados por eles planejados (*idem*). Dessa forma, as lideranças dissidentes só conseguem se transformar em verdadeiros rebeldes quando estes são capazes de arregimentar quantidades suficientemente altas de diversos bens (terra, armas, trabalho, dinheiro, etc) a ponto de minar a soberania do governo em determinada parte de seu território (*ibidem*, p. 8). “A guerra civil, então, é a luta entre dois soberanos para ver qual deles irá prevalecer como o único governo legítimo” (Mason, 2009, p. 78).

O que diferencia significativamente a tese do ator racional da teoria dos movimentos sociais é o fato de que, para esta, os indivíduos não se encontram atomizados e desprendidos de todos os vínculos coletivos. Pelo contrário: as pessoas são constantemente envolvidas em redes informais, em estruturas políticas pré-existentes e em outros tipos de organizações institucionalizadas (Morris, 2000, p. 466). E esses vínculos funcionariam como uma importante força de mobilização: são eles que, na verdade, solucionam o problema de ação coletiva nas rebeliões, pois fornecem incentivos sociais bastante eficientes para garantir a colaboração de seus membros (Mason, 2009, p. 78). Mas por qual razão tais movimentos são mobilizados em determinado período e não em qualquer outra época? De acordo com esta teoria, uma dos fatores decisivos para a mobilização é a *oportunidade na estrutura política* do governo que se deseja desafiar (*idem*), uma vez que a existência de tal oportunidade reduz os custos relativos da atuação dos movimentos sociais. Assim, quando a fraqueza do governo é visível, surge uma brecha para a atuação eficaz da parte dos grupos sociais dissidentes, e ela pode manifestar-se de diversas formas, seja por meio de divisões na elite política, pelo surgimento de aliados externos, pelo enfraquecimento do aparato do estado ou pela abertura de um novo espaço político para contestação<sup>52</sup> (Morris, 2002, p. 466). É verdade que nem sempre quando tais oportunidades existem aparece automaticamente um movimento violento. Se o custo da ação pacífica for significativamente menor do que os da ação coletiva violenta,

---

<sup>52</sup> Se tomarmos o descontentamento civil como relativamente constante, veremos que as oportunidades oferecidas pelo regime já estabelecido são os fatores mais importantes para determinar a ocorrência de uma revolta. A questão, desse modo, estaria mais ligada às crises no sistema político do que ao aumento dos sentimentos de hostilidade dos rebeldes (Mason, 2009, p. 81).

e mesmo assim houver a possibilidade de que os fins almejados pela organização possam ser atingidos, não há razão para rebelar-se; assim, a probabilidade de revolta tende a diminuir, não a aumentar (Völkel, 2006, p. 8). A democracia, nesse sentido, tem um papel crucial na teoria dos movimentos sociais, pois ela pode reduzir os custos relativos da ação coletiva violenta comparativamente à ação pacífica efetiva, minimizando assim as chances de uma escalada de violência política em determinado país (*idem*).

Serão vistos agora os modelos *estatocêntricos*. Ao contrário das teses vistas acima, que vêem o Estado como um espaço de luta política de setores da sociedade civil, as teorias estatocêntricas trazem as discussões ocorridas *dentro* do aparato público para o centro da análise dos conflitos. A defesa mais contundente das teses estatocêntricas está presente na obra clássica de Theda Skocpol, *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*, publicada em 1979. Nela, a autora afirma que estas três revoluções possuem algo em comum: embora o uso de teorias revolucionárias e a mobilização das massas sejam fatores relevantes, o sucesso de tais levantes não está diretamente ligado a elas, mas sim às chances oferecidas pelas estruturas de poder vigentes (Skocpol, 1979). Nesse sentido, a tese de Skocpol encontra um paralelo com a idéia de oportunidades políticas defendida pela teoria da mobilização de recursos, mas com uma diferença:

“Skocpol vai além deste conceito [das oportunidades políticas] a fim de explorar *como* a própria estrutura do estado e as mudanças incrementais em ambos os padrões de relações entre o estado e a sociedade e entre o estado e seu ambiente internacional produzem as crises que iniciam as irrupções revolucionárias” (Mason, 2009, p. 81).

Para a autora, tanto a França dos Bourbon quanto a Rússia dos Romanov e a China da Dinastia Manchu foram incapazes de se adaptar às novas mudanças que ocorriam no sistema internacional, e isso fez com que estes antigos impérios perecessem (*idem*, p. 47). Tais estados eram ainda “proto-burocráticos”, sem a centralização e a eficiência típica das burocracias modernas<sup>53</sup> e, o que é mais importante para a tese de Skocpol, estes regimes eram sustentados por uma economia rural, na qual a elite agrária, por um lado, é parceira do estado na exploração das massas camponesas, mas, por outro, são competidores do setor público no que tange à exploração do excedente de produção agrícola e da força de trabalho localizada no campo (*ibidem*, p. 49). Como a elite agrária possui também vasto acesso aos cargos públicos,

---

<sup>53</sup> A referência clássica para os estudos de burocracia é, certamente, Max Weber. Cf. Weber (1980 [1921]), em especial o terceiro capítulo do primeiro volume, *Die Typen der Herrschaft* (os tipos de dominação).

essa tensão entre interesses distintos é colocada dentro do estado e, caso haja uma forte necessidade, da parte do estado, de expandir o contingente militar e os recursos disponíveis ao poder público (como preparação para uma guerra internacional, por exemplo), haverá choques com as demandas da aristocracia rural, e isso pode levar a certa paralisia nas decisões do estado, abrindo-se um espaço para que as revoluções, antes latentes, venham a ter sucesso (*ibidem*, p. 50). Nas palavras da autora:

“as tentativas de reformas modernizantes de baixo para cima na França e na China [...] iniciaram a resistência políticas unificada das bem-organizadas forças das classes dominantes. Por sua vez, já que essas forças possuíam poder de alavancagem (*leverage*) dentro dos mecanismos formalmente centralizados dos estados monárquicos, sua resistência desorganizou tais mecanismos. A autoridade autocrática foi abolida [...] e as administrações monárquicas e os exércitos foram divididas de modo irreparável” (Skocpol, 1979, p. 81).

Portanto, considerando-se os níveis de descontentamento popular como relativamente constantes, as crises estatais fornecem a janela de oportunidade para que uma rebelião seja bem-sucedida.

Um ramo da literatura recente sobre as guerras civis também tem voltado suas atenções à estrutura do estado, mas com um viés diferente do adotado por Theda Skocpol. Inspirados nas teorias de Relações Internacionais, sobretudo no Realismo e na discussão acerca do dilema de segurança, um grupo de autores vêm destacando as similaridades entre os ‘estados falidos’ e a ordem internacional, na qual a condição de anarquia estimula a concorrência entre os diversos atores do sistema. Pela sua importância na discussão moderna sobre os conflitos internos, em especial no debate sobre os “conflitos étnicos” que surgiram a partir da dissolução da antiga União Soviética e da ex-Iugoslávia, seus argumentos serão apresentados com mais detalhes a seguir.

O dilema de segurança é um dos conceitos mais conhecidos e utilizados pela teoria Realista de Relações Internacionais. Pode-se dizer, com Nick Wheeler e Ken Booth (1992 *apud* Roe, 1999, p. 183), que “*de todos os dilemas da política mundial, o dilema de segurança é quintessencial. Ele vai direto ao coração da teoria e da prática da política internacional*”. Embora as idéias de anarquia e de balança de poder sejam já bastante antigas<sup>54</sup>,

---

<sup>54</sup> David Hume afirmou que Híeron, rei de Saracusa, utilizava já a noção de equilíbrio de poder com total

o conceito de dilema de segurança, em contrapartida, teve seu desenvolvimento em época bastante recente, com os trabalhos pioneiros de John Herz (1950; 1951) e de Herbert Butterfield (1951). Em uma passagem sucinta, Herz resume sua definição do dilema de segurança:

“Onde quer que uma sociedade anárquica tenha existido – e ela existiu em algum nível durante vários períodos da história que conhecemos – surgiu o que pode ser chamado de ‘dilema de segurança’ para os homens, grupos, ou seus líderes. Grupos ou indivíduos vivendo em tais situações devem ser, e geralmente são, preocupados com sua segurança para não serem atacados, subjulgados, dominados ou aniquilados por outros grupos ou indivíduos. Almejando segurança contra tais ataques, eles são compelidos a adquirir mais e mais poder a fim de escapar do poder dos outros. Isto, por sua vez, deixa os outros mais inseguros e compele-os a preparar-se para o pior. Uma vez que nenhum deles pode sentir-se totalmente seguro neste mundo de unidades que competem entre si, a competição pelo poder continua, e o círculo vicioso da segurança e da acumulação de poder prossegue. Seja o homem por natureza pacífico e cooperativo, ou dominador e agressivo, isso está fora de questão. A condição que nos preocupa aqui não é biológica ou antropológica, mas social.” (Herz, 1950, p. 157).

O dilema, dessa forma, é um processo gradual de busca por poder, motivado estritamente pelo medo, que pode levar a conseqüências extremamente danosas a ambas as partes. Um aspecto interessante do dilema de segurança é que, muitas vezes, o ele acontece sob a forma de uma ‘tragédia’, na qual ambos os contendores desejam apenas manter sua estabilidade, mas, para isso, vêm-se forçados a atacar uns aos outros de modo preventivo: como efeito, a violência no dilema de segurança é muitas vezes ‘involuntária’, uma vez que ela não se constitui como o foco principal da ação dos agentes (Butterfield, 1951 *apud* Roe, 1999, p. 183). Tendo como condição estrutural a anarquia, no limite apenas a lógica de *self-help* pode ser utilizada de modo confiável pelos estados, e o ataque antecipado apresenta-se como a melhor estratégia para garantir a sobrevivência da entidade soberana.

Segundo alguns autores, a mesma situação pode acontecer em um cenário de conflito intraestatal (Posen, 1993; Lake & Rothchild, 1996; Roe, 1999; Rose, 2000). Um tipo de

---

consciência (Hume, 1987 [1742]). Nem todos os historiadores modernos, contudo, acreditam nessa versão, creditando às cidades-estado italianas do Renascimento o primeiro uso sistemático do conceito. Para uma discussão sobre o tema ver: Knusten, 2007. Ver também o excelente trabalho de ‘historiografia das idéias do Realismo’ de Jonhatan Haslam (2006 [2002]). Haslam diz que Hume possivelmente estava certo em sua afirmação, e que o fato do equilíbrio de poder ter praticamente desaparecido durante o período histórico dominado pelo Império Romano talvez tenha feito com que houvesse uma certa aura de ‘ineditismo’ quando o conceito foi retomado pelas cidades italianas (*idem*, pp. 148-9)

anarquia pode emergir com o enfraquecimento do monopólio da força legítima de um estado nacional, na qual o governo deixa de ser o intermediador das disputas entre os grupos sociais, uma situação próxima àquela descrita por Hobbes (1839 [1651]). Há alguns exemplos: Michael Ignatieff (1995) cita o exemplo da Iugoslávia e afirma que embora sérvios, bósnios e croatas vivessem em relativa harmonia durante muitos anos, a morte do Marechal Tito deixou um enorme vácuo de poder no país, e isso incentivou a tomada de posições ofensivas das etnias, umas contra as outras; Rubin (1998 *apud* Snyder & Jervis, 1999, p. 17) afirma que o conflito étnico no Tajiquistão aconteceu *depois* da queda da autoridade central, caracterizando uma espécie de dilema de segurança; e são muitos os analistas que atribuem a violência na Somália ao mesmo mecanismo (Lake & Rotschild, 1996, p. 43). Barry Posen, um dos primeiros autores egressos do Neorealismo a sugerir a aplicação do dilema às guerras civis, afirma categoricamente que

“quando a autoridade central está entrando em colapso, os grupos que emergem destes escombros políticos (*political rubble*) tentarão formar seus próprios estados. Estes grupos vão escolher líderes, montar burocracias para coletar impostos e prover serviços, organizar forças policiais para segurança interna e organizar forças militares para segurança externa” (Posen, 1993, p. 34).

É prudente, entretanto, fazer algumas qualificações à transposição do conceito de dilema de segurança para o campo dos conflitos civis. Steven David (1997, p. 561) afirma, a nosso ver acertadamente, que “[...] a anarquia não pode simplesmente ser pressuposta nas guerras internas: [...] a maior parte das guerras internas ocorrem quando os governos continuam a exercer algum grau de controle; isto é, elas não acontecem no ambiente da anarquia pressuposto pelo Neorealismo”. Nas teorias de Relações Internacionais, por um lado, é fácil tomar a ausência de uma força global como um dado e assumir a condição estrutural de anarquia, mas essa premissa nem sempre é clara no campo da política interna. Ademais, também é questionável a idéia de uma ligação automática entre o desaparecimento da autoridade central e o início imediato dos conflitos: Fearon e Laitin (1996, p. 716-717) lembram que os conflitos étnicos intraestatais que chegam a romper totalmente a estrutura do estado são muito raros, e de acordo com Rui de Figueiredo e Barry Weingast (1999, p. 261), “*embora a maioria dos grupos étnicos depare-se com dilemas de segurança, a dinâmica do espiral [de violência] ocorre apenas ocasionalmente*”. Nesse sentido,

“mesmo se concebermos o dilema de segurança como uma situação, ela é uma situação social com causas sociais e de percepção, não apenas um fato da natureza. Logo, o dilema de segurança é um motivo

para certos comportamentos, e também um resultado a ser explicado” (Snyder & Jervis, 1999, p. 24).

Com efeito, o Neorealismo não é capaz de apontar quais aspectos de cada estado foram importantes para o rompimento da ordem existente. Não há uma palavra, oriunda da abordagem Neorealista, sobre os eventuais problemas de legitimidade, de acomodação política dos diferentes grupos, da ordem econômica interna, ou qualquer outro fator determinante para o início dos conflitos. Embora Kenneth Waltz (1986) possa manter sua teoria sem recorrer a fatores internos, seus seguidores do campo das guerras civis enfrentam certos problemas para manterem os pressupostos do Neorealismo em sua área de estudos, e mesmo o alcance de sua argumentação é relativamente limitado. Desse modo, as outras abordagens acima mencionadas, como a dos atores desprovidos, dos atores racionais e o modo estatocêntrico de Skocpol, mesmo com suas eventuais falhas e contradições, ainda sejam capazes de fornecer melhores subsídios para que se compreenda a atuação dos grupos em uma guerra civil.

Em resumo, existem várias teorias concorrentes que visam a explicar as razões para uma insurgência. De Tucídides aos autores contemporâneos, são muitas as tentativas de delinear quais motivos levam os indivíduos, mesmo sob condições freqüentemente adversas, a mobilizarem-se e desafiar o domínio político e social do estado. Não obstante o fato de terem sido formuladas diversas teorias distintas para esse fenômeno, as análises que dão destaque à cobiça e ao descontentamento ainda possuem lugar de destaque na literatura, apesar das merecidas críticas que têm recebido nas últimas décadas.

Caso haja necessidade de maior precisão quanto às causas dos conflitos domésticos, deve-se assumir a idéia de que não há um único motivo a guiar os grupos insurgentes. Como sugere Dixon (2009, p. 731), seria interessante se as teorias de guerra civil, sobretudo aquelas que se dedicam a analisar os “microprocessos” dos conflitos domésticos, comesçassem a adotar uma abordagem que incluía “*múltiplos caminhos para a guerra*”. Kalyvas (2006), nesse sentido, também afirma que as clivagens ocorridas ao nível maior da estrutura social muitas vezes não correspondem às divergências observadas entre grupos locais, e isso certamente demandaria novos estudos e estruturas teóricas complementares para a compreensão das guerras domésticas.

Na presente dissertação, o objetivo não é o de discutir as guerras civis sob a perspectiva dos indivíduos. Embora este nível de análise seja importante para a compreensão de alguns dos mecanismos causais dos conflitos domésticos, ainda não existe uma quantidade suficiente de dados para incorporar, de modo abrangente, as dinâmicas locais aos estudos empíricos comparados. Assim, a preferência é por trabalhar com variáveis mais amplas que, além de já estarem disponíveis nos bancos de dados atuais, prestam-se mais facilmente à comparação entre a competitividade do poder executivo e a incidência das guerras civis, o tema deste texto. No próximo capítulo, portanto, será feita uma breve revisão da produção quantitativa sobre as causas coletivas das guerras civis.



## CAPÍTULO 2

### UMA REVISÃO DAS ANÁLISES QUANTITATIVAS

*When we cannot control the assignment of the potential causes, we are at the mercy of history [...]. Where history was kind enough to have generated different causes under the same conditions we will know more and know better.*

Adam Przeworski, *Is the Science of Comparative Politics Possible?*, p. 24-26.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma revisão da literatura quantitativa sobre as guerras civis. Enquanto no capítulo anterior foram analisadas algumas das causas que motivam a participação *individual* nos movimentos rebeldes, aqui, em contrapartida, serão discutidos quais os fatores que, na produção acadêmica recente, se mostram estatisticamente correlacionados à incidência de guerras civis *em termos nacionais*<sup>1</sup>. Contudo, é prudente ressaltar, de antemão, os limites desses estudos quantitativos. Em primeiro lugar, não há uma técnica de regressão estatística que seja considerada intrinsecamente melhor do que as outras, nem um método exclusivo para testar a robustez das análises empíricas. Assim, é normal que haja discrepâncias entre as metodologias utilizadas e, conseqüentemente, entre os resultados obtidos por diferentes pesquisadores (Hegre & Sambanis, 2006, p. 509). Em segundo lugar, a variável dependente também não é operacionalizada da mesma forma por todos os estudos de guerras civis. Certos autores, por exemplo, preferem analisar o ‘início de guerra civil’, na qual apenas o primeiro ano do conflito é assinalado como ‘1’, enquanto outros preferem analisar a ‘incidência’ das guerras internas, onde todos os anos com conflitos são codificados como ‘1’ e incluídos na análise. Os mesmos modelos, assim, podem trazer resultados um pouco diferentes, dependendo de qual variável foi adotada no estudo. Por fim, é possível que alguns dos modelos testados tenham problemas de causalidade (Sambanis, 2004a, p. 259), uma vez

---

<sup>1</sup> Há, atualmente, uma crescente literatura focada em medidas sub-nacionais, que visam entender o impacto local de certas variáveis. Contudo, como o tema deste trabalho (a competitividade do poder executivo) deve ser obrigatoriamente analisado em termos nacionais, a revisão bibliográfica será feita com base neste recorte.

que as análises estatísticas mostram somente a *relação* entre as variáveis e não sua dinâmica de causa e efeito. Como sabido, esta deve ser formulada *pelos pesquisadores*, com base em suas percepções analíticas e seus conhecimentos teóricos sobre o assunto (Anderson, Sweeney & Williams, 2008, p. 431). As guerras civis, entretanto, são processos fortemente “endógenos”, pois sua própria existência altera significativamente as estratégias, preferências, valores e percepções dos indivíduos (Kalyvas, 2006, 2007). Dessa forma, a tarefa de elucidar os nexos causais nas guerras domésticas é bastante complexa, e isso certamente traz dificuldades na criação e interpretação dos modelos empíricos. Com isso em mente, parece adequada a advertência feita por Dixon (2009, p. 709), na qual o autor afirma que

“[...] um resultado não-significativo [da correlação entre a variável dependente, início de guerra civil, e certa variável independente,] não quer dizer que não haja “nenhum efeito” [de uma sobre a outra], mas que é impossível rejeitar a hipótese nula com um alto grau de confiança. Nesse sentido, uma diferença entre estudos, sobre o fato de uma variável ser ou não estatisticamente significativa, não é, em si mesma, um “debate” entre dois pontos de vista opostos, uma vez que não se pode provar que não exista “nenhum efeito” [entre tais variáveis]. Na verdade, isso representa uma evidência de que a relação detectada é, ao menos em parte, dependente de certas variáveis de controle e do banco de dados utilizados pelos autores. De modo similar, mesmo se os acadêmicos não forem capazes de detectar uma relação, não quer dizer que a relação seja inexistente. De fato, isso não quer dizer nem ao menos que a relação é substantivamente fraca. Pode ser que, simplesmente, nossos dados para algumas das variáveis tenham mais ruídos [*noisier*] do que para outras, fazendo com que seja mais difícil detectar uma relação [entre elas]” (Dixon, 2009, p. 709).

Mesmo com tais problemas, a literatura quantitativa foi capaz de estabelecer algumas relações satisfatórias entre determinadas variáveis e as guerras civis. Embora ainda não exista um modelo geral para as guerras internas, alguns elementos mostram-se significativos em um grande número de estudos empíricos (Gates, 2002; Mack, 2002, p. 519; Hegre & Sambanis, 2006; Dixon, 2009, p. 720; Blattman & Miguel, 2010), e serão discutidos em detalhes neste capítulo. Como muitos desses fatores são robustos tanto nos estudos de ‘início’ quanto nos de ‘incidência’ de guerra civil (Bleaney & Dimico, 2008), eles serão aqui apresentados sem distinções. A fim de facilitar sua exposição, as variáveis foram divididas, esquematicamente, em *demográficas, geográficas, econômicas, históricas e políticas*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A divisão é pessoal, baseada nas compilações de Zimmerman (2008, p. 49-88), Dixon (2009, p. 708-721) e também no trabalho de Hegre & Sambanis (2006). Alguns fatores, contudo, poderiam estar contidos em mais de uma categoria, mas foram classificados de acordo com o que foi considerado, subjetivamente, como o aspecto mais importante de sua definição.

## 2.1 – As Variáveis Demográficas

Um dos principais elementos a fomentar uma guerra civil, de acordo com a literatura recente, é a presença de uma *grande população nacional*. Com efeito, não é difícil imaginar que a existência de um grande contingente demográfico seja capaz de gerar graves tensões sociais. Os motivos são diversos. Pode-se imaginar, por exemplo, que caso muitas pessoas habitem o mesmo território haveria uma forte pressão sobre recursos naturais escassos, como terra cultivável ou água potável, e isso poderia desencadear um conflito civil<sup>3</sup> (Homer-Dixon & Blitt, 1998, p. 2 *apud* Urdal, 2005, p. 420). É também razoável afirmar que, na presença de uma vasta população, é preciso que o governo mantenha um número elevado de agentes públicos para preservar a ordem social, sob o risco de áreas periféricas caírem nas mãos de grupos independentes; contudo, como nem sempre tais recursos humanos são abundantes em todas as áreas de um estado, certas regiões podem encontrar facilidades para articular um levante. Ademais, por uma questão puramente numérica, uma grande população pode fornecer uma ampla oferta de potenciais recrutas para um movimento insurgente (Fearon & Laitin, 2003, p. 83), um elemento que certamente favorece o surgimento (e a expansão) dessas organizações. As pesquisas empíricas, de fato, têm comprovado a existência de uma forte relação entre tamanho de população e guerras civis, sendo esta uma das variáveis mais robustas nos modelos estatísticos atuais<sup>4</sup> (Collier & Hoeffler, 1999, p. 13; 2004, p. 573; Sambanis, 2001, p. 273; Fearon & Laitin, 2003, p. 84; Hegre & Sambanis, 2006, p. 526; Dixon, 2009, p. 720; Brückner, 2010). De acordo com os dados, nações populosas geralmente enfrentam mais guerras civis do que estados pouco povoados, e “*um país com uma população de 10 milhões de habitantes possui um risco cerca de duas vezes maior [de uma guerra civil] do que um país de um milhão de habitantes*” (Raleigh & Hegre, 2009, p. 224). Dessa forma, embora a relação não seja proporcional, tudo indica que a chance de um conflito aumenta conforme o tamanho da população<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> O argumento é sabidamente derivado de Thomas Malthus (1826 [1798]). É interessante notar, contudo, que Urdal (2005, p. 426-427) não encontrou uma correlação muito robusta entre escassez de terra, densidade populacional e conflitos civis. Não obstante Urdal (2005, p. 428) ter encontrado uma relação entre países com alto crescimento populacional nos anos 1970 e conflitos civis, o efeito desaparece quando o autor utiliza uma amostra constituída apenas de nações soberanas à época.

<sup>4</sup> Muitos desses textos são também mencionados no artigo de Dixon (2009, p. 709), que traz uma boa compilação bibliográfica sobre os estudos quantitativos de guerras civis e será utilizado muitas vezes neste capítulo.

<sup>5</sup> Paul Collier defende, baseado nesta constatação e na idéia de que segurança é um bem que possui grandes economias de escala, que uma das soluções para os conflitos em países pobres pode ser a *união* dos territórios. Por exemplo: “*Um país com uma população que é o dobro de outro país idêntico tem um risco de uma guerra civil ocorrer apenas um pouco maior do que seu parceiro menor: especificamente, é um quinto maior. [...]*

Outras variáveis populacionais, todavia, ainda não são consensuais nos estudos quantitativos. Uma das hipóteses sugeridas por alguns pesquisadores é a de que um *crescimento populacional exacerbado* pode gerar conflitos internos. De acordo com Gunnar Heinsohn (2006 [2003]), um rápido aumento da população nacional criaria uma perigosa “bolha de jovens” [*youth bulge*]<sup>6</sup>, e este um contingente estaria facilmente disposto a adentrar em organizações criminosas e demais grupos violentos<sup>7</sup>. Tais jovens formariam, segundo o autor, uma espécie de “demografia do ódio” (Heinsohn, 2007), um “reservatório infinito” (*idem*) de extremistas prontos para serem mobilizados. Dessa forma, diz Heinsohn, não parece fortuito o fato dos países do Oriente Médio e da África Subsaariana passarem por vários tipos de turbulência política: como tais povos estão precisamente em meio a essa mudança demográfica, isso explicaria os muitos ataques terroristas e conflitos civis ocorridos em tais regiões (*idem*). Embora as idéias de Heinsohn tenham arregimentado alguns seguidores ilustres, como Jack Goldstone e Samuel Huntington<sup>8</sup>, e recebido algum suporte empírico (Urdal, 2004; Thayer, 2009), a maioria dos estudos quantitativos não comprova sua importância para explicar o surgimento das guerras civis (Collier & Hoeffler, 2004, p. 587; Salehyan & Gleditsch, s/d, p. 18; Urdal & Hoelscher, 2009; Dixon, 2009, p. 709; Fearon, 2010, p. 15). Mesmo os autores que encontraram uma relação entre a ‘bolha de jovens’ e conflitos domésticos afirmam-na de modo cauteloso. Urdal (2004), por exemplo, aponta que o efeito da ‘bolha de jovens’ é particularmente grave quando combinado com uma situação de estagnação econômica, e não foi capaz de detectar um “nível crítico” de jovens que torne

---

*Digamos que, anteriormente, havia um risco de 10 por cento de risco em cada país [de entrarem em uma guerra civil] então o risco de que haja uma guerra em um ou em outro país é cerca de 20 por cento. Agora, o risco do conflito no novo super-país é apenas um quinto maior do que ambos os países individualmente: isto é, o risco é de 12 por cento. Logo, o risco de guerra caiu de 20 para 12 por cento”* (Collier, 2009, p. 130-131, grifos do autor). Ainda são necessários mais estudos para que seja comprovada a hipótese de Collier, mas ela parece persuasiva.

<sup>6</sup> Heinsohn não é o único proponente desta teoria. O geógrafo americano Gary Fuller já apontava para a ligação entre a presença de um grande número de jovens e o aumento da violência política na Ásia ao menos desde 1985 (Hendrixson, 2004). Heinsohn, entretanto, é o defensor mais proeminente deste argumento, tendo escrito longamente sobre o assunto nas últimas décadas e formulado uma ‘teoria geral’ sobre o tema (2006 [2003]).

<sup>7</sup> Essa medida, quando tomada estatisticamente, em geral representa a proporção de jovens do sexo masculino, de 15 a 25 ou 29 anos, perante a população adulta (Urdal, 2004). Segundo o autor, a utilização de medidas diferentes para quantificar o ‘youth bulge’, como comparar o grupo de jovens com a população total (feito por Collier & Hoeffler, 2004) é a razão pela qual os resultados das análises mostram-se distintos entre si.

<sup>8</sup> Huntington argumenta que parte do extremismo islâmico pode ser explicado pelo excesso de jovens nos países muçulmanos. Em seu famoso *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1997, p. 118), pode-se ler a seguinte passagem: “Em muitos países muçulmanos, o pico da bolha de jovens [*youth bulge*] ocorreu nos anos 1970 e 1980; em outros o pico ocorrerá no próximo século [o XXI]. [...] Esses jovens fornecem os recrutas para as organizações islamistas e os movimentos políticos. Talvez não seja totalmente coincidência que a proporção de jovens na população iraniana subiu drasticamente nos anos 1970, atingindo 20% na última metade da década, e que a revolução tenha ocorrido em 1979 ou que este ponto foi atingido na Argélia no começo dos anos 1990, bem quando o FIS [Front Islamique de Salut – Frente Islâmica de Salvação] argelino estava ganhando apoio popular e ganhando vitórias eleitorais”. Vale lembrar que os primeiros trabalhos de Heinsohn a mencionar essa tese datam do começo da década de 1990.

determinado país mais perigoso<sup>9</sup>; Bradley Thayer, por sua vez, escreve que “[...] *seria forte demais dizer que [a presença de] bolhas de jovens ou países que estão passando por transições demográficas causam guerras civis*” (Thayer, 2009, p. 3088), já que vários outros fatores podem influenciar, talvez decisivamente, a incidência de um conflito doméstico (*idem*). É provável que os efeitos da ‘bolha de jovens’ não sejam causados pela existência deste contingente populacional *per se*, mas, como sugerido por Collier e Hoeffler (2004), estejam ligados às poucas oportunidades oferecidas a esta parcela da sociedade, fazendo com que os custos de rebelião para este grupo sejam significativamente reduzidos. O problema, assim, não seria causado pelas variáveis demográficas, mas sobretudo por razões econômicas.

Um dos pontos mais importantes da discussão sobre as variáveis populacionais é a questão da *diversidade étnico-cultural* dentro de um território. Com efeito, a relevância da heterogeneidade étnica ou cultural para as guerras civis é hoje um dos temas mais polêmicos desta área de estudos, com um grande número de textos trazendo argumentos distintos e chegando a conclusões muitas vezes contraditórias. De início, colocam-se dois problemas na análise da heterogeneidade demográfica nas guerras civis: por um lado, os pesquisadores são temerosos em defender resultados que possam, mesmo que indiretamente, ser tidos como justificativas para políticas de limpeza étnica ou outros tratamentos prejudiciais às minorias (Dixon, 2009, p. 710) e, por outro, existem grandes dificuldades técnicas para se mensurar diferenças culturais, muitas delas impostas pelo caráter mutável deste objeto, o que dificulta a operacionalização e comparação das variáveis empíricas (*idem*). Um desses obstáculos é a própria noção de *etnicidade*, que geralmente aparece de duas maneiras distintas (Kalyvas, 2008, p. 1044) nos estudos de guerras civis. Na primeira delas, é caracterizada como a força motriz das ‘guerras étnicas’<sup>10</sup> e é definida como

---

<sup>9</sup> A afirmação de que haveria um ‘nível crítico’ de 20% de jovens que tornaria uma nação mais propensa à violência política está em Fuller e Pitts (1990) e em Huntington (1997, p. 117-119). Ela é citada e testada empiricamente por Urdal (2004, p. 7).

<sup>10</sup> Como escreve Zimmerman (2008, p. 69), “há autores que desaprovam a utilização da etnia para explicar violência e guerras civis (Gil-White, 2001). A razão é simples: etnias existem apenas no plano das representações das pessoas, não comprovadas biologicamente”. Há, contudo, alguns problemas com esta explicação: a etnia não deve ser tratada como uma espécie de ‘raça’, uma definição com conhecido apelo biologizante (Smedley & Smedley, 2005). A etnia é uma categoria mais ampla, ligada a uma noção mais abrangente de ‘pertencimento’, que pode ser dada não apenas por traços fenotípicos, mas também pela presença de língua, costumes, tradições ou religião comuns, em uma definição usual ao menos desde Max Weber (Cohen, 1978, p. 385). Embora sejam comuns as classificações étnicas feitas de modo arbitrário e errôneo pelos cientistas sociais (*idem*), negar que a etnia é justamente uma classificação intersubjetiva (feita tanto por membros quanto por não-membros do grupo) seria retirar do conceito sua característica principal e sua maior fonte de riqueza. As etnias são, como as nações descritas por Benedict Anderson (1983), “comunidades imaginárias” formadas após um processo, muitas vezes longo, de “invenção das tradições” (Hobsbawm & Ranger, 1983), e não devem ser vistas apenas como um conjunto de atributos fenotípicos comuns. Para um comentário crítico a respeito das

“[...] um subconjunto das guerras civis, definido com base em seus padrões de recrutamento e nas metas dos atores [envolvidos]. Em uma definição simples, as guerras civis étnicas são [aquelas] travadas entre grupos étnicos e estados etnicamente tendenciosos [*ethnically biased states*], pela relação de poder [existente] entre eles” (*idem*).

As guerras civis étnicas baseiam-se em uma “política simbólica” (Kaufman, 2006), na qual os sentimentos de hostilidade de um grupo étnico, lingüístico ou religioso – freqüentemente instrumentalizados por uma elite interessada em dominar o aparato estatal – são violentamente dirigidos à outra coletividade<sup>11</sup> (*idem*, p. 202). Apesar de ser possível avaliar<sup>12</sup> se a clivagem principal de determinado conflito é, por assim dizer, étnica, ideológica ou ‘criminosa’ (que almeja a pilhagem)<sup>13</sup>, em nível local tais motivos normalmente se confundem, e tais classificações acabam por tornarem-se pouco explicativas e um tanto arbitrarias<sup>14</sup> (Kalyvas, 2006). Neste trabalho, entretanto, devido a seu enfoque puramente quantitativo, não será feita qualquer distinção entre as guerras civis por causa de seu motivo principal, e todos os conflitos domésticos serão considerados como de uma mesma categoria.

Em sua segunda acepção, a etnicidade é vista em termos mais práticos, como uma variável independente fornecida pelo *Ethnolinguistic Fractionalization Index* (ELF), um índice construído por pesquisadores soviéticos nos anos 1960 e publicados no *Atlas Narodov Mira* [Атлас народов мира] (1964)<sup>15</sup> que mostra a possibilidade de duas pessoas selecionadas

---

visões ‘naturalizantes’ do conceito de etnicidade, ver Brubaker (2002).

<sup>11</sup> Nota-se aqui a semelhança, talvez inconsciente, com a teoria política de Carl Schmitt, baseada na dicotomia entre *amigo* e *inimigo* (Schmitt, 1996 [1932]; 2006 [1963]) e discutida no capítulo anterior.

<sup>12</sup> Sambanis (2004) afirma que os estudos de caso podem ser ferramentas bastante úteis para se expandir os modelos empíricos usados nas análises de guerras civis. De fato, o modelo formulado por Collier e Hoeffler (2004) foi ‘testado’ por 22 estudos de casos, em dois volumes patrocinados pelo Banco Mundial (Collier & Sambanis, 2005a; Collier & Sambanis, 2005b), e os resultados são interessantes. Uma discussão metodológica sobre como foi feito o ‘teste’ do modelo nas descrições qualitativas está no capítulo introdutório aos dois volumes (Collier, Hoeffler & Sambanis, 2005).

<sup>13</sup> Geralmente as ‘guerras civis históricas’, como as Revoluções Francesa, Russa e Chinesa são associadas à ideologia e as ‘novas guerras’, são ligadas estritamente a motivos torpes, como o enriquecimento ilícito ou a busca crua pelo poder. Essa visão, entretanto, obscurece boa parte das dinâmicas internas dos conflitos civis e, em geral, não faz jus à verdade histórica. Para uma crítica contundente a esta dicotomia entre ‘guerras antigas’ e ‘guerras novas’, ver Kalyvas (2001).

<sup>14</sup> Fearon (2004, p. 277), por exemplo, oferece uma classificação bastante distinta da de Sambanis (2001). Apesar de mais completa, ela também parece ser baseada em categorias históricas *ad hoc* e não em conceitos claros e bem-definidos sobre as guerras civis. O autor classifica os conflitos em: 1) oriundas de tentativas de golpe ou revoluções populares; 2) guerras anti-coloniais; 3) guerras civis na Europa Oriental e nas antigas Repúblicas Soviéticas; 4) guerras civis dos ‘filhos do solo’ [*sons of the soil*]; e 5) financiadas por contrabando (*idem*). Mas não é difícil imaginar, contudo, guerras civis que possuem duas das características acima mencionadas: as FARC, por exemplo, devem ser consideradas como uma revolução popular, ou como uma guerra civil financiada por contrabando? Ou se houver uma mudança de clivagem principal, a categoria na qual o conflito se enquadra também deveria mudar? Tais questões, a nosso ver, ficam ainda em aberto em tais classificações de guerras civis.

<sup>15</sup> Em português, *Atlas dos Povos do Mundo*.

ao acaso vierem a pertencer a etnias diferentes (Laitin & Posner, 2001, p. 13). Por sua facilidade de uso e ampla cobertura – seus dados mostram 910 grupos étnicos em 129 países (*idem*) –, o ELF é o indicador mais utilizado nas análises estatísticas (*ibidem*; Fearon, 2003, p. 2). Seus problemas, todavia, são bastante conhecidos: primeiramente, os dados possuem quase cinco décadas e apresentam alguns erros etnográficos notórios, como o fato de Ruanda, por exemplo, um país marcado por um genocídio feito em linhas étnicas (hutus contra tutsis), ser descrito como um país “eticamente homogêneo” (Bridgeman, 2008, p. 1); em segundo lugar, não há uma descrição adequada dos procedimentos metodológicos utilizados na construção do ELF (*idem*), o que torna praticamente impossível a tarefa de atualizar ou corrigir seus dados; e, ademais, ao resumir todas as diferenças culturais em uma única escala, o índice não é capaz de representar corretamente países que possuem diversas clivagens sociais, lingüísticas ou étnicas (Posner, 2004, p. 850-852). Mesmo com tais falhas, o ELF ainda é o índice mais comum nos trabalhos de guerras civis e apesar de alguns autores terem proposto a utilização de novas escalas para mensurar a etnicidade<sup>16</sup>, a presente discussão sobre a importância dos fatores étnicos para o surgimento dos conflitos internos toma o ELF como medida.

Os resultados, até agora, mostram-se inconclusivos (Kalyvas, 2008, p. 1044; Zimmerman, 2008, p. 68; Dixon, 2009, p. 710). Apesar de muitos pesquisadores não terem encontrado uma relação entre diversidade étnica e conflitos armados (Sambanis, 2001; Fearon & Laitin, 2003; Collier & Hoeffler, 2004, p. 576), Sambanis (2001) afirma que, caso as guerras civis sejam divididas entre ‘identitárias’ e ‘não-identitárias’, as primeiras apresentam uma relação significativa com as variáveis que medem heterogeneidade étnica. Esse argumento em defesa das guerras étnicas, entretanto, não é livre de críticas: não somente ele assume que os conflitos são prioritariamente guiados por uma *única* clivagem, o que está em desacordo com muitas das pesquisas focadas nos ‘micro-processos’ das guerras civis (Kalyvas, 2006; 2009), mas ao utilizar outro índice para mensurar a diversidade étnica dos países (*Ethnic Heterogeneity* – EHET) ao invés do tradicional ELF, os resultados obtidos por Sambanis (2001) são, na verdade, difíceis de serem comparados com o resto da literatura<sup>17</sup>. Mas a questão sobre qual o papel dos fatores étnicos nos conflito civis ainda está longe de

---

<sup>16</sup> Sambanis (2001) e Elbadawi & Sambanis (2002) fazem uso do *Ethnic Heterogeneity* (EHET), criado por Tatu Vanhanen (1999). Segundo os autores, este índice “*mede a etnicidade de um modo mais amplo do que o ELF*” (*idem*, p. 322), uma vez que ele leva em consideração também fatores lingüísticos e religiosos em sua construção.

<sup>17</sup> Existem outros problemas adicionais ao texto de Sambanis (2001). O autor também classifica como ‘identitárias’ as guerras por motivos ‘revolucionários’, o que talvez não seja totalmente adequado e pode vir a mudar o valor dos resultados obtidos nas análises.

encerrada, e mesmo um autor como Paul Collier, que antes havia argumentando sobre a pouca relevância da diversidade étnica como variável explicativa para os movimentos rebeldes (Collier & Hoeffler, 2004), recentemente destacou a influência deste elemento nos conflitos civis e afirmou com clareza que a “*diversidade [étnica-cultural] aumenta o risco de violência*” (Collier, 2009, p. 130). Assim, o debate acerca da heterogeneidade, marcado por dificuldades de mensuração e por uma relativa falta de dados comparativos sobre como funcionam as dinâmicas étnicas, religiosas e lingüísticas em nível local, ainda não apresenta conclusões definitivas<sup>18</sup>.

A *dominância* e a *polarização étnica* também são fatores analisados pela literatura. ‘Dominância’ é geralmente definida como uma situação demográfica na qual um determinado grupo constitui de 45% a 90% da população (Collier, 2001, p. 164). Apesar de alguns estudos assinalarem a importância deste fator para o entendimento de conflitos internos (Hegre et al., 2001, p. 40; Gates, 2002, p. 11; Collier & Hoeffler, 2004, p. 588; Hegre & Sambanis, 2006, p. 529), há também pesquisadores que não encontraram uma relação significativa entre dominância e guerras civis (Fearon, 2005b, p. 497; Montalvo & Reynal-Querol, 2005, p. 808), tornando sua utilização ainda um pouco controversa na literatura. Muitas vezes esta variável é analisada junto com a ‘polarização’, onde grupos de tamanho significativo possuem orientações polarizadas (Zimmerman, 2008, p. 68). De acordo com Montalvo e Reynal-Querol (2005, p. 812), “*o fraco poder explicativo da heterogeneidade étnica sobre o início das guerras civis encontrado em diversos estudos recentes deve-se ao uso de um índice de fracionalização ao invés de um índice de polarização*” e, para resolver tal problema, propõem um índice de polarização, com base em proposições de Reynal-Querol (2002). Ao fazerem uma análise das guerras civis de 1960 a 1999, seus resultados mostram a importância da polarização para explicar os conflitos domésticos (Montalvo e Reynal-Querol, 2005, p. 805-811). O efeito da polarização parece atingir outras dimensões das guerras domésticas: analisando uma variável diferente – a intensidade das guerras civis – Lacina (2006) atesta que a presença de etnias polarizadas aumenta significativamente a dimensão do conflito, e Montalvo e Reynal-Querol (2010) assinalam que a polarização também faz com que as guerras civis sejam consideravelmente longas. Contudo, ainda são relativamente raros os

---

<sup>18</sup> Um dos exemplos que mostra a importância de se utilizar dados desagregados é dado pelo próprio Collier (2009, p. 146) em uma análise da incidência global de golpes de estado: “*em termos globais, não fomos capazes de encontrar nenhum efeito da polarização ou diversidade étnica no risco de um golpe. Mas na África a polarização étnica aumenta o risco significativamente*”. A presença de dados descrevendo o nível local provavelmente permitir-nos-ia elucidar melhor a disparidade de tais resultados.



estudos que avaliam sistematicamente a polarização étnica, e são necessárias mais pesquisas para que se possa afirmar que esta variável é tida em consenso na literatura.

Outro elemento populacional<sup>19</sup> que vem sendo estudado recentemente é o padrão de assentamento dos grupos étnicos-culturais<sup>20</sup>. Segundo Monica Toft (2003), o território de um determinado país tende a ser visto de modo distinto pelos agentes burocráticos e pelos grupos étnicos: para os primeiros, ele seria um aspecto fundamental da noção de estado moderno, enquanto para os segundos ele teria, por vezes, o valor sentimental de ‘terra natal’ e freqüentemente seria um dos principais atributos de sua identidade cultural (*idem*, p. 19). Assim, o território, muitas vezes, é um *bem indivisível*, e seu controle estaria representado por um jogo de soma zero (*ibidem*, p. 18). Os casos mais dramáticos seriam os de países multiétnicos com grupos identitários concentrados em regiões específicas, pois não apenas o estado não estaria disposto a negociar uma secessão pacífica de seu território – seja pelo medo de que ela estimulasse novos movimentos independentes ou, por razões estratégicas ou econômicas, que ela acarretasse em diminuição do poder central<sup>21</sup> – mas também os grupos étnicos teriam uma profunda ligação histórica com aquele espaço, estando poucos propensos a ceder o controle dessa parcela de terras para um domínio alheio (*ibidem*, p. 26-29). Com isso, a violência seria o provável resultado desta disputa. Os resultados estatísticos encontrados pela autora, que analisou o período de 1980 a 1995, são robustos (*ibidem*, p. 43), indicando que os padrões de assentamento podem ser relevantes para o entendimento dos conflitos civis. Mas é ainda necessário, como no caso dos estudos sobre polarização, um maior número de pesquisas para que esta variável seja aceita como consensual. É preciso avaliar se este efeito é generalizável, não somente analisando outros períodos históricos, mas também com o uso de distintas bases de dados, e esta tarefa ainda está para ser feita.

Em resumo, das variáveis demográficas, vê-se que tamanho do contingente

---

<sup>19</sup> Embora este ponto da literatura pudesse certamente ser classificado como uma das variáveis geográficas, pois apresenta ligação com questões de território, ele será apresentado nesta seção a fim de manter uma linha de continuidade com os textos que tratam de questões étnicas.

<sup>20</sup> Como estas análises dependem fundamentalmente da disponibilidade de dados georeferenciados em níveis mais desagregados do que o nacional, ainda não existe um grande número de estudos neste sentido. Vale mencionar que, no período em que foi escrito este capítulo (início de 2011), há um banco de dados que visa fornecer subsídios a este tipo de pesquisa: o *Armed Conflict Location and Event Dataset*, ACLED (Raleigh et al, 2010). Contudo, o período coberto pelos dados ainda é restrito (para a maior parte dos casos, de 1997 a 2010, e para o Afeganistão e Paquistão, apenas de 2006 em diante), o que dificulta a comparação com grande parte dos estudos estatísticos. Mas o projeto está atualmente em expansão e seu futuro parece promissor. Para mais informações, ver: <http://www.acleddata.com/> Acesso em 23/01/2011.

<sup>21</sup> Pode-se tomar como exemplo do primeiro caso a disputa entre a Rússia e a Chechênia e, do segundo, o conflito entre a Índia e a Caxemira.

populacional é provavelmente a única que encontra amplo consenso na literatura quantitativa sobre guerras civis (Dixon, 2009, p. 720). Densidade demográfica, ‘dominância’, polarização, fracionalização e heterogeneidade étnica, todas possuem uma espécie de “consenso médio” nos estudos atuais (*idem*), e esta última é uma das variáveis mais utilizadas (e debatidas) das pesquisas quantitativas atuais.

## 2.2 – As Variáveis Geográficas

A geografia sempre recebeu a atenção dos estrategistas militares. Sun Tzu já apontava que “*aquele que não conhece as condições das montanhas e florestas, dos desfiladeiros perigosos e dos pântanos, não pode conduzir um exército*” (A Arte da Guerra, VII, 10), e Carl von Clausewitz, em seu *Da Guerra* (1832), assinalou que a geografia possui uma profunda ligação com as batalhas, sendo que

“Esta relação é, primeiramente, um *elemento permanente* [*ganz unausgesetzt vorhanden*] – pois é impossível imaginar nossos exércitos regulares operando em outra coisa que não em um espaço definido; em segundo lugar, ela é *da mais alta importância*, pois ela modifica, ou mesmo altera totalmente, a ação de todas as forças; em terceiro lugar, ela freqüentemente guia, por um lado, *os menores caminhos locais*, mas, por outro, ela pode *dominar as mais imensas áreas*” (Clausewitz, 2010 [1832], p. 67, grifos do autor).

Apesar de sua relevância para os estudos militares, a geografia aparece de modo bastante tímido nas análises quantitativas de guerras civis. Uma das principais razões para esta carência de pesquisas sobre o efeito dos elementos geográficos nos conflitos internos deve-se à pouca oferta de dados estatísticos úteis para analisar-se o comportamento de tais variáveis nos movimentos insurgentes. Enquanto a grande maioria dos trabalhos estatísticos realiza comparações tomando o Estado-nação como nível de análise, para a compreensão correta acerca do papel da geografia nas guerras civis provavelmente seria necessária uma avaliação sobre o impacto *local* de seus elementos, pois as variações ocorridas *dentro* dos países talvez sejam, para este assunto, ainda mais interessantes do que as que ocorrem *entre* as nações (Buhaug, 2007, p. 1). É ao nível regional que o interesse por recursos naturais ou certos tipos de relevo influenciam o comportamento de grupos insurgentes, e as análises

atuais, ao nível do Estado, dificilmente capturaram esta dimensão de maneira precisa. Tome-se como exemplo o caso da Índia: não obstante este país ter sofrido, de acordo com o *Armed Conflict Dataset*, ao menos sete conflitos intraterritoriais menores de 1990 a 2005 (mais de 25 mortos), nenhum desses conflitos ocupou uma área maior do que 5% do território (Buhaug & Lujala, 2005, p. 404). Com efeito, “*não podemos explicar as diferenças entre esses conflitos (em termos de tipo, intensidade, duração e resultado) se contarmos exclusivamente com regressores em nível nacional*” (*idem*).

Mas não é este o único problema para incorporar os efeitos da geografia nas guerras civis. Em larga medida, mesmo os poucos estudos que começam a utilizar dados mais desagregados para compreender o efeito dos fatores geográficos nas guerras civis são passíveis de crítica. De acordo com uma revisão recente do tema, pode-se dizer que

“Muitas vezes, na tentativa de ‘espacializar’ o estudo da guerra, os pesquisadores incluíram medidas contextuais pouco refinadas [*coarse contextual measures*]. [...] Vários estudos que incorporaram indicadores sub-nacionais substituíram “geometrias” simplificadas por geografias complicadas, baseando-se em noções de distância vagas e abstratas, e também medidas simplistas como distâncias em linha reta para medir a amplitude do conflito e uma escala de perda de força ou dados um tanto crus sobre o relevo para testar argumentos sobre a tendência de uma área a promover e sustentar um embate civil. Esses índices se relacionam como um tema maior, de como indicadores ‘proxy’ são utilizados em estudos de países em desenvolvimento; mas ‘proxies de distância’ são particularmente grosseiros [*egregious*]. A distância absoluta é vista como um indicador significativo da força do governo e dos rebeldes, provisão de bens públicos, e marginalização política [...]. Com efeito, os estudos de guerras civis entenderam mal a natureza da geografia política ao ignorar as complexas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que combinam-se e dão aos locais seu caráter particular. Ademais, o uso de modelos estatísticos comuns para dados espaciais freqüentemente viola os pressupostos destes modelos. Análises estatísticas espaciais exploratórias e confirmatórias [*exploratory and confirmatory spatial statistical analyses*] são necessárias para identificar e corrigir os vieses presentes em dados espacialmente dependentes (valores em uma unidade geográfica que são influenciados pelos valores das unidades vizinhas) ou dados espacialmente heterogêneos (distribuições sistêmicas de medidas relevantes por regiões ou divisões geográficas). São muito poucos os exemplos de modelos preditivos na literatura de guerras civis que levam em conta tais considerações geográficas, mas eles representam um passo adiante conforme os estudos de guerras civis voltam-se para medidas localizadas de conflitos desagregados”. (Raleigh, Witmer & O’Loughlin, 2010, p. 3-4).

Os fatores geográficos, portanto, embora importantes para as guerras civis, ainda encontram dificuldades para serem corretamente operacionalizados na literatura quantitativa. Talvez essa seja uma das causas mais importantes para explicar o fato que, de acordo com o trabalho de Hegre e Sambanis (2006, p. 529), que faz uma rigorosa análise de sensibilidade nas variáveis estatísticas mais utilizadas pelos estudos de guerras civis<sup>22</sup>, apenas ‘relevo montanhoso’ possui relação com guerras internas. Dixon (2009, p. 720), por sua vez, em sua revisão de textos recentes sobre guerras civis, aponta que *nenhuma* variável geográfica tem aceitação unânime nas pesquisas quantitativas, e apenas duas delas (terreno montanhoso e a existência de vizinhos em guerra) possuem um ‘grau médio de consenso’ nas análises quantitativas de guerras civis<sup>23</sup>. Apesar de serem ainda controversas na literatura, é válido tecer alguns comentários sobre estes dois fatores, uma vez que eles aparecerem com frequência nas publicações quantitativas.

A presença de ‘terreno montanhoso’ é, em alguns trabalhos, associada positivamente ao início das guerras civis. O *insight* para tal afirmação provavelmente vem da existência de casos conhecidos de movimentos rebeldes que surgiram e se mantiveram por muitos anos em áreas com relevo montanhoso. Como mencionados por Buhaug, Gates e Lujala (2009, p. 544-545), entre outros exemplos, os conflitos ocorridos em Myanmar, no norte da Índia e na Colômbia, a guerra de independência da Eritréia com a Etiópia envolveram lutas em terrenos marcados por montanhas, e isso torna interessante a idéia de testar a hipótese de que tais condições interferem nas guerras civis em geral. James Fearon descreve os possíveis mecanismos causais para essa relação:

“Pode ser que seja mais fácil para um estado deter ou eliminar novos grupos rebeldes em um estado relativamente plano, pois é mais difícil de esconderem-se. Estudos de caso de *vários* conflitos mostram como grupos guerrilheiros sobreviveram ao tomarem as montanhas ou as florestas. Ou pode ser que, na média, os estados centrais desenvolveram menor controle administrativo da periferia em lugares onde os obstáculos físicos para estender a autoridade do governo são relativamente grandes. Ou então, pode ser que, por causa da baixa presença do governo central, países com terreno montanhoso tendem a

<sup>22</sup> Análise de sensibilidade (*sensitivity analysis*) é um processo que implica na substituição de parâmetros de determinado modelo matemático a fim de avaliar a mudança decorrente nos resultados do modelo. Por exemplo, se uma mudança marginal em um dos parâmetros significar uma grande alteração nos resultados, pode-se dizer que o modelo é sensível àquela variável. Para uma discussão sobre esta análise, ver Saltelli et al. (2004)

<sup>23</sup> O autor comparou apenas estudos que tomam o estado-nação como base. De acordo com sua compilação, todos os outros fatores geográficos (*Presença de Vizinhos Não-Democráticos* e variáveis regionais, como *Ásia, Oriente Médio, Grande Área Territorial; Não-Contigüidade*) apresentam baixo consenso na literatura (Dixon, 2009, p. 720).

ter grupos étnicos e religiosos com uma “cultura de honra” e/ou uma profunda desconfiança e desprezo pela autoridade do governo da planície. Ou pode ser uma combinação destes fatores, ou ainda outros” (Fearon, 2010, p. 33, grifo do autor).

A medida mais utilizada para analisar a influência de terreno montanhoso nas guerras civis foi criada pelo geógrafo A. J. Gerrard para o Banco Mundial, na época em que Paul Collier – um conhecido especialista em guerras civis – era diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (*Research Development Department*) dessa instituição<sup>24</sup> (*idem*, p. 32). Por um lado, o uso de uma mesma variável dá certa uniformidade aos trabalhos e uma maior possibilidade de comparação entre seus resultados. Por outro, há poucas discussões no sentido de trazer uma nova definição que talvez represente as diferenças de terreno de um modo mais preciso. Ademais, pelo fato da medida criada por Gerrard oferecer dados ao nível do estado-nação como um todo, certamente perde-se, como mencionado acima, muito dos efeitos locais da geografia nos movimentos rebeldes.

Mesmo com tais ressalvas, a existência de terreno montanhoso em determinado país tem se mostrado significativa em um número razoável de pesquisas estatísticas (Fearon & Laitin, 2003, p. 85; Buhaug & Rød, 2006, p. 327<sup>25</sup>; Hegre & Sambanis, 2006, p. 529; Fearon, 2010). É interessante lembrar que, em contrapartida, o *Armed Conflict Location and Event Dataset*, que está começando a coletar dados locais para entender os mecanismos que causam as guerras civis, mostra que apesar do terreno montanhoso ser uma variável relevante nos estudos nacionais, sua importância *em nível local* é praticamente nula em vários dos países que enfrentaram guerras civis (Raleigh et al, 2010, p. 653). O poder explicativo dos fatores geográficos nas análises que tomam o estado como medida de análise, assim, talvez seja oriundo apenas do nível de agregação dos dados. Dessa maneira, parece que dados mais detalhados ainda são necessários para chegar-se a uma conclusão a respeito dos efeitos desta variável no início de guerras civis, não obstante o fato de que a variável ‘terreno montanhoso’ ter presença constante nas análises empíricas.

---

<sup>24</sup> Há, entretanto, um ponto a ser destacado: a medida criada por Gerrard não faz uso (talvez pela impossibilidade técnica da época) dos novos sistemas de mapeamento por satélite, fornecidos pelos Sistemas de Informação Geográfica (*Geographic Information Systems – GIS*), os quais permitiriam uma análise mais precisa das diferenças de relevo no território. Dessa forma, novos estudos, que buscassem levantar dados utilizando tais ferramentas, seriam de grande valia para melhorar a compreensão do efeito dos terrenos no início das guerras civis.

<sup>25</sup> Este trabalho, contudo, tem como objeto de estudo apenas o continente africano e faz uso de outra variável para aferir a influência do terreno. Seus valores não são perfeitamente comparáveis aos dos demais estudos.

A existência de *países vizinhos em guerra* também é citada como um fator que pode influenciar o início de uma guerra civil. De acordo com este argumento, bastante intuitivo, uma guerra ocorrida em certo país possivelmente irá afetar também as relações políticas e/ou econômicas em um território próximo. Em um dos primeiros textos a ressaltar o papel dos vizinhos em guerra nas guerras civis de origem étnica (Dixon, 2009, p. 712), Nicholas Sambanis diz que,

“Um dos meus resultados mais robustos é a força dos efeitos de vizinhança [*neighborhood effects*]. Esse é um novo achado empírico que dá suporte a uma parte da literatura teórica sobre os efeitos de contágio e difusão. [...] A variável ‘vizinhos em guerra’ é extremamente robusta em diferentes especificações, e seu efeito é muito grande” (Sambanis, 2001, p. 275).

O autor, contudo, assinala que suas análises não foram capazes de diferenciar qual era o mecanismo causal mais relevante para entendermos essa variável, se o contágio ou a difusão. O contágio seria, em suas palavras, “*quando uma guerra étnica se alastra fisicamente através de fronteiras*” (*idem*); a difusão do conflito, entretanto, ocorreria quando “*os efeitos informacionais [information effects] influenciam os padrões de mobilização e conflitos violentos nos países vizinhos*” (*ibidem*). Sambanis (*ibidem*) recomendava, para uma discussão teórica sobre o assunto, um artigo de David Lake e Donald Rothchild (1996), que apresentava em termos mais claros a questão dos problemas informacionais. Indo ao texto em questão, vê-se que os pesquisadores citam ao menos três circunstâncias nas quais é mais vantajoso alterar ou omitir informações do que transmiti-las corretamente aos parceiros de uma negociação:

“Em primeiro lugar, incentivos para deturpar [as informações] ocorrem quando um grupo está barganhando em uma série de assuntos e eles acreditam que podem ganhar ao blefar. [...] Por meio desses blefes, no entanto, eles aumentam o risco de que uma negociação falhe e conflitos surjam. Em segundo lugar, os grupos podem ser realmente agressivos mas não querem ser taxados como tais. Eles podem almejar reduzir a oposição interna, ou se isolar das repercussões da comunidade internacional. [...] Por fim, em conflitos nos quais os grupos estão simultaneamente negociando e se preparando para uma guerra civil étnica, qualquer tentativa de facilitar um acordo onde cada um dos lados explica como pretende vencer no campo de batalha pode seriamente comprometer a chance de cada um deles vencer caso a guerra de fato ocorra. [...] Paradoxalmente, cada grupo está ligado ao seu auto-interesse e mantém consigo a informação crucial para realizar um acordo. [...] Falhas de informação [*informational failures*] são possíveis sempre quando dois ou mais grupos étnicos competem em

uma esfera política” (Lake & Rothchild, 1996, p. 46-47).

Embora a explicação de Lake e Rothchild esteja focada apenas em casos envolvendo guerras civis étnicas, seus argumentos podem ser transpostos para qualquer tipo de conflito envolvendo distintos grupos dentro de um estado. Contudo, o efeito dos vizinhos em guerra não foi encontrado por Sambanis (2001, p. 278; Dixon, 2009, p. 712) nas “guerras não-étnicas”, um achado algo contraditório considerando-se que tanto o contágio quanto a difusão podem surtir efeitos em outros tipos de movimentos rebeldes, como os ‘ideológicos’. Como lembra Dixon (2009, p. 712), “*existem, surpreendentemente, poucos trabalhos subsequentes sobre a relação entre contágio geográfico e o tipo de guerra civil*”: são apenas três os estudos, feitos pelos mesmos autores, que assinalam uma relação positiva entre vizinhos em guerra e o início de uma guerra interna (Salehyan & Gleditsch, 2006; Salehyan, 2006; Gleditsch, 2007), mas também encontra-se outro texto no qual a variável independente em questão não é significativa nos modelos utilizados<sup>26</sup> (Hegre et al., 2001), e mesmo um trabalho que mostra a existência de uma relação *negativa* entre ambos (Eberle, Martin & Schneider, 2003). Dessa forma, a importância do contágio e da difusão nas guerras internas ainda está em aberto.

Conclui-se, portanto, que as variáveis geográficas são objeto de questionamento na literatura quantitativa recente que trata do início de guerras civis. A carência de dados relevantes ao nível local, os problemas com os *proxies*<sup>27</sup> utilizados para se mensurar as distâncias espaciais e, o que não é menos importante, a ausência de um arcabouço teórico mais consistente para avaliar a influência da geografia nas guerras internas faz com que este grupo de variáveis ainda não possa ser adotado de forma consensual no campo das guerras internas. Embora *terreno montanhoso* apareça com certa frequência nos estudos de guerra civil, sua capacidade explicativa ainda é controversa.

---

<sup>26</sup> Todos os textos acima mencionados estão também em Dixon (2009, p. 712).

<sup>27</sup> Variáveis “*proxy*” são aquelas utilizadas em lugar de uma ou mais variáveis independentes que não puderam ser mensuradas. De acordo com o conhecido artigo de McCallum (1972), os erros de estimação com o uso de variáveis *proxy* são *sempre* menores do que os erros quando o pesquisador decide simplesmente omitir a variável pela ausência de dados. Assim, seu uso é altamente recomendado pelo autor. Contudo, uma vez que a definição de qual deve ser a variável *proxy* fica a cargo do pesquisador, nem sempre é possível saber se a *proxy* tem grande correlação com a variável desejada, fazendo com que os erros possam comprometer o poder explicativo do modelo estatístico testado, como diz Frost (1979). Talvez esse fenômeno aconteça com algumas das variáveis utilizadas nas análises de guerras civis.

### 2.3 – As Variáveis Econômicas

Como exposto no capítulo anterior, o papel dos fatores econômicos nas guerras civis é um dos temas mais debatidos nas pesquisas contemporâneas. Por um lado, as discussões a respeito de qual seria o principal motivo por detrás da organização dos movimentos rebeldes – o “descontentamento”, que implicaria uma preponderância de elementos políticos, ideológicos ou culturais nas reivindicações dos insurgentes, ou a “cobiça”, que indicaria, em contrapartida, a prevalência de uma motivação econômica nas ações dos grupos – ainda estão longe de terminar. Por outro, a importância das variáveis econômicas nas análises estatísticas globais é bastante significativa e muitos dos elementos que, em termos praticamente unânimes, mostram-se fortemente relacionados ao início das guerras civis estão relacionados à economia. Em especial, três fatores aparecem em destaque nos estudos recentes: alta renda *per capita*, crescimento econômico e o fato de um país ser exportador de petróleo<sup>28</sup>.

De acordo com as análises empíricas, as guerras civis são um fenômeno típico de países pobres e, nesse sentido, o aumento da renda *per capita* nacional diminui as possibilidades de que tais conflitos se iniciem (Collier & Hoeffler, 1999; Sambanis, 2002, p. 216; Fearon & Laitin, 2003; Zimmerman, 2003, p. 52; Collier & Hoeffler, 2004; Hegre & Sambanis, 2006, p. 531; Dixon, 2009, p. 714-715; Blattman & Miguel, 2010, p. 22-23). Não obstante os estudos serem virtualmente consensuais no que se refere aos efeitos desta variável na incidência de guerras civis, o modo pelo qual ela inibe os conflitos ainda não é totalmente claro. Em um artigo que iniciou uma grande discussão a respeito das motivações econômicas dos rebeldes, Collier e Hoeffler (1998) apontam que a existência de renda *per capita* elevada em determinado país afeta diretamente os custos de oportunidade das organizações insurgentes, pois em um cenário de prosperidade material torna-se muito difícil encontrar ‘mão-de-obra’ para uma operação arriscada e incerta como uma guerra civil. Já Fearon e Laitin (2003), em contrapartida, assinalam que a renda *per capita* gera maiores efeitos não nos custos da rebelião, mas na capacidade do estado para enfrentar grupos guerrilheiros dentro de seu território. A renda *per capita*, de acordo com estes autores, seria uma variável

---

<sup>28</sup> Embora medidas de comércio também sejam analisadas na literatura, muitas vezes as análises trazem resultados contraditórios. Um exemplo é a variável “porcentagem de exportação de produtos primários no Produto Interno Bruto”, que não obstante esteja negativamente relacionada ao início de guerras civis, frequentemente tem um sentido contrário quando elevada ao quadrado, a fim de capturar possíveis relações curvilíneas entre este fator e o início de guerras civis (Dixon, 2009, p. 715).



*proxy* para mensurar a força do aparato público estatal, tendo em mente que estados fracos são uma presa fácil para os movimentos rebeldes. Em suas palavras:

“Nós concordamos que o financiamento é um determinante para a viabilidade de insurgências. Nós argumentamos, entretanto, que as variáveis econômicas, como renda *per capita*, são importantes basicamente por serem *proxy* das capacidades administrativas, militares e policiais do estado. [...] Nossa interpretação é mais hobbesiana do que econômica. Onde os estados são relativamente fracos e instáveis [*capricious*], tanto o medo quanto as oportunidades encorajam o surgimento de aspirantes a governantes [*would-be rulers*] que fornecem uma justiça local à margem da lei enquanto arrogam o poder de ‘taxar’ para si mesmos e, freqüentemente, para uma causa maior” (*idem*, p. 76).

Embora ambos os textos forneçam explicações interessantes, e provavelmente complementares, sobre a influência da renda *per capita* nas guerras civis, tais modelos devem ser tomados com precaução, pois ainda possuem alguns problemas teóricos. Destarte, seria preciso realizar análises mais específicas sobre os efeitos da renda na atitude dos grupos e do governo para uma avaliação mais precisa a respeito da veracidade dos argumentos expostos acima. Como escrevem Blattman e Miguel (2010),

“Nenhuma dessas duas interpretações ‘puras’ [as de Collier e Hoeffler (1998) e de Fearon e Laitin (2003)] são inteiramente justificadas, dadas as evidências que temos à mão. A ligação entre níveis de renda e conflitos armados é teoricamente complexa, e dados mais refinados – digamos, sobre quanto da renda é revertida ao governo e quanto fica com os cidadãos, ou medidas longitudinais a respeito da capacidade do estado – são necessários para que possamos distinguir entre ambas as interpretações.” (*idem*, p. 76).

Contudo, mesmo que essas recomendações fossem adotadas e fosse possível dispor de todos os dados necessários para melhor avaliar tais hipóteses, uma importante questão ainda estaria por ser resolvida: como acertadamente lembram Mack (2002, p. 521) e Zimmerman (2006, p. 54), nas últimas décadas a renda *per capita* tem crescido em diversos países, mas, ao mesmo tempo, o número de guerras civis *também* tem aumentado (ao menos até o início dos anos 1990). Este efeito é logicamente incompatível com os argumentos teóricos expostos acima. Entretanto, há possíveis respostas para esse paradoxo. Como afirma Mack,

“Não existe aqui *necessariamente* uma contradição, é claro. O crescimento econômico pode muito bem ser um fator inibidor de

violência como tem sido afirmado, mas o efeito pode ser muito fraco para compensar os outros fatores que *aumentam* o risco de violência. [...] Outros pesquisadores tomam uma posição intermediária [entre Collier e Hoeffler (1998) e Fearon e Laitin (2003)], sugerindo uma relação curvilínea entre desenvolvimento econômico e propensão à guerra. Crescimento econômico gera instabilidade política e um maior risco de guerras civis em economias muito pobres, mas reduz o risco de guerras em países ricos (Gates, 2002, p. 10)”. (Mack, 2002, p. 521).

Em um texto posterior, Paul Collier e seus colegas (2003) fornecem um argumento bastante plausível para esta questão. Os autores sugerem que, na verdade, muitos dos países que sofreram guerras civis nas últimas décadas tornaram-se independentes há pouco tempo, e neles a renda *per capita* era significativamente *maior* nos anos 1960 (quando ainda estavam sob o domínio colonial) do que nos anos 1990. Assim, o aumento dos conflitos civis dos anos 1970 a 1990 “*simplesmente refletem a existência de muitos mais países independentes e com baixa renda*” (*idem*, p. 95). Além disso, enquanto vários países do Terceiro Mundo estão, nas últimas décadas, obtendo expressivos índices de desenvolvimento econômico, há um grupo de nações que está à margem deste crescimento, e é nele que se concentra a maior parte das guerras civis contemporâneas. De acordo com seus dados (*ibidem*, p.103), são 71 países e cerca de quatro bilhões de pessoas que estão sendo beneficiadas pelo crescimento global recente, e estes têm um risco cada vez menor de sofrerem uma guerra civil; em contrapartida, para 52 países e 1.1 bilhões de indivíduos, as chances de se envolverem em um conflito são *maiores* do que antes, uma vez que eles estão vivendo em condições econômicas cada vez mais precárias<sup>29</sup>. Em resumo, “*o crescimento global é parte do processo de redução da incidência de guerras civis, mas a menos que ela atinja os países atualmente marginalizados, ela vai se tornar, progressivamente, uma força de paz menos efetiva*” (*ibidem*, p. 102), o que explicaria a existência de um número grande conflitos mesmo em um cenário de crescimento global. Compreende-se ainda que, segundo este ponto de vista, também não existe, intrinsecamente, uma contradição entre o aumento da renda *per capita* e incidência de guerras civis na época atual e, embora sua relação causal ainda possa ser mais bem esclarecida, essa variável econômica pode ser utilizada sem maiores problemas nas análises estatísticas sobre guerras civis.

---

<sup>29</sup> Não apenas as chances de erupção de violência civil, mas também de reincidência são bastante elevadas, daí o risco de uma guerra civil nestes países ser marginalmente crescente e não constante. Ver: Collier et al (2003, p. 5-6).

O crescimento econômico também aparece em vários trabalhos empíricos como um fator que reduz a incidência de uma guerra interna (Collier & Hoeffler, 1998; Elbadawi & Sambanis, 2002; Fearon & Laitin, 2003; Hegre & Sambanis, 2006; Dixon, 2009). Apesar de um grande número de *proxies* diferentes serem usadas para mensurar o aumento de renda nos estudos de conflitos domésticos – crescimento do produto interno bruto total ou *per capita*, consumo *per capita* de energia, densidade de malha viária e até variações na taxa de mortalidade – praticamente todas se comportam da mesma maneira, em uma relação negativa com o início de guerras domésticas<sup>30</sup> (Dixon, 2009, p. 714-715). Aqui, provavelmente o eixo de causalidade é similar ao da ligação entre renda *per capita* e conflitos civis: quando um país atravessa um período de crescimento econômico, os custos de oportunidade para a rebelião tornam-se relativamente mais altos, gerando assim um desincentivo para a entrada de indivíduos nos movimentos insurgentes<sup>31</sup>. É válido lembrar que, de acordo com Blattman e Miguel (2010, p. 12), não é necessário que o crescimento já esteja em processo para que seus efeitos sejam vistos: como largamente discutido na teoria econômica, as expectativas são, em grande medida, suficientes para induzir os indivíduos a tomarem suas decisões. Com efeito, é correto afirmar que o “[...] *crescimento esperado da renda futura reduz o risco de guerra civil hoje*” (*idem*). Curiosamente, tais argumentos seguem na contramão das teses defendidas por autores como Samuel Huntington (1962), Mancur Olson (1963) e James Scott (1976), que afirmavam que o crescimento econômico acelerado tende a desarticular as formas tradicionais de organização e levar a um aumento no número de conflitos domésticos<sup>32</sup>. Olson resume, em termos claros, a posição desses pesquisadores:

---

<sup>30</sup> Miguel et al (2004, p. 730) afirma que as medidas de crescimento econômico utilizadas pelas análises de guerras civis podem não apenas sofrer vieses causados por variáveis omitidas [*omitted variable bias*], uma vez que o crescimento econômico pode ser causado por arranjos institucionais adequados ou outras variáveis de difícil mensuração, mas também de endogeneidade, pois os atores muitas vezes conseguem antecipar a incidência do conflito e ajudar seus investimentos *antes* dele surgir, gerando assim problemas quando se analisa a relação entre ambos os fenômenos. Contudo, utilizando uma variável bastante exógena para mensurar o crescimento (variação na incidência de chuvas, o que modifica economias rurais, predominantes nos países que possuem guerras civis), os autores chegam à mesma conclusão da literatura acima, que o crescimento econômico reduz a incidência de conflitos internos.

<sup>31</sup> Murshed e Tadjoeeddin (2008) afirmam que os motivos de “cobiça” [*greed*] possuem um papel relevante para explicar a relação entre crescimento econômico e guerras civis, mas as razões ligadas ao “descontentamento” [*grievance*] também não podem ser subestimadas. Em muitos casos, ambas as causas atuam juntamente, devendo ser vistas, assim, como complementares e não excludentes. Contudo, os autores afirmam que, até o presente momento, “*não há modelos empíricos, ao nível de análise nacional, para testar propriamente o poder relativo da “cobiça” vis-à-vis aos “descontentamentos” horizontais no início dos conflitos civis. E isso não se dá apenas pelas restrições colocadas por dados insuficientes. [...] Testes para causalidade requerem séries temporais suficientemente longas; a menos que técnicas de análise dinâmica de dados de painel [dynamic panel data analysis] sejam utilizadas, as inferências sobre causalidade permanecem limitadas*” (*idem*, p. 108).

<sup>32</sup> Essa idéia não aparece unicamente na obra dos autores citados. Na verdade, a ligação entre modernização capitalista e anomia social é um dos temas mais debatidos no pensamento social moderno, sendo encontrado, entre outros, em inúmeros textos de Marx, Weber e Durkheim. Uma das primeiras, e mais interessantes, análises sobre a influência do dinheiro na vida coletiva pode ser vista em Simmel (1922 [1900]).

“[...] Estudantes de sociologia da revolução geralmente argumentam que essas pessoas que participam dos “movimentos de massa” de esquerda radical ou de direita radical – movimentos designados a trazer mudanças revolucionárias ao invés de evolutivas – tendem a se distinguir pela relativa ausência de vínculos [*bonds*] que os ligam à ordem estabelecida. Eles tendem a não ter ligações próximas com quaisquer subgrupos sociais que compõem uma sociedade – famílias estendidas, por exemplo, ou associações voluntárias, grupos profissionais ou classes sociais [...] O fato de que alguns ganham muito e outros perdem muito em uma economia que cresce rapidamente significa que os vínculos de classe e casta são enfraquecidos. [...] Mesmo o grupo familiar, sobretudo o clã ou a família estendida, pode ser destruído pela mobilidade ocupacional e geográfica associada com o crescimento econômico. [...] As almas desenraizadas [*uprooted souls*] que são separadas ou seduzidas para fora desses grupos [tradicionais] pelo crescimento econômico são naturalmente suscetíveis às tentações da agitação revolucionária” (Olson, 1963, p. 531-533).

A relação assinalada acima não se mostra verdadeira. Países ricos, muitos dos quais tiveram décadas de desenvolvimento sustentado, são virtualmente imunes aos conflitos civis, e a idéia de Olson que “*tanto os ganhadores quanto os perdedores do crescimento econômico podem ser forças desestabilizadores*” (*idem*, p. 533) não encontra apoio nos dados empíricos recentes. Na verdade, de acordo com o levantamento de Dixon (2009, p. 715), não há pesquisas quantitativas que assinalem uma relação *positiva* entre crescimento econômico e aumento de guerras civis, mesmo sob as mais diversas especificações (Hegre & Sambanis, 2006, p. 533). Pode-se, desse modo, considerá-la como consensual nos estudos de guerras internas<sup>33</sup>.

Outro fator freqüentemente relacionado à incidência de guerras civis é a dependência de recursos naturais, sobretudo do petróleo (Collier & Hoeffler, 1998; Le Billon, 2001; Ross, 2004; Fearon, 2005b; Humphreys, 2005; Zimmerman, 2008, p. 56; Dixon, 2009, p. 714-725). Curiosamente, dois mecanismos opostos foram vistos como possíveis causadores de conflitos. Por um lado, a *ausência* de recursos naturais pode agravar tensões sociais e levar uma nação à guerra interna, pois os indivíduos lutariam para assegurar a posse de bens necessários e

---

<sup>33</sup> Pela consistência dos resultados que mostram a ligação negativa entre crescimento e conflitos, organismos como o Banco Mundial vêm recomendando políticas que induzem ao desenvolvimento (por exemplo, livre-comércio, diversificação da economia e financiamento de serviços básicos) como elementos que podem reduzir os níveis de violência em diversos países pobres (Collier et al., 2003, p. 134-139). Paul Collier, economista da Universidade de Oxford, tem um papel importante nesse sentido. Não apenas o autor é um dos mais articulados defensores da idéia de que as guerras civis atuais possuem causas basicamente econômicas, como também exerceu a direção de um departamento do Banco no início dos anos 2000.

escassos; por outro, a *abundância* de recursos também pode gerar violência interna, pois como mercadorias primárias são lucrativas e facilmente exploráveis<sup>34</sup>, elas se tornam atrativas tanto para as elites locais quanto para uma série de grupos adversários que desejam obter benefícios econômicos (Le Billion, 2001, p. 564). Apesar de ambas as explicações serem plausíveis, a última teve prevalência nos estudos de guerras civis e vê-se atualmente um enorme número de pesquisas que debatem os efeitos daquilo que é comumente chamado de “maldição dos recursos” [*resource curse*] ou “paradoxo da abundância” [*paradox of plenty*], onde a grande presença de bens primários gera pobreza, corrupção e violência em determinado território (Karl, 1997; Banco Mundial, 2007).

A idéia de que os recursos naturais trazem mais prejuízos do que benefícios a uma comunidade é antiga e está presente na obra de vários autores clássicos<sup>35</sup>, mas sua operacionalização empírica para estudos de guerras civis é relativamente nova. Em certo sentido, foi somente a partir dos trabalhos de Collier e Hoeffler (1998, 2004) que as questões do financiamento das organizações insurgentes e das ‘estruturas de oportunidades’ para as rebeliões ganharam maior visibilidade, mostrando que tais movimentos poderiam ser vistos como um tipo de negócio no qual os rebeldes se engajam a fim de obter vantagens materiais (Fearon, 2005b, p. 485). Dessa forma, a existência de recursos facilmente exploráveis seria uma espécie de “butim” a ser conquistado, e a exportação de produtos primários poderia ser tida como uma variável *proxy* do risco de guerra civil (*idem*).

Contudo, trabalhos posteriores mostraram que a relação entre ambos os fatores não é tão simples como se supunha. Na introdução a uma edição especial do *The Journal of Conflict Resolution*, dedicada ao tema dos recursos naturais e as guerras civis, James Ron afirma que:

“Nossos colaboradores [desta edição] representam uma emergente “segunda geração” no campo dos bens primários e a guerra, trazendo regimes, estados, e instituições econômicas ao jogo. Os recursos naturais têm efeitos poderosos sobre as guerras civis, como sugerem nossos autores, mas eles o têm de maneiras profundamente políticas, uma idéia minimizada ou pouco teorizada em boa parte dos antigos trabalhos” (Ron, 2005, p. 443).

---

<sup>34</sup> O argumento de que são facilmente exploráveis vale para diversos minérios, mas não para o petróleo.

<sup>35</sup> John Stuart Mill, por exemplo, assinala este problema com muita clareza, ao afirmar que “[...] a experiência atesta que as vantagens naturais raramente fazem à comunidade, como a sorte e a posição fazem para qualquer indivíduo, qualquer coisa a mais do que do que está em suas capacidades, ou em sua natureza, para fazer. Nem agora nem nos tempos antigos as nações que possuíam o melhor clima ou solo foram as mais ricas e poderosas, mas (ao menos no que toca à massa) estiveram geralmente entre as mais pobres [...]” (Mill, 2006 [1848], p. 102).

Um ponto que tem sido ressaltado nos artigos mais recentes é o fato de que estados exportadores de petróleo tendem a ter instituições políticas e administrativas mais fracas e pouco responsivas, o que os deixa vulneráveis a ações de grupos rebeldes (Fearon & Laitin, 2003; Fearon, 2005). Wegenast (2010), entretanto, traz outro tipo de argumento para entender a relação entre instituições, recursos naturais e conflitos civis. O autor mostra que, em países exportadores de combustíveis, sistemas multipartidários não-competitivos aumentam significativamente o risco de uma guerra civil, então as tentativas do governo de cooptar os opositores para dentro da esfera política nem sempre gera estados menos suscetíveis à violência. Pelo contrário: ao tolerar (e às vezes incentivar) a oposição, o governo estaria na verdade ajudando a superar os problemas de ação coletivas dos rebeldes e, em um cenário no qual a riqueza pode ser facilmente explorada, a oposição possui incentivos para tomar o poder, mesmo que de modo extralegal (*idem*, p. 27). Embora ainda sejam necessárias mais evidências para comprovar tais afirmações, é interessante a sugestão do autor de que a lógica política talvez seja diferente nos países exportadores de combustíveis, onde nem sempre um processo de abertura política produziria maior segurança interna.

Humphreys (2005) apresenta outros mecanismos pelos quais os recursos naturais podem influenciar as guerras civis. Além dos argumentos da cobiça dos rebeldes e dos ‘estados fracos’, o autor aponta que a “cobiça dos estrangeiros”, geralmente de empresas multinacionais interessadas na exploração dos recursos, pode contribuir para incitar a violência civil em determinado país, e que provavelmente existem também uma série de “descontentamentos” que não se encaixam perfeitamente nas hipóteses descritas na literatura, mas que podem ser importantes para explicar os conflitos civis. É possível, por exemplo, que a extração de recursos dê origem, no curto prazo, a desigualdades de renda ou vulnerabilidade a choques econômicos externos, ou que cause problemas como migrações forçadas ou degradação ambiental (*idem*, p. 511-512). Por fim, é também provável que em economias dependentes de recursos naturais o comércio interno seja bastante tênue, um fator que, caso aceitemos as premissas liberais sobre o comércio, é crucial para estabelecer laços sociais pacíficos e duradouros entre distintas comunidades (*ibidem*). Em seus testes empíricos, entretanto, Humphreys encontra mais apoio às hipóteses dos ‘estados fracos’ e dos ‘descontentamentos’ do que às teses que colocam a cobiça dos rebeldes como a principal motivação para os conflitos civis (*ibidem*, p. 534), apesar de novos estudos sejam importantes para testar a robustez desses achados.

Ainda que seus eixos causais ainda não estejam totalmente claros, é muito comum a presença de variáveis ligadas à exploração de recursos nos textos de guerras civis, provavelmente pela influência dos trabalhos de Collier e Hoeffler (1998, 2004). De todos eles, entretanto, apenas o petróleo se mostra bastante significativo em um grande número de modelos. De acordo com Dixon:

“Claramente, mais trabalhos são necessários para estabelecer a relação entre recursos “pilháveis” [*lootable resources*] e guerras civis. Sobre um desses recursos, entretanto, um consenso surgiu. [...] Petróleo é perigoso.” (Dixon, 2009, p. 714).

Talvez não seja exagerado afirmar que boa parte dos riscos associados à presença de recursos naturais está ligada ao petróleo, já que este tem sido um importante fator em vários dos conflitos modernos. Segundo Fearon e Laitin (2006, p. 1), “*dos dez países exportadores de petróleo mais pobres, apenas um (Equador) não passou por uma guerra civil. Os outros nove (Angola, Nigéria, Iêmen, Indonésia, Congo, Irã, Colômbia, Camarões e Argélia) já passaram*”. Considerando que a amostra de países exportadores de petróleo não é grande, os números acima são relevantes. Embora os diamantes também sejam por vezes mencionados como elementos que levam ao conflito civil (Lujala, Gleditsch & Gilmore, 2005; Ross, 2006), eles ainda não são aceitos de modo unânime na literatura, deixando apenas o petróleo como variável consensual nos estudos da área (Dixon, 2009, p. 720).

Assim, os três fatores econômicos acima mencionados – renda *per capita*, crescimento econômico e dependência de recursos naturais, em especial o petróleo – são importantes para entendermos as dinâmicas das guerras civis. Apesar de alguns de seus mecanismos causais ainda necessitarem de maiores elucidações, a inclusão destas variáveis nos modelos explicativos de guerras civis é praticamente unânime, e os resultados são quase sempre bastante significativos.

## 2.4 – As Variáveis Históricas

A história também exerce influência sobre as guerras civis. Por um lado, é fácil imaginar que transformações sistêmicas, seja na política ou na economia global, tendem a

afetar profundamente as dinâmicas nacionais, e isso por vezes acaba promovendo (ou dificultando) o surgimento de novos conflitos internos. Por outro lado, as mudanças que uma sociedade promove em si mesma vão, progressivamente, alterando suas estruturas internas, e nem sempre estes processos históricos desenrolam-se pacificamente. Nesta seção, apresentam-se os elementos históricos que, apesar de não terem aceitação unânime na área, têm tido algum destaque nos estudos de guerras civis. Vemos que, no plano estatal, o número de *anos vividos em paz* e o *tempo transcorrido após a independência* foram algumas vezes sugeridos como fatores importantes para entendermos as guerras civis e, na esfera internacional, a *existência da Guerra Fria*, tem sido colocada como uma variável que impulsionou os conflitos domésticos no período.

As guerras civis são fenômenos recorrentes. Um país que atravessa hoje um grave conflito armado tem grandes chances de que surtos de violência interna voltem a acontecer no futuro. Este fato não passou despercebido por grande parte dos autores que escrevem sobre este tema: Paul Collier, juntamente com uma equipe de pesquisadores comissionados pelo Banco Mundial, chegou a dedicar um livro inteiro ao que se convencionou chamar de *conflict trap*, na qual uma primeira guerra civil gera incentivos para que ocorram novas guerras civis (Collier et al, 2003). Em suas palavras,

“Uma vez que um país sucumbe a uma guerra civil, o risco de futuros conflitos dispara. Um conflito enfraquece a economia e deixa um legado de atrocidades. Ele também cria líderes e organizações que investiram em capacitação [*skills*] e equipamentos que só são úteis para a violência. De modo perturbante, enquanto a maioria da população de um país afetada por uma guerra civil sofre com ela, os líderes das organizações militares que estão perpetrando a violência muitas vezes estão bem. A perspectiva de ganhos financeiros dificilmente é o motivo principal para uma rebelião, mas para alguns ela pode se tornar um modo de vida satisfatório. Isso é uma razão adicional para justificar que os participantes de uma guerra civil não devem ser deixados lutando entre si. Algumas evidências mostram que, década após década, as guerras civis estão ficando maiores” (Collier et al, 2003, p. 4).

A opinião dos autores privilegia os argumentos que colocam a “cobiça” como a causa principal para explicar as guerras civis, mas é importante mencionar que o “descontentamento” também pode mobilizar os cidadãos para conflitos subseqüentes<sup>36</sup>. Em

---

<sup>36</sup> Na verdade, Paul Collier progressivamente vai abandonando a ênfase na *motivação* dos rebeldes e volta suas atenções para o problema da *oportunidade e possibilidade* das insurgências, vista por ele como mais importante



um contexto de enfraquecimento do aparato estatal, além de diminuir do custo de oportunidade para a rebelião como dizem Paul Collier e seus colegas, um dos fatores que facilita a coordenação civil é justamente a existência de laços étnicos ou comunais, muitas vezes sobrepostos, mas não equivalentes, às clivagens políticas ou econômicas locais<sup>37</sup> (Klem, 2004, p. 19). Nesse sentido, antigas diferenças sociais podem ressurgir em uma situação de fragilidade institucional, gerando uma nova onda de violência interna no país. Assim, também por motivos não-econômicos, a existência de uma guerra civil em um período anterior pode dar origem a guerras civis no futuro.

Uma questão a se colocar é a respeito da *duração dos efeitos* de uma primeira guerra civil em um segundo conflito. Como mensurá-la corretamente? Uma primeira sugestão foi a de realizar a simples contagem de anos sem conflito e analisar se havia uma relação entre esta variável e o início de uma guerra posterior. Há também outra razão, de natureza metodológica, para incluir este ‘tempo relativo’ nos estudos de guerras civis:

“Análises de regressão como a *logit*<sup>38</sup> ou os *métodos de mínimos quadrados*<sup>39</sup> que usam dados agrupados com base no ‘país-ano’ são problemáticas, pois o modelo de regressão subjacente é baseado na premissa que as observações não são interdependentes, enquanto, um tanto obviamente, elas o são” (Brown & Langer, 2009, p. 3).

Dessa forma, a inclusão da variável ‘anos de paz’ ajudaria também a solucionar um problema inerente aos modelos de regressão utilizados nos trabalhos de guerras civis. Contudo, há grandes controvérsias a respeito do uso desta forma de instrumentalizar o tempo nos estudos de conflitos. Por um lado, tomar o número de anos de paz por si só como medida poderia conduzir a análises a conclusões enganosas, uma vez que ele pressupõe que todos os

---

do que entender as causas originais dos conflitos (Berdal, 2005, p. 689).

<sup>37</sup> Um livro que defende, com sucesso, a idéia de que tanto elementos econômicos quanto sociais se misturam no início de guerras civis é *The Political Economy of Armed Conflict: Beyond Greed and Grievance*, organizado por Karen Ballentine e Jake Sherman (2003). Ali estão expostos, em detalhes, vários estudos de caso nos quais ambos os fatores tiveram um papel relevante na eclosão de conflitos.

<sup>38</sup> Este é o método mais utilizado nas análises de guerras civis, por ser um método bastante adequado para considerar uma variável dependente dicotômica (representada por 0 e 1), muito comum nas Ciências Sociais (Walsh, 1987). No caso em tela, os valores equivalem à ausência e presença do fato ‘início de guerra civil’. Discute-se mais longamente a utilização desta técnica de regressão estatística no capítulo quatro, onde são apresentados os modelos empíricos para analisar a relação entre competitividade do executivo e início de guerras civis.

<sup>39</sup> O método dos mínimos quadrados permite ajustar uma curva em uma distribuição de pontos, minimizando a diferença entre eles. Como esta diferença pode ser tanto positiva ou quanto negativa, é possível que a soma de todas elas seja nula. Assim, para evitar que os valores se cancelem, é utilizado o método de minimizar o quadrado das diferenças, como proposto por Carl Friedrich Gauss em 1809 (Blais, 2010, p. 1).

anos influem *igualmente* para aumentar ou diminuir os riscos de guerra civil. Com efeito, os primeiros anos decorridos após uma guerra civil são muito mais relevantes para explicar o surgimento de um conflito posterior do que, por exemplo, o quinquagésimo ou o centésimo ano. Nesse sentido, alguns pesquisadores adotaram uma função capaz de calcular os efeitos decrescentes de uma primeira guerra civil nas subseqüentes (Toset, Gleditsch & Hegre, 2000, p. 985; Urdal, 2006, p. 617; Carey, 2007, p. 56), definida originalmente por Arvid Raknerud e Håvard Hegre (1997) para analisar conflitos entre estados. Sua formulação mais utilizada é

$$\exp \left[ \frac{(0 - \text{AnosdePaz})}{\alpha} \right]$$

Esta função exponencial tem o valor de 1 quando o último conflito está bastante próximo e tende a 0 caso ele tenha ocorrido há muito tempo (Hegre et al, 2001, p. 36), no qual seu divisor  $\alpha$  corresponde à meia-vida dos efeitos de uma guerra civil anterior<sup>40</sup> (Brown & Langer, 2009, p. 6). O problema, entretanto, reside na enorme arbitrariedade da escolha dos valores para a meia-vida (*idem*). Østby (2008 *apud* Brown & Langer, 2009, p. 6) usa  $\alpha = 1$ , afirmando que em pouco menos de um ano os efeitos de um conflito prévio já seriam reduzidos em 50%, os artigos de Carey (2007, p. 56) e Urdal (2006, p. 617), respectivamente, usam  $\alpha = 4.129$  e  $\alpha = 4$ , colocando a meia-vida em cerca de três anos; Raknerud e Hegre (1997, p. 393) usam seis anos; e, em sua dissertação de mestrado, Helge Holtermann (2007, p. 81), chega a utilizar  $\alpha = 400$ , onde são necessários 277 anos para se atingir a meia-vida dos efeitos de uma guerra anterior. Dessa forma, embora sua formulação matemática seja mais adequada para este tipo de análise do que a mera contagem de anos de paz<sup>41</sup>, sua utilização

<sup>40</sup> A fórmula original dos autores (Raknerud & Hegre, 1997, p. 393), uma variação do modelo de regressão de Cox, era escrita como  $\exp \left[ -\frac{\text{DiasdePaz}}{3,162} \right]$ , na qual se obtém uma meia-vida, ou seja, uma redução de 50% dos efeitos, de uma primeira guerra civil em seis anos.

<sup>41</sup> A regressão de Cox, não obstante ser uma das ferramentas estatísticas mais conhecidas e utilizadas para análises temporais, possui um problema quando aplicado nas Ciências Humanas: ela tem como pressuposto a idéia de que os efeitos das variáveis independentes não mudam com o tempo. Para a Medicina, por exemplo, é correto supor que o uso contínuo de um medicamento gere efeitos praticamente idênticos no paciente com o passar do tempo, mas na Ciência Política talvez isso não seja verdadeiro. O exemplo dado por Brown e Langer (2009, p. 10) é ilustrativo: “[...] *se considerarmos democratização como uma ‘intervenção’ que pode reduzir o risco de conflitos (assumindo um valor binário simples 1=democracia, 0=não democracia), o modelo de Cox testa a força desta intervenção em observações de um mesmo país, ligadas entre si no tempo [time-linked within-country observations], mas assume que o impacto é constante – se a democracia reduz a probabilidade de conflito em cinco por cento após o primeiro ano, ela fará o mesmo após o segundo ano, o terceiro e assim por diante*”. Infelizmente, ainda não há consenso sobre qual a melhor forma de resolver este problema nas Ciências Sociais.

ainda levanta sérias dúvidas, pois os resultados dos modelos são dependentes de uma escolha arbitrária de valores (Brown & Langer, 2009, p. 7). Ainda é preciso uma formulação teórica mais rigorosa para que as variáveis temporais contínuas possam ser adequadamente operacionalizadas nos estudos de guerra civil.

Outra forma de incorporar o ‘fator tempo’ nas análises de guerras civis consiste em delimitar períodos que possuem certas características comuns e substituí-los por variáveis *dummy*, uma técnica mais simples do que as que apresentamos acima. Os primeiros autores a fazer uso deste instrumento são Fearon e Laitin (2003), que incluem uma variável chamada “novo estado” em seus trabalhos. Há, de fato, uma enorme incidência de conflitos em países que obtiveram sua independência recentemente, uma vez que este o país recém-criado “*subitamente perde o suporte coercivo da antiga potência colonial e suas capacidades militares são novas e ainda não foram testadas*” (*idem*, p. 81). Com isso, os autores decidiram colocar esta variável em seus modelos, equivalendo a 1 quando o país obteve sua independência há dois anos ou menos, e a 0 para todos os outros casos. Os resultados são significativos do ponto de vista estatístico (*ibidem*, p. 84), mas também são questionáveis por sua arbitrariedade: os autores não deixam claro por qual motivo foi escolhido exatamente o período de dois anos e não qualquer outro. Ademais, ainda restam algumas dúvidas a respeito da causalidade da relação entre ela e as guerra civis, como, aliás, acontece com várias outras variáveis dependentes (Brown & Langer, 2009, p. 22).

O período da Guerra Fria (1945-1989) possui características bastante específicas, e alguns autores resolveram codificá-la de modo distinto de outras épocas históricas. Em uma ordem bipolar marcada por um grande número de *proxy wars*, definidas geralmente como “conflitos prolongados e de baixa intensidade” (Reisman, 1990, p. 860) onde as partes recebiam apoio, mais ou menos disfarçado, das grandes potências (EUA e URSS), é de se imaginar que este período exerça influência sobre as guerras civis. Collier e Hoeffler (2004, p. 568), por exemplo, utilizam uma *dummy* da Guerra Fria como um *proxy* que mostra “*a vontade dos governos estrangeiros de financiar oposição militar aos governos incumbentes*”, mas apesar dela estar positivamente relacionada ao início de guerras civis, a variável não se apresenta estatisticamente significativa em nenhum dos modelos propostos pelos autores. Sambanis (2001, p. 272) também não encontrou um resultado significativo para a variável “Guerra Fria”, mas devemos lembrar que, pelo fato de sua análise estar focada apenas nos casos de guerras étnicas serem raros conflitos deste tipo durante o período bipolar (onde as

guerras ‘ideológicas’ e ‘revolucionárias’ seriam a maioria), a ausência de relação entre Guerra Fria e os conflitos domésticos não chega a ser uma surpresa. Brown e Langer (2009, p. 13), em contrapartida, ao utilizarem esta variável na base de dados desenvolvida por Fearon e Laitin (2003), conseguiram encontrar um resultado significativo para “Guerra Fria” ( $p = 0,036$ ), mas, o que é interessante, esta variável aparece como *negativamente* relacionada com as guerras civis, indo na contramão do previsto. Pela pouca concordância no uso deste elemento, esse fator não será incorporado nesta análise.

Com efeito, embora os anos de paz, a recém-independência dos estados e o período da Guerra Fria apareçam em algumas análises de guerras civis como elementos importantes para entendermos este fenômeno, ainda são visíveis os problemas com a operacionalização e com os mecanismos teóricos implícitos por trás destas variáveis. Sua utilização não é, obviamente, vetada nos trabalhos empíricos, mas é preciso ter em mente que tais elementos devem ser incluídos com cautela nos modelos, sempre ressaltando suas possíveis limitações.

## 2.5 – As Variáveis Políticas

O impacto dos fatores políticos sobre as guerras civis ainda não é ponto pacífico no meio acadêmico. Apesar de muitas variáveis estarem hoje sendo testadas, são poucas as que possuem um relativo grau de sucesso nos modelos estatísticos. A existência da forma federalista em um estado é uma delas. O federalismo é visto não somente como uma ferramenta para prevenir conflitos com grupos autônomos dentro de um território (Horowitz, 1985, p. 619; Elazar, 1987, p. 232-265; Gurr, 2000), mas também como a melhor opção para estruturar politicamente um país que passou por uma guerra doméstica<sup>42</sup> (Sambanis, 2002, p. 236). Essa idéia, na verdade, já tem antiga tradição na Ciência Política. De acordo com Lijphart (1977), o modo “consociativo” seria a forma mais segura de estabelecer uma governança democrática em sociedades plurais e com clivagens bem-definidas, pois por meio de coalizões, mútuo poder de veto, proporcionalidade e certo grau de economia local os conflitos tenderiam a ser resolvidos pacificamente. Em um trabalho pioneiro na investigação dos conflitos étnicos, Horowitz (1985) afirma que o federalismo é um dos elementos mais

---

<sup>42</sup> Uma discussão sobre o tema pode ser vista em Christin e Hug (2006).

importantes para acomodar distintos grupos em um mesmo território, embora reconheça que, em alguns casos específicos, o federalismo possa, ao contrário, exacerbar a violência interna<sup>43</sup>. Assim, o federalismo deve ser implantado em um arcabouço de outras garantias. Nas palavras do autor,

“É necessário um pacote coerente, até mesmo redundante, de técnicas de redução de conflitos. Tal pacote incluiria sistemas eleitorais para criar incentivos para a cooperação interétnica e para coalizões pré-eleitorais baseadas na agregação de votos [*vote pooling*]. Em muitos países, deveria haver também uma previsão para o federalismo ou autonomia regional. Combinada com políticas que dão uma parcela do poder central a grupos regionalmente concentrados, essa ‘devolução’ [de poder] pode ajudar a evitar o separatismo. Uma divisão do território bem realizada pode estimular a fluidez multipolar onde ela já exista e prevenir a bifurcação; ela pode também produzir bens comuns entre outras unidades também regionalmente organizadas, cruzando linhas étnicas; e ela pode dar aos políticos a chance de praticar coalizões antes de eles chegarem ao poder central” (Horowitz, 1993, p. 36).

Os argumentos de Horowitz parecem razoáveis, e alguns trabalhos estatísticos recentes vêm dando suporte a suas hipóteses<sup>44</sup> (Saideman et al, 2002, p. 119; Brancati, 2006, p. 678). Com efeito, Alfred Stepan (1999, p. 20 *apud* Amoretti & Bermeo, 2004, p. 11) aponta que todas as democracias estáveis, e que possuem uma sociedade multicultural, são estados federados. O federalismo pode, assim, ser um instrumento para redução de violência.

Em contrapartida, a presença de instabilidade política em um país aumenta significativamente suas chances de atravessar uma guerra civil. As mudanças de regime aparecem com frequência na literatura como uma importante fonte de conflitos violentos e, como afirma Dixon (2009, p. 718), “[...] *existe um amplo consenso sobre a relação entre a instabilidade dos regimes e o início de guerras civis. [...] A única discordância é a respeito da força da relação, mas não sua direção – mudança de regime é perigoso*”. A constatação de

---

<sup>43</sup> Em um texto posterior, Horowitz (1993, p. 28-31) argumenta que este foi o caso da Nigéria: “*O federalismo da primeira república na Nigéria contribuiu significativamente para a polarização entre norte e sul; mas o federalismo da segunda república, estruturado de modo distinto, não conduziu ao mesmo resultado. [...] Se minorias ou pluralidades [de grupos étnicos] marginalizam majorias, ou mesmo quando marginalizam outras pluralidades ou minorias, como fizeram na Nigéria por causa de seu federalismo assimétrico, o resultado será provavelmente violência*”.

<sup>44</sup> Os dois trabalhos mencionados, como Horowitz, colocam certas condições ao federalismo para que ele produza bons efeitos: Saideman et al. (2002) afirma que o federalismo ajuda a reduzir “rebeliões”, mas não “protestos” (diferenciadas pelos autores devido à grandeza da insurgência), e Brancati (2006, p. 681), apesar de encontrar uma forte relação negativa entre federalismo e violência, a existência de partidos regionais acabam por diminuir os efeitos do federalismo em conflitos étnicos e separatistas.

que mudanças políticas podem desencadear períodos de violência não é nova: os problemas da democratização, por exemplo, eram discutidos com seriedade ainda em meados do século XIX e, como lembrado por Gleditsch, Hegre e Strand (2009, p. 163), Alexis de Tocqueville já apontava que “[...] *as revoluções nem sempre vêm quando as coisas vão de mal a pior. [...] Geralmente o momento mais perigoso para um mau governo é quando ele tenta se reformar*”. Vários textos recentes têm comprovado essa hipótese (Hegre et al., 2001; Fearon & Laitin, 2003; Gleditsch, Hegre & Strand, 2009; Cederman, Hug & Krebs, 2010), afirmando que mudanças de regime podem causar conflitos não apenas pela profunda alteração nos incentivos e oportunidades dos atores políticos mas também pela produção de grupos de ‘vencedores’ e grupos de ‘vencidos’ (Cederman, Hug & Krebs, 2010, p. 387). Em ambos os casos, é interessante aos atores fazer uso de estratégias violentas para manterem-se no poder<sup>45</sup>.

Já a relação direta entre regime político e guerras civis é ainda muito controversa na literatura. O problema não deixa de ser curioso, pois apesar de muitos conflitos terem como justificativa, ao menos no plano retórico, a luta pela democracia e pela liberdade, os dados estatísticos não têm mostrado uma correlação clara entre regime político e guerras civis. De fato, dos 27 artigos analisados por Dixon que incluíram a variável ‘democracia’ em seus modelos, 19 deles não foram capazes de encontrar uma relação significativa entre ela e a ocorrência de guerras civis, dois encontraram uma relação negativa entre as duas e, pasmem, cinco trabalhos apontam que existe uma relação positiva entre elas, na qual a democracia *aumenta* as chances de um país entrar em guerra civil (Dixon, 2009, p. 718).

É válido destacar alguns prováveis problemas das pesquisas acima. Em primeiro lugar, a relação entre democracia e guerra civil pode não ser linear, como alguns dos trabalhos empíricos supõem. Um bom número de artigos (Muller & Weede, 1990; Ellingsen & Gleditsch, 1997; Hegre et al, 2001; Sambanis, 2001; De Soysa, 2002; Fearon & Laitin, 2003) encontrou uma relação curvilínea entre regime político e guerras internas, na qual dois extremos do espectro político possuem baixa incidência de guerras civis e há uma concentração de rebeliões em “anocracias” ou “regimes híbridos”, aqueles se encontram em

---

<sup>45</sup> É necessário considerar, entretanto, a importância das medidas temporais nesta discussão. É possível que a mudança de regime já seja, em si mesma, um reflexo das turbulências internas de um país. Usar a variável independente com *lag*, na qual os valores de um ano  $t-1$  ou  $t-2$  são analisados juntamente com o valor  $t$  da variável dependente, pode ajudar a reduzir as ambigüidades, uma vez que ficaria um pouco mais claro que a presença de um evento ocorrido em um tempo anterior traz reflexos nos conflitos futuros. De fato, esta é a técnica mais comum nos estudos que analisam a mudança de regime e a incidência de guerras civis, embora ela não esteja livre de problemas, como já demonstrado no tópico anterior deste trabalho.

escalas intermediárias, possuindo tanto características de democracias quanto de autocracias<sup>46</sup>. Seria preciso, para ter descoberto essa relação, não apenas usar a variável ‘regime político’ em seus valores quadráticos – a fim de captar o padrão em ‘U invertido’ da curva<sup>47</sup> – mas também, como especulam Sørli, Gleditsch e Strand (2005, p. 156), utilizar o país-ano como unidade de medida, pois utilizar períodos de cinco anos na análise estatística pode gerar vieses nos resultados<sup>48</sup>. Em segundo lugar, os índices de democracia que aparecem com mais frequência nas pesquisas empíricas, como o *Freedom in the World* (Freedom House, 2010), *Polity IV* (Marshall & Jaggers, 2002) ou *Scalar Index of Polities* (Gates et al, 2006) possuem conhecidas diferenças de mensuração e codificação. De fato, é possível que uma relação estatística seja encontrada em um índice e não em outro, ou que sua força de associação seja substancialmente maior ou menor dependendo apenas do tipo de dados e do período em questão. Como exemplo, vez-se que ao fazer uma correlação de Pearson<sup>49</sup> com as dimensões ‘direitos políticos’ e ‘liberdades civis’, medidas pela *Freedom House* e pelo *Polity IV* para a Colômbia no período de 1972 a 2009, chega-se a um valor de 0,44, valor relativamente baixo já que se considera aqui apenas os aspectos processuais desses índices de democracia<sup>50</sup>. Em um campo cujas análises estatísticas têm como variável dependente um evento raro, esse tipo de diferença pode vir a influenciar os resultados.

---

<sup>46</sup> O termo “anocracia” não será usado nesta dissertação, por sugerir uma “ausência de estado” (άνω, “acima” e κράτος, “estado”). Utilizaremos aqui a denominação “regime híbrido”, pelo fato de o termo descrever melhor a realidade de tais estados e por ser mais bem trabalhado conceitualmente (Zimerman, 2006, p. 70).

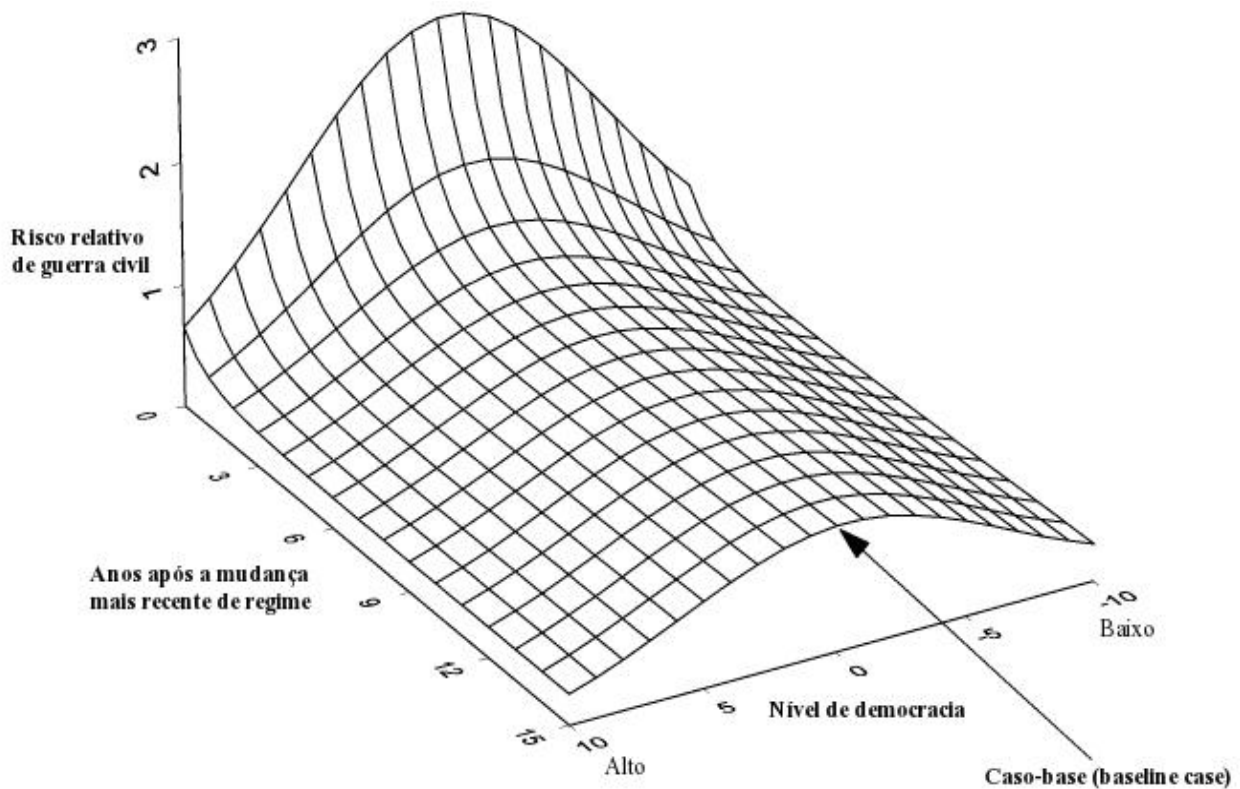
<sup>47</sup> Hegre et al (2001, p. 36) testaram também o padrão cúbico e outras configurações da variável independente, mas nenhum modelo ajustou-se melhor do que o quadrático.

<sup>48</sup> Collier e Hoeffler (2004), em um dos textos que lançou a “polêmica” da baixa importância dos regimes políticos para explicar as guerras civis, usam períodos de cinco anos em seus modelos. Não há motivo, entretanto, para os autores utilizarem intervalos de tempo quinquenais e não o país-ano como fazem praticamente todos os estudos de guerra civil.

<sup>49</sup> O “coeficiente de correlação produto-momento” ou “coeficiente de correlação linear de Pearson” é uma medida estatística que avalia a correlação entre duas variáveis quantitativas, cujo valor vai de -1 (correlação perfeita e negativa) a +1 (perfeita e positiva) e na qual 0 significa ausência de correlação.

<sup>50</sup> Agradeço a Tiago Peterlevitz pelo exemplo.

Gráfico 2.1 - Risco Relativo de Guerra Civil como uma Função de Democracia e Tempo desde a Mudança mais recente de Regime, 1816-1992



Fonte: Hegre et al., 2001, p. 40.

Mas há ainda outro questionamento sobre a relação entre regimes políticos e guerras civis, este bem mais contundente. De acordo com Vreeland (2008), a existência do “U invertido” se dá por meio de um erro na codificação do índice mais utilizado nas pesquisas acadêmicas, o *Polity*, e não pela maior propensão *per se* de regimes híbridos entrarem em guerra civil. Já que o *Polity* codifica países com conflitos como zero, bem no centro de sua escala (que vai de -10 a 10), é natural que os regimes híbridos, situados entre democracias e autocracias, apareçam sobrerrepresentados nas análises estatísticas. Como escreve o autor,

“Acontece que para os componentes do *Polity* que tratam do executivo não há uma relação em ‘U invertido’ estatisticamente significativa com guerra civil, sejam os componentes introduzidos individualmente ou combinados em um índice. No que tange aos componentes de participação política, eu de fato encontro evidências de uma relação em ‘U invertido’ com guerra civil. Para essas variáveis, entretanto, as observações são codificadas no meio [da escala] quando a participação política é facciosa, uma situação na qual a competição política entre os grupos é “intensa, hostil, e



freqüentemente violenta. Extremo facciosismo pode se manifestar por meio do estabelecimento de governos rivais e pelas guerras civis (Gurr, 1989, p. 12). Na pior das hipóteses, então, o achado é tautológico: é mais provável que haja uma guerra civil onde há guerra civil” (Vreeland, 2008, p. 402).

Ao replicar os modelos estatísticos de Hegre et al (2001) e Fearon & Laitin (2003) com uma versão modificada do *Polity* – na qual foram retirados do índice os componentes ‘contaminados’ pela inclusão de referências às guerras civis – Vreeland (2008, p. 409-412) não encontra a tal relação em “U invertido” descrita pelos outros pesquisadores. Com efeito, Strand (2006, p. 186) já havia proposto a mesma hipótese, mas justificou-a de um modo ligeiramente diferente. Em um primeiro momento, o autor utilizou o *Polity* em sua formulação original<sup>51</sup>, mas adicionou uma variável *dummy* que marca os casos codificados com menção ao ‘faccionalismo’. Seus resultados são praticamente iguais aos de Vreeland:

“A variável *dummy* [faccionalismo] é forte e significativa, indicando que políticas faccionais são de fato mais propensas à guerra do que as outras. A única diferença significativa entre os modelos é que o indicador quadrático de democracia é agora mais fraco e deixou de ser estatisticamente significativo, o que quer dizer que a relação em ‘U invertido’ não se sustenta” (Strand, 2006, p. 185).

Strand testa ainda um novo modelo, onde as variáveis problemáticas do *Polity* foram substituídas por uma versão modificada da escala de participação de Vanhanen (2000)<sup>52</sup>, que também não comprova a existência do ‘U invertido’. A mudança de regime continua robusta em sua análise, mas não o nível de democracia.

Ao que tudo indica, a controvérsia a respeito da importância do regime político para explicar as guerras civis ainda não está terminada. Mesmo autores que defendiam a existência do ‘U invertido’ não estão seguros de sua relevância nos modelos estatísticos. Em um trabalho bastante recente, Gleditsch, Hegre & Strand (2009, p. 188) escrevem:

“Controlando por outros fatores, não encontramos uma relação linear entre democracia e o risco de início de conflitos. Nós encontramos algum apoio ao efeito curvilíneo, indicando que semidemocracias têm

---

<sup>51</sup> O modelo original de Hegre et al (2001) lança mão do *Polity III*, enquanto os trabalhos mais recentes já fazem uso da quarta versão do índice. Strand (2006, p. 186-188), contudo, testa o mesmo modelo usando ambas as versões do índice, e em nenhum dos casos foi possível encontrar a relação em ‘U invertido’.

<sup>52</sup> Este novo índice, surgido a partir da junção das duas bases de dados acima mencionadas, recebeu o nome de *Scalar Index of Politics* (SIP). Ele será discutido em detalhes na parte posterior deste trabalho.

mais risco de passar por um conflito, mas ele não é totalmente robusto perante nossas escolhas de indicadores de democracia.”

Dessa forma, entende-se que apesar de algumas variáveis serem praticamente consensuais nos estudos de guerras civis, existe um grande espaço para novas pesquisas que visam elucidar a relação entre regime político e conflitos domésticos. Uma série de perguntas ainda permanece sem resposta: seriam os índices agregados a única forma de medir os efeitos dos regimes nos conflitos civis? Quais seriam as vantagens ou desvantagens de se utilizar outros índices de democracia além dos acima mencionados? E como se relacionam os regimes (e as demais variáveis políticas em geral) perante o “emergente programa de pesquisa” das guerras civis (Kalyvas, 2008), os estudos que visam fornecer informações mais desagregadas e específicas sobre os conflitos? Nos próximos dois capítulos deste trabalho pretende-se endereçar tais questões e esboçar algumas possíveis saídas para esses problemas. É um passo importante, talvez necessário, para a melhor compreensão da ligação entre regimes e conflitos.

## CAPÍTULO 3

### OS REGIMES POLÍTICOS E AS GUERRAS CIVIS

*In sum, measurement is valid when the scores derived from a given indicator can meaningfully be interpreted in terms of the systematized concept that the indicator seeks to operationalize.*

Robert Adcock & David Collier, *Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research*, p. 531<sup>1</sup>.

Nesta parte da dissertação pretende-se discutir quais são os índices de democracia mais adequados para se trabalhar com as guerras civis. Não há a intenção, entretanto, de oferecer um panorama completo ou um julgamento definitivo sobre a capacidade de mensuração de tais índices; afinal, os pesquisadores que se dedicam ao estudo dos processos de democratização ou da qualidade da democracia são certamente mais capacitados para esta difícil tarefa. A ambição aqui é mais modesta: visa-se apenas demonstrar quais bases de dados sobre regimes políticos são mais apropriadas para o objeto de estudo em questão, seja por não possuírem, em suas codificações, elementos que sejam teoricamente conflitantes com as definições de guerras civis, ou por não terem dados que possam causar problemas nos modelos estatísticos comuns a esta área de pesquisa. Embora relativamente simples, a tarefa é de grande importância para as análises empíricas e, apesar de existir um debate sobre estas questões no exterior, publicações acadêmicas sobre este tema no país são escassas. Dessa forma, é possível preencher um espaço ainda inexplorado pelos cientistas políticos brasileiros.

Primeiramente, será apresentado um breve histórico das classificações dos regimes políticos<sup>2</sup>, mencionando autores clássicos e modernos. Em seguida, far-se-á uma comparação entre os índices de democracia atualmente mais utilizados nos trabalhos acadêmicos,

---

<sup>1</sup> A frase é citada em Goertz (2006, p. 95).

<sup>2</sup> No presente capítulo, os termos “regime político”, “regime”, “formas de governo”, “tipo de governo” e “constituição” serão usados como sinônimos.

ressaltando os pontos positivos ou negativos de cada um deles para o estudo específico das guerras civis. Por fim, discute-se a idéia de que variáveis desagregadas também podem ser úteis para a compreensão de aspectos relevantes dos regimes políticos, já que, além de terem menor ambigüidade do que as medidas compostas dos índices de democracia, elas podem, em nosso caso, captar com mais clareza dimensões importantes para a análise dos conflitos domésticos. Delas, destaca-se a competitividade do poder executivo que, como será discutido mais adiante, acredita-se que tem um papel relevante para o entendimento das guerras internas.

### 3.1 – As Primeiras Classificações

As classificações das formas de governo são provavelmente tão antigas quanto o próprio pensamento político ocidental. Suas raízes podem ser encontradas na Grécia clássica, particularmente na obra de Heródoto. Em seu *Histórias* (III, 80-82), Heródoto simula um debate entre conspiradores persas sobre qual tipo de governo seria o mais adequado se bem-sucedido seu golpe planejado contra o Rei Cambisas, e os termos da discussão giravam em torno da democracia, oligarquia ou a continuação da monarquia<sup>3</sup>. Com isso, Heródoto apresenta, provavelmente pela primeira vez (Arendt, 2006 [1963], p. 275), a conhecida classificação tríplice dos regimes, na qual o critério de diferenciação entre eles está no número de pessoas que detêm o poder político: monarquia é o governo de um, aristocracia de poucos, e a democracia de muitos. Essa divisão tornar-se-ia bastante popular entre os filósofos da Antigüidade, e ainda hoje o uso de tais categorias para se referir às formas de governo é

---

<sup>3</sup> É hoje lugar-comum nos estudos clássicos a afirmação de que Heródoto não se referia às questões políticas da Pérsia, mas sim de sua Grécia natal (Robinson, 2004, p. 152). E, além disso, Heródoto não utiliza a palavra *democracia*, mas sim *isonomia* (igualdade perante a lei) que, de acordo com Gregory Vlastos (1995, p. 89-96), “a forma de governo aqui intitulada isonomia é ‘o governo das massas’ [the rule of the masses], em contraste tanto com a tirania quanto com a oligarquia; ela é identificada em seu sentido mais positivo pelos instrumentos característicos da constituição democrática: eleição por sorteio, fiscalização de cargos públicos e o poder da assembléia para discutir e decidir todas as questões de políticas públicas. A omissão da palavra *Demokratia* nesse contexto dificilmente é acidental. [...] [Contudo,] enquanto *Demokratia* não faz mais do que descrever um fato [o governo das massas] *Isonomia* expressa uma idéia, de fato um conjunto de idéias, pela qual os partidários da democracia justificavam o governo do povo” (grifos no original). Com efeito, para o autor, a palavra *Demokratia* vem a significar uma situação política específica na qual o povo governa, e ela não possui a imagem abstrata de igualdade perante a lei que está em *Isonomia*. Hart (1982, p. 48), sugere que este termo, por ser de apelo geral, possuía também uma carga emotiva maior do que democracia. Talvez por essa razão Heródoto considere a isonomia “o mais justo dos nomes”, em seu *Histórias* (III, 80.6).

bastante comum, sobretudo nos meios não-acadêmicos<sup>4</sup>. É interessante lembrar que, como assinala Sztompka (1993, p. 144), Heródoto é o criador de outra idéia também amplamente difundida entre os gregos, a de que os regimes possuem uma espécie de “ciclo natural”, onde a monarquia torna-se tirania, a tirania transforma-se em oligarquia, a oligarquia muda para democracia, e esta, por fim, degenera-se no governo da plebe. Embora a política seja, por definição, um domínio da ação humana, mesmo ela estaria sujeita às inexoráveis leis da natureza, e a sucessão dos regimes obedeceria, apesar de tudo, a uma ordem pré-determinada.

Mas esta não era a única classificação utilizada pelos gregos. Platão oferece, na *República* (VII-IX), uma divisão dos regimes políticos muito diferente da proposta por Heródoto, baseada não em três, mas em cinco tipos possíveis de governo. O interessante é que, para cada constituição política, Platão associa um tipo específico de pessoa ou modo de vida, o que torna sua classificação um tanto peculiar. Por esta ligação original entre os regimes e os indivíduos,

“O regime é tratado como o fato político mais importante e a causa para todos os outros fatos. O regime é idêntico a classe, ao tipo dos homens que possuem os postos públicos. Conforme esta classe varia, também o faz a vida da cidade. O regime determina o caráter da lei, educação, propriedade, casamento e família. O regime, portanto, é o que deve ser estudado por qualquer pessoa interessada nos efeitos da política sob sua vida ou na busca pela boa vida. Esta é a questão mais importante, e uma ciência política relevante é feita para respondê-la. Os diferentes tipos de regime distinguem-se por suas metas explícitas, as quais derivam dos modos de vida que os homens podem escolher. Regimes verdadeiramente diferentes, como os homens, derivam de diferenças de princípio significativas e irreduzíveis. A alma saudável é o padrão para o julgamento dos regimes e a chave para entendê-los; o regime saudável é aquele que permite o desenvolvimento de almas saudáveis. Tal ciência política é mais próxima da medicina do que da matemática. A ciência política deve ser avaliativa: como um médico sabe o que é um corpo saudável, o cientista político deve saber o que é um regime saudável” (Bloom, 1991, p. 414).

Platão toma a classificação dos regimes como um fator importante para o entendimento da vida na polis, uma vez que a partir do conhecimento das diferenças entre as formas de governos seria possível discernir não apenas qual o melhor ordenamento para a cidade, mas também em qual desses regimes estaria presente a justiça, o tema central da

---

<sup>4</sup> Brunschwig e Lloyd (2000 [1996], p. 168) afirmam que havia um esboço dessa idéia da classificação tripartite já em uma ode de Píndaro, um dos mais importantes poetas líricos da Grécia clássica. Heródoto, contudo, traz a primeira versão bem-acabada da divisão dos regimes, e sua popularidade provavelmente deriva do fato dela ser “exaustiva e econômica, [...] uma intuição formidavelmente simples, mas infinitamente brilhante” (*idem*).

*República*<sup>5</sup> (White, 1979, p. 13; Dahl, 1991, 809). De acordo com o Platão, a constituição que atingiria esse ideal de justiça seria a aristocrática, na verdade um tipo de ‘aristocracia intelectual’ (Jayapalan, 2002, p. 53) cujo governo seria liderado pelos homens com ‘alma de ouro’, os reis-filósofos<sup>6</sup>. Em uma das mais conhecidas citações da República, Platão escreve:

“A menos que [...] os filósofos tornem-se reis em nossos estados ou aqueles os quais nós chamamos reis ou governantes busquem a filosofia de modo sério e adequado e exista uma conjunção destas duas coisas, o poder político e o saber filosófico, [...] não pode haver o fim dos problemas, caro Glauco, para nossos estados nem, penso eu, para a raça humana. Até que isso aconteça, esta constituição que estamos expondo na teoria não será jamais posta em prática dentro dos limites do possível e ver a luz do sol” (Platão, República, V, 473c-473e).

Os reis-filósofos, com efeito, seriam os únicos indivíduos que teriam a sabedoria e a competência necessárias para governar a cidade. Somente aqueles que internalizaram os padrões morais de justiça, beleza, moderação e bem comum poderiam imbuir estes valores nos outros homens e conduzir a polis com virtude (Klosko, 2006, p. 181). Se a democracia é ‘o governo do povo’, o regime político ideal, para Platão, seria ‘o governo do saber’, uma *epistocracia* (Santas, 2010, p. 122) levada a cabo estritamente pelos mais bem treinados.

A aristocracia, contudo, pode vir a degenerar e transformar-se em uma *timocracia*, o ‘governo da honra’<sup>7</sup>, “[...] *um tipo [de governo] intermediário entre a aristocracia e a oligarquia*” (Platão, República, VIII, 547c). A filosofia, neste regime, perde parte de sua força

---

<sup>5</sup> Leo Strauss (1999 [1953], p. 150) acrescenta ainda que: “Muitos intérpretes de Platão não consideram suficientemente a possibilidade de que seu Sócrates estava tão preocupado em entender o que a justiça é, isto é, entender toda a complexidade do problema da justiça, quanto com pregar a justiça” [grifo nosso]. Desse modo, a discussão da justiça possui na obra de Platão uma dimensão não somente teórica, mas também prática, em prol do bem da cidade.

<sup>6</sup> A idéia platônica de aristocracia seria mais próxima a uma extrema meritocracia do que ao que hoje associa-se à aristocracia (ou monarquia) hereditária, exercida com base no direito de sucessão familiar. Nas palavras de George (2010, p. 8): “O principal desejo de Platão era ter certeza de que os mais talentosos, ou seja, aqueles que passaram por vários testes, deveriam se tornar os reis filósofos. Ele, portanto, dava abertura para certo grau – alguns diriam que demasiadamente pequeno – de mobilidade social para cima e para baixo. Crianças excepcionalmente talentosas, oriundas das classes trabalhadoras, poderiam alcançar o posto de rei filósofo e, vice-versa, as crianças dos Guardiões e Auxiliares que não demonstrassem aptidão deveriam ser colocadas na classe trabalhadora. Isso enfraquece a crítica de que a utopia de Platão era uma sociedade de castas, embora sua ênfase no talento acadêmico como uma condição sine qua non para um político possa ser falha. Meritocracia ao invés de privilégios hereditários está no âmago das propostas de Platão”. Haworth (2004, p. 14) diz ainda que mesmo o título ‘rei filósofo’ é enganoso, pois não existe, na obra platônica, qualquer proibição às mulheres exercerem essa posição. O mesmo argumento também era colocado por Strauss (1998 [1975], p. 102), citando o seguinte trecho da República (V, 456c-456d): “Para a produção de um Guardião, portanto, a educação não será uma coisa para nossos homens e outra para nossas mulheres [...]. Não haverá diferença”.

<sup>7</sup> De *timé* (τιμή), ‘honra’. O termo *timarquia* também aparece com frequência nos textos acadêmicos.

moderadora e a coragem passa a ocupar seu lugar nos assuntos públicos: “[...] *a cidade é dominada pelos membros da classe dos guardiões que são primariamente aptos para guerrear; notadamente, os auxiliares*” (White, 1979, p. 210). Na timocracia, entretanto, a ambição dos guardiões por bens materiais começa a aflorar, e é comum que estes tomem para si as terras da cidade e façam servos boa parte dos cidadãos como uma espécie de ‘prêmio’ por suas condutas honradas e por suas eventuais conquistas militares (*idem*). Paradoxalmente, os guardiões ainda mantêm um pouco da ética e da moral fornecida por seu antigo treinamento na aristocracia, o que impede a total degeneração deste regime: “[...] *eles ficarão envergonhados de sua riqueza, e irão dela usufruir somente em segredo*” (Grote, 1865, p. 105). Ainda que inferior à aristocracia, a timocracia possui dirigentes que, todavia, mantiveram parte de sua antiga honra militar e, talvez por este motivo, Platão a considere como a menos danosa das formas políticas degeneradas. Como exemplo prático, o filósofo menciona os casos de Esparta e Creta (*idem*), dois governos militaristas e timocráticos dotados de grande prestígio entre os gregos.

Se na timocracia a razão filosófica se encontra submetida à coragem e à destreza militar, a ganância se sobrepõe a todos os sentimentos na *oligarquia*. Neste regime político, os resquícios da moderação aristocrática são definitivamente esquecidos, e o “*segredo amor pelo dinheiro, que infecta a aparentemente vigorosa timocracia*” (Mara, 1997, p. 139), acaba por dominar a conduta dos governantes. A oligarquia, com efeito, é um sistema político marcadamente injusto, pois nela a intenção dos que detêm os cargos públicos é apenas a de aumentar seu patrimônio privado à custa da cidade, sem qualquer preocupação com a sabedoria, coragem ou capacidade no trato dos assuntos coletivos. A posse de riquezas, pura e simplesmente, passa a ser o único fator relevante para a obtenção do poder<sup>8</sup> (Jayapalan, 2002, p. 119). Dessa maneira, considera-se que existe uma diferença significativa entre os homens da timocracia e os da oligarquia: enquanto para os primeiros o usufruto da riqueza possui uma aparência de vulgaridade e é algo feito às escondidas, para os últimos, ao contrário, não exibir suas posses passa a ser não somente uma atitude desnecessária mas até contraproducente, uma vez que é justamente por meio da ostentação dos bens materiais que os indivíduos ganham acesso aos postos públicos da cidade (Rosen, 2008 [2005], p. 311). Entregue à cobiça, a polis perde sua unidade, e a partir daí ela vai progressivamente se tornando duas cidades, “*a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, vivendo juntas, mas sempre tramando uma contra a outra*”

---

<sup>8</sup> “‘E que tipo de regime’, disse ele, “você entende por oligarquia?’ ‘Uma constituição baseada na propriedade’, disse eu, ‘na qual o rico detém os cargos e o pobre é excluído’” (Platão, República, VIII, 550c-550d).

(Platão, República, VIII, 551d). Esse embate entre facções acabará, por fim, gerando a ruína do governo oligárquico.

O regime que se origina dos escombros da oligarquia é a *democracia*. Para o leitor moderno, é inquietante o fato de Platão preferir o governo oligárquico ao democrático, mas havia, para o filósofo, um traço distintivo à oligarquia que fazia dela uma constituição melhor do que o governo popular: sua estabilidade. Na teoria platônica, a democracia assemelha-se ao que hoje entende-se como anarquia, a *stasis* que discutimos longamente no primeiro capítulo, e assim fica mais clara a vantagem da oligarquia sobre este tipo de governo. Embora os oligarcas, para Platão, não possuam grandes virtudes morais, é necessário um mínimo de sobriedade para que suas posses permaneçam intactas, e isso pode dar um pouco de equilíbrio ao regime (Bloom, 1991, p. 418); já nas democracias, por outro lado, como os cidadãos não são detentores de grandes posses, mesmo este desejo de ordem estaria ausente em grande parte dos cidadãos, tornando este governo particularmente volátil. Se na oligarquia são duas, aqui passam a existir múltiplas cidades em uma mesma polis:

“Dada esta licenciosidade [da democracia], ela inclui todos os tipos [de regimes], e é provável que qualquer um que deseja organizar um estado, assim como nós estamos fazendo, deve ir para uma cidade democrática e escolher o modelo que mais o agrada, como se estivesse em um bazar de constituições, e depois de fazer sua escolha, estabelecer a sua própria [cidade]” (Platão, República, VIII, 557d).

A partir dos excessos de liberdade da democracia<sup>9</sup> surge a *tiranía*, a derradeira forma de governo. Um regime instável como o democrático, assegura Platão, não tardaria a colocar um homem em seu comando, transformar-se-ia em uma espécie de protetorado (Platão, República, VIII, 565c) e os cidadãos seriam progressivamente transformados em escravos do tirano. Na verdade, vários autores modernos vêem na constituição democrática nada mais do que um “tipo de prototiranía” (Koivukoski & Tabachnick, 2005, p.184) ou, em outras palavras, “[...] *essencialmente um regime transitório, pois seu princípio, a liberdade, não encoraja o respeito pela lei, necessário para a manutenção de um regime*” (Bloom, 1991, p. 418). Curiosamente, não é apenas a democracia que prepara o terreno para a entrada da tiranía: na verdade, todos os regimes salvo a aristocracia já o fazem, pois todos possuem seus vícios e são, na teoria platônica, degenerados. A tiranía é somente a forma de governo no qual

---

<sup>9</sup> “O resultado provável de enorme liberdade é apenas enorme escravidão para o indivíduo e o estado. [...] Talvez, então, a tiranía se desenvolve a partir de nenhum outro tipo de constituição exceto a democracia – do ápice de sua liberdade, como vejo, ao extremo da servidão” (Platão, República, VIII564a).



tais vícios são mais manifestos.

“A atração gravitacional que leva os três regimes degenerados e não-tirânicos [timocracia, oligarquia e democracia] para a tirania não pode ser freada, e obviamente se torna ainda mais inexorável a cada mudança de regime; quando chegamos à democracia, ela já se tornou uma queda livre em direção à tirania total. Como a evolução dos regimes é, acima de tudo, governada pela atração gravitacional natural exercida pela tirania, a mudança de um regime para outro só pode ir para uma direção [...]. Toda a análise dos regimes de Platão leva inexoravelmente à conclusão de que só existem realmente duas possibilidades humanas: a justiça de Sócrates [o governo aristocrático dos reis-filósofos], ou alguma forma de tirania” (Koivukoski & Tabachnick, 2005, p.185).

Embora seja possível a saída do estado da tirania, Platão deixa implícito que as chances de reforma em um sistema tirânico são praticamente remotas (Boesche, 1996, p. 46). Tomando-se em consideração que o governo dos sábios, como proposto na *República*, é extremamente raro, as perspectivas para a vida política são um tanto sombrias: “[...] *se o estilo de vida de Sócrates [...] fornece o único remédio totalmente confiável* [aos males da tirania], [...] *a política socrática – transformar todos os cidadãos em tipos socráticos – é um projeto impossível*” (Koivukoski & Tabachnick, 2005, p.192). A tirania, assim, seria o destino de todas as cidades.

Já Aristóteles traz uma análise dos regimes que pouco se assemelha à de Platão. O autor, por um lado, retoma a divisão trina das formas de governo proposta por Heródoto, mas, por outro, questiona a idéia de um sentido único para a progressão das constituições políticas de um modo extremamente convincente: em vez de basear-se em conceitos puramente apriorísticos e especulativos, Aristóteles apresenta suas conclusões após um meticuloso estudo comparativo com nada menos do que 158 constituições, coletadas por ele e seus alunos (Nagle, 2006, p. 138) exclusivamente para fins de pesquisa<sup>10</sup>. Pela primeira vez, os estudos das formas de governo passam a ser embasados em dados empíricos, uma inovação importante e significativa para a época, e que daria maior rigor às teses expostas por Aristóteles perante seus antecessores.

---

<sup>10</sup> Ainda de acordo com Nagle (2006, p. 138), apenas uma dos textos sobre as constituições está intacto, mas existem fragmentos de ao menos 128 deles, de acordo com algumas estimativas otimistas, ou de 80 a 90, conforme contagens mais conservadoras. Mas em ambos os casos há consenso que eles originalmente totalizavam o impressionante número de 158 quando coletados.

A *Política* assinala a existência de três tipos de governo, classificados pelo mesmo critério encontrados em Heródoto, o do número de detentores do poder. Eles seriam divididos da mesma maneira, entre os regimes governados por ‘um, poucos ou muitos’ (Aristóteles, *Política*, III, 1279a). Contudo, Aristóteles também adiciona uma segunda categoria à sua classificação dos regimes políticos, o fato deles serem ‘bons’ ou ‘corrompidos’: os primeiros governam em prol do bem comum e os segundos conduzem os assuntos públicos apenas para atingir seus interesses particulares (*idem*, 1279b). Temos, assim, que quando um governa em interesse de todos, é uma *monarquia*; quando em interesse próprio, *tiranía*; se poucos governam em benefício público, temos uma *aristocracia*, se em benefício privado, *oligarquia*; e quando muitos governam em prol de todos, temos a *politéia* (ou governo constitucional), e sua forma corrompida é a *democracia*, ou o *governo da plebe*.

Tabela 3.1 – As Formas de Governo em Aristóteles

Número de Governantes	Forma ‘Boa’	Forma ‘Corrompida’
Um	Monarquia	Tiranía
Poucos	Aristocracia	Oligarquia
Muitos	Politéia	Democracia

Fonte: Autoria própria, com base em Aristóteles, *Política*, III, 1279a-1279b<sup>11</sup>.

A classificação de Aristóteles possui também outra característica importante: ao contrário do que assumia Platão, os regimes na teoria aristotélica não seguem uma ordem específica de mudança, e é possível que, tanto por reformas quanto pelas revoluções, chegue-se a qualquer uma das seis formas de governo. Com isso,

“Ele [Aristóteles] contrasta sua abordagem com a idéia socrática de mudança de regime apresentada na República, onde Sócrates descreve a inevitável queda dos regimes devido a forças além do controle humano. Aristóteles então aponta o caminho da tirania para a liberdade: o governo tirânico nas comunidades políticas pode ser superado e os seres humanos pode diretamente melhorar a vida política” (Nichols, 1991, p. 85).

<sup>11</sup> Aristóteles apresenta também várias subdivisões nas categorias acima mencionadas. As democracias, por exemplo, são classificadas em quatro tipos principais, cujas diferenças estão em vários fatores inter-relacionados, como o grupo dominante, o número de pessoas capazes de deliberar, a natureza e restrições de acesso aos postos públicos, entre outras (Ober, 2001 [1998], p. 332). Para conhecer todas as classificações, ver: capítulos 7 a 14 do Livro III e capítulos 4 a 10 do Livro IV da *Política*.

Aristóteles demonstra, por meio de um grande número de exemplos concretos, que os regimes não mudam de acordo com uma ordem ‘natural’ e pré-determinada, mas que, ao contrário, transformam-se de vários modos diferentes (Saxonhouse, 1995, p. 226; McCarthy, 2006, p. 31). Além disso, não há, em Aristóteles, a premissa que de todas as mudanças de regimes levam inexoravelmente a um estado de coisas pior do que o anterior e ao regime mais injusto possível, tal qual na República. A cidade aristotélica é, com efeito, um organismo que cresce, vive e morre por uma série de causas distintas (*idem*), e a função da filosofia política é compreender tais movimentos e guiar “os bons legisladores e os verdadeiros políticos” nos assuntos públicos (Aristóteles, Política, IV, 1288b *apud* Miller, 2010 [1998]).

Aristóteles, nesse sentido, busca entender quais são os melhores tipos de regime. Enquanto no Livro VI da *Política* Aristóteles discute como seria uma cidade absolutamente boa caso todos os elementos para tal estivessem disponíveis, no Livro IV o autor realiza um estudo bastante pragmático da cidade, tomando em consideração as circunstâncias e os problemas concretos enfrentados pelas diferentes comunidades políticas (Clayton, 2005). Aristóteles também analisa quais seriam as melhores formas para se manter *qualquer* forma de governo, mesmo as corrompidas, “[...] *mostrando um realismo prático* [hard-headed realism] *que é geralmente negligenciado em seus escritos*” (*idem*). O tipo de regime considerado por Aristóteles como o mais adequado para a vida política, em termos práticos, é a *politéia*, o governo de muitos em interesse de todos. Tal regime é, em essência, o governo misto, pois traz tanto traços da oligarquia quanto da democracia, mas sem a maioria dos problemas dessas duas formas, pois

“O problema da democracia como governo de muitos é que em uma democracia muitos governam *em seu próprio interesse*; eles exploram os ricos e lhes negam poder políticos. Mas uma democracia na qual os interesses dos ricos são levados em consideração e protegidos por lei estaria governando em nome da comunidade como um todo, e este é o que Aristóteles acredita ser o melhor regime. [...] Um dos elementos mais importante para se criar uma *politéia* é combinar as instituições da democracia com as da oligarquia. Por exemplo, em uma democracia os cidadãos são pagos para servir nos júris, enquanto na oligarquia os ricos são multados se não forem [servir]. Em uma *politéia*, ambas as estratégias serão usadas, [...] e ambos os grupos vão servir nos júris e o poder será compartilhado [entre eles]” (*ibidem*).

A *politéia* seria tanto uma combinação da democracia com a oligarquia quanto também algo diferente (*ibidem*), pois ela combinaria a justiça igualitária presente nas

democracias com a igualdade oligárquica, reconhecendo que alguns deles possuem maior virtude. Por entender melhor do que qualquer outra forma de governo tanto a igualdade quanto a desigualdade presente nas sociedades humanas, a politéia é o tipo mais ‘natural’ de governo e, por isso, é “*simplesmente o melhor regime*”<sup>12</sup> (Nichols, 1992, p. 88).

Com efeito, além de conceitualmente mais clara, a teoria dos regimes de Aristóteles é mais dinâmica e abrangente do que a oferecida por Platão. É isso o que provavelmente justifica sua enorme influência nos estudos políticos posteriores e, de fato, vê-se que ainda hoje a classificação aristotélica é considerada como um bom ponto de partida para a análise das formas de governo (Tilly, 2006, p. 8).

Maquiavel, por sua vez, reduziu a divisão trina de Aristóteles a apenas duas amplas categorias, as *repúblicas* e os *principados* (Maquiavel, 2010 [1532], p. 47). As primeiras foram tratadas pelo autor nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*<sup>13</sup> (Maquiavel, 1971, [ca. 1517]), enquanto os segundos são o tema de sua obra mais conhecida, *O Príncipe* (Maquiavel, 2010 [1532]), embora seja verdade que ambos os livros tenham passagens mencionando as duas formas de governo (Strauss, 1995 [1978], p. 16). Os textos de Maquiavel trazem duas importantes diferenças perante os escritos de Aristóteles, e é hoje claro que elas se mostrariam cruciais para o desenvolvimento da Ciência Política moderna (Mansfield, 1983; Nederman, 2009): em primeiro lugar, Maquiavel é um dos primeiros

---

<sup>12</sup> Nem todos os pesquisadores modernos, contudo, aceitam a idéia de que a politéia é o melhor regime na teoria de Aristóteles. Clifford Bates (2003, p. 102) argumenta que “[...] *esta visão de que a ‘politéia’, que inclui o ‘regime misto’ da Política [livro] 4, é uma leitura anacrônica da ‘constituição mista’ da Idade Média no pensamento político de Aristóteles*”. A idéia de ‘governo misto’ não está presente na obra de Aristóteles, surgindo apenas nos textos de Políbio sobre o Império Romano e, depois, o conceito medieval de império – com o poder dividido entre vários soberanos sobrepostos – faria com que a idéia de ‘constituição mista’ tomasse corpo (*idem*, p. 117). Outra questão levantada pelo autor é a de que o termo *politeia*, em Aristóteles, possui significados diferentes (forma da polis, por um lado, e um tipo específico de regime, por outro), e que as traduções inglesas geralmente obscurecem essa ambigüidade ao colocarem ambos como *polity*. Haveria aí uma confusão semântica que deveria ser mais bem esclarecida para a compreensão do que Aristóteles realmente entendia como melhor regime (*idem*, p. 105-114). E, por fim, Bates (*idem*, p. 114) afirma que muitos autores são atraídos para o “regime misto”, pois ele oferece uma saída atrativa tanto para os conservadores e os liberais (americanos), já que mostra a importância do governo limitado e da separação de poderes, interessante aos conservadores, e a divisão de poder e o pluralismo, ambos caros aos liberais. O regime misto, dessa maneira, acomodaria ambas as visões em um ‘meio termo’ confortável aos dois grupos.

<sup>13</sup> Maquiavel escreve, logo no segundo capítulo de *O Príncipe* (*idem*), que irá debater naquele livro apenas os principados, pois uma discussão sobre as repúblicas ele “já o fez, longamente, antes”. Apesar de não haver ainda um perfeito consenso entre os historiadores sobre qual obra anterior Maquiavel se refere, a grande maioria dos estudiosos se inclina à idéia de que o florentino se refere aos *Discursos*. Curiosamente, Maquiavel atesta, no terceiro capítulo do terceiro livro dos *Discursos* – cujo tema é a necessidade de se matar os filhos de Brutus para que a liberdade de Roma fosse preservada da tirania – que ele já ‘tratou deste tema longamente em outro lugar e ali só irá se referir ao que disse antes’ ([...] *E perché di sopra è discorso questo luogo largamente, mi rimetto a quello che allora se ne disse*), é possível que o autor esteja se referindo a *O Príncipe*, o que sugere que ambas as obras foram escritas simultaneamente, ou ao menos que o intervalo entre elas tenha sido bastante curto.

pensadores a afirmar que o *estado* é algo distinto de um *regime*<sup>14</sup> e, não menos importante, ele explicitamente evita recorrer a valores morais para descrever as formas de governo, apresentando uma pioneira leitura totalmente ‘realista’ da política.

“Portanto, ao voltamos à primeira frase de *O Príncipe* [*“Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados”*] (Maquiavel, 2010 [1532], p. 47)], podemos ver que o uso de Maquiavel da palavra *stato* o permite ser neutro entre as repúblicas e os principados. Enquanto para Aristóteles os melhores regimes são regimes em um sentido mais verdadeiro do que os piores, para Maquiavel os principados são tão estados quanto são as repúblicas” (Mansfield, 1983, p. 855).

Embora Maquiavel provavelmente tivesse suas preferências no que tange às constituições políticas<sup>15</sup>, seu tratamento do estado é bastante inovador, e apesar da concepção totalmente impessoal do estado aparecer com clareza somente nos escritos de Thomas Hobbes (Skinner, 2003), a obra do pensador florentino representou uma mudança decisiva no modo de conceber o estado e a relação ente ele e as diferentes formas de governo. Não existe, para Maquiavel, a diferença entre governos “bons” e “corrompidos”, como colocada por Platão e Aristóteles: uma vez que qualquer lei se baseia, em última instância, na ameaça de coerção (Nederman, 2009), a questão da legitimidade não deve ser o ponto principal da análise política (Morgan, 1994). O que é ‘realmente importante’ é o fato de um governo conseguir cumprir sua função primária, a manutenção do estado contra ameaças externas e levantes internos (Maquiavel, 2010 [1532]). Ressaltar o papel do estado e colocá-lo como um elemento independente é um dos grandes méritos de Maquiavel, e isso mudaria significativamente a forma pela qual os regimes são estudados. Essa herança conceitual permanece.

<sup>14</sup> Rahe (2008, p. 30) resume a visão moderna de estado: “*O Estado é uma entidade abstrata constituída pelo poder; e se ele possui uma existência tangível, ele é indistinguível das armas pelas quais o poder é exercido – as forças policiais, o exército e a burocracia que fazem o governo permanente em todas as comunidades políticas modernas. O estado nunca é sinônimo do corpo político, e nunca é, em si mesmo, uma comunidade verdadeira*”.

<sup>15</sup> A discussão acerca de qual regime era o favorito de Maquiavel ainda é polêmica na filosofia política. Não obstante boa parte dos pensadores acreditar que Maquiavel era de fato um republicano (uma intuição presente ao menos desde Rousseau (2001[1762], p. 111), que acreditava que: “[Maquiavel,] *fingindo dar lições aos reis, deusas, e grandes, aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos*”), há autores que afirmam que o pensador italiano era na verdade um crápula, em nada preocupado com os cidadãos. Leo Strauss (1995 [1958]), por exemplo, escreve que “*mesmo que sejamos forçados a reconhecer que Maquiavel era essencialmente um patriota ou um cientista, nós não seríamos forçados a negar que Maquiavel era um professor do mal [a teacher of evil]*”. Para Strauss, a visão comum sobre Maquiavel, a de que ele é um professor do mal, apesar de simplista, é basicamente correta. Como resume Germino (1991, p. 149), “*embora Strauss pense que a visão tradicional de Maquiavel como uma figura diabólica esqueça que o próprio demônio é um anjo decaído, ele [Strauss] acha que é possível ‘ascender’ desta visão para um entendimento mais adequado [da obra de Maquiavel]. Por outro lado, a visão revisada (Maquiavel como um humanista, republicano, amigo do povo, politicamente secular mas não anti-religioso) representa o triunfo do próprio maquiavelismo. Aqueles estudiosos que louvam o “bom”, “progressista” e “democrático” Maquiavel foram, sem saber, corrompidos pela mensagem do mal de Maquiavel, escondida abaixo de uma capa de bons pensamentos e boas obras*”.

Séculos depois, o pensamento iluminista traria para o centro das preocupações políticas o problema da limitação do poder. A reação contra o absolutismo, cujo ápice é o início de uma das mais famosas guerras civis da história, a Revolução Francesa (1789), colocava em xeque as bases sobre as quais se assentava o *Ancien Régime*: o privilégio de casta, a centralização total do comando político e o governo arbitrário dos reis. Entretanto, a Revolução apenas colocou em prática um movimento iniciado nas décadas anteriores, a partir do trabalho dos *philosophes* iluministas, de contestação intelectual ao domínio absoluto. Um de seus maiores expoentes foi Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, que em seu *O Espírito das Leis* (1995 [1748]) classifica em três os tipos de regime: além das conhecidas *monarquias* e *repúblicas*, nas quais, respectivamente, governam um ou mais de um<sup>16</sup>, Montesquieu adiciona uma terceira categoria, os regimes *despóticos*. A diferença do despotismo para a monarquia é que, enquanto nesta última o rei segue corretamente os ditames da lei e dos costumes locais, o despotismo era “[...] *um sistema de poder absoluto, baseado no medo, que não inclui quaisquer freios [checks] ou influências moderadoras sobre o déspota* [...]” (Richter, 1977, p. 36). A diferença entre ambos, por assim dizer, é a limitação do poder. Acentuando o caráter irrestrito do governo no despotismo, Montesquieu, com ironia, escreve que

“Os homens são todos iguais no regime republicano; eles são todos iguais no governo despótico: no primeiro, é porque eles são tudo; no segundo, é porque eles não são nada” (Montesquieu, 1995 [1748], VI, II).

A análise do despotismo de Montesquieu provou-se muito influente, não apenas como um conceito na teoria política, mas também como uma categoria que serviu de mote para uma série de revoltas sociais. A influência de Montesquieu na Revolução Francesa e na Revolução Americana, por exemplo, ambas abertamente proclamadas como uma “luta contra o despotismo”, é hoje claramente reconhecida pelos historiadores<sup>17</sup> (Peyre, 1949, p. 77; Bailyn, 1992 [1967]).

<sup>16</sup> As repúblicas, em Montesquieu, são subdivididas em democráticas e aristocráticas, assim podendo governar ‘todo’ ou ‘parte’ do povo (Hirschl, 2009, p. 201).

<sup>17</sup> A teoria da separação dos poderes descrita em Montesquieu também foi extensamente debatida e analisada quando da criação da constituição americana (1788). Apesar de sua inegável importância nas análises modernas do estado, por ela não possuir uma relação direta com nosso tema de pesquisa – a guerra civil – os comentários de Montesquieu acerca da separação dos poderes não serão analisados neste trabalho. Sobre a Revolução Francesa, a influência de Montesquieu se dá no ponto em que este afirma que a monarquia pode facilmente degenerar em um governo despótico. Contudo, sua defesa da nobreza como uma força capaz de manter o rei sob controle – algo que, segundo Montesquieu, o povo não teria força para fazer – fez com que ele logo caísse em descrédito na Revolução (Neely, 2008, p. 22).

“Embora ele não tenha inventado a palavra *despotismo*, Montesquieu, mais do que qualquer outro autor, colocou-a no léxico das palavras políticas e politizadas – palavras como *capitalismo*, *socialismo*, *individualismo* e *burocracia* – inventadas nos últimos três séculos em resposta tanto a necessidades políticas específicas quanto a metas políticas mais gerais” (Boesche, 1990, p. 741, grifos do autor).

O despotismo seria também objeto de reflexão de Immanuel Kant, que em *Para a Paz Perpétua* (1977 [1795]) estabelece uma clara distinção entre as constituições políticas republicanas e as despóticas. De forma similar ao que propunha Montesquieu, Kant afirma que as duas diferenças fundamentais entre esses tipos de governo é a presença da separação de poderes e o respeito às leis. Nas palavras do autor,

“As formas de um estado (*civitas*) podem ser divididas ou de acordo com as pessoas que detêm o poder supremo ou de acordo com o *modo de governo* [*Regierungsart*] exercido sobre o povo por seu chefe [*Oberhaupt*], seja ele quem for; a primeira é propriamente chamada forma da soberania [*Form der Beherrschung*] (forma imperii) e há somente três formas possíveis, a soberania é possuída por *um só*, ou por *alguns* que entre si se associam, ou *todos* juntos, formando a sociedade civil (*autocracia*, *aristocracia* e *democracia*, poder do príncipe, poder da nobreza e poder do povo [*Fürstengewalt*, *Adelsgewalt* und *Volksgewalt*]). A segunda é a forma do governo (forma regiminis) e, baseada na constituição (o ato da vontade geral, por meio do qual vários indivíduos tornam-se um povo), refere-se ao modo pelo qual um estado faz uso da totalidade de seu poder: nesse sentido, ela é *republicana* ou *despótica*. O *republicanismo* é o princípio estatal da separação do executivo (da administração) do corpo legislativo; o despotismo é o princípio da execução arbitrária pelo estado das leis que ele mesmo decretou; logo, a vontade pública é administrada pelo governante como sua vontade privada” (Kant, 1977 [1795], grifos e termos latinos no original).

Para Kant, somente nas repúblicas é possível o exercício do direito. Como é sabido, Kant afirma que apenas quando todos os estados adotarem a forma republicana será possível imaginar uma paz internacional perpétua, pois somente as repúblicas, que têm origem no contrato social<sup>18</sup>, preservam a liberdade e a igualdade dos cidadãos. Nessas condições, os estados não entrariam em guerra entre si, já que os indivíduos teriam muito a perder colocando em risco seus direitos individuais em troca de aventuras belicosas com resultados incertos (*idem*). Curiosamente, para Kant, é o fato de um estado ser uma *república*, e não uma *democracia*, que assegura sua obediência às leis. Na verdade, Kant declara que as

---

<sup>18</sup>Kant também integra a linha de pensadores contratualistas, juntamente com Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Riley (1973) Para um pequeno resumo das posições de Kant no que tange ao contrato social, ver Rauscher (2008).

democracias são também um tipo de despotismo, uma vez que “[...] *ela estabelece um poder executivo no qual todos decidem sobre, ou mesmo contra um (que não dá seu consentimento); logo, todos, ainda que não sejam todos, decidem; o que é uma contradição da vontade geral consigo mesma e com a liberdade*” (ibidem). Contudo, são muitos os pensadores modernos que propõem a idéia de que, quando Kant se refere à república, ele menciona um sistema político participativo cujas restrições seriam dadas pelo respeito aos direitos individuais, algo próximo ao que hoje considera-se como ‘democracia liberal’ (Sørensen, 1991, p. 397; Teson, 1992, p. 61). Michael Doyle (1983), por exemplo, descreve o republicanismo de Kant como uma expressão do pensamento liberal da época, cujo ideário é maior do que apenas a defesa da separação de poderes ou o autogoverno. Ele seria, em suas palavras,

“Um comprometimento com três conjuntos de direitos [é o que] forma as bases do liberalismo. O liberalismo clama por liberdade contra a autoridade arbitrária, geralmente chamada de ‘liberdade negativa’, que inclui liberdade de consciência, uma imprensa livre e liberdade de expressão, igualdade perante a lei, e o direito de manter, e, portanto, de trocar, propriedades sem medo de confiscos arbitrários. O liberalismo também clama por [...] direitos sociais e econômicos como igualdade de oportunidade na educação e direito à saúde e emprego [...]. Um terceiro direito liberal, a participação ou representação democrática, é necessário para garantir os outros dois [...] Estes três conjuntos de direitos, tomados conjuntamente, parecem fazer frente ao desafio que Kant identificava” (Doyle, 1983, p. 207).

Kant prefere o uso do termo ‘república’ em seus escritos, pois, para ele, uma ‘democracia’ é apenas o sinônimo de ‘regra da maioria’ e, na visão do autor, ela não precisa incluir necessariamente a proteção aos direitos dos cidadãos (Danilovic & Clare, 2007, p. 399), sendo vista como algo próximo ao que Alexis de Tocqueville (1835, p. 164) classificou, anos depois, como “tirania da maioria”<sup>19</sup>. Com efeito, embora a terminologia contemporânea seja distinta da utilizada por Kant, dificilmente um pensador moderno veria um regime sem proteção aos indivíduos como democrático, mesmo que a participação política seja franqueada a boa parte dos cidadãos. O governo que se opõe à tirania, hoje em dia, é chamado de democracia; para Kant, seu nome era república (Teson, 1992, p. 62), mas ambos são essencialmente os mesmos.

---

<sup>19</sup> Tanto o termo ‘tirania da maioria’ de Tocqueville quanto a ‘democracia’ de Kant possuem uma conotação muito próxima ao sentido clássico de ‘democracia’, vista pejorativamente como ‘governo da plebe’. Como exposto acima neste capítulo, era essa a maneira pela qual Platão e Aristóteles se referiam à forma corrompida do governo da maioria.



Vê-se que, nas primeiras classificações dos regimes políticos, realizadas ainda na Grécia antiga, o critério principal para separar as formas de governo era o número de indivíduos que detinham o poder. Embora ele seja ainda relevante, essa variável meramente numérica provavelmente perdeu parte de sua importância na divisão dos tipos de governo. Pode-se dizer que na teoria política moderna são três os fatores que passaram a ser considerados os principais quando se pretende catalogar os regimes políticos (Alvarez et al, 1996, p. 4): além das distinções entre governos limitados e despóticos, proposta por Montesquieu, e entre regimes nos quais as normas são feitas por quem as aplica ou por órgãos políticos diferentes, sugerida por Kant, um terceiro ponto tornou-se extremamente significativo nos estudos contemporâneos: a *competitividade* (*idem*). Conforme os conceitos de separação dos poderes e heteronomia na produção legal foram sendo gradualmente adotados por um número cada vez maior de países, a questão da competitividade pelos cargos públicos ganhou forte relevância como uma variável característica das democracias. Não seria exagerado afirmar que, atualmente, a competição para os cargos políticos é um dos poucos elementos consensuais nas diversas tentativas de classificação das democracias, e mesmo quando outras definições incorporam diversas medidas para avaliar a existência de governos democráticos, essa dimensão sempre aparece em posição de destaque nesses índices. Esse tópico será discutido adiante com mais atenção.

Joseph Schumpeter, em seu seminal *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (2003, [1942]), colocou a competitividade no centro de sua definição de regime democrático<sup>20</sup>. Sua “teoria da liderança competitiva” baseia-se no pressuposto de que a democracia é nada mais do que um método de seleção de elites políticas, que competem entre si pelos votos dos eleitores (Stokes, 2002, p. 28). A democracia, para Schumpeter, não pode ser definida como um regime que busca o ‘bem comum’, uma vez que é impossível descrever o que ele seja (Munck, 2009, p. 122); ela seria mais bem descrita como um *procedimento* para se chegar às decisões políticas<sup>21</sup>. Para o autor,

---

<sup>20</sup> A ênfase de Schumpeter na competição política como característica da democracia talvez tenha certa ligação com a idéia de que a competição econômica é uma das bases do capitalismo (Hospers, 2004, p. 42).

<sup>21</sup> Max Weber também não via a busca pelo ‘bem comum’ como um atributo distintivo da democracia, e tal posição muito provavelmente influenciou as idéias de Schumpeter (Held, 2006 [1987], p. 142). Como bem resume Breiner (1996, p. 161-162), o conceito de democracia de Weber “*não se distingue nem pela participação popular no governo de um estado nem pela competição partidária, mas pelas numerosas oportunidades que ela [democracia] dá para selecionar [Auslese] líderes com qualidades demagógicas suficientes para ganhar a fé das massas. [...] Os parlamentos também permitem o desenvolvimento de habilidades políticas, especialmente por meio do sistema de comitês que controla os desejos autoritários dos líderes. Mas os parlamentos, por si mesmos, também dificultam a seleção de líderes talentosos já que eles tendem a tornarem-se corpos de representação de interesses particulares, setoriais, organizacionais, religiosos, interesses de classe, e não interesse do estado*

“A democracia é um *método* político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas – e, portanto, incapaz de ser um fim em si mesma, independentemente das decisões que ela irá produzir sob dadas condições históricas. E este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de defini-la. [...] A democracia parece implicar um método pelo qual conduzir a luta competitiva [pelos postos políticos], e o método eleitoral é praticamente o único disponível para comunidades de todos os tamanhos” (Schumpeter, 2003 [1942], p. 242-217, grifo no original).

A definição schumpeteriana de democracia é hoje uma importante referência na Ciência Política (Huntington, 1991; Alvarez et al., 1996; Weffort, 1992, p. 22; Cheibub, Gandhi & Vreeland, 2010), provavelmente pelo fato de possuir grandes vantagens sobre suas antecessoras: além de ser formulada em termos bastante claros, ela também fornece um critério simples e facilmente mensurável (a presença de eleições competitivas) para separar os regimes democráticos dos autocráticos (Schaffer, 2000, p. 3), e ressalta “[...] *que* [os autocratas] *muitas vezes afirmam governar em nome do povo, mas não permitem o debate público a respeito das decisões do governo e as escolhas dos cidadãos perante* [diversas] *alternativas*” (Munck, 2009, p. 122). Alguns autores, entretanto, criticam esse tipo de classificação, sobretudo pelo fato dela analisar apenas uma dimensão da democracia. Marco Bünte e Andreas Ufen, por exemplo, afirmam que

“Alguns pesquisadores vêem essa concepção procedimental [da democracia, tal como em Schumpeter] como insatisfatória e incompleta, pois ela privilegia as eleições em detrimento de outras dimensões da democracia e arriscam [cair naquilo que] Terry Lynn Karl (1995) chama de ‘falácia do eleitoralismo’” (Bünte & Ufen, 2009, p. 5).

---

*como um todo. Weber então argumenta que são os partidos políticos que devem servir como área de teste [proving ground] para os líderes políticos. Os líderes dos partidos políticos usam as eleições como plebiscitos nas quais ele busca uma ‘profissão de fé’ para ‘seu chamado’. Esse “princípio cesarista” torna-se um atributo inescapável da política democrática, uma vez que as eleições tornam-se lutas entre líderes buscando a aclamação popular para seu comando desimpedido do estado”. Essa idéia de “cesarismo”, que Weber utilizou para caracterizar o governo de Otto Von Bismarck (Casper, 2007, p. 2), também serviria para reduzir a crescente influência da burocracia nos estados modernos, uma das grandes preocupações desse autor (Pfaff, 2002, 87). Ao introduzir o elemento do carisma na política, Weber colocava na política a possibilidade de grandes ações levadas a cabo por um líder, e “embora a análise de Weber da sociedade capitalista demonstrava que o Ocidente havia sido dramaticamente transformado pela racionalização, ele enfatizava que os momentos históricos verdadeiramente criativos eram iniciados por uma revolução carismática “vinda de dentro”” (idem, p. 88). Contudo, Weber também alertava para os eventuais problemas de um parlamento excessivamente fraco, como ele via no governo do Kaiser Wilhelm II, incapaz, por exemplo, de retirar uma liderança visivelmente danosa aos interesses do país (Ringer, 2002, p. 388). Um modelo de equilíbrio poderia ser encontrado na Grã-Bretanha, onde o rei mantinha sua influência política e os parlamentos podiam operar livremente, permitindo o surgimento de novos líderes (idem). Tal balanço entre os dois, a racionalidade e o carisma, era certamente necessário.*

Essa crítica, entretanto, não é totalmente justa<sup>22</sup>, uma vez que Schumpeter sugere que a liberdade de imprensa e o direito universal de concorrer aos postos públicos são também traços típicos – e importantes – da democracia moderna (Fish, 2005, p. 16). Dessa forma, na teoria de Schumpeter, “o método eleitoral é combinado com uma teoria liberal de direitos, para assim gerar uma concepção mais realista de democracia” (Gaonkar, 2007, p. 12). Contudo, reconhece-se que alguns aspectos da democracia não foram plenamente desenvolvidos no decorrer da obra deste autor<sup>23</sup>. Embora seja exagerado afirmar que Schumpeter tivesse em mente apenas a questão das eleições ao escrever sua definição de democracia, os temas dos direitos civis e da participação política ganham destaque e rigor analítico somente na obra de Robert Dahl (1992 [1989]; 1997 [1971]; 2006 [1956]). Em seu *Poliarquia*<sup>24</sup> (1997 [1972], p. 29) Dahl sustenta que a democratização pode ser medida por meio de duas dimensões: a *contestação pública* e o *direito de participação*. Apesar de admitir que a inclusão de outras dimensões em seu modelo também seria viável, Dahl escreve que apenas com a presença dessas duas categorias já seria possível identificar se qualquer regime, em determinado período histórico, é democrático ou não (*idem*). Como exemplos, vê-se que não somente existem sistemas altamente competitivos mas que não são democracias, como a ‘hegemonia competitiva’ da Inglaterra vitoriana, como também existem regimes bastante

---

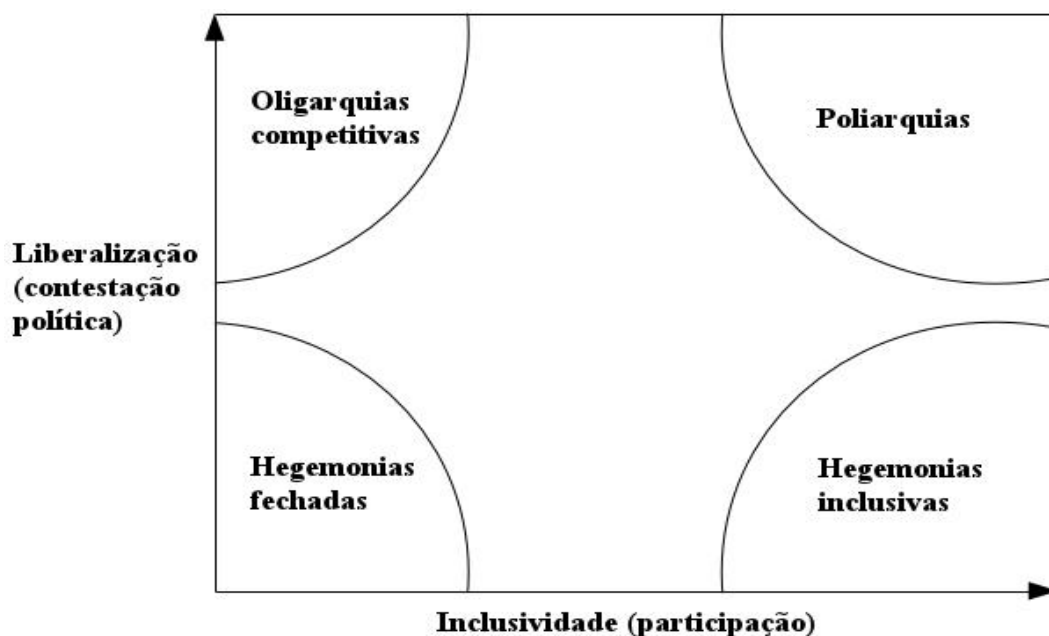
<sup>22</sup> Karl (1995, p. 73) de fato alertou sobre os perigos do ‘eleitoralismo’, “isto é, a fé de que a mera existência de eleições irá direcionar a ação política para disputas pacíficas entre elites”, mas a autora colocou as teses de Schumpeter como livres deste problema, como se pode perceber neste trecho: “Schumpeter, ao contrário de Jeane Kirkpatrick e outros políticos americanos dos anos 1980, considerava as liberdades civis uma condição necessária para o funcionamento da democracia. Logo, não pode ser dito que ele [Schumpeter] teria compartilhado da presente ênfase na mera presença de eleições, a qual eu me referi em outro lugar como ‘eleitoralismo’” (Karl, 1990, p. 17).

<sup>23</sup> Há autores que sugerem que a pouca atenção de Schumpeter com respeito à participação talvez tenham origem na formação econômica do autor e no fato de ele estabelecer analogias entre a competição política e a econômica. Nas palavras de Posner (2005, p. 56-59): “‘analogizar’ a competição política com a econômica envolve [visualizar] os votos no lugar das vendas e o poder no lugar dos lucros, e a observação de que os dois lados no mercado político, assim como no mercado econômico, são fortemente diferenciados – os vendedores (candidatos) representam o lado ativo, e os compradores (eleitores) o lado passivo. Tanto no mercado político quanto no econômico, o vendedor não desenha o produto; ele escolhe a partir de um cardápio oferecido para ele pelos vendedores. [...] Para os críticos, a analogia econômica correta é quando o vendedor simplesmente dá ao consumidor aquilo o que ele quer. A analogia é incompleta. Existem vendedores e compradores. Os mais interessantes são aqueles que almejam criar (com o propósito, claro, de satisfazê-lo – a um certo preço) novos desejos nos consumidores”. Se o argumento estiver correto, de fato a parte crucial da teoria é a oferta de ‘produtos políticos’, e não a demanda. Dessa forma, a competição seria, realmente, a característica mais importante da democracia, ou ao menos mais importante do que a participação.

<sup>24</sup> Dahl utiliza ‘poliarquia’ em vez de ‘democracia’ por considerar o último um tipo ideal: “neste livro [Poliarquia], gostaria de reservar o termo ‘democracia’ para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A esta altura, não devemos nos preocupar se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico” (Dahl, 1997 [1972], p. 25-26).

participativos sem serem democráticos – a antiga União Soviética, uma ‘hegemonia inclusiva’ é um deles – pois a ausência de competição limita as escolhas dos cidadãos (*idem*, p. 28-29).

Figura 3.1 – Liberalização, Inclusividade e Democratização



Fonte: Dahl, 1997 [1971], p. 30<sup>25</sup>.

Dessa maneira, ao incluir um segundo eixo em seu sistema de classificação, Dahl consegue tanto avaliar os tipos de governo com maior acuidade quanto superar algumas das limitações conceituais do modelo de Schumpeter (Munck, 2009, p. 123). Aliás, essa intenção era deliberada: não obstante Dahl reconhecer sua dívida intelectual com o economista austríaco e seguir sua idéia de que a competição política é uma das características basilares da democracia<sup>26</sup>, Dahl afirma que a definição schumpeteriana possui certas deficiências, pois, segundo o autor,

“[Schumpeter] baseou seu raciocínio em um fato histórico incontestável: o que tem sido concebido e considerado ‘um povo’ variou enormemente, mesmo entre os países ‘democráticos’ [...]. E

<sup>25</sup> O gráfico, de autoria própria, visa apenas reproduzir aquele encontrado na referência acima e é puramente esquemático. As proporções espaciais não devem ser tomadas como exatas. Ademais, como escreve Dahl (*idem*, p. 31), “a ausência de nomes [no grande espaço vazio no meio da figura] reflete, parcialmente, a tendência histórica de classificar regimes segundo tipos extremos; reflete também meu próprio desejo de evitar uma terminologia redundante. A falta de nomenclatura não significa uma falta de regimes; na verdade, um número preponderante de regimes nacionais, atualmente [nos anos 1970], no mundo, possivelmente cairia na área média”.

<sup>26</sup> Dahl também segue o que se pode chamar de ‘definição procedimental’ da democracia (Gaonkar, 2007, p. 12; O’Kane, 2004, p. 24; Urbinati, 2006, p. 230), dada sua ênfase nos métodos e arranjos institucionais do regime.

[Schumpeter] foi implacável em sua defesa desta argumentação. A exclusão dos negros na região sul dos Estados Unidos não nos autorizaria a afirmar que o sul era antidemocrático. O governo do partido bolchevique na União Soviética ‘não nos habilitaria, *per se*, a chamar a União Soviética de antidemocrática. [...] Se o ‘povo’ abarca uma quantidade o proporção da população inferior a certa cifra, não seria, em lugar de um demos, mais uma aristocracia, uma oligarquia ou um despotismo?’ [...] Sugerir que um processo político que só satisfaça os dois primeiros critérios [participação e igualdade de votos<sup>27</sup>] poderia considerar-se *democrático em seus procedimentos, em sentido restrito*. Ao contrário, um processo que, além disso, satisfaz o critério do entendimento esclarecido<sup>28</sup>, poderia considerar-se *plenamente democrático no que toca a seu programa de ação e no que toca a seu demos*. Se ele está em um degrau mais alto, o de um processo que traz também o controle final de seu programa de ação por parte do demos, e que então seria *plenamente democrático em relação a seu demos*. Mas somente se esse último o é bastante inclusivo para satisfazer nosso quinto critério<sup>29</sup> diríamos que o processo decisório é *plenamente democrático* sem outras qualificações” (Dahl, 1992 [1989], p. 148-159 grifos e aspas do autor).

Assim, a visão dahlsiana é mais ampla que a de Schumpeter, e tornou-se a grande referência nos estudos contemporâneos de regimes políticos. Os critérios do índice da *Freedom House*, por exemplo, são claramente baseados no arcabouço concetual de Dahl (Fish, 2001, p. 216), e boa parte da literatura de transição de regimes considera essa teoria como ponto de partida (Limongi, 1997, p. 12). Atualmente, contestação e inclusividade são, nas palavras de Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008, p. 632), “duas persistentes dimensões da democracia”: afinal, três quartos dos índices de democracia mais usados atualmente são variações das dimensões de Dahl.

Embora esta teoria seja inegavelmente bem construída, as formas de operacionalização de suas variáveis, entretanto, não estão livres de controvérsias. A participação, por exemplo, é uma variável complicada, pois ao instrumentalizá-la pode-se incorrer em sérios anacronismos. O sufrágio universal, por exemplo, hoje presente em todas as democracias, não era prática comum nos regimes políticos passados, mas nem por isso tais tipos de governos devem ser classificados como autoritários. Como afirmam Alvarez e seus colegas (1996, p. 19), os critérios de participação estabelecidos na teoria de Dahl fazem com que os Estados Unidos não possam ser considerados uma democracia até os anos 1950, e mesmo o índice de

---

<sup>27</sup> Dahl, 1992 [1989], p. 134.

<sup>28</sup> Idem, p. 137. No original, o termo é ‘*enlightened understanding*’, e refere-se ao direito dos cidadãos

<sup>29</sup> O critério a qual Dahl se refere é o da inclusão: “[...] *O demos deve incluir a todos os adultos sujeitos às decisões coletivas obrigatórias da associação*” (Dahl, 1992 [1989], p. 147), salvo as crianças e os incapazes. Vemos aqui que Dahl possui, diferentemente de Schumpeter e Weber, a idéia de que a democracia é um fim em si mesmo, dotada de pressupostos categóricos justificados apenas moralmente.

Vanhanen, que traz um critério mais baixo para caracterizar os regimes pluralistas<sup>30</sup>, assinala vários governos que tiveram eleições competitivas, mas que não poderiam ser vistos como democráticos por terem um sufrágio relativamente limitado para os padrões atuais.

Um dos inconvenientes das definições mais amplas de democracia é que muitas vezes elas acabam por incluir elementos que não se relacionam diretamente com o objeto em questão: como corretamente assinala Munck (2009, p. 16), “*se um sistema econômico de mercado é visto como um atributo da democracia, um traço da economia é erroneamente usado para caracterizar a esfera distinta da política*”, o que geraria um ‘ruído’ nos dados desse suposto índice. Alvarez et al. (1996, p. 18), defendendo uma posição estritamente minimalista, lembram que em vez dos acadêmicos decidirem, *a priori*, se uma maior competição eleitoral gera maior igualdade econômica, se é a igualdade econômica que faz com que uma democracia seja estável, ou mesmo quais relações entre democracia e mercado são as mais adequadas para a sociedade, é melhor adotar uma definição mais restrita para poder analisar, empiricamente, as diferentes relações causais entre política e economia. Na verdade, o resultado das formulações decididas a substituir o conceito minimalista de Schumpeter tem sido bastante questionável, o que parece indicar que definições mais restritas, apesar de terem também seus problemas, são preferíveis por serem mais claras e parcimoniosas (Munck, 2009, p. 123). Desse modo,

“É notável que o próprio Dahl se afasta consideravelmente de seu amplo conceito de democracia quando ele sugere modos de operacionalizar a democracia. Ironicamente, a lista de aspectos institucionais [institutional features] que ele propõe para medir a democracia é totalmente schumpeteriana, parando no momento do processo político no qual são eleitos os oficiais públicos” (Munck, 2007, p. 29).

Há, assim, um claro *trade-off* entre definições minimalistas, mais limitadas porém mais claras, e definições maximalistas, mais atualizadas junto à teoria política moderna, mas que talvez faça julgamentos anacrônicos. A escolha final ficará por conta de cada pesquisador.

Nesta rápida revisão teórica sobre a classificação dos regimes políticos, percebe-se

---

<sup>30</sup> Quando o artigo de Alvarez et al. foi escrito (1996), Vanhanen (2000, p. 257) dizia que um país poderia ser considerado democrático se tivesse ao menos 15% de participação; na versão posterior de seu índice, o autor baixou esse número para 10%, em uma tentativa de englobar formas de governo mais antigas, nas quais era difícil chegar ao valor antes proposto. Veremos outras questões pertinentes a esse índice na parte seguinte deste trabalho.

que muitos aspectos distintos foram tidos, durante o processo histórico, como importantes para a diferenciação das formas de governo. Seja o número de pessoas no comando, a formação dos governantes, a finalidade do regime, o respeito às leis, a competição ou a participação, todos eles levantam pontos relevantes para a discussão teórica a respeito das constituições políticas. No que tange à operacionalização empírica desses conceitos, contudo, a Ciência Política contemporânea tende a adotar apenas os dois últimos critérios, competição e participação, como os elementos centrais da classificação de regimes. Como descrito acima, a operacionalização desses dois conceitos também não é consensual na academia, e há discrepâncias significativas na forma de incluí-los nos índices de democracia. Entretanto, mesmo deixando de lado os problemas das variáveis exógenas ou da participação política, ver-se-á que nem todos os índices mais utilizados atualmente são aptos para analisar as formas de governo quando temos certos propósitos específicos em mente. É comum, em tais índices, a presença de elementos que acabam por distorcer as análises, ou por não serem bem-definidos conceitualmente, ou por serem endógenos em relação às variáveis de interesse em questão. A fim de realizar um estudo mais rigoroso, o pesquisador deve, de antemão, avaliar não apenas quais índices de democracia mostram-se mais adequados a seus pressupostos teóricos, mas também quais deles não oferecerem problemas de codificação que comprometam seu trabalho empírico. Esta é a tarefa da próxima parte deste capítulo. Para a utilização correta a respeito das medidas de regimes políticos em nossa análise estatística de guerras civis, far-se-á, primeiramente, uma comparação entre as bases de dados atualmente mais utilizadas em nossa área (*Polity IV*, *Freedom House* e *Polyarchy Dataset*) e, em seguida, acrescentar-se-á uma revisão de dois bancos de dados ainda pouco explorados pelos pesquisadores de guerras civis (*Scalar Index of Politics* e *Database of Political Institutions*).

### 3.2 – As Classificações Quantitativas

Se, por um lado, as classificações teóricas dos regimes possuem uma longa tradição no pensamento político, por outro, a idéia de quantificar certos aspectos das formas de governo é bastante recente. Os primeiros esforços sistemáticos de mensuração empírica dos regimes políticos começam somente após a Segunda Guerra Mundial, e pode-se talvez destacar como

ponto inicial os trabalhos de Russell Fitzgibbon sobre a América Latina<sup>31</sup>. Fitzgibbon, nos anos 1940, pediu a dez renomados professores americanos que classificassem os governos da América Latina de acordo com 15 critérios por ele formulados, os quais ele acreditava que englobariam todas as dimensões necessárias para se aferir se um regime era democrático (Boström, 1990, p. 48). O autor repetiu esse procedimento, com certas variações, de 1945 a 1970, sempre em intervalos de cinco anos; posteriormente, outros dois pesquisadores (Kenneth Johnson e Philip Kelly) cuidaram do projeto após a aposentadoria de Fitzgibbon na *University of California – Los Angeles* em 1975 (Kelly, 1998, p. 4). Embora Fitzgibbon não tenha encontrado correlações estatísticas significativas entre variáveis sociais, econômicas, culturais e políticas (*idem*, p. 6), sua iniciativa de avaliar, empiricamente, diversas dimensões da democracia com certeza prosperou na Ciência Política. Entretanto, em uma passagem elucidativa, Fitzgibbon e Johnson fazem questão de colocar uma nota de cautela:

“Os cientistas sociais encontraram na aplicação de técnicas estatísticas uma ferramenta cada vez mais útil e estimulante para seus problemas. Como quando empregamos qualquer ferramenta nova, tanto as utilidades quanto as limitações desta devem ser aprendidas. Está fora de dúvida, entretanto, que a quantificação dos dados nas Ciências Sociais será um procedimento amplamente utilizado e recompensados com o passar do tempo. A prudência diz que se deve prestar atenção às suas limitações. O entusiasmo com o qual uma nova ferramenta – um novo brinquedo, alguns diriam – é adotada não deve cegar o usuário para os perigos implícitos em seu excesso de uso. Não se deve extrair mais suco do que uma laranja contém, não importa o quão moderno seja o espremedor. Deve-se ter cuidado, também, para que o amargo da casca não se misture com o nutritivo suco da fruta” (Fitzgibbon & Johnson, 1961, p. 515).

Os autores, com razão, alertam para os possíveis exageros no uso das análises estatísticas. Mas deve-se também chamar a atenção para outro problema, muito comum nos trabalhos empíricos de Ciências Sociais: o descuido com a teoria. Por vezes é dada excessiva atenção à coleta e tratamentos dos dados, deixando em segundo plano o desenvolvimento de um bom marco teórico para embasar os trabalhos quantitativos (Munck & Verkuilen, 2002, p. 5). No caso da mensuração dos regimes, as teorias que foram descritas na parte anterior deste capítulo certamente podem servir como guia para os pesquisadores. Embora os dados de Fitzgibbon fossem coletados de modo sistemático, seus critérios eram um tanto controversos, uma vez que envolviam fatores que estavam além do âmbito puramente político (como nível de educação ou o vago conceito de ‘padrão de vida’, por exemplo), e que poderiam ser mais

---

<sup>31</sup> Agradeço a Tiago Peterlevitz pela menção do papel de Fitzgibbon nos estudos empíricos de democracia.



bem descritos como *condições* para democracia do que *elementos* da democracia em si (Lipset, 1959, p. 74); muitos dos índices futuros, contudo, foram já construídos tendo definições relativamente bem-estabelecidas da democracia, e apesar de não haver consenso absoluto entre eles, os arcabouços procedimentalistas presentes em Schumpeter e Dahl continuam sendo os mais populares na área<sup>32</sup> (Munck & Verkuilen, 2002, p. 9). Mas resta ainda uma dúvida: como é feita a operacionalização dessas variáveis nas bases de dados? Será que suas codificações conflitam com certos atributos importantes para determinados tipos de pesquisa? Tais medidas são adequadas para analisarmos os conflitos internos? Começa-se, então, pela análise do banco de dados políticos mais utilizado nos estudos de guerras civis (Vreeland, 2008, p. 403), o *Polity IV* (Marshall & Jaggers, 2002).

### 3.2.1 – *Polity IV*

O *Political Regime Characteristics and Transitions*<sup>33</sup>, simplificado para *Polity* desde sua primeira versão, foi criado por Ted Gurr (1974) com o intuito de avaliar quais fatores poderiam conduzir a mudanças ou permanências dos regimes. Gurr pretendia, à época, trazer dados empíricos que pudessem iluminar alguns pontos obscuros na teoria política, a saber,

“Uma das questões levantadas, e testadas, é se traços tipológicos como ‘democracia’ e ‘autoritarismo’ poderiam prognosticar a consistência e a durabilidade [dos regimes]. Uma segunda questão é se traços universais como ‘institucionalização’ ou coerência interna das estruturas de autoridade afetam a durabilidade e, caso o façam, se os traços universais são mais ou menos importantes do que os tipológicos” (Gurr, 1974, p. 1482).

O conceito de ‘estrutura’ (ou ‘padrão’) de autoridade a que o autor se refere foi originalmente desenvolvido por Eckstein (1973, p. 1153 *apud* Gurr, 1974, p. 1483), e é definido como “[...] *um conjunto de relações assimétricas entre membros hierarquicamente ordenados de uma unidade social que envolve também a direção tomada pela unidade*”. Embora essa idéia de padrão de autoridade possa ser aplicada a qualquer forma histórica de organização social, a análise de Gurr é focada em um tipo específico de estrutura, a ‘*polity*’,

<sup>32</sup> Como será discutido à frente, o *Freedom House* é uma exceção (*idem*).

<sup>33</sup> Informação disponível no endereço eletrônico do projeto: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> Acesso em 06/06/2011.

“[...] isto é, os arranjos políticos básicos pelos quais as comunidades políticas nacionais governam seus assuntos de interesse” (Gurr, 1974, p. 1483), ou seja, os governos presentes nos estados-nação modernos (Marshall, Gurr & Jagers, 2010, p. 1). Apesar de ter sido formulado com o propósito específico de medir as mudanças e permanência dos regimes, o *Polity* progressivamente ampliou seu escopo de estudos: ao invés de trazer informações apenas sobre a origem e o término de determinado tipo de governo, como acontecia no *Polity I*, a versão mais atualizada deste índice (IV) abarca uma série de características dos regimes políticos, classificadas anualmente, para um total de 163 países durante o período de 1800 a 2009<sup>34</sup> (*idem*).

O *Polity IV* possui seis componentes que examinam três dimensões do padrão de autoridade vigente em determinado governo (*ibidem*, p. 20): o *recrutamento do executivo* (XR), a *independência do executivo* (XCONST), e a *participação política* (PAR) (*idem*, p. 20-25). O recrutamento do executivo envolve “[...] o modo pelo qual os superiores vêm a ocupar seus cargos” (Eckstein & Gurr, 1975, p. 150 *apud* Marshall, Gurr & Jagers, 2010, p. 20), e é medido por meio de três variáveis, a *competitividade de seleção do poder executivo* (XRCOMP); a *abertura da seleção do executivo* (XROPEN) e a *regulamentação da seleção do chefe do executivo* (XRREG). Esta última, entretanto, não é utilizada para calcular o índice agregado do *Polity IV*, mas já que ela afeta as regras de codificação das demais variáveis do recrutamento do executivo, acaba sendo relevante para o entendimento da organização desta base de dados (Treier & Jackman, 2008, p. 203). A independência do executivo é medida com uma única variável, *restrições ao executivo* [executive constrains] (XCONST) que se refere “[...] à extensão das restrições institucionalizadas aos poderes de decisão do chefe do executivo, sejam indivíduos ou grupos coletivos” (Marshall, Gurr & Jagers, 2010, p. 23). A participação, por sua vez, é composta por dois elementos: a *regulamentação da participação* (PARREG), que mostra quais são as “[...] regras obrigatórias a respeito de quando, se e como as preferências políticas se expressam” (*ibidem*, p. 25) em determinado país; e a *competitividade da participação* (PARCOMP), refletindo como as preferências por diferentes políticas e lideranças são materializadas na arena política (*ibidem*, p. 26). Ademais, o *Polity IV* inclui também duas medidas agregadas, uma de democracia (DEMOC) e outra de autocracia institucionalizada (AUTOC). Ambas seguem um escala de 11 pontos (de 0 a 10) e

---

<sup>34</sup> Os países mais jovens, evidentemente, são codificados a partir de seu ano de independência (Marshall, Gurr & Jagers, 2010, p. 1)

são derivadas de combinações de valores assumidos pelas variáveis acima<sup>35</sup>. Por fim, o banco de dados traz uma medida final, chamada *Polity Score*, computada ao se subtrair o resultado de AUTOC do de DEMOC de cada país para determinado ano, cujos resultados vão de -10 (fortemente autocrático) a +10 (fortemente democrático)<sup>36</sup> (*ibidem*, p. 16). Essa última variável, *Polity Score*, é a medida mais utilizada nas análises estatísticas de Política Comparada, de Relações Internacionais e de guerras civis, a área de interesse deste trabalho.

Tabela 3.2 – Regras de Codificação do Polity IV

Indicadores	Valores	Democracia	Autocracia	Polity Score
XRCOMP				
Eleição	3	2	0	2
Transitória	2	1	0	1
Seleção	1	0	2	-2
Não Regulamentada	0	0	0	0
XROPEN				
Aberta (“Eleição”)	4	1	0	1
Dual: Hereditária e Eleição	3	1	0	1
Dual: Hereditária e Designação	2	0	1	-1
Fechada	1	0	1	-1
Não Regulamentada	0	0	0	0
Aberta (“Sem Eleições”)	4	0	0	0
XCONST				
Paridade ou Subordinação	7	4	0	4
Intermediária 1	6	3	0	3
Substancial	5	2	0	2
Intermediária 2	4	1	0	1

<sup>35</sup> Os pesos de cada variável estão descritos na tabela acima.

<sup>36</sup> O *Polity IV* assinala ainda três valores de *missings*, chamados de “códigos padronizados de autoridades” [standardized authority codes]. O primeiro é o “período de interrupção” (-66), geralmente presente quando um país é ocupado por uma nação estrangeira em uma guerra, terminando a ‘polity’ antiga e depois estabelecendo uma nova. O segundo equivale ao “período de interregno” (-77), quando há um colapso na autoridade central, muitas vezes em uma situação de guerra civil; e o último é o “período de transição” (-88), que marca quando um governo está em uma época na qual novas instituições estão sendo desenvolvidas e colocadas em prática. Os dois anos que se seguiram à Revolução Cubana de 1958, por exemplo, são um período de transição (*ibidem*, p. 19-20).

Leve Moderação	3	0	1	-1
Intermediária 3	2	0	2	-2
Poder Ilimitado	1	0	3	-3
PARREG				
Regulamentada	5	0	0	0
Identidade Múltipla	2	0	0	0
Sectária	3	0	1	-1
Restrita	4	0	2	-2
Não Regulamentada	1	0	0	0
PARCOMP				
Competitiva	5	3	0	3
Transitória	4	2	0	2
Faccional	3	1	0	1
Restrita	2	0	1	-1
Suprimida	1	0	2	-2
Não Aplicável	0	0	0	0
<b>Total de pontos possíveis</b>		<b>+10</b>	<b>-10</b>	<b>-10 a +10</b>

Fonte: Treier e Jackman (2008, p. 204) e Marshall e Jaggers (2002)<sup>37</sup>.

E como se articulam os fatores que compõem o *Polity IV* e os conflitos internos? Por um lado, é com base nesse índice de democracia que vários autores encontraram uma relação em “U invertido” entre regimes políticos e guerras civis (Ellingsen & Gleditsch, 1997; Hegre et al, 2001; Fearon & Laitin, 2003), que já foi discutida no capítulo anterior. Mas esse resultado empírico tem sido questionado por alguns trabalhos que apontam sérios problemas na codificação do *Polity*, os quais colocariam em dúvida os achados anteriores. Dessa forma, a relação entre regimes e guerras civis, na verdade, ainda seria um assunto em aberto (Cederman, Hug & Krebs, 2010, p. 377; Fjelde, 2010).

<sup>37</sup> Uma importante nota de Treier e Jackson (2008, p. 203): “[...] *Todos os indicadores são ordinais, exceto XROPEN. XROPEN = 4 (“Aberta”) tem duas contribuições diferentes no Polity, dependendo do valor de XRCOMP. Apesar de ser a categoria mais alta, Polities [marcadas como] “Abertas” não são necessariamente democracias eleitorais, mas incluem também aquelas que escolhem o chefe do executivo por meio de designação de uma elite; portanto, a codificação original é nominal. Em nossa discussão, a categoria “Aberta” foi dividida em duas: “Aberta, Eleição” (4<sup>E</sup>) e “Aberta, Sem Eleição” (4<sup>NE</sup>)*”. Esta divisão proposta pelos autores foi seguida neste trabalho pois parece essencialmente correta.

Strand (2007) mostra como boa parte da ligação entre regimes híbridos e guerras civis encontrada no trabalho de Hegre et al (2001) é derivada da variável *faccionalismo*, presente no *Polity III* (a base de dados utilizada no artigo em questão). Na verdade, como lembra o autor (Strand, 2007, p. 2), Hegre e seus colegas (2001, p. 36) já haviam alertado os leitores para esta questão, pois os autores mencionam que os regimes que enfrentam violência política tendem a não ser codificados nem como uma democracia, onde a participação é aberta e pacífica, nem como uma ditadura, onde não há participação alguma; a tendência era que as diversas formas de violência política, incluindo a guerra civil, estivessem representadas nas escalas intermediárias do *Polity*, gerando um sério problema de endogeneidade entre a variável dependente de interesse (incidência de guerra civil) e este índice de democracia. As categorias mais questionáveis, segundo Strand (2007, p. 3), são os valores 2 e 3 da variável PARREG e 3 da variável PARCOMP. Com efeito, na análise da codificação utilizada para essas variáveis nas versões antigas do *Polity*, vê-se que a endogeneidade é evidente. A categoria 2 de PARREG (Regulação da Participação: Faccional ou Transitória), por exemplo, é definida no *Polity II* como uma situação na qual

“[...] grupos políticos relativamente estáveis e duradouros que competem por influência política em nível nacional – partidos, grupos regionais ou ‘facções’, não necessariamente eleitos – mas a competição entre eles é intensa hostil e freqüentemente violenta. *Faccionalismo extremo pode se manifestar no estabelecimento de governos rivais e em guerras civis*” (Gurr, 1989, p. 12 *apud* Strand, 2007, p. 3, grifo nosso).

De fato, nos dados utilizados por Hegre et al (2001), 72% dos regimes intermediários são codificados como faccionais, e duas de cada três guerras civis (88 de 132 conflitos) acontecem em governos de facções (Strand, 2007, p. 3). Ao replicar este trabalho tanto com dados do *Polity III* quanto os do *Polity IV* e usando variável *dummy* para medir o ‘faccionalismo’ nos dois índices<sup>38</sup>, Strand (2007, p. 14-15) não encontra evidência alguma da relação entre regimes híbridos e guerras civis, mas sua variável ‘faccionalismo’ aparece como significativa em todos os seus modelos. Os achados do pesquisador são de fato interessantes, pois além de mostrarem que é devido à endogeneidade do ‘faccionalismo’ que muitos autores haviam encontrado a relação em “U invertido” entre regimes políticos e guerras civis, também apontam que, embora os criadores do *Polity IV* afirmem que este índice está livre de todas as

---

<sup>38</sup> Strand (2007, p. 4) codificou essa variável binária como ‘1’ quando PARREG tem os valores de ‘2’ ou ‘3’, ou se PARCOMP tem o valor de ‘3’, e ‘0’ em todos os outros casos.

referências à violência política, os efeitos das variáveis acima descritas no início de guerras civis permanecem os mesmos (*idem*, p. 5). As críticas de Strand, assim, mostram-se bastante pertinentes.

Vreeland (2008) também aponta algumas dificuldades para se utilizar o *Polity* nos trabalhos de guerras civis. Além de mencionar os mesmos fatores de endogeneidade descritos por Strand (2007), o autor aponta outro problema que pode contribuir para sobrerrepresentar os regimes híbridos nos estudos que relacionam formas de governo e guerras civis:

“Para algumas observações, os valores específicos para os cinco componentes [do *Polity*] estão faltando, e [os autores] colocam valores interpolados para essas observações. Por exemplo, observações [descritas como] ‘interregno’ ou ‘anarquia’ são codificadas como 0 (em uma escala de -10 a +10, codificando-as portanto como anocracias), e observações [marcadas como] ‘transição de regime’ são codificadas como a média do primeiro e do último *Polity Scores* antes e depois da transição. Os mantenedores dos dados avisam que tais observações “são especialmente propícias ao início de violência política; como tais, esses casos especiais, embora relativamente raros (eles constituem apenas cerca de 4% dos casos anuais) são um grupo extremamente enviesado (*Polity IV Project, 2006*)”<sup>39</sup> (Vreeland, 2008, p. 406-407).

Vreeland realiza então duas análises estatísticas, replicando os modelos de Hegre et al (2001) e Fearon e Laitin (2003). Em primeiro lugar, o autor testa as duas regressões com todos os componentes do *Polity IV* tomados individualmente, a fim de averiguar a presença do “U invertido” em qualquer um deles; em seguida, Vreeland recodifica este índice, removendo dele os componentes ‘contaminados’ com referências às guerras civis e outras formas de violência política, e utiliza essa nova base de dados em ambos os modelos citados acima (Vreeland, 2008, p. 402). Em nenhum dos casos foi encontrada uma relação significativa entre o “U invertido” e as guerras civis (*idem*). Apenas em um dos componentes, a competitividade da participação (PARCOMP), foi possível visualizar tal relação; contudo, nessa variável, o valor intermediário (3, de uma escala de 1 a 5) refere-se justamente a ‘competição faccional’, o qual possui claras referências às guerras internas em sua codificação, como vimos anteriormente; o achado, portanto, é tautológico (*ibidem*). Como conclusão, Vreeland escreve

---

<sup>39</sup> Infelizmente, não foi possível encontrar essa referência feita pelo autor. A página de internet citada por Vreeland (<http://www.cidcm.umd.edu/polity/data/refuseLicense.asp>), que trazia as informações acerca da versão de 2006 do *Polity IV*, não está disponível e não foi encontrada uma cópia do antigo livro de codificações desse índice no endereço eletrônico atual do projeto (<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>). Ambos os endereços foram acessados em 10/06/2011.

que, embora os modelos lineares talvez estejam livres dos problemas por ele descritos, as análises empíricas que utilizam efeitos não-lineares (como o “U invertido”) provavelmente precisam ser re-examinadas e, de um modo geral,

“[...] a escala agregada do *Polity* não deve ser empregada para testar hipóteses sobre regimes e guerras civis no futuro. [...] Meu trabalho sugere que devemos empregar variáveis mais claramente definidas para capturar os efeitos das instituições políticas. [...] Nós certamente não devemos agrupar poderes executivos, eleições e violência política em uma única escala para entender a relação entre guerra civil e instituições políticas” (Vreeland, 2008, p. 419-420).

Dessa forma, apesar de ser o índice de democracia prevalente nas análises de guerras civis, o *Polity* possui graves problemas de codificação, os quais, em larga medida, tornam problemático o uso de seus dados em forma agregada. Com efeito, o *Polity* têm sido de grande utilidade para os estudos de Política Comparada e Relações Internacionais, contudo, para analisar as guerras civis ele não é adequado.

### 3.2.2 – *Freedom in the World*

O *Freedom in the World* é outro índice bastante utilizado tanto nos estudos de Política Comparada (Norris, 2011, p. 194) quanto nas pesquisas sobre guerras civis (Muller & Weede, 1990; Reynal-Querol, 2002), ainda que nestas últimas ele apareça com menos frequência do que o *Polity IV*. Produzido pela Freedom House, uma organização norte-americana fundada em 1941 com o propósito de promover os ideais democráticos pelo mundo, o *Freedom in the World* é um relatório anual que, de 1973 aos dias de hoje, avalia a presença de direitos políticos e liberdades civis em todos os países do globo<sup>40</sup>. A metodologia utilizada no trabalho foi originalmente desenvolvida por Raymond Gastil ainda nos anos 1950, e apesar de o autor afirmar que o *Freedom in the World* se trata, essencialmente, de um mapeamento da democracia<sup>41</sup> (Gastil, 1991, p. 22), este índice talvez deva ser entendido como uma base de

<sup>40</sup> As informações foram extraídas da página oficial da Freedom House, e estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=249> Acesso em 12/06/2011.

<sup>41</sup> “As origens da pesquisa estão refletidas no uso de ‘liberdade’ [*freedom*] ao invés de democracia como o critério para se classificar os regimes. Embora a liberdade tenha sido sempre entendida basicamente em comparação com a democracia política moderna, isso foi anos antes de seu autor [do *Freedom in the World*] entender que a pesquisa era basicamente uma pesquisa de democracia” (Gastil, 1991, p. 22).

dados que mede o grau de liberdade nos territórios, já que ele não classifica os governos *per se*, mas sim “os direitos e as liberdades sociais existentes, usufruídas pelos indivíduos”<sup>42</sup> (Freedom House, 2010). É certo que, não obstante a ligação entre a democracia e o usufruto da liberdade ser relativamente clara em termos práticos, ambos os termos não são perfeitamente intercambiáveis, o que pode gerar alguns problemas de conceitualização caso queira-se utilizar o *Freedom in the World* de um modo rigoroso. Contudo, pelo fato deste índice ser adotado como uma medida de democracia por vários estudos de guerras civis, aqui também será tratado como tal, ainda que com reservas.

A classificação dos regimes no *Freedom in the World* é feita por meio dos dois critérios mencionados acima – direitos políticos e liberdades civis<sup>43</sup> – mas, ao contrário do que se poderia imaginar, a definição da Freedom House para essas variáveis é consideravelmente mais ampla do que aquelas presentes em muitos índices de democracia (Munck & Verkuilen, 2002, p. 9). Com efeito, o *Freedom in the World* inclui questões que raramente seriam consideradas como essenciais em uma definição estritamente política da democracia, como ausência de corrupção, a existência de igualdade de oportunidades ou de liberdade acadêmica em determinado país (Rydland, Arnesen & Østensen, 2008, p. 73). Não seria exagerado afirmar que além deste índice apresentar uma série de componentes pouco relacionados entre si (Munck, 2009, p. 23), ele pode mesmo ser acusado de tendencioso (Archibugi, 2009, p. 40), uma vez que o tipo de informação necessária para responder a tais perguntas envolve uma clara medida de subjetivismo (Goldstein, 1986, p. 620; Berg-Schlosser, 2007, p. 33; Cheibub, Gandhi & Vreeland, 2010, p. 75). Além disso, a Freedom House não oferece qualquer parâmetro pelo qual ela atribui os valores para cada uma de suas perguntas nem referências claras das fontes de informação usadas pelos autores do índice, o que torna impossível para um pesquisador externo, por exemplo, entender a razão para um país ter sido classificado, por exemplo, com uma nota 1 e não 2 em certa questão (Rydland, Arnesen & Østensen, 2008, p. 75). E como os dados desagregados dos itens que formam as categorias maiores do *Freedom in the World* não estão disponíveis para consulta (Stohl et al., 1986, p. 598-599), não há qualquer possibilidade de se modificar, a fim de melhor acompanhar distintos interesses, alguma das 10 questões referentes aos direitos políticos ou das 15 referentes às liberdades civis incluídas naquele índice (Vreeland, 2008, p. 414).

---

<sup>42</sup> Disponível na parte de “Metodologia” da página da Freedom House. Em: [http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana\\_page=363&year=2010](http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=363&year=2010) Acesso em 12/06/2011.

<sup>43</sup> Cada um demarcado em uma escala de 1 a 7, sendo 1 mais democrático e 7 mais autoritário (*idem*).



Tabela 3.3 – Regras de Codificação do Freedom in the World

1 - Direitos Políticos
<p><b>A – Processo Eleitoral</b></p> <p>1 – O chefe do governo ou outra autoridade nacional é eleito em eleições livres e limpas?</p> <p>2 – Os representantes do legislativo nacional são eleitos em eleições livres e limpas?</p> <p>3 – O arcabouço e as leis eleitorais são justas?</p> <p><b>B – Pluralismo Político e Participação</b></p> <p>1 – As pessoas têm direito de organizarem-se em diferentes partidos políticos ou outros grupos políticos competitivos de sua escolha, e o sistema é aberto para a ascensão e queda desses partidos ou grupos concorrentes?</p> <p>2 – Existe uma votação significativa para a oposição e uma possibilidade real da oposição aumentar seu apoio e chegar ao poder por meio de eleições?</p> <p>3 – As escolhas políticas dos indivíduos são livres de dominação pelos militares, potências estrangeiras, partidos totalitários, hierarquias religiosas, oligarquias econômicas, ou qualquer outro grupo poderoso?</p> <p>4 – Os grupos minoritários culturais, étnicos, religiosos ou de outro tipo têm direitos políticos plenos e oportunidades eleitorais?</p> <p><b>C – Funcionamento do Governo</b></p> <p>1 – O chefe do governo e os representantes do legislativo nacional, quando livremente eleitos, determinam as políticas do governo?</p> <p>2 – O governo é livre de corrupção disseminada?</p> <p>3 – O governo tem <i>accountability</i><sup>44</sup> perante o eleitorado entre as eleições, e ele opera com abertura e transparência?</p> <p><b>Perguntas Adicionais Discrecionárias</b></p> <p>A – Em monarquias tradicionais que não possuem partidos ou processos eleitorais, o sistema provê consultas genuínas e significativas com a população, encoraja a discussão pública das escolhas de políticas, e permite o direito de petição ao governante?</p>

<sup>44</sup> Como o termo *accountability* não possui uma tradução consensual em português, preferimos mantê-lo como no original.

B – O governo ou poder incumbente está deliberadamente mudando a composição étnica de um país ou território a fim de destruir uma cultura ou alterar o equilíbrio de poder em favor de outro grupo?

---

## 2 – Liberdades Cívicas

---

### **D – Liberdade de Expressão e de Crença**

- 1 – Há uma mídia livre e independente e outras formas de expressão cultural? (Nota: Nos casos onde a mídia é controlada pelo estado mas ela oferece visões pluralistas, a pesquisa dá crédito a ela)
- 2 – As instituições e comitês religiosos são livres para praticar sua fé e expressarem-se em público e privadamente?
- 3 – Há liberdade acadêmica, e o sistema educacional é livre de ampla doutrinação política?
- 4 – Há discussão privada aberta e livre?

### **E – Direitos de Organização e de Associação**

- 1 – Existe direito de reunião, passeatas, e discussão política aberta?
- 2 – Há liberdade para organizações não-governamentais? (Nota: Isso inclui organizações cívicas, grupos de interesse, fundações, etc)
- 3 – Há sindicatos, organizações camponesas, ou equivalentes, que sejam livres e há barganha coletiva efetiva? Há organizações privadas e profissionais livres?

### **F – Primado da Lei [*Rule of Law*]**

- 1 – Há um judiciário independente?
- 2 – O primado da lei prevalece nos assuntos cívicos e criminais? As polícias estão sob controle civil direto?
- 3 – Há proteção contra terror político, prisões injustas, exílio ou tortura, tanto por grupos que apóiam quanto por grupos que se opõem ao sistema? [A população] está livre de guerras e insurgências?
- 4 – As leis, políticas e práticas garantem igual tratamento de vários segmentos da população?

### **G – Autonomia Pessoal e Direitos Individuais**

- 1 – Os cidadãos possuem liberdade de movimento ou de escolher suas residências, empregos,
-

ou instituições de ensino superior?

2 – Os cidadãos possuem o direito à propriedade e de estabelecer negócios privados? A atividade comercial é indevidamente influenciada por oficiais do governo, forças de segurança, partidos/organizações políticas ou crime organizado?

3 – Há liberdade social e individual, incluindo igualdade de gênero, escolha de parceiros de matrimônio, e tamanho da família?

4 – Há igualdade de oportunidade e ausência de exploração econômica?

---

Fonte: Freedom House, 2010<sup>45</sup>.

No que tange às guerras civis, o uso do *Freedom in the World* é ainda mais problemático do que o do *Polity IV*. Embora o *Polity* codifique categorias que fazem referência às guerras civis, ainda há duas possíveis saídas para tornar seus dados úteis para o pesquisador de conflitos internos: por um lado, pode-se retirar do índice agregado as variáveis que possuem endogeneidade com os conflitos e montar uma nova classificação, já que o *Polity* oferece os dados de seus componentes separadamente e seu esquema de codificação é relativamente claro; ou, por outro lado, se a intenção do pesquisador é medir o impacto de algum fator político específico nas guerras domésticas, ele também pode utilizá-las isoladamente ou em alguma outra combinação que lhe seja interessante. Com o *Freedom in the World*, em contrapartida, não há como realizar nenhuma dessas duas operações. Este banco de dados, assim como o *Polity IV*, também faz clara menção à violência política em sua codificação, como visto no critério F3 da tabela acima (“[A população] *está livre de guerras e insurgências?*”) e na descrição das “características gerais” das classificações dos direitos políticos (“*Qualificação 7 [menos livre] – Países e territórios com uma qualificação 7 têm poucos ou nenhum direito político por causa de severa opressão governamental, às vezes junto com uma guerra civil*”<sup>46</sup> (Freedom House, 2010)); ademais, também à semelhança do *Polity IV*, o índice da Freedom House coloca a presença de guerras civis no centro de sua escala, gerando uma correlação enganosa entre regimes híbridos e guerras civis. Entretanto,

---

<sup>45</sup> Para cada uma das questões acima são atribuídos valores de 0 a 4 (no qual 0 representa menos liberdade e 4 mais liberdade), criando-se assim uma escala de 40 pontos para a dimensão ‘direitos políticos’ e 60 pontos para ‘liberdades civis’. As duas categorias são então ranqueadas de 1 a 7 de acordo com a divisão da Freedom House, sendo 1 ‘mais livre’, somadas e, a partir da média de ambas, os países são classificados como “Livres” (1 a 2,5 pontos totais), “Parcialmente Livres” (3 a 5 pontos) e “Não-Livres” (5,5 a 7 pontos). A agregação de tais elementos, como se pode inferir, é feita de modo arbitrário, e não há justificativa teórica alguma para embasar a essa tipologia de regimes oferecida pela Freedom House (Munck, 2009, p. 32; Cheibub, Gandhi & Vreeland, 2010, p. 75). Os critérios de classificação da Freedom House podem ser vistos, com mais detalhes, no seguinte endereço: [http://freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana\\_page=364&year=2010](http://freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=364&year=2010) Acesso em 12/06/2011.

<sup>46</sup> Disponível em: [http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana\\_page=363&year=2010](http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=363&year=2010) Acesso em 12/06/2011.

não existe quaisquer meios para que tais elementos sejam retirados de sua codificação, tornando impossível a tarefa de deixar os dados em um formato mais adequado para as análises de guerras civis (Vreeland, 2008, p. 414). Com efeito, é fácil concluir que o *Freedom in the World* não é recomendado para esse tipo de estudo, já que os vários problemas de sua codificação certamente acarretarão vieses aos trabalhos lidando com guerras internas.

### 3.2.3 – Polyarchy Dataset

O *Polyarchy Dataset* foi originalmente produzido por Tatu Vanhanen a partir de suas pesquisas sobre democracia nos anos 1960 (Vanhanen, 2000, p. 252), e teve sua primeira versão lançada em 1984, analisando as duas dimensões propostas por Dahl (1997 [1971]) (competição e participação) em 119 países<sup>47</sup> (Vanhanen, 1984). Suas versões posteriores foram feitas em parceria com o Institute for Peace Research de Oslo (PRIO), e os dados mais recentes abarcam 187 estados durante o período de 1810 a 2002<sup>48</sup>.

Pelo fato do índice de Vanhanen possuir apenas duas variáveis, baseadas apenas em propriedades observáveis das eleições (Strand, 2006, p. 22), os procedimentos de mensuração e agregação são marcadamente mais simples do que nos outros bancos de dados que discutimos acima. Mesmo as regras de codificação são bem menos complexas do que aquelas empregadas pelos outros índices de democracia. Elas estão resumidas na tabela a seguir.

Tabela 3.4 – Regras de Codificação do Polyarchy Dataset

<b>1 - Competição</b>
Medir o percentual de votos dos partidos menores e dos candidatos independentes nas eleições, ou o número de cadeiras que eles obtiveram no parlamento, subtraindo-se a porcentagem ganha pelo maior partido de 100.

<sup>47</sup> O índice possui o nome de *Polyarchy Dataset* justamente por medir as categorias de Dahl (1997 [1972]), mas ele também é conhecido pelo nome de seu autor, Vanhanen (Macro Data Guide, 2010). Ambas as nomenclaturas são utilizadas neste trabalho. Disponível em: <http://www.nsd.uib.no/macrodataloguide/set.html?id=34&sub=1> Acesso em 13/06/2011.

<sup>48</sup> Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.prio.no/CSCW/Datasets/Governance/Vanhanens-index-of-democracy/> Acesso em 12/06/2011.

---

## 2 – Participação

---

Medir o percentual da população adulta votante, dividindo-se o número de eleitores pela população total do país.

---

Fonte: Vanhanen, 2000, p. 253.

Na verdade, a simplicidade das variáveis se dá por uma intenção deliberada do autor em ser mais “objetivo” em sua aferição da democracia:

“Este índice de democracia é mais simples do que qualquer outra medida alternativa de democracia que conheço. Ele difere das outras medidas de duas maneiras importantes: 1 – ele usa apenas dois indicadores, e 2 – ambos são baseados, em princípio, em dados quantitativos. A maioria dos outros índices de democracia incluem mais indicadores, e a maior parte deles é baseado em dados mais ou menos qualitativos. Eu acredito ser melhor usar variáveis quantitativas simples, mesmo com certas deficiências, do que adotar indicadores complicados, com pesos e estimativas baseadas em julgamentos subjetivos. [...] Este índice de democracia tem várias vantagens. Dados empíricos sobre as duas variáveis básicas estão disponíveis em várias fontes. Além disso, dados estatísticos sobre eleições são geralmente exatos e confiáveis, e o papel das posições subjetivas nos dados eleitorais é relativamente limitado” (Vanhanen, 2000, p. 256-257).

Os resultados obtidos por essas duas variáveis são então combinados para formar um índice de democracia completo (*idem*, p. 255). Entretanto, não há um peso pré-determinado pelo autor para as duas dimensões, embora Vanhanen resolva esta questão multiplicado uma variável pela outra e dividindo o produto por 100, pois, para o autor, “[...] *ambas as dimensões são necessárias para a democracia e um alto nível de competição não pode compensar a falta de participação, e vice-versa*” (*idem*, p. 256). O autor estabelece também como limite mínimo para classificar um país como democracia um valor de 5,0 no resultado final da fórmula descrita acima<sup>49</sup> e, para as variáveis isoladas, Vanhanen assinala que se os partidos minoritários possuem, combinados, mais de 30% dos votos e se ao menos 10% da população participam das eleições, ele pode ser considerado democrático (*idem*, p. 257). As operações de Vanhanen fazem certo sentido em termos matemáticos<sup>50</sup> (Berg-Schlosser, 2007, p. 33), mas não por isso elas se tornam válidas em termos políticos, já que não há um

---

<sup>49</sup> Apesar de suas variáveis serem contínuas, o índice de Vanhanen, caso sejam adotados tais critérios, acaba por tornar-se dicotômico.

<sup>50</sup> Pois se uma das duas variáveis possui um valor significativamente baixo, o produto da multiplicação de ambas também será baixo.

embasamento teórico para afirmar qual operação deve ser utilizada para juntar os valores de Competição e Participação oferecidos pelos dados e o autor não explora as possíveis implicações oriundas de diferentes cálculos de agregação (Munck & Verkuilen, 2002, p. 25-26). Um ponto positivo deste índice em comparação com o *Freedom in the World*, contudo, está no fato de que Vanhanen disponibiliza não somente estas duas medidas de modo desagregado mas também as codificações escritas pelo autor, o que é útil para aqueles que desejam testar outras possibilidades de combinação dos dados (*idem*).

Para os estudos de guerras civis, as variáveis propostas por Vanhanen pode ser utilizadas sem maiores dificuldades, uma vez que elas não fazem qualquer referência a formas de violência civil em suas codificações (Vreeland, 2008, p. 415). Mas elas possuem outros problemas que podem afetar a qualidade das análises empíricas. Em primeiro lugar, um ponto questionável é o modo pelo qual Vanhanen codifica a variável ‘competição’: ela pode ter como base os valores da eleição presidencial, da parlamentar, ou de ambas, dependendo de qual das instituições (o executivo, o legislativo ou os dois em conjunto) detém a “predominância” no governo (Vanhanen, 2000, p. 254). Apesar de Vanhanen fornecer tabelas individuais para cada um dos 187 países incluídos em seu índice de democracia, nas quais estão dispostos os valores recebidos pelos maiores partidos durante todo o período abarcado pelo *Polyarchy Dataset*<sup>51</sup>, em países onde há “predominância do legislativo”, por exemplo, não há dados a respeito do poder executivo e vice-versa; assim, é impossível a um pesquisador externo construir uma variável independente que capture apenas uma das dimensões do governo. Em segundo lugar, há um grande viés do índice em favor dos países com sistema político fragmentado: um sistema político no qual o partido dominante vence por uma margem estreita de votos é considerado mais democrático do que outro onde o maior partido ganha as eleições com ampla maioria (Gates et al, 2006, p. 897). Um país no qual o maior partido tenha 25% dos votos é considerado *duas vezes mais democrático* do que outro cujo partido vencedor ganhou 63% da votação (Hegre, 2003, p. 17); com isso, é possível imaginar, por exemplo, que o Brasil ou a Itália, países com estruturas políticas conhecidamente fragmentadas, sejam considerados talvez mais democráticos do que países que adotam o modelo bipartidário, como a Inglaterra. Em terceiro lugar, há problemas no que se refere aos votos. Países que possuem leis que tornam compulsório o exercício do voto tendem a ter a participação artificialmente inflada no índice de Vanhanen, também fazendo

---

<sup>51</sup> As tabelas podem ser vistas em: <http://www.prio.no/CSCW/Datasets/Governance/Vanhanens-index-of-democracy/Polyarchy-Dataset-Manuscript/> Acesso em 09/07/2011.

com que eles pareçam mais democráticos quando o resultado final é computado. Ademais, como admite o próprio autor, países desenvolvidos, que tendem a possuir uma população adulta maior do que países em desenvolvimento, também serão sobrerrepresentados no que toca à participação (Vanhanen, 2000, p. 255) e, por conseguinte, serão vistos como mais democráticos. Tais deficiências podem gerar sérias distorções na classificação de democracias, talvez até maiores do que as produzidas pelo *Polity IV* ou o *Freedom in the World*. Embora não tenha problemas de endogeneidade com as guerras civis e suas variáveis sejam definidas de modo claro, o *Polyarchy Dataset* deve ser usado com muita cautela nos estudos da área, em grande medida graças a seus próprios problemas de operacionalização.

#### 3.2.4 – *Scalar Index of Politics*

O *Scalar Index of Politics* (SIP) é um banco de dados criado por meio de um esforço conjunto de vários pesquisadores de guerras civis – Scott Gates, Håvard Hegre, Mark P. Jones e Håvard Strand (2006) – com o propósito original de avaliar quais estruturas institucionais causam maior instabilidade política, mas ele recentemente tem sido utilizado também como uma ferramenta para analisar a relação entre regimes políticos e conflitos internos (Fjelde & Hegre, 2006; Østby, 2006; Strand, 2007; Deiwiks, 2009). O índice, na verdade, não constitui um levantamento de dados original, mas uma reformulação do *Polity IV*, na qual seus elementos conflitantes com os estudos de guerras civis – notadamente, a questão do ‘faccionalismo’ nas variáveis de participação política, como vimos acima – foram substituídos pelo indicador de participação presente na base de dados de Vanhanen (2000), já que este não possui menções a qualquer tipo de violência em sua codificação (Gates et al, 2006, p. 897).

O SIP é composto por três dimensões distintas, cada uma delas disposta em uma escala normalizada de 0 a 1. A primeira dimensão é a *regulamentação da seleção do executivo*, baseada em três indicadores do *Polity IV* (“*regulamentação da seleção do chefe do executivo*” (XRREG), “*competitividade da seleção do poder executivo*” (XRCOMP) e “*abertura da seleção do executivo*” (XROPEN)), na qual países com seleção do executivo por meio de hereditariedade ou competição informal entre a elite são marcados como mais concentradas (0), eleições competitivas como 1, e sistemas duais, nas quais ambas as formas

coexistem, são marcados como 0,5<sup>52</sup> (*idem*). A segunda mede a *restrição ao poder executivo* e, como no *Polity IV*, é baseada em um único indicador, o *restrições ao executivo* [executive constrains] (XCONST) (*ibidem*). A terceira e última dimensão representa a *participação política*, e é composta pela variável ‘participação’ de Vanhanen (2000), mas com duas pequenas modificações: 1 – se o total dos votos válidos ganhos pelo partido vencedor das eleições é menor do que 70%, ‘participação’ é usada como proposta por Vanhanen; contudo, se o percentual dos votos é maior do que 70%, a variável ‘participação’ é multiplicada pela fórmula [*competição/30%*], a fim de descontar a diferença entre sistemas majoritários e proporcionais na variável original (*idem*, p. 898; Fjelde & Hegre, 2006, p. 13) e 2 – para dar conta dos possíveis efeitos não-lineares do acréscimo da participação (como bem lembram os autores, um aumento de 5% para 15% no número de votantes, por exemplo, é mais importante do que uma mudança de 70% para 85% de participação), os autores também calcularam essa medida usando logaritmo natural (*ibidem*). É feita então uma média dessas três dimensões, e o resultado final, também em uma escala de 0 a 1, é nomeado pelos autores como o *Scalar Index of Politics*.

Pelo fato de ter sido construído por especialistas em conflitos civis, o SIP mostra-se uma base de dados certamente mais adequada para trabalhar com este tipo de fenômeno do que o *Polity IV* ou o *Freedom in the World*, mas o fato dela utilizar a variável ‘participação’ de Vanhanen (2000), notadamente problemática, acaba por prejudicar a qualidade do índice. Os vieses a favor de países com voto obrigatório e com uma maior população adulta ainda aparecem no SIP, ainda que de modo um pouco menos extremo do que no *Polyarchy Dataset*. Um problema adicional do SIP é ele nunca ter sido atualizado, fazendo com que seus dados estejam com mais de dez anos de defasagem<sup>53</sup>. Levando-se em conta que uma guerra civil é um evento bastante raro, deixar de cobrir um período longo pode representar a perda de casos importantes para a análise deste objeto.

### 3.2.5 – Database of Political Institutions

O último banco de dados avaliado neste trabalho é o *Database of Political Institutions*

---

<sup>52</sup> Para maiores detalhes sobre a codificação do *Polity IV*, ver Marshall, Gurr & Jaggers (2010).

<sup>53</sup> O banco de dados está hospedado na página do *Peace Research Institute Oslo*, e não foi encontrada nenhuma versão mais recente da que citamos neste texto (Gates et al., 2006). Ela cobre o período de 1810 a 2000. Ver: <http://www.prio.no/CSCW/Datasets/Governance/MIRPSSIP/> Acesso em 15/06/2011.



(DPI), criado em 2001 por Philip Keefer e demais membros do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento<sup>54</sup> do Banco Mundial (Beck et al., 2001). De todas as bases que apresentamos aqui, o DPI é a única que não oferece qualquer sugestão metodológica para o cálculo de um índice de democracia: os autores preferiram disponibilizar as variáveis de maneira desagregada, deixando a tarefa de combiná-las a cargo de cada pesquisador. Essa decisão, a princípio acertada, faz do DPI um dos bancos de dados mais flexíveis da área de Política Comparada, e isso amplia significativamente as possibilidades de que seus elementos sejam utilizáveis em diversos campos do conhecimento. Outro ponto positivo do DPI é seu grande número de variáveis: são 124 no total, cobrindo 177 países em um período de 1975 a 2009, focadas principalmente em questões eleitorais e características dos sistemas políticos e divididas em cinco grandes grupos<sup>55</sup> (*Variáveis sobre o Chefe do Executivo; Variáveis sobre Partidos na Legislatura; Regras Eleitorais; Estabilidade e Freios e Contrapesos e Federalismo*) (Macro Data Guide, 2010). Ao contrário do *Freedom in the World* e do *Polity IV*, por exemplo, o DPI traz em seu manual informações bastante detalhadas a respeito da codificação de suas variáveis, das fontes adotadas, e mesmo de alguns dos problemas encontrados quando da formulação do banco, o que mostra um sério comprometimento dos autores com a transparência e a qualidade dos dados (*idem*). Mas ele também possui suas limitações, algumas delas consideráveis, que podem afetar os estudos de guerras civis.

Para melhorar a comparação entre o DPI e os demais índices resenhados neste capítulo, levar-se-á em consideração apenas as variáveis dessa base que correspondem às duas dimensões descritas por Dahl (1997 [1971]), competição e participação, já que ambas aparecem em todos os outros bancos discutidos aqui. A competição, no DPI, é medida basicamente por dois elementos, o *Índice de Competitividade Eleitoral do Legislativo* (LIEC) e o *Índice de Competitividade Eleitoral do Executivo* (EIEC) (Beck et al., 2001, p. 166; Keefer, 2010, p. 15-16). Ambos são classificados em uma escala de 1 a 7 de acordo com os critérios reproduzidos abaixo.

---

<sup>54</sup> Em inglês, *Development Research Group*. Mais informações em: <http://go.worldbank.org/958J74FOB0> Acesso em 15/06/2011.

<sup>55</sup> A maior parte dessas variáveis é ‘objetiva’, enfatizando aspectos facilmente contabilizáveis dos processos políticos e eleitorais (Beck et al., 2001, p. 166). O DPI possui certas variáveis construídas de acordo com critérios relativamente subjetivos, como a “Orientação do Partido Governante em Políticas Econômicas” (EXECRLC) (Keefer, 2010, p. 7), ou uma variável *dummy* dizendo se o chefe do executivo é nacionalista ou não (EXECNAT) (*idem*, p. 8), mas elas são bastante raras.

Tabela 3.5 – Índice de Competitividade Eleitoral do Legislativo (LEIC)

Escala:
1 – Sem Legislativo
2 – Legislativo não-eleito
3 – Eleito, um candidato
4 – Um partido, múltiplos candidatos
5 – Vários partidos são legais, mas apenas um recebeu cadeiras
6 – Vários partidos GANHARAM cadeiras, mas o maior partido recebeu mais de 75% delas
7 – O maior partido teve menos de 75% [das cadeiras]

Fonte: Keefer, 2010, p. 15, destaque do autor.

Casos nos quais não se conhece o total de votos recebidos pelos partidos são classificados como ‘intermediários’ entre duas categorias mais próximas do índice; por exemplo, se vários partidos ganharam cadeiras, mas não se sabe ao certo qual a proporção de votos do maior partido, atribui-se a nota de ‘6.5’ ao sistema político em questão (*idem*). Embora essa escolha talvez seja passível de crítica, ao menos os autores deixam-na explícita e codificada de um modo distinto do resto da escala, deixando a decisão de tratar tais casos como *missing* ou incluí-los dentro dos códigos previamente estabelecidos. Contudo, esse índice possui um grave inconveniente para as pesquisas sobre guerras civis: há em suas variáveis uma menção à violência civil, e ela dificilmente pode ser removida sem trazer prejuízo à análise. Na classificação do DPI,

“Assembléias funcionando sob condições de guerra civil ou onde há luta política em um país cujo resultado é que as instituições não controlam a maior ou a mais importante parte do território, são marcadas como 1. [Tal procedimento] ocorre independentemente de quão competitivas foram as eleições para a assembléia e quais seus poderes formais” (Keefer, 2010, p. 15).

Pode-se supor que uma solução para este problema seria a simples exclusão da categoria problemática do índice final, uma vez que as demais variáveis não estão contaminadas. Tal prática, entretanto, induziria a um erro, já que é possível que os valores de ‘1 – Sem legislatura’ não apenas se refiram a países que enfrentam guerras civis, mas também a exemplos de ditaduras bastante fechadas, nas quais não existe qualquer tipo de poder legislativo em vigor no país. Com efeito, a competitividade do legislativo no Bahrein, por exemplo, é marcada no DPI como ‘1’ de 1976 a 2002, e o país não teve nenhuma guerra civil

no período; já o Irã e o Zimbábue, em contrapartida, possuem um único ano cuja competitividade assume o valor de '1', 1980, provavelmente refletindo as turbulências ocorridas em ambos os países no ano anterior (a Revolução Islâmica e a guerra civil de independência), sem ligação com o fato desses países não possuírem legislativos eleitos. Assim, pelo fato de dois fenômenos distintos estarem incluídos na mesma codificação, sendo um deles a presença de guerra civil, o uso dessa variável nos modelos estatísticos que analisam o início, incidência ou duração de conflitos internos não é recomendado. Enquanto sabe-se que esse problema não foi identificado pelos pesquisadores, uma vez que não foi possível encontrar nenhum artigo mencionando esta questão. Mesmo trabalhos que avaliam especificamente a ligação entre a competitividade do poder legislativo e o início das guerras civis, como o de Wegenast (2010), não trazem nenhum comentário a respeito da endogeneidade entre esta variável do DPI e os conflitos civis<sup>56</sup>.

O índice de competitividade eleitoral do executivo (EIEC) é codificado na mesma escala apresentada acima (Keefer, 2010, p. 16), e nele também foi encontrado alguns pontos passíveis de crítica. Por um lado, embora para o EIEC não haja problemas em se aplicar a codificação 1 encontrada no LIEC (Sem legislativo), pois em todas as situações nas quais existem grupos rivais lutando pelo executivo é razoável supor que este poder tenha sua influência bastante restrita, o que de certa forma justifica sua classificação como “Sem executivo”, por outro, uma das codificações dispostas no LIEC não possui sentido quando aplicada às eleições do poder executivo: ‘5 – *Vários partidos são legais, mas apenas um recebeu cadeiras*’. Em uma eleição majoritária, como é o caso da escolha presidencial, *todos* os pleitos darão a cadeira a um dos partidos, por mais aberto e competitivo que tenha sido o processo. Assim, não é correto afirmar que esta classificação seja menos democrática do que as duas últimas quando aplicadas à escolha do executivo, o que constitui um grave erro de codificação no DPI. Com efeito, em uma comunicação privada, Philip Keefer concordou que “[...] *EIEC = 5 deve ser raro ou mesmo não existente. De fato, a versão 2010 do DPI possui 5900 observações, mas somente 15 casos de EIEC = 5; eu acho que eles provavelmente são erros [de codificação]*”<sup>57</sup>. A escala, dessa forma, talvez devesse ser recalculada a fim de evitar estes inconvenientes; porém, como o número de casos envolvendo tanto os valores de ‘1’ e de ‘5’ no EIEC é muito pequeno (35 e 15, respectivamente), provavelmente não haveria grandes

<sup>56</sup>Depois de um contato com Tim Wegenast, o autor reconheceu os problemas desta variável e as implicações que isso teria em seu trabalho. A comunicação foi feita por e-mail entre os dias 12 e 16 de agosto de 2010.

<sup>57</sup> Comunicação com o autor via e-mail, 05/04/2011.

problemas para as análises estatísticas se eles fossem marcados como *missings*, pois a chance deles concentrarem a maioria dos casos relevantes para explicar certa variável dependente de interesse é bastante remota. Como os dados estão disponíveis em escala desagregada, realizar essa operação é uma tarefa fácil.

Quanto à participação, o DPI não oferece qualquer medida que a avalie diretamente. É possível visualizar somente qual a porcentagem dos votos obtida pelo chefe do executivo no primeiro (PERCENT1) ou no último turno (PERCENTL), e a proporção dos votos recebida tanto pelas coalizões partidárias governistas e oposicionistas como um todo (NUMVOTE; OPPVOTE), quando pelos partidos mais importantes tomados individualmente, sejam do governo (GOV1VOTE; GOV2VOTE; GOV3VOTE; GOVOTHVT), da oposição (OPP1VOTE; OPP2VOTE; OPP3VOTE; OPPOTHVT) ou não-alinhados (ULVOTE). Entretanto, o índice não traz qualquer informação sobre a existência de restrições legais impostas ao exercício do voto ou mesmo sobre a respeito do *voter turnout*, deixando a dimensão participativa de fora da análise dos autores. Essa omissão, certamente importante, faz com que o DPI não possa ser perfeitamente comparado com os índices de democracia citados acima, um problema caso quisermos estender a validade de uma determinada relação estatística utilizando mais de uma medida sobre os regimes políticos. Embora existam autores que questionam a necessidade de se incluírem dados a respeito da participação eleitoral nos índices, já que “[...] *um alto comparecimento pode ocorrer em eleições sem escolhas ou com fraudes, e que este comparecimento é afetado por muitas coisas, da satisfação do eleitor à apatia e o fato de ter chovido no dia das eleições*” (Bollen, 1990, p. 8) ou demais fatores em nada relacionados à democracia, seria interessante incluir uma variável nesse sentido, mesmo que somente para efeito comparativo. Ela certamente teria utilidade para os pesquisadores.

### **3.3 – Variáveis Desagregadas: Uma Ferramenta Útil**

Como foi destacado neste trabalho, a relação entre as guerras internas e os índices de democracia é bastante problemática. *Nenhuma* das bases de dados sobre regimes políticos é perfeitamente adequada para a análise das guerras civis, seja por incluírem, em suas codificações, elementos claramente conflitantes com os pressupostos dos estudos de guerras internas, seja pelo pouco cuidado com operacionalização das variáveis a partir de um marco

teórico mais consistente (Munck & Verkuilen, 2002, p. 5). Mas quais seriam, afinal, os melhores caminhos para os pesquisadores interessados em analisar a influência das formas de governos sobre os conflitos internos?

A primeira sugestão, um tanto óbvia, é procurar os índices que possuem menor endogeneidade com as guerras civis. Nesse sentido, destacam-se Vanhanen (2000) e, principalmente, o *SIP* (Gates et al., 2006), embora a presença da variável *voter turnout* em ambas as medidas seja questionável do ponto de vista teórico (Bollen, 1980, p. 374; Li, 2005, p. 285). Já o *Polity IV* (Marshall & Jaggers, 2002) e o *Freedom in the World* (Freedom House, 2010), apesar de possuírem méritos inquestionáveis e de terem sido muito importantes na produção de dados quantitativos sobre regimes políticos, encontram problemas sérios quando inseridos nas análises de guerras civis, especialmente o índice da *Freedom House*. As medidas oferecidas pelos dois primeiros bancos de dados estão longe de serem perfeitas, mas ao menos nelas não há nada que as impeça, *a priori*, de serem utilizadas nos trabalhos estatísticos sobre violência política, o que acontece com estas últimas. Seu uso, assim, não é recomendado.

Uma segunda possibilidade é a criação de novos índices de democracia, tanto a partir da combinação de medidas já existentes (como faz o *SIP*), como a partir da coleta de novos dados. Dadas as restrições financeiras enfrentadas pela maioria dos pesquisadores, a primeira alternativa é certamente a mais viável. Mesmo que algumas das dificuldades apresentadas nos índices originais não possam ser superadas apenas por meio de uma recodificação de seus elementos, alguns de seus problemas talvez o possam, e isso já representaria uma melhora na qualidade dos dados finais. Gary Goertz (2006), por exemplo, mostra como é possível utilizar o *Polity IV* de um modo distinto do originalmente planejado por seus autores, e, como afirma o autor, tal mudança pode trazer inúmeras vantagens para os estudos de política comparada; com efeito, acredita-se que não há nada que impeça que esse processo seja realizado para os propósitos das guerras civis, o que daria um grande benefício a este campo de estudos. Outra saída pode ser combinar elementos de diferentes índices para preencher lacunas ou corrigir distorções que ambos possuem: na ausência de uma variável de participação no DPI, por exemplo, uma estratégia viável seria mesclar os dados disponíveis em Vanhanen (2000) ou, preferencialmente, adotar medidas mais bem formuladas para tratar da participação política, como a oferecida por Paxton et al. (2003)<sup>58</sup>. São muitas as combinações, e levá-las adiante

---

<sup>58</sup> Este índice analisa não só o *turnout* real dos eleitores, mas também se eles possuem algum impedimento legal para votar, um aspecto muito mais relevante, em nossa opinião, para distinguir factualmente entre uma

enriqueceria o debate sobre os regimes e as guerras civis.

Uma terceira possibilidade, que vem ganhando espaço significativo na literatura recente (Carey, 2007; Kalyvas, 2008; Cederman & Gleditsch, 2009; Fjelde, 2010; Wegenast, 2010), é a utilização de variáveis mais específicas do que os índices agregados. Esta escolha metodológica, contudo, não é livre de consequências: ao privilegiarem-se aspectos mais detalhados nas análises, certamente sacrifica-se um pouco da validade externa dos achados em prol de uma pesquisa com maior consistência interna, e as generalizações, assim, devem ser feitas com muito mais cuidado (Kalyvas, 2008, p. 398). Por outro lado, o uso de variáveis desagregadas possui suas vantagens: os mecanismos causais são expostos com maior clareza, e, ademais, é possível entender melhor as nuances de determinadas variáveis, muitas vezes obscurecidas pelo nível de agregação dos dados (Buhaug, Cederman & Rød, 2008, p. 531). Apesar desses estudos ainda esbarrarem na falta de dados a respeito do funcionamento das variáveis em um nível local (Kalyvas & Kocher, 2007, p. 185), o potencial para esses estudos é enorme.

E como as análises desagregadas podem colaborar para a compreensão do papel desempenhado pelos fatores políticos nas guerras civis? Em um contexto no qual os índices agregados apresentam uma série de problemas quando utilizados para explicar os conflitos internos, a adoção de variáveis mais específicas pode trazer mais clareza conceitual aos estudos de guerras civis. Embora levem um número menor de aspectos dos regimes políticos em consideração, tais variáveis possuem menos ambigüidades do que os índices finais e, com isso, podem indicar uma medida mais precisa sobre a relação entre os elementos políticos e as guerras domésticas.

Nesse sentido, a variável política que acredita-se ser a mais interessante é a *competitividade do poder executivo nacional*. Há várias razões que fundamentam esta escolha. Como salientado por Carey (2007, p. 49), os índices de democracia possuem definições de regimes bastante complexas, e focar-se em uma única dimensão ajudaria a reduzir as ambigüidades das classificações agregadas. Por um lado, é relativamente simples dividir a competitividade do executivo em um número pequeno de tipos (três, como faz o *Polity IV*, ou sete, no *Database of Political Institutions*), mas, por outro, são nada menos do

---

participação aberta ou restrita. Pelo que se sabe, o índice ainda não foi utilizado em nenhum texto da área de conflitos internos.

que 360 as combinações possíveis para ‘democracia’ e 144 para ‘autocracia’ se usarmos todas as variáveis do *Polity III* (Gleditsch & Ward, 1997, p. 366-367); pelo fato de governos com características muito díspares serem agrupados em uma mesma categoria, o poder explicativo de cada uma delas é evidentemente restrito. No caso dos regimes híbridos, a situação é ainda pior: embora sejam alvo de uma forte polêmica no campo das guerras civis, tais formas de governo são descritas de modo extremamente vago, como um estrutura política dotada ‘tanto de elementos democráticos quanto de autoritários’ (Vreeland, 2008, p. 403), sem qualquer clareza a respeito de até que ponto tais regimes são de fato mistos ou como isso se reflete em suas instituições políticas (Carey, 2007, p. 49). Tomando em consideração o processo de seleção do executivo, pode-se, ao menos, compreender o funcionamento deste fator em diferentes formas de governo e traçar linhas mais claras entre elas (*idem*). Outro motivo para estudar-se o executivo é a sua inegável importância para as estruturas políticas nacionais: sobretudo nos países pobres, aqueles cuja incidência de guerra civil é maior, uma parcela expressiva do poder público tende a estar concentrada na figura do chefe do executivo, e a competição para este cargo, assim, representa a ampliação de escolhas na parte provavelmente mais influente do Estado (*ibidem*). Além disso, o poder executivo é significativo também na mudança de regimes: a transição de um regime autoritário para um democrático só ganha contornos decisivos após serem abertas as eleições para presidente, como exemplificado na história recente de vários países latino-americanos, inclusive o Brasil. Apesar da competição eleitoral para o executivo não ser um *proxy* perfeito para democracia, a relação entre os dois é próxima. Paul Collier (2009) assinala que

“Em uma eleição comum em um dos países desenvolvidos, definidos como aqueles que são membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o governo tem uma chance de reeleição de cerca de 45 por cento. Uma eleição média nas sociedades do ‘bilhão de baixo’<sup>59</sup> [*bottom billion*], apesar do fato dos votantes terem mais razões para reclamar, fica em um percentual muito mais saudável, de 74 por cento. [...] Entre os países do ‘bilhão de baixo’ que estão na faixa de -10 a zero [do *Polity IV*, os regimes mais autoritários de acordo com esse índice], o presidente tem uma chance ainda maior de vitória eleitoral: fantásticos 88 por cento. [...] Eu não tinha idéia de quem ganharia a eleição americana de 2008, mas eu sabia claramente o resultado as eleições no Zimbábue: eu tinha confiança que o Presidente Mugabe seria reeleito.” (Collier, 2009, p. 6-36).

---

<sup>59</sup> O ‘*bottom billion*’ a que o autor se refere é o grupo de 58 países, cuja população corresponde aproximadamente a um bilhão de pessoas, que sofre profundas dificuldades políticas e econômicas (Collier, 2009, p. 239-240). Tais países são o tema principal de um livro do economista inglês (Collier, 2007).

Há ainda mais uma razão para utilizar o poder executivo nas pesquisas de guerra civil, esta de natureza prática. Ao contrário da competitividade do legislativo, dados sobre o processo de seleção do executivo estão disponíveis em bancos quantitativos distintos, o que nos dá a chance de formular modelos com diferentes codificações, testando, dessa maneira, a robustez dos achados estatísticos. Com efeito, o *Polity IV* possui uma variável específica para essa dimensão<sup>60</sup> (XRCOMP), assim como o *Database of Political Institutions* (EIEC) e, apesar da última necessitar de alguns ajustes, ambas podem ser adotadas nos trabalhos estatísticos sem grandes dificuldades. Os outros índices avaliados nesse trabalho, embora também tenham referências à competitividade do executivo em suas codificações, não permitem o uso desse elemento nas análises empíricas. O *Freedom in the World* inclui uma pergunta sobre a competitividade do executivo para criar seu índice final<sup>61</sup>, mas como seus dados não estão disponíveis em formato desagregado, infelizmente não há meios para separá-la do resultado total e avaliar, de modo isolado, sua relação com alguma variável dependente. O *Polyarchy Dataset*, por sua vez, contabiliza a competitividade do executivo de maneira desagregada, mas somente nos países onde há “predominância do executivo”, definidos de acordo com critérios do próprio Vanhanen (2000, p. 254). Ainda que a maior parte dos regimes codificados pelo autor tenha o poder executivo como aquele mais influente, a variável só poderia ser utilizada para medir a competitividade desta instituição ou com uma forte advertência sobre a presença de elementos estranhos, ou com um alguns *missings*. A primeira escolha, mesmo longe de ser a ideal, talvez seja a preferível: como são raras as variáveis políticas que não possuem problemas para as análises de guerras civis, provavelmente é melhor incluir tais dados, embora imperfeitos, do que deixá-los de fora dos estudos. Sua importância como variável explicativa é limitada, mas vê-se que a competitividade de Vanhanen (*idem*) pode ao menos servir como um mais um teste de robustez para os resultados obtidos com outros índices e, dessa forma, teríamos três medidas que avaliam, ao menos razoavelmente, a competitividade do executivo. Uma vez que a única variável que mensura a competitividade do legislativo nos índices descritos acima (LEIC, do DPI) tem graves erros em sua codificação, analisar o poder executivo, ainda que com alguns problemas, parece ser a melhor opção caso quisermos evitar os problemas de endogeneidade dos índices agregados e chegar a resultados satisfatórios do ponto de vista teórico e estatístico. É isso o que será feito no capítulo posterior.

---

<sup>60</sup> O *Scalar Index of Politics*, por utilizar todas as variáveis do *Polity IV* salvo aquelas sobre a participação política, também inclui este elemento em seus dados.

<sup>61</sup> Ver a tabela 3.3 deste trabalho.



## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE ESTATÍSTICA

[...] *The class of populations we are dealing with does not consist of an infinity of different individuals, it consists of an infinity of possible decisions which might be taken with respect to the value of Y.*

Trygve Haavelmo, *The Probability Approach in Econometrics*, p. 51.

O presente capítulo traz uma análise estatística relacionando a competitividade do poder executivo e a incidência de guerras civis entre 1976 e 2000. O período de estudo foi escolhido em função da disponibilidade dos dados: por um lado, o *Database of Political Institutions* inicia sua codificação em 1975 e, por outro, as variáveis disponíveis no banco de Hegre e Sambanis (2006) terminam no ano 2000; como ambas as bases são importantes para este trabalho, a extensão temporal adotada por estes autores foi mantida<sup>1</sup>. A variável dependente é a *incidência de guerra civil (ucdp\_type343)*, medida pelo *Armed Conflict Dataset* (Gleditsch et al. 2002) na sua terceira versão (2005), que indica a presença de uma incompatibilidade incontestada entre duas partes, na qual uma delas é o estado, referente a uma disputa sobre o governo e/ou sobre o território, que resulta em ao menos 1000 mortes diretamente ligadas ao conflito em um ano<sup>2</sup>. Serão considerados, neste texto, tanto os ‘conflitos armados internos’, onde há um embate violento entre o governo e os grupos nacionais de oposição, quanto os ‘conflitos armados internos internacionalizados’, ocorridos quando o governo e/ou os grupos locais contam com a ajuda de nações estrangeiras durante os combates domésticos. Adotar-se-á a ‘incidência’, uma variável *dummy* na qual todos os anos em que um país se encontra em conflito são assinalados como ‘1’ e os demais como zero, em lugar de ‘início’ de guerras civis, onde apenas o primeiro ano do conflito é indicado nos dados, devido ao curto período analisado por este trabalho: como as guerras civis são um

---

<sup>1</sup> Embora os dados se iniciem em 1975, a análise estatística começa em 1976 devido à necessidade de se utilizar algumas das variáveis independentes com atraso de um ano. Esse procedimento será discutido adiante.

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/55/55205\\_Codebook\\_v3-2005.pdf](http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/55/55205_Codebook_v3-2005.pdf) Acesso em 13/07/2011.

evento raro, caso fossem incluídos apenas o ano de início dos conflitos a variável dependente de interesse teria baixíssima frequência relativa, prejudicando assim a qualidade dos modelos estatísticos que se pretende desenvolver. Seriam poucos os fatores significantes mesmo utilizando diferentes técnicas de estimação, e isso restringiria drasticamente a validade das análises. Vários estudos da área fizeram uso da incidência como variável dependente (Collier & Hoeffler, 2002; Elbadawi & Sambanis, 2002; Caprioli, 2005; Melander, 2005; Montalvo & Reynal-Querol, 2005, 2008; Besley & Persson, 2008) e considera-se que essa poderia ser a melhor forma para o tratamento os dados, pois aumentar o número de casos da variável dependente tende a gerar respostas estatisticamente mais robustas.

As variáveis que medem a competitividade do poder executivo vieram de três diferentes índices de democracia, o *Polity IV* (Marshall & Jaggers, 2002), o *Database of Political Institutions* (Beck et al., 2001) e o *Polyarchy Dataset* (Vanhanen, 2000). Como muitas das variáveis utilizadas neste trabalho, elas foram extraídas do *Quality of Democracy Data*<sup>3</sup> (Teorell et al., 2011). A *competitividade do recrutamento do poder executivo* (*p\_xrcomp*), do Polity IV, foi aqui transformada em *dummies*, teve os valores de -66 a -88 codificados como *system missings*, como sugerido pelos autores daquele banco de dados (Marshall, Gurr & Jaggers, 2010, p. 17). A primeira categoria da análise (0 - *Não regulamentada*) foi retirada dos modelos para que sirva como referência para as demais. O índice de competitividade do DPI<sup>4</sup> (*dpi\_eipc*) também sofreu algumas alterações: primeiramente, foram criadas *dummies* para cada um dos graus da escala de competitividade do executivo; em segundo lugar, a categoria '1 – *Sem executivo*' foi eliminada da análise por sua endogeneidade com a variável dependente; e, em terceiro lugar, excluiu-se também a categoria '5 - *Vários partidos são legais, mas apenas um recebeu cadeiras*', uma vez que, como discutido no capítulo anterior, ela provavelmente consiste em um erro de codificação do índice, surgido na transposição da mesma escala de competitividade de seleção do poder legislativo para o executivo. A categoria '2 – *Executivo não eleito*' foi utilizada como referência. Já a variável de competitividade de Vanhanen (*van\_comp*), que mede a porcentagem de votos ganha pelo vencedor das eleições do executivo, não foi modificada nesta pesquisa. Como visto no capítulo terceiro, sua adoção deve ser feita com cautela, pois ela inclui também casos na qual foi mensurada a competitividade do legislativo. Entretanto,

---

<sup>3</sup> Será utilizada a versão número 6 do Quality of Government, de 06 de abril de 2011. Ela está disponível em: [http://www.qog.pol.gu.se/data/data\\_1.htm](http://www.qog.pol.gu.se/data/data_1.htm) Acesso em 15/07/2011.

<sup>4</sup> A codificação original pode ser vista em Keefer (2010, p. 14-15).

uma vez que a maior parte de suas codificações se refere ao poder executivo, considera-se adequado incluí-la nos modelos e, mesmo com certas ressalvas, utilizá-la juntamente com a variável do DPI a fim de comparar seus resultados aos encontrados com *p\_xrcomp*.

Os demais elementos de controle foram escolhidos em razão do grau de consenso que possuem na literatura especializada. Com vistas a avaliar os efeitos da mudança de regimes sobre o início de guerras civis, foram construídas duas variáveis para cada um dos componentes das escalas nominais de democracia citadas acima (respectivamente, *dpi\_eipc\_n* e *dpi\_eipc\_p* para o DPI; *p\_xrcomp\_n* e *p\_xrcomp\_p* para o Polity IV), indicando se houve uma mudança para graus menores ou maiores de sua escala (autocratização ou democratização). Elas consistem na subtração dos valores das variáveis de competitividade para determinado país em um tempo *t* pelos valores encontrados em *t-1* (Carey, 2007, p. 53). A variável *van\_comp* do índice de Vanhanen, por ser contínua, não recebeu este tratamento. O impacto do federalismo na incidência dos conflitos civis foi medido por meio da variável de descentralização de Pippa Norris (2009), também disponível no *Quality of Democracy Data* (Teorell et al., 2011), a qual assinala com o valor de 1 se o país em questão é um estado unitário ou 0 caso ele seja uma federação. Decidiu-se incluir também o índice de fracionalização étnica do *Atlas Narodov Mira* (*r\_atlas*) em seu formato original, a fim de estimar a influência das clivagens étnicas em nossa variável dependente (Teorell et al., 2011). Mesmo passível de críticas, este índice ainda é o mais utilizado nos modelos de guerras civis e, para efeito de comparação, torna-se interessante colocá-lo neste trabalho. Para captar a relação entre petróleo e guerras civis, acrescentar-se-á uma variável binária, formulada por Fearon e Laitin (2003, p. 81) (*oil*), que assume o valor de 1 em determinado ano se este combustível compõe mais de um terço da renda de exportação de um país. Também será incluída nos modelos a variável ‘terreno montanhoso’ (*lmtnest*) de A. J. Gerrard, que mede a proporção de território montanhoso em um país. Ambas foram retiradas do banco de dados de Hegre e Sambanis (2006). Além disso, foram adicionados três dos fatores que mais freqüentemente aparecem como significativos no estudo das guerras internas. O primeiro deles é o número de habitantes nacionais (*unna\_pop*), computado pela *United Nations Statistics Divisions* (2009). Será utilizada também uma medida do produto interno bruto *per capita* (*gdpc*), formulada para os propósitos deste trabalho a partir da divisão da variável ‘produto interno bruto real’ (*unna\_gdp*) da UNSD (*idem*), em dólares de 1990, pela variável populacional mencionada acima. Devido à tendência de crescimento exponencial da população e da renda *per capita*, ambas foram transformadas em log natural (*ln\_unna\_pop* e

*ln\_gdpc*). Outro elemento desse mesmo banco de dados (*idem*) que foi adotado nas regressões é a taxa real de crescimento econômico (*unna\_grgdp*), que mede, em porcentual, a variação do PIB real de um ano a outro. Todos os fatores, salvo ‘heterogeneidade étnica’ (*r\_atlas*) e ‘terreno montanhoso’ (*lmtnest*), foram utilizados com um ano de atraso perante a variável dependente (*t-1*), em uma tentativa de reduzir os problemas de multicolinearidade nos modelos estatísticos. Como uma guerra civil pode gerar, por exemplo, uma troca de regime ou uma queda na taxa de crescimento, analisar as variáveis independentes em um tempo *anterior* à incidência dos conflitos certamente ajuda a compreender as relações causais entre os fatores.

Tabela 4.1 – Estatística Descritiva

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Eventos
ucdp_type_343	4093	0,098	0,297	402
ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>	3922	0,098	0,297	387
p_xrcomp0 <sub>t-1</sub>	3521	0,147	0,354	520
p_xrcomp1 <sub>t-1</sub>	3521	0,385	0,486	1357
p_xrcomp2 <sub>t-1</sub>	3521	0,111	0,315	394
p_xrcomp3 <sub>t-1</sub>	3521	0,355	0,478	1250
p_xrcomp_n <sub>t-1</sub>	3354	0,125	0,111	42
p_xrcomp_p <sub>t-1</sub>	3354	0,025	0,158	86
dpi_eipc2 <sub>t-1</sub>	3780	0,262	0,439	991
dpi_eipc3 <sub>t-1</sub>	3780	0,197	0,397	745
dpi_eipc4 <sub>t-1</sub>	3780	0,015	0,121	57
dpi_eipc6 <sub>t-1</sub>	3780	0,090	0,287	343
dpi_eipc7 <sub>t-1</sub>	3780	0,434	0,495	1644
dpi_eipc_n <sub>t-1</sub>	3602	0,014	0,121	54
dpi_eipc_p <sub>t-1</sub>	3602	0,038	0,191	137
no_ufs <sub>t-1</sub>	4177	0,729	0,444	3046
van_comp <sub>t-1</sub>	4190	27,413	2,685	-
r_atlas	3354	0,403	0,289	-
oil <sub>t-1</sub>	3548	0,157	0,364	559
lmtnest	3700	2,098	1,434	-
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	4495	15,139	2,273	-
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	4468	3,071	7,715	-
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	4495	7,424	1,510	-

Fonte: Autoria própria. As variáveis sem eventos são contínuas.

Tabela 4.2 – Matriz de Correlação

	ucdp_type_343	ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp0 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp1 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp2 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp3 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp_n <sub>t-1</sub>	p_xrcomp_p <sub>t-1</sub>
ucdp_type_343	1,000							
ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>	0,740	1,000						
p_xrcomp0 <sub>t-1</sub>	0,126	0,118	1,000					
p_xrcomp1 <sub>t-1</sub>	0,017	0,025	-0,312	1,000				
p_xrcomp2 <sub>t-1</sub>	-0,080	-0,084	-0,153	-0,247	1,000			
p_xrcomp3 <sub>t-1</sub>	-0,060	0,060	-0,355	-0,572	-0,281	1,000		
p_xrcomp_n <sub>t-1</sub>	0,040	0,028	0,133	-0,033	0,025	-0,084	1,000	
p_xrcomp_p <sub>t-1</sub>	-0,006	-0,022	-0,072	-0,089	0,154	0,043	-0,017	1,000
dpi_eipc2 <sub>t-1</sub>	0,065	0,059	0,366	0,240	-0,138	-0,421	-0,004	0,073
dpi_eipc3 <sub>t-1</sub>	0,036	0,038	0,084	0,395	-0,110	-0,375	-0,011	0,016
dpi_eipc4 <sub>t-1</sub>	-0,029	-0,029	-0,037	0,009	0,138	-0,069	-0,009	0,015
dpi_eipc6 <sub>t-1</sub>	-0,043	-0,052	-0,115	0,067	0,223	-0,120	0,011	-0,003
dpi_eipc7 <sub>t-1</sub>	-0,056	-0,047	-0,310	-0,556	0,058	0,733	0,008	-0,076
dpi_eipc_n <sub>t-1</sub>	0,048	0,049	0,067	-0,005	0,002	-0,047	0,119	0,065
dpi_eipc_p <sub>t-1</sub>	0,029	0,030	0,024	-0,045	0,082	-0,026	0,001	0,051
van_comp <sub>t-1</sub>	-0,091	-0,090	-0,362	-0,451	0,087	0,652	-0,067	0,031
no_ufs <sub>t-1</sub>	0,022	0,022	0,129	0,152	0,045	-0,273	0,032	0,049
r_atlas	0,092	0,087	0,103	0,111	0,046	-0,215	0,026	0,013
oil <sub>t-1</sub>	0,027	0,029	-0,017	0,250	-0,133	-0,143	-0,004	-0,011
lmtnest	0,081	0,075	-0,059	0,007	0,020	0,023	-0,004	0,003
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	0,101	0,095	-0,127	0,039	-0,023	0,073	-0,004	0,000

	ucdp_type_343	ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp0 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp1 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp2 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp3 <sub>t-1</sub>	p_xrcomp_n <sub>t-1</sub>	p_xrcomp_p <sub>t-1</sub>
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	-0,033	-0,015	-0,021	0,030	0,099	-0,076	-0,021	-0,050
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	-0,103	-0,094	-0,272	-0,232	-0,045	0,458	-0,053	-0,060

Tabela 4.2 – Matriz de Correlação (continuação)

	dpi_eipc2 <sub>t-1</sub>	dpi_eipc3 <sub>t-1</sub>	dpi_eipc4 <sub>t-1</sub>	dpi_eipc6 <sub>t-1</sub>	dpi_eipc7 <sub>t-1</sub>	dpi_eipc_n <sub>t-1</sub>	dpi_eipc_p <sub>t-1</sub>	van_comp <sub>t-1</sub>
dpi_eipc2 <sub>t-1</sub>	1,000							
dpi_eipc3 <sub>t-1</sub>	-0,273	1,000						
dpi_eipc4 <sub>t-1</sub>	-0,048	-0,041	1,000					
dpi_eipc6 <sub>t-1</sub>	-0,168	-0,145	-0,025	1,000				
dpi_eipc7 <sub>t-1</sub>	-0,539	-0,466	-0,082	-0,286	1,000			
dpi_eipc_n <sub>t-1</sub>	0,133	-0,058	-0,010	0,089	-0,115	1,000		
dpi_eipc_p <sub>t-1</sub>	-0,106	-0,002	0,035	-0,000	0,087	-0,022	1,000	
van_comp <sub>t-1</sub>	-0,446	-0,369	-0,069	-0,009	0,689	-0,072	0,018	1,000
no_ufs <sub>t-1</sub>	0,146	0,079	0,054	0,070	-0,235	-0,006	0,043	-0,225
r_atlas	0,088	0,080	0,026	0,016	-0,153	0,037	0,055	-0,153
oil <sub>t-1</sub>	0,223	-0,001	-0,038	0,019	-0,193	0,011	-0,012	-0,151
lmtnest	0,051	-0,034	0,074	-0,111	0,031	-0,008	-0,017	-0,003
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	-0,069	0,021	-0,001	-0,064	0,078	0,003	-0,012	0,080
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	-0,003	-0,002	0,031	0,075	-0,041	-0,012	-0,008	-0,056
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	-0,247	-0,209	-0,059	-0,013	0,394	-0,053	-0,074	0,442

Tabela 4.2 – Matriz de Correlação (continuação)

	no_ufs <sub>t-1</sub>	r_atlas	oil <sub>t-1</sub>	lmtnest	ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	unna_grgdp <sub>t-1</sub>	ln_gdpc <sub>t-1</sub>
no_ufs <sub>t-1</sub>	1,000						
r_atlas	-0,051	1,000					
oil <sub>t-1</sub>	0,023	0,015	1,000				
lmtnest	-0,129	-0,051	-0,029	1,000			
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	-0,407	0,054	0,013	0,216	1,000		
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	0,021	-0,000	-0,012	0,014	0,010	1,000	
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	-0,162	-0,304	0,100	-0,056	0,022	-0,047	1,000

Fonte: Autoria própria, utilizando o coeficiente de correlação Tau-B de Kendall no Stata/IC 10.

A técnica de estimação empregada nos modelos a seguir é a *regressão logística*<sup>5</sup>. O *logit* é um modelo preditivo usado para calcular a relação entre os fatores  $X_1, X_2, \dots, X_k$ , sejam eles contínuos ou categóricos, e uma variável dependente dicotômica  $Y$ . Os modelos logísticos são úteis para interpretar eventos binários devido ao uso da *função logística*, definida como

$$f(z) = \frac{1}{1 + e^{-z}}$$

Na qual

$$z = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_j$$

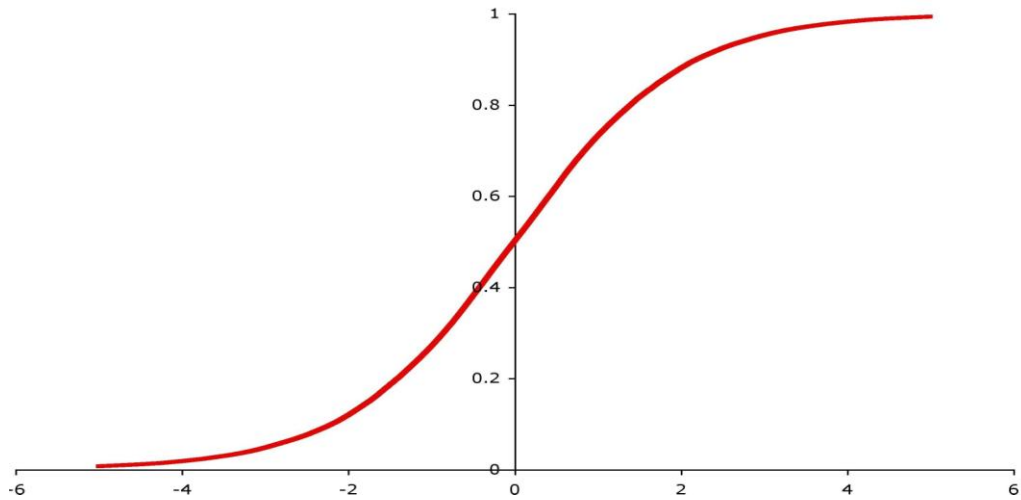
Nessa função, embora  $z$  possa assumir qualquer valor entre  $-\infty$  e  $+\infty$ , os valores de  $f(z)$  estarão sempre contidos entre 0 e 1, o que a torna bastante interessante para a análise de probabilidades, pois estas também são restritas entre 0 e 1. Em nosso caso específico, isso significa que os valores das variáveis independentes serão sempre transformados em uma probabilidade entre 0 (ausência de guerra civil) e 1 (guerra civil). Outro fator pelo qual o modelo logit é adequado para a análise de eventos dicotômicos é devido à forma sigmóide (em S) da função logística: ela indica que os efeitos de  $z$  para um evento são bastante pequenos caso  $z$  (um conjunto de variáveis independentes) tenha valores baixos, mas que podem escalar rapidamente quanto um patamar mínimo é atingido e permanecerem elevados quando  $z$  assume cifras mais altas. Considerando-se a natureza multivariada da incidência de guerras civis, essa forma é certamente útil para descrever este fenômeno.

---

<sup>5</sup> A apresentação do modelo logístico feita aqui é largamente baseada no livro-texto de Kleinbaum, Kupper e Muller (2008, p. 604-634).



Figura 4.1 – A Função Logística



Fonte: Autoria própria.

A regressão logística, com efeito, assinala a probabilidade de que um evento  $Y$  ocorra de acordo com a seguinte fórmula:

$$pr(Y = 1) = \frac{1}{1 + \exp \left[ - \left( \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_j \right) \right]}$$

Os coeficientes beta da regressão logística, entretanto, não são de fácil interpretação. Embora os sinais dos coeficientes indiquem com clareza se os fatores em questão aumentam ou reduzem as chances de que  $Y$  aconteça, a força da relação entre as variáveis muitas vezes não é clara. Dessa forma, será adotada, neste trabalho, a sugestão de Zimmerman (2008, p. 139) e todos os modelos serão apresentados com a *razão de chance* (*odds ratio*). A razão de chance é uma medida de risco relativo e, como seu nome indica, mostra a razão entre a chance de que um evento ocorra em um grupo e a chance de que ele ocorra em outro grupo. A chance é definida como

$$Chance = \frac{probabilidade}{(1 - probabilidade)}$$

A razão de chance entre dois grupos, por sua vez, pode ser escrita da seguinte maneira:

$$RC = \frac{\text{probabilidade}_A / (1 - \text{probabilidade}_A)}{\text{probabilidade}_B / (1 - \text{probabilidade}_B)} = \frac{e^{\left(\beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{Aj}\right)}}{e^{\left(\beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{Bj}\right)}}$$

Ao contrário dos coeficientes beta, a interpretação do resultado da razão de chance é bastante simples. O valor de referência é 1. Assim, se  $RC = 1$ , o fator não tem efeito no risco; se  $RC = 2$ , o risco é dobrado, e se  $RC = 0,5$  ele equivale à metade do risco de referência (*idem*). A leitura das variáveis torna-se consideravelmente mais clara desta forma.

Seis modelos foram elaborados para a presente dissertação. São três pares de regressões, cada um deles utilizando uma variável diferente de competitividade do executivo (*p\_xrcomp*, do Polity IV; *dpi\_eipc*, do DPI e *van\_comp* do Polyarchy Dataset de Vanhanen), além dos elementos de controle mencionados anteriormente. A diferença entre os modelos feitos com o mesmo índice de competitividade do executivo está na inclusão de um fator preditivo adicional: a incidência passada de guerras civis, codificada como a variável dependente em *t-1* (*ucdp\_type<sub>t-1</sub>*). Apesar de alguns autores não a incluírem em seus textos (Montalvo & Reynal-Querol, 2005; 2008), é razoável supor que o fato de um país ter passado por uma guerra civil no ano anterior é uma das razões mais importantes para explicar a incidência de um conflito no presente (Bleaney & Dimico, 2008, p. 10). A análise provavelmente estaria incompleta sem menção a esse elemento. Em termos econométricos, a omissão da variável dependente com *lag* nos modelos de incidência poderia enviesar o resultado dos coeficientes em variáveis autocorrelacionadas (Fearon, 2011, p. 5), e por isso é recomendado adicioná-la às análises estatísticas. A inclusão desse fator, no entanto, pode causar alguns problemas nas regressões: como não somente a incidência passada de guerras civis provavelmente será o elemento mais significativo nos modelos, mas também o tempo escolhido para o presente estudo é curto e a variável dependente é rara, é possível que alguns dos preditores, mesmo que importantes, percam significância nos modelos. Talvez sejam excluídos, assim, fatores que ajudariam a explicar a incidência das guerras domésticas. Para minimizar este problema, decidimos criar um grupo de regressões no qual a incidência passada de guerras civis não está presente, tal como feito por Montalvo & Reynal-Querol (2005), a fim de avaliar como as variáveis funcionam sem a inclusão do histórico de conflitos nas análises, e outro grupo onde este fator foi adicionado às análises. Todos os modelos foram calculados no Stata/IC 10. As tabelas abaixo resumem os resultados.

Tabela 4.3 – Regressão Logística: Incidência de Guerra Civil e  $P\_Xrcomp$ 

	<b>Modelo I</b>	<b>Modelo II</b>
$p\_xrcomp1_{t-1}$	0,400***	0,491***
(seleção)	(0,074)	(0,125)
$p\_xrcomp2_{t-1}$	0,108***	0,239***
(dual / transitória)	(0,042)	(0,097)
$p\_xrcomp3_{t-1}$	0,456***	0,628*
(eleição)	(0,107)	(0,176)
$p\_xrcomp\_n_{t-1}$	1,579	1,788
(autocratização)	(0,696)	(0,818)
$p\_xrcomp\_p_{t-1}$	1,162	1,689
(democratização)	(0,500)	(0,799)
$no\_ufs_{t-1}$	2,182***	1,768*
(unitário)	(0,424)	(0,546)
$r\_atlas$	3,130***	1,951
(frac. étnica)	(0,803)	(0,837)
$oil_{t-1}$	1,284	1,224
(+1/3 exp. petróleo)	(0,226)	(0,328)
$lmtnest$	1,393***	1,223***
(terr. montanhoso)	(0,069)	(0,095)
$ln\_unna\_pop_{t-1}$	1,393***	1,282***
(população)	(0,067)	(0,111)
$unna\_grgdp_{t-1}$	0,972**	0,987
(cresc. econômico)	(0,010)	(0,019)
$ln\_gdpc_{t-1}$	0,865**	0,864
(PIB per capita)	(0,055)	(0,088)
$ucdp\_type\_343_{t-1}$		91,151***
(incidência guerra civil)		(17,922)
N	2579	2579
Wald Chi <sup>2</sup>	192,95***	568,26***
Pseudo R <sup>2</sup>	0,115	0,523
Área sob a curva ROC	0,750	0,914
Log Pseudo-Verossimilhança	-779,945	-419,888

Fonte: Autoria própria. Erro padrão robusto entre parênteses. \*  $p \leq 0,1$ ; \*\*  $p \leq 0,05$ ; \*\*\*  $p \leq 0,01$ .

Tabela 4.4 – Regressão Logística: Incidência de Guerra Civil e *Dpi\_Eipc*

	<b>Modelo III</b>	<b>Modelo IV</b>
dpi_eipc3 <sub>t-1</sub>	0,912	0,970
(eleito, 1 cand.)	(0,162)	(0,248)
dpi_eipc4 <sub>t-1</sub>	0,110**	0,620
(1 partido, vários cand.)	(0,117)	(0,674)
dpi_eipc6 <sub>t-1</sub>	0,577*	0,784
(vários part., venc. >75%)	(0,176)	(0,268)
dpi_eipc7 <sub>t-1</sub>	0,817	0,809
(vários part., venc. <75%)	(0,150)	(0,209)
dpi_eipc_n <sub>t-1</sub>	2,034*	1,623
(autocratização)	(0,787)	(0,803)
dpi_eipc_p <sub>t-1</sub>	1,539	1,543
(democratização)	(0,457)	(0,532)
no_ufs <sub>t-1</sub>	2,191***	1,714*
(unitário)	(0,409)	(0,496)
r_atlas	3,182***	1,806
(frac. étnica)	(0,814)	(0,723)
oil <sub>t-1</sub>	1,281	1,154
(+1/3 exp. petróleo)	(0,225)	(0,315)
lmtnest	1,383***	1,209**
(terr. montanhoso)	(0,063)	(0,095)
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	1,271***	1,219**
(população)	(0,059)	(0,099)
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	0,971***	1,005
(cresc. econômico)	(0,008)	(0,012)
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	0,829***	0,893
(PIB per capita)	(0,051)	(0,089)
ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>		93,734***
(incidência guerra civil)		(17,887)
N	2600	2600
Wald Chi²	154,40***	626,85***
Pseudo R²	0,100	0,520
Área sob a curva ROC	0,728	0,907
Log Pseudo-Verossimilhança	-844,045	-449,954

Fonte: Autoria própria. Erro padrão robusto entre parênteses. \*  $p \leq 0,1$ ; \*\*  $p \leq 0,05$ ; e \*\*\*  $p \leq 0,01$ .

Tabela 4.5 – Regressão Logística: Incidência de Guerra Civil e *Van\_Comp*

	<b>Modelo V</b>	<b>Modelo VI</b>
van_comp <sub>t-1</sub>	0,991***	0,995
(votos maior partido – 100)	(0,003)	(0,004)
no_ufs <sub>t-1</sub>	2,112***	1,769**
(unitário)	(0,371)	(0,476)
r_atlas	3,699***	1,955*
(frac. étnica)	(0,893)	(0,736)
oil <sub>t-1</sub>	1,264	1,173
(+1/3 exp. petróleo)	(0,203)	(0,301)
lmtnest	1,396***	1,220***
(terr. montanhoso)	(0,061)	(0,085)
ln_unna_pop <sub>t-1</sub>	1,303***	1,215***
(população)	(0,056)	(0,091)
unna_grgdp <sub>t-1</sub>	0,974***	1,007
(cresc. econômico)	(0,008)	(0,012)
ln_gdpc <sub>t-1</sub>	0,876**	0,918
(PIB per capita)	(0,052)	(0,087)
ucdp_type_343 <sub>t-1</sub>		91,846***
(incidência guerra civil)		(16,754)
N	2819	2819
Wald Chi²	174,63***	674,69***
Pseudo R²	0,102	0,520
Área sob a curva ROC	0,732	0,907
Log Pseudo-Verossimilhança	-916,790	-489,877

Fonte: Autoria própria. Erro padrão robusto entre parênteses. \*  $p \leq 0,1$ ; \*\*  $p \leq 0,05$ ; e \*\*\*  $p \leq 0,01$ .

Dentre os resultados obtidos, a primeira regularidade que chama a atenção é que *todas* as variáveis de competitividade do executivo, independentemente do banco de dados escolhido, possuem sinais negativos. Ainda que algumas delas não sejam significantes, o sentido da relação é inequívoco em todos os modelos. Dessa forma, foram ampliados os achados de Carey (2007) e é possível ver que, no que toca às guerras civis, “*qualquer eleição do executivo é melhor do que escolher o executivo sem eleição*” (*idem*, p. 60). Mesmo processos de seleção pouco democráticos são capazes de reduzir efetivamente os riscos de uma guerra interna. Com efeito, não foram encontrados quaisquer indícios de uma relação em “U invertido” entre a competitividade do executivo e a incidência de guerras internas, o que

dá certa validade empírica às críticas de Strand (2007) e Vreeland (2008) aos índices de democracia. Ainda que não seja possível afirmar com toda certeza que tal relação curvilínea não possa ocorrer caso fossem tomadas em consideração outras variáveis desagregadas, diante dos dados é plausível dizer que, caso essa relação exista, ela não se encontra no modo de seleção do poder executivo.

Outros padrões também são visíveis nas tabelas acima. Três das variáveis de controle selecionadas mostraram-se relevantes em todas as análises realizadas, a saber, *no\_ufs* (país unitário), *lmtnest* (terreno montanhoso) e *ln\_unna\_pop* (população). Todas elas, como esperado, aumentam o risco de incidência de guerras civis: é possível supor que países unitários, por não acomodarem propriamente diversas demandas locais, estão mais sujeitos a conflitos domésticos do que nações federalistas, as quais geralmente possuem políticas mais eficientes no que se refere ao compartilhamento de poder e de recursos; a presença de terreno montanhoso, capaz de fornecer refúgio aos rebeldes, também pode fazer com que nesses locais haja maior incidência de conflitos; e, por fim, uma grande população pode fornecer maior número de rebeldes ou acirrar disputas por bens escassos, fazendo com que determinados grupos resolvam rebelar-se. A medida de fracionalização étnica (*r\_atlas*) é robusta em quase todos os modelos e apresenta grande influência sobre a incidência de guerras doméstica, com razão de chance sempre maior do que 3. De acordo com os dados, países que possuem diversas etnias tendem a entrar em um número maior de conflitos do que nações homogêneas. A variável *ln\_gdp* (produto interno bruto *per capita*), ainda que nem sempre significativa, está de acordo com as sugestões da literatura: uma nação rica possui menos chances de sofrer uma guerra interna, seja pelo aumento do custo de oportunidade de rebelião para os indivíduos, seja pela maior efetividade do poder do estado no território. A única variável que não se comporta como o esperado é *unna\_grgdp* (crescimento econômico), que nos modelos IV e VI passa a ter um sinal positivo em decorrência de sua interação com *ucdp\_type\_343<sub>t-1</sub>* (incidência de guerra civil em *t-1*). Curiosamente, em uma comparação de 647 coeficientes estatísticos em 12 diferentes codificações de guerra civil, Sambanis (2004b, p. 854) assinala que a *única* variável a apresentar sinais opostos em distintas análises é a interação do crescimento econômico do *t-1* com a incidência de guerra civil também em *t-1*. É exatamente este o caso encontrado aqui. Entretanto, este achado não parece ser um grande problema: vê-se que, nos modelos aqui descritos, seu efeito na incidência de guerras civis é pequeno e suas estatísticas *z* estão longe de serem significantes (modelo IV, *p* = 0,648; modelo VI, *p* = 0,515). A exportação de petróleo (*oil*) e a democratização (*p\_xrcomp\_p* e *dpi\_eipc\_p*),

por sua vez, não são significantes em nenhum modelo e, quando é usada a variável de competição do executivo do *Polity IV*, pode-se perceber que a autocratização ( $p\_xrcomp\_n$ ) também não o é, embora todas elas tenham os sinais previstos.

Como sugerido anteriormente,  $ucdp\_type\_343_{t-1}$  (a variável dependente com um ano de *lag*) é extremamente significativa e seus coeficientes possuem valores bastante elevados, indicando que um conflito prévio aumenta substancialmente as chances de um conflito no futuro. Em geral, os modelos mostram que se há uma guerra civil em  $t-1$ , o risco de ocorrer uma guerra em  $t$  cresce mais de 90 vezes. Também de acordo com as expectativas, o peso dos demais fatores diminui consideravelmente quando o histórico de conflitos é introduzido nos modelos, uma vez que ele responde, sozinho, por grande parte da incidência das guerras domésticas.

Na tabela 4.3, as variáveis de competição do executivo do *Polity IV* são negativas e significantes em ambos os modelos, assim como  $no\_ufs$  (país unitário),  $lmtnest$  (terreno montanhoso) e  $ln\_unna\_pop$  (população), como já assinalado acima. É importante destacar que, das formas de seleção do poder executivo oferecidas por essa base de dados, aquela que se apresenta como a mais robusta na redução dos riscos de incidência de guerra civil é  $p\_xrcomp2$  (dual/transitória), e  $p\_xrcomp3$ , categoria que equivale às eleições diretas, ocupa um lugar de menor destaque. Acredita-se que, apesar dos dados estarem estatisticamente corretos, os coeficientes da categoria  $p\_xrcomp2$  estão provavelmente sobre-representados na análise devido à presença de poucos casos nessa variável (apenas 394 das 3,128 observações do *Polity IV*, 11,19%). Fenômeno semelhante ocorre quando testamos os modelos com as variáveis do *Database of Political Institutions*. No primeiro modelo da tabela 4.4, pode-se notar que  $dpi\_eipc4$  (um partido, vários candidatos) é significativa e possui um coeficiente bem maior do que aqueles das categorias de democracia do DPI ( $dpi\_eipc6$  e  $dpi\_eipc7$ , nas quais vários partidos competem e o vencedor obtém mais e menos de 75% dos votos, respectivamente). Com efeito,  $dpi\_eipc4$  aparece em somente 57 dos 3,723 casos do *Database of Political Institutions*, perfazendo um total de apenas 1,51% das observações; a ausência de guerras civis nessas poucas ocorrências tende a ampliar artificialmente a relevância desse fator na redução da incidência das guerras civis. Sua interpretação, assim como a de  $p\_xrcomp2$ , deve ser feita com cuidado. É curioso que, no segundo modelo da tabela 4.5, nenhuma das variáveis políticas aparece como significativa, ao contrário do que ocorre com os dados do *Polity IV*. Isso indica que a relação entre as variáveis de competição do executivo e a

incidência de guerras civis, apesar de terem o mesmo sentido nas duas bases de dados, varia em significância de acordo com a codificação dos índices de democracia. Ademais, pelo fato da variável dependente de interesse ser rara, percebe-se que mudanças sutis na classificação dos elementos explicativos podem gerar diferenças consideráveis nos resultados estatísticos.

A tabela 4.5, onde utilizamos *van\_comp*, do índice de Vanhanen, para mensurar a competição, mostra que os resultados com essa variável também indicam uma redução dos conflitos civis caso a competitividade eleitoral aumente. Embora seu efeito pareça pequeno, é válido lembrar que, diferente das outras categorias de poder executivo discutidas aqui, os números indicam apenas o incremento de 1 ponto percentual na variável de competitividade de Vanhanen; considerando-se que a média dessa variável é 27.41 (e o desvio padrão equivale a 25.68), vê-se que, na prática, seus efeitos são certamente bem maiores. Os outros elementos de controle apresentados na tabela seguem o padrão demonstrado na maioria dos estudos quantitativos atuais, embora percam algo de sua força explicativa quando a variável *ucdp\_type\_343<sub>t-1</sub>* é introduzida.

Em resumo, este capítulo mostra que os resultados obtidos por Carey (2007), no que diz respeito à relação entre a competitividade do poder executivo e o início de conflitos armados na África Subsaariana, também podem ser transpostos para a incidência das guerras civis em geral para o período entre 1976 e 2000. A escolha do chefe do executivo, mesmo em diferentes formas, reduz o risco de guerras internas. Os dados desta pesquisa também indicam que, embora as variáveis de controle comportem-se dentro dos padrões sugeridos pela maioria dos trabalhos quantitativos, pouco se alterando nos diversos modelos testados, os elementos políticos analisados são suscetíveis às diferenças de codificação dos diversos bancos de dados de democracia. Contudo, como todas as variáveis da competitividade do executivo apontam para um mesmo sentido, o da diminuição a incidência de guerras civis, é pouco provável que os resultados encontrados com o *Polity IV*, nosso índice de referência, sejam espúrios; ao que tudo indica, eles são realmente válidos.



## CONCLUSÃO

*Social scientists and policymakers alike seem driven to draw sharp conclusions, even when these can be generated only by imposing much stronger assumptions than can be defined. We need to develop a greater tolerance for ambiguity. We must face up to the fact that we cannot answer all of the questions that we ask.*

Charles F. Manski, *Identification Problems in the Social Sciences*, p. 7-8.

*Eine brauchbare Theorie des Bürgerkriegs existiert bis heute nichts<sup>1</sup>.*

Hans Magnus Enzensberger, *Aussichten auf den Bürgerkrieg*, p. 10.

Este trabalho analisou a relação entre a competitividade do executivo e a incidência de guerras civis no período de 1976 a 2000. Seus resultados mostram que todas as formas de seleção do chefe do executivo nacional reduzem os riscos de uma guerra interna quando comparadas a processos não-eletivos de escolha deste cargo. Embora algumas das variáveis políticas não atinjam um nível de significância satisfatório em certos modelos estatísticos, todos os componentes que avaliam a competitividade do executivo, oriundos de três distintas bases de dados, mostram-se negativamente relacionados à incidência de guerra civil. Dessa forma, os achados são robustos. Com efeito, os resultados desta pesquisa não dão apoio à hipótese de que há uma relação em “U invertido” entre regimes políticos e guerras internas. De acordo com esse argumento, os países autocráticos, que reprimem de maneira eficaz os movimentos insurgentes, são pouco propensos à guerra civil; as democracias, por fornecerem incentivos à organização pacífica de blocos opositores, também não costumam entrar em guerras domésticas; os regimes híbridos (‘anocracias’), em contrapartida, como não suprimem

---

<sup>1</sup> “Até hoje não existe uma teoria útil da guerra civil.”

os grupos rebeldes de modo consistente nem oferecem plenas oportunidades de contestação por vias legais, são os regimes mais afetados pelos conflitos internos. Os dados apresentados neste estudo, entretanto, indicam que tanto as eleições com candidatos únicos quanto aquelas com múltiplos partidos diminuem a incidência de conflitos internos; apesar de tais achados não serem diretamente comparáveis aos encontrados com os índices agregados de democracia, pode-se afirmar que mesmo que a relação em “U invertido” seja verdadeira, seu efeito é oriundo de um elemento que não as eleições do poder executivo.

De acordo com o que fora demonstrado, também é possível inferir, seguindo as conclusões de Carey (2007, p. 61), que as eleições para o executivo de fato importam, e mesmo sistemas ainda não plenamente democratizados podem ter seu risco de incidência de guerra civil reduzido. Desse modo, a promoção de eleições em países autoritários ou que saíram recentemente de um conflito não parece ser uma estratégia vã: seus efeitos positivos estão refletidos nos achados desta pesquisa.

Mesmo que os resultados estatísticos expostos anteriormente sejam bastante claros e apontem para uma mesma direção causal, há ainda certos caminhos a serem explorados em pesquisas futuras. Seria interessante avaliar, por exemplo, se os achados mantêm-se válidos caso fosse adotada uma extensão temporal maior do que a apresentada neste texto. Considerando-se que as análises de guerras civis são sensíveis a pequenas variações de codificação, é possível que os dados comportem-se de outra maneira caso o período em questão seja diferente do fora proposto aqui. Os limites temporais impostos pelos bancos de dados, contudo, tornaram inviável a tarefa de abarcar, nesta pesquisa, um período mais longo, mas caso haja um maior esforço no sentido de coletar e difundir novos dados sobre o poder executivo, ampliar a duração das análises seria um passo importante para se estabelecer relações mais robustas entre a competitividade do executivo e a incidência dos conflitos internos. Em segundo lugar, seria bem-vinda uma análise que comparasse os efeitos da competitividade do executivo sobre o início, a duração e a intensidade das guerras domésticas, a fim de avaliar a ligação entre este elemento político e demais variáveis dependentes. A competitividade do executivo provavelmente exerce também alguma influência sobre outros aspectos dos conflitos internos, mas estas questões ainda estão foram avaliadas.

Vê-se ainda que os modelos realizados com a variável *p\_xrcomp* do Polity IV (Marshall & Jaggers, 2002), não obstante todos os fatores terem coeficientes negativos,

mostram que o impacto da categoria 2 (dual/transitória) sobre a incidência de guerras civis é mais significativo do que o provocado pela seleção ou pelas eleições diretas. Também o componente *dpi\_eipc4* do Database of Political Institutions (Beck et al., 2001), que mede as eleições de partido único, é mais significativo do que os demais. É bastante provável que a influência destas categorias seja exagerada nas análises empíricas. Devido não somente à baixa frequência de guerras civis nos regimes duais, nos governos transitórios e nos sistemas de partido único, mas também ao fato de que cada um deles compõe um número pequeno de casos no período analisado, é natural que os coeficientes dessas categorias sejam ampliados, induzindo os leitores a acreditar que seu impacto na redução das guerras internas é maior do que o imaginado. Infelizmente, este é um problema sem solução estatística, e o único modo de amenizar suas distorções é sugerir cautela aos leitores quando na interpretação dos modelos.

Além das questões puramente ligadas aos dados, talvez existam outras causas responsáveis por esses achados e que não puderam ser elucidadas apenas por meio de técnicas de regressão. A metodologia quantitativa possui a vantagem de oferecer uma visão panorâmica a respeito das variáveis selecionadas, mas talvez as análises qualitativas sejam mais adequadas para explicar os mecanismos de causalidade destacados pelas pesquisas estatísticas. Nesse sentido, estudos de caso sobre governos de partido único, trabalhos *small-N* focados nos países em fase de transição após um conflito, ou relatos historiográficos são de grande valia para o campo das guerras civis. Eles tanto podem fornecer novas hipóteses a serem testadas pelos métodos empíricos como também aperfeiçoar diversas análises estatísticas, tal qual a disposta nesta dissertação. Se, por um lado, os resultados apresentados aqui são robustos, por outro, a colaboração de outras áreas talvez seja o único meio para torná-los verdadeiramente completos. Assim talvez possamos compreender um pouco mais sobre este tema tão importante, mas ainda tão desconhecido, que é a guerra civil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOSCH, Yishaiya. Hope, Fear, and the Mollification of the Vanquished in Hobbes's "Behemoth or the Long Parliament". In: *Political Research Quarterly*, vol. 62, nº 1, p. 16-28, Março de 2009.

ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. In: *American Political Science Review*, vol. 95, nº 3, p. 529-546, Setembro de 2001.

ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Classifying Political Regimes. In: *Studies in Comparative International Development*, vol. 31, nº 2, p. 3-36, Junho de 1996.

AMORETTI, Ugo M.; BERMEO, Nancy Gina. *Federalism and Territorial Cleavages*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis, J.; WILLIAMS, Thomas A. *Estatística Aplicada à Administração e Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2008 [2007], 2ª edição.

ANNAN, Kofi. *Facing the Humanitarian Challenge: Towards a Culture of Prevention*. Nova York: United Nations Dept. of Public Information, 1999.

APIANO. The Civil Wars. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

ARCHIBUGI, Daniele. *The Global Commonwealth of Citizens: Toward Cosmopolitan Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

ARENDT, Hannah. *On Revolution*. Nova York: Penguin Classics, 2006 [1963].

ARISTÓTELES. Politics. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 10/09/2010.

AZAM, Jean-Paul; HOEFFLER, Anke. Violence Against Civilians in Civil Wars: Looting or Terror? In: *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 4, p. 461-485, Julho de 2002.

BALAKRISHNAN, Gopal. *The Enemy: An Intellectual Portrait of Carl Schmitt*. Londres: Verso Books, 2002.

BALOT, Ryan Krieger. *Greed and Injustice in Classical Athens*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Oil and Gas: A Blessing or a Curse*. Petroleum Sector Brief Note, nº 2, 2007. Disponível em: <http://go.worldbank.org/GHEN33BNX0> Acesso em 11/04/2011.

BATES, Clifford Angell. *Aristotle's "Best Regime": Kingship, Democracy, and the Rule of Law*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2003.

BATINA, Raymond G.; IHORI, Toshihiro. *Public Goods: Theories and Evidence*. Berlim: Springer Verlag, 2005.

BAUER, Kathleen; BAKKALBASI, Nisa. An Examination of Citation Counts in New Scholarly Environment. In: *D-Lib Magazine*, vol. 11, nº 9, setembro de 2005. Disponível em: <http://dlib.org/dlib/september05/bauer/09bauer.html> Acesso em 06/10/2010.

BAILYN, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1992 [1967].

BBC. Revelan Finanzas de las FARC. 1º de Fevereiro de 2005. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_4224000/4224715.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4224000/4224715.stm) Acesso em 06/09/2010.

BECK, Thorsten; CLARKE, George; GROFF, Alberto; KEEFER, Philip; WALSH, Patrick. New Tools in Comparative Political Economy: The Database of Political Institutions. In: *World Bank Economic Review*, vol. 15, nº 1, p. 165-176, Setembro de 2001.

BEEHNER, Lionel. What “Civil War” Means for Iraq. Disponível em: [http://www.cfr.org/publication/12155/what\\_civil\\_war\\_means\\_for\\_iraq.html](http://www.cfr.org/publication/12155/what_civil_war_means_for_iraq.html) Acesso em 22/10/2010.

BENNETT, D. Scott. Toward a Continuous Specification of the Democracy–Autocracy Connection. In: *International Studies Quarterly*, vol. 50, nº 2, p. 313–338, Junho de 2006.

BERDAL, Mats. Beyond Greed and Grievance – And Not Too Soon. In: *Review of International Studies*, vol. 31, nº 4, p. 687-698, Outubro de 2005.

BERG-SCHLOSSER, Dirk. Concepts, Measurements and Sub-Types in Democratization Research. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *Democratization: The State of the Art*. Opladen: Barbara Budrich, 2007.

BERMAN, Sheri. *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. The Incidence of Civil War: Theory and Evidence. *NBER Working Papers*, nº 14585, Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14585> Acesso em 13/07/2011.

BIRNIR, Jóhanna Kristín. Book Review: Kalyvas, S. N. (2006). *The Logic of Violence in Civil War*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. In: *Comparative Political Studies*, vol. 40, nº 11, p. 1395-1402, Novembro de 2007.

BLAIS, J. A. Rod. Least Squares for Practitioners. In: *Mathematical Problems in Engineering*, vol. 2010, Artigo 508092, 2010.

BLATTMAN, Christopher; MIGUEL, Edward. Civil War. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 48, nº 1, p. 3-57, Março de 2010.

BLEANEY, Michael; DIMICO, Arcangelo. Incidence, Onset and Duration of Civil Wars: A Review of the Evidence. *Centre for Research in Economic Development and International Trade Research Papers*, nº 09/08, 2009. Disponível em: <http://www.nottingham.ac.uk/credit/documents/papers/09-08.pdf> Acesso em 11/07/2011.

BLOOM, Allan. Interpretive Essay. In: PLATÃO; BLOOM, Allan. *The Republic of Plato: Second Edition*. Nova York: Basic Books, 1991.

\_\_\_\_\_. *Thomas Hobbes and the Natural Law Tradition*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BOESCHE, Roger. *Theories of Tyranny: From Plato to Arendt*. University Park: The Pennsylvania State University, 1996.

BOLLEN, Kenneth. Issues in the Comparative Measurement of Political Democracy. In: *American Sociological Review*, vol. 45, nº 3, p. 370-390, Junho de 1980.

\_\_\_\_\_. Political Democracy: Conceptual and Measurement Traps. In: *Studies in Comparative International Development*, v. 25, n. 1, p. 7-24, Primavera de 1990.

BOSTRÖM, Mikael. Measuring Political Democracy in Latin America: A Discussion of the Fitzgibbon-Johnson Image Index. In: *Statsvetenskaplig Tidskrift*, vol. 93, nº 1, p. 48-59, 1990.

BOULDING, Kenneth. National Images and International Systems. In: ROSENAU, James (org). *International Politics and Foreign Policy: A Reader in Research Theory*. Nova York: Free Press, 1969.

BOYD, Josh; VANSLETTE, Sarah Hagedorn. Outlaw Discourse as Postmodern Public Relations. In: HEATH, Robert L.; TOTH, Elizabeth L.; WAYMER, Damion (org). *Rhetorical and Critical Approaches to Public Relations*. Nova York: Routledge, 2009, p. 343-359.

BRANCATI, Dawn. Decentralization: Fueling the Fire or Dampening the Flames of Ethnic Conflict and Secessionism? In: *International Organization*, vol. 60, nº 03, p. 651-685, Verão de 2006.

BREINER, Peter. *Max Weber & Democratic Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

BRIDGEMAN, Benjamin. What Does the Atlas Narodov Mira Measure? In: *Economics Bulletin*, vol. 10, nº 6, p. 1-8, 2008. Disponível em: <http://economicsbulletin.vanderbilt.edu/2008/volume10/EB-08J10005A.pdf> Acesso em 12/01/2011.

BROWN, Graham; LANGER, Arnim. Dealing with Time in the Quantitative Study of Conflict. CRISE Working Paper 66, Março de 2009. Disponível em: <http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper66.pdf> Acesso em 20/04/2011.

BROWN, Michael Edward. *The International Dimensions of Internal Conflict*. Cambridge: MIT Press, 1996.

BRUBAKER, Rogers. Ethnicity without Groups. In: *European Journal of Sociology*, vol. 43, nº 2, p. 163-189, Novembro de 2002.

BRÜCKNER, Matthias. Population Size and Civil Conflict Risk: Is There a Casual Link? In: *The Economic Journal*, vol. 120, nº 544, p. 535-550, Maio de 2010.

BRUNIUS, Teddy. Jeremy Bentham's Moral Calculus. In: *Acta Sociologica*, vol. 3, nº 2/3, p. 73-85, Janeiro de 1959.

BRUNTSCHWIG, Jacques; LLOYD, Geoffrey E. R. (ed.). *Greek Thought: A Guide to Classical Knowledge*, Cambridge: Harvard University Press, 2000 [1996].

BUHAUG, Halvard. Dude, Where Is My Conflict? LSG, Relative Strength, and the Location of Civil War. Paper apresentado no 48º Encontro Anual da International Studies Association, Chicago, Estados Unidos da América, 28 de Fevereiro a 3 de Março de 2007. Disponível em: [http://www.prio.no/files/file49363\\_isapaper07\\_buhaug.pdf](http://www.prio.no/files/file49363_isapaper07_buhaug.pdf) Acesso em 24/01/2011.

BUHAUG, Halvard; CEDERMAN, Lars-Erik; RØD, Jan Ketil. Disaggregating Ethno-Nationalist Civil Wars: A Dyadic Test of Exclusion Theory. In: *International Organization*, vol. 62, nº 3, p. 531-551, Julho de 2008.

BUHAUG, Halvard; GATES, Scott. The Geography of Civil War. In: *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 4, p. 417-433, Julho de 2002.

BUHAUG, Halvard; LUJALA, Päivi. Accounting for Scale: Measuring Geography in Quantitative Studies of Civil War. In: *Political Geography*, vol. 24, nº 4, p. 399-418, Maio de 2005.

BÜNTE, Marco; UFEN, Andreas. The New World Order and its Legacy: Reflections on Democratization in Indonesia. In: BÜNTE, Marco; UFEN, Andreas (org.). *Democratization in Post-Suharto Indonesia*. Nova York: Routledge, 2009, p. 3-30.

BUTTERFIELD, Herbert. *History and Human Relations*. Londres: Collins, 1951.

CAPRIOLI, M. Primed for Violence: The Role of Gender Inequality in Predicting Internal Conflict. In: *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 2, p. 161-178, Junho de 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez Internacional e Social-Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CAREY, Sabine C. Rebellion in Africa: Disaggregating the Effect of Political Regimes. In: *Journal of Peace Research*, vol. 44, nº1, p. 47-64, Janeiro de 2007.

CARSTEN, Francis Ludwig. *The Reichswehr and Politics, 1918 to 1933*. Berkeley: University of California Press, 1973.



CASPER, Gerhard. Caesarism in Democratic Politics: Reflections on Max Weber. 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1032647> Acesso 02/06/2011.

CBC News. Conflict Expert Roland Paris on whether Iraq is in a Civil War. 06 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.cbc.ca/news/background/iraq/paris-qa.html> Acesso em 22/10/2010.

CEDERMAN, Lars-Erik; HUG, Simon; KREBS, Lutz F. Democratization and Civil War: Empirical Evidence. In: *Journal of Peace Research*, vol.47, nº 4, p. 377-394, Julho de 2010.

CEDERMAN, Lars-Erik; WIMMER, Andreas; MIN, Brian. Why Do Ethnic Groups Rebel? In: *World Politics*, vol. 52, nº 1, p. 87-119, Janeiro de 2010.

CHEIBUB, José Antonio; GANDHI, Jennifer; VREELAND, James Raymond. Democracy and Dictatorship Revisited. In: *Public Choice*, vol. 143, nº 1, p. 67-101, Abril de 2010.

CHRIST, Matthew R. The Authenticity of Thucydides 3.84. In: *Transactions of the American Philological Association*, vol. 119, p. 137-148, 1989.

CHRISTIN, Thomas; HUG, Simon. Federalism, the Geographic Location of Groups, and Conflict. Artigo não-publicado, apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association (APSA), p. 1-77, Philadelphia, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Vom Kriege*. Neuenkirchen: RaBaKa Publishing, 2010 [1832].

CLAYTON, Edward. Aristotle: Politics. In: *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. 2005. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/> Acesso em 22/05/2010.

CLOSE, David H.; BRIDGE, Carl. *Revolution: A History of the Idea*. Londres: Taylor & Francis, 1985.

COGAN, Marc. Mytilene, Plataea, and Corcyra Ideology and Policy in Thucydides, Book Three. In: *Phoenix*, vol. 35, nº 1, p. 1-21, Primavera de 1981.

COHEN, Ronald. Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology. In: *Annual Review of Anthropology*, vol. 7, p. 379-403, 1978.

COHN JR, Samuel K. *Popular Protest in Late Medieval Europe: Italy, France and Flanders, Selected Sources Translated and Annotated*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

COLLIER, Paul. Doing Well out of War: An Economic Perspective. In: BERDAL, Mats R; MALONE, David (org.). *Greed & Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000.

\_\_\_\_\_. Implications of Ethnic Diversity. In: *Economic Policy*, vol. 16, n° 32, p. 127–166, Abril de 2001.

\_\_\_\_\_. *The Bottom Billion*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Wars, Guns, and Votes: Democracy in Dangerous Places*. Nova York: Harper Perennial, 2009.

COLLIER, Paul; ELLIOTT V. L.; HEGRE, Håvard; HOFFLER, Anke; REYNAL-QUEROL, Marta; SAMBANIS, Nicholas. *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*. Washington: World Bank/Oxford University Press, 2003.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. On the Economic Causes of Civil War. In: *Oxford Economic Papers*, vol. 50, n° 4, p. 536-573, Agosto de 1998.

\_\_\_\_\_. Justice-Seeking and Loot-Seeking in Civil War. In: *World Bank Development Research Group Papers*, 1999. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.18.1423&rep=rep1&type=pdf> Acesso em 30/08/2010.

\_\_\_\_\_. On the Incidence of Civil War in Africa. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 46, n° 1, p. 13-28, Fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Greed and Grievance in Civil War. In: *Oxford Economic Papers*, vol. 56, n° 4, p. 563-595, Agosto de 2004.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke & SAMBANIS, Nicholas. The Collier-Hoeffler Model of Civil Onset and the Case Study Project Research Design. In: COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (org). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis (Volume 1 – Africa)*. Washington: World Bank Publications, 2005, p. 1-35.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke & SÖDERBOM, Mans. On the Duration of Civil Wars. In: *Journal of Peace Research*, vol. 41, n° 3, p. 253-273, Maio de 2004.

COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (org). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis (Volume 1 – Africa)*. Washington: World Bank Publications, 2005.

\_\_\_\_\_. *Understanding Civil War: Evidence and Analysis (Volume 2 – Europe, Central Asia, and Other Regions)*. Washington: World Bank Publications, 2005.

CONNOR, W. R. A Post Modernist Thucydides? In: *The Classic Journal*, vol. 72, nº 4, p. 289-298, Abril-Maio de 1977.

CONSTANTINOU, Costas M. *States of Political Discourse: Words, Regimes, Seditions*. Nova York: Routledge, 2004.

COPPEDGE, Michael; ALVAREZ, Angel; MALDONADO, Claudia. Two Persistent Dimensions of Democracy: Contestation and Inclusiveness. In: *The Journal of Politics*, vol. 70, nº 3, p. 632-647, Julho de 2008.

CORNES, Richard; SANDLER, Todd. *The Theory of Externalities, Public Goods, and Club Goods*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAHL, Norman O. Plato's Defense of Justice. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 51, nº 4, p. 809-834, Dezembro de 1991.

DAHL, Robert. *La Democracia y Sus Criticos*. Barcelona: Paidós, 1992 [1989].

\_\_\_\_\_. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997 [1972].

DANILOVIC, Vesna; CLARE, Joe. The Kantian Liberal Peace (Revisited). In: *American Journal of Political Science*, vol. 51, nº 2, p. 397-414, Abril de 2007.

DAVID, Steven R. Internal War: Causes and Cures. In: *World Politics*, vol. 49, nº 4, p. 552-576, Julho de 1997.

DAVIES, James C. Toward a Theory of Revolution. In: *American Sociological Review*, vol. 27, nº 1, p. 5-19, Fevereiro de 1962.

DAWSON, Doyne. The Origins of War: Biological and Anthropological Theories. In: *History and Theory*, vol. 35, nº 1, p. 1-28, Fevereiro de 1996.

DE FIGUEIREDO Jr., RUI; WEINGAST, Barry. The Rationality of Fear: Political Opportunism and Ethnic Conflict. In: WALTER, BARBARA F.; SNYDER, Jack (org.). *Civil Wars, Insecurity and Intervention*. Nova York: Columbia University Press, 1999, p. 259-277.

DE SOYSA, Indra. Paradise is a Bazaar? Greed, Creed, and Governance in Civil War, 1989-99. In: *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 4, p. 395-416, Julho de 2002.

DE SOYSA, Indra; GLEDITSCH, Nils Petter. *To Cultivate Peace: Agriculture in a World of Conflict*. Oslo: PRIO/Future Harvest, 1999. Disponível em: [http://www.prio.no/misc/Download.aspx?file=%2fadmin%2fPublication+File%2ffile38004\\_to\\_cultivate\\_peace\\_-\\_agriculture\\_in\\_a\\_world\\_of\\_conflict.pdf](http://www.prio.no/misc/Download.aspx?file=%2fadmin%2fPublication+File%2ffile38004_to_cultivate_peace_-_agriculture_in_a_world_of_conflict.pdf) Acesso em 31/07/2010.

DEIWIKS, Christa. The Curse of Ethno-Federalism? Ethnic Group Regions, Subnational Boundaries and Secessionist Conflict. 2009. Paper apresentado no Encontro Anual da Associação de Ciência Política Suíça, p. 1-21, Genebra, 7-8 de Janeiro de 2010.

DEMANT, Peter. *Choque dos Universalismos: Estudos Sobre a Interação Ocidente-Islã*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DENARDO, James. *Power in Numbers: The Political Strategy of Protest and Rebellion*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

DIXIT, Avinash; NALEBUFF, Barry. *Thinking Strategically: The Competitive Edge in Business, Politics and Everyday Life*. Nova York: W.W. Norton & Co, 1993.

DIXON, Jeffrey. What Causes Civil Wars? Integrating Quantitative Research Findings. In: *International Studies Review*, vol. 11, nº 4, p. 707-735, Dezembro de 2009.

DOYLE, Michael. Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs. In: *Philosophy & Public Affairs*, vol. 12, nº 3, p. 205-235, Verão de 1983.

DOYLE, Michael; SAMBANIS, Nicholas. International Peacebuilding: A Theoretical and Quantitative Analysis. In: *American Political Science Review*, vol. 94, nº 4, p. 779-801, Dezembro de 2000.

DRAPER, Hal. *Karl Marx's Theory of Revolution Volume I: State and Bureaucracy*. Nova York: Monthly Review Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Karl Marx's Theory of Revolution Volume II: The Politics of Social Classes*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.

DYZENHAUS, David. Legal Theory in the Collapse of Weimar: Contemporary Lessons? In: *American Political Science Review*, vol. 91, nº 1, p. 121-134, Março de 1997.

EBERLE, Sarah D.; MARTIN, Christian W.; SCHNEIDER, Gerald. *The Spillovers of Globalization and Civil War: Opposite or Parallel Sources of Violence Domestic Conflict?* Paper apresentado na *ECPR Joint Session of Workshops*, Edimburgo, Escócia, de 28 de Março a 02 de Abril de 2003.

ECKSTEIN, Harry. *Internal War: Problems and Approaches*. Nova York: Free Press of Glencoe, 1964.

\_\_\_\_\_. Authority Patterns: A Structural Basis for Political Inquiry. In: *American Political Science Review*, vol. 47, nº 4, p. 1142-1161, Dezembro de 1973.

EDMUNDS, Lowell. Thucydides' Ethics as Reflected in the Description of Stasis. In: *Harvard Studies in Classical Philosophy*, vol. 79, p. 73-95, 1975.

ELAZAR, Daniel. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1987.

ELBADAWI, Ibrahim; SAMBANIS, Nicholas. Why Are There So Many Civil Wars in Africa? Understanding and Preventing Violent Conflict. In: *Journal of African Economies*, vol. 9, nº 3, p. 244-269, Outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. How Much War Will We See? Explaining the Prevalence of Civil War. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 46, nº 3, p. 307-334, Junho de 2002.

ELLINGSEN, Tanja; GLEDITSCH, Nils Petter. Democracy and Armed Conflict in the Third World. In: SMITH, Dan; VOLDEN, Ketil (org). *Causes of Conflict in the Third World*. Oslo: PRIO & North/South Coalition, p. 69-81, 1997.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Aussichten auf den Bürgerkrieg*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1996 [1993].

FEARON, James. Ethnic Structure and Cultural Diversity around the World: A Cross-National Data Set on Ethnic Groups. Working Paper, 3 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.stanford.edu/group/ethnic/workingpapers/egroups.pdf> Acesso em 12/01/2011.

\_\_\_\_\_. Why Do Some Civil Wars Last So Much Longer Than Others? In: *Journal of Peace Research*, vol. 41, nº 3, p. 275-301, Maio de 2004.

\_\_\_\_\_. Civil War since 1945: Some Facts and a Theory. Artigo não-publicado, apresentado no Encontro Annual da Associação Americana de Ciência Política (APSA), p. 1-35, Washington, 2005a.

\_\_\_\_\_. Primary Commodity Exports and Civil War. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 4, p. 483-507, Agosto de 2005b.

\_\_\_\_\_. Iraq's Civil War. In: *Foreign Affairs*, vol. 86, nº 2, p. 2-16, Março/Abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Governance and Civil War Onset. In: *World Development Report 2011 Background Paper*. 2011. Disponível em: [http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/WDR%20Background%20Paper\\_Fearon\\_0.pdf](http://wdr2011.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/WDR%20Background%20Paper_Fearon_0.pdf) Acesso em 20/02/2011.

FEARON, James; LAITIN, David. Explaining Interethnic Cooperation. In: *The American Political Science Review*, vol. 90, nº 4, p. 715-735, Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ethnicity, Insurgency and Civil War. In: *American Political Science Review*, vol. 97, nº 1, p. 75-90, Fevereiro de 2003.

\_\_\_\_\_. *Nigeria*. Working paper, 08 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.stanford.edu/group/ethnic/Random%20Narratives/NigeriaRN1.2.pdf> Acesso em 14/04/2011.

FEENY, David. The Moral or the Rational Peasant? Competing Hypotheses of Collective Action. In: *The Journal of Asian Studies*, vol. 42, nº 4, p. 769-789, Agosto de 1983.

FEIERABEND, Ivo; FEIERABEND, Rosalind. Aggressive Behaviors within Polities, 1948-1962: A Cross-National Study. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 10, nº 3, p. 249-271, Setembro de 1966.

FERRAR, Donald E.; GLAUBER, Robert R. Multicollinearity in Regression Analysis: The Problem Revisited. In: *The Review of Economics and Statistics*, vol. 49, nº 1, p. 92-107, Fevereiro de 1967.

FINDLEY, Michael G.; YOUNG, Joseph K. Terrorism and Civil War: A Spatial and Temporal Approach to a Conceptual Problem. In: *SSRN Working Papers Series*. 19 de Julho de 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1644398> Acesso em 23/08/2010.

FINLEY, Moses I. The Ancient Greeks and Their Nation. In: \_\_\_\_\_. *Uses and Abuses of History*. Londres: Penguin Books, 1990 [1975], p. 120-133.

FISH, Michael Steven. Conclusion: Democracy and Russian Politics. In: BARANY, Zoltan D.; MOSER, Robert G. (org.). *Russian Politics: Challenges of Democratization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democracy Derailed in Russia: The Failure of Open Politics*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

FITZGIBBON, Russell H.; JOHNSON, Kenneth F. Measurement of Latin American Political Change. In: *The American Political Science Review*, vol. 55, nº 3, p. 515-526, Setembro de 1961.

FJELDE, Hanne. Generals, Dictators and Kings: Authoritarian Regimes and Civil Conflict, 1973–2004. In: *Conflict Management and Peace Science*, vol. 27, nº 3, p. 195-218, Julho de 2010.

FJELDE, Hanne; HEGRE, Håvard. Democracy Depraved: Corruption and Institutional Change 1985–2000. 2006. Paper apresentado no Nasjonal Fagkonferanse i Statsvitenskap, p. 1-35, Trondheim, 3-7 de Janeiro de 2007. Disponível em: [http://www.svt.ntnu.no/iss/fagkonferanse2007/intern/papers/hanne.fjelde@pcr.uu.secorr\\_stab201206.pdf](http://www.svt.ntnu.no/iss/fagkonferanse2007/intern/papers/hanne.fjelde@pcr.uu.secorr_stab201206.pdf) Acesso em 15/06/2011.

FLÁVIO JOSEFO. The War of the Jews. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

FOX, Jonathan. Is Ethnoreligious Conflict a Contagious Disease? In: *Studies in Conflict & Terrorism*, vol. 27, nº 2, p. 89-106, Março de 2004.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World*. 2010. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15> Acesso em 14/05/2011.

FROST, Peter A. Proxy Variables and Specification Bias. In: *The Review of Economics and Statistics*, vol. 61, nº 2, p. 323-325, Maio de 1979.

FULLER, Gary; PITTS, Forrest R. Youth Cohorts and Political Unrest in South Korea. In: *Political Geography Quarterly*, vol. 9, nº 1, p. 9-22, Janeiro de 1990.

GAONKAR, Dilip Parameshwar. On Cultures of Democracy. In: *Public Culture*, vol. 19, nº 1, p. 1-22, Inverno de 2007.

GASTIL, Raymond Duncan. The Comparative Survey of Freedom: Experiences and Suggestions. In: INKLES, Alex. *On Measuring Democracy: Its Consequences and Concomitants*. Londres: Transaction, 1991.

GATES, Scott. Empirically Assessing the Causes of War. Paper apresentado no 43º Encontro Anual da International Studies Association, Nova Orleans, Estados Unidos da América, 24 a 27 de Março de 2002. Disponível em: [http://www.colorado.edu/geography/class\\_homepages/geog\\_2002\\_s06/laptop\\_s06/current%20projects/Cox\\_Low%20Robinson%20Book%20chapter/Cox\\_Low%20Book%20chapter/Gates%20-%20Empirically%20Assessing.doc](http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_2002_s06/laptop_s06/current%20projects/Cox_Low%20Robinson%20Book%20chapter/Cox_Low%20Book%20chapter/Gates%20-%20Empirically%20Assessing.doc). Acesso em 29/12/2010.

GATES, Scott; HEGRE, Håvard; JONES, Mark P.; STRAND, Håvard. 2006. Institutional Inconsistency and Political Instability: Polity Duration, 1800-2000. In: *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 4, p. 893-908, Outubro de 2006.

GEORGE, Vic. *Major Thinkers in Welfare: Contemporary Issues in Historical Perspective*. Bristol: The Policy Press, 2010.

GERMINO, Dante. Blasphemy and Leo Strauss's Machiavelli. In: *The Review of Politics*, vol. 53, nº 1, p. 146-156, Inverno de 1991.

GHOBARAH, Adam Hazen; HUTH Paul; RUSSETT, Bruce. The Post-War Public Health Effects of Civil Conflict. In: *Social Science and Medicine*, vol. 59, nº 04, p. 869-884, Agosto de 2004.

GIDDENS, Anthony. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1998.

GIL-WHITE, Francisco J. Are Ethnic Groups Biological "Species" to the Human Brain? In: *Current Anthropology*, vol. 42, nº 4, p. 515-554, Agosto-Dezembro de 2001.

GLEDITSCH, Kristian. Transnational Dimensions of Civil War. In: *Journal of Peace Research*, vol. 44, nº 3, p. 293-309, Maio de 2007.



GLEDITSCH, Kristian; WARD, Michael. Double Take: A Reexamination of Democracy and Autocracy in Modern Politics. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 41, nº 3, p. 361-383, Junho de 1997.

GLEDITSCH, Nils Petter; HEGRE, Håvard; STRAND, Håvard. Democracy and Civil Wars. In: MIDLARSKI, Manus I. *Handbook of War Studies III: The Intrastate Dimension*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2009, p. 155-192.

GLEDITSCH, Nils Petter; WALLENSTEEN, Peter; ERIKSSON, Mikael; SOLLENBERG, Margareta; STRAND, Håvard. Armed Conflict 1946-2001: A New Dataset. In: *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 5, p. 615-637, Setembro de 2002.

GOERTZ, Gary. *Social Science Concepts: A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Faust – Der Tragödie erster Teil*. Tübingen: Cotta'sche Buchhandlung, 1808. Cópia digitalizada do original em: [http://ora-web.swkk.de/digimo\\_online/digimo.entry?source=digimo.Digitalisat\\_anzeigen&a\\_id=1507](http://ora-web.swkk.de/digimo_online/digimo.entry?source=digimo.Digitalisat_anzeigen&a_id=1507) Acesso em 06/08/2010.

GOLD, Matea. NBC to Use “Civil War” to Describe Iraq. In: *Los Angeles Times*, 28 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://articles.latimes.com/2006/nov/28/entertainment/et-war28> Acesso em 12/08/2010.

GOLDSTEIN, Robert Justin. The Limitations of Using Quantitative Data in Studying Human Right Abuses. In: *Humans Rights Quarterly*, vol. 8, nº 4, p. 607-627, Novembro de 1986.

GRIFFIN, Keith; GURLEY, John. Radical Analyses of Imperialism, the Third World, and the Transition to Socialism: A Survey Article. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 23, nº 3, p. 1089-1143, Setembro de 1985.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1991.

GRIFFITH, Samuel B. Introduction. In: MAO Tse-Tung. *On Guerrilla Warfare*. Champaign: University of Illinois Press, 2000 [1961].

GROTE, Georges. *Plato, and the Other Companions of Sokrates, Volume III*. Londres: John Murray, 1865.

GURR, Ted. *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

\_\_\_\_\_. Persistence and Change in Political Systems, 1800-1971. In: *American Political Science Review*, vol. 68, nº 4, p. 1482-1504, Dezembro de 1974.

\_\_\_\_\_. *Polity II: Political Structures and Regime Change, 1800-1986*. Boulder: Center for Comparative Politics, 1989. Disponível em: <http://www.ibs.colorado.edu/~ksg/polity/P2cdebk.ps> Acesso em 05/05/2011.

\_\_\_\_\_. Ethnic Warfare on the Wane. In: *Foreign Affairs*, vol. 79, nº 3, p. 52–65, Maio-Junho de 2000.

GURR, Ted; DUVALL, Raymond. Introduction to a Formal Theory of Political Conflict. In: COSER, Lewis; LARSEN, Otto (org.). *The Uses of Controversies in Sociology*. Nova York: Free Press, 1976, p. 139-154

GURR, Ted; LICHBACH, Mark. Forecasting Domestic Political Conflicts. In: SINGER, J. D.; WALLACE, M. D. (org.). *To Augur Well: Early Warning Indications in World Politics*. Beverly Hills: Sage, 1979, p. 153-193.

HAAVELMO, Trygve. The Probability Approach in Econometrics. In: *Econometrica*, vol. 12, suplemento, p. iii-viii e p. 1-115, Julho de 1944.

HART, John. *Herodotus and Greek History*. Worcester: Taylor & Francis, 1982.

HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2006 [2002].

HAWORTH, Alan. *Understanding the Political Philosophers: From Ancient to Modern Times*. Nova York: Routledge, 2004.

HEGRE, Håvard. Disentangling Democracy and Development as Determinants of Armed Conflict. Paper não-publicado, 09 de Janeiro de 2003. Disponível em: [http://aceproject.org/ero-en/topics/elections-security/24637\\_ddcwwb.pdf/view](http://aceproject.org/ero-en/topics/elections-security/24637_ddcwwb.pdf/view) Acesso em 13/06/2011.

HEGRE, Håvard; ELLINGSEN, Tanja; GATES, Scott; GLEDITSCH, Nils Petter. Towards a Democratic Civil Peace? Democracy, Political Change and Civil War, 1816-1992. In: *American Political Science Review*, vol. 95, nº 1, p. 33-48, Março de 2001.

HEGRE, Håvard; RALEIGH, Clionadh. Population Size, Concentration and Civil War: A Geographically Disaggregated Analysis. Paper apresentado no Meeting in the Environmental Factors in Civil War Working Group, Oslo, 21 de Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.prio.no/upload/616/populationsizewarwg3meeting.pdf> Acesso 01/01/2011.

HEGRE, Håvard; SAMBANIS, Nicholas. Sensitivity Analysis of Empirical Results on Civil War Onset. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 50, nº 4, p. 508-535, Agosto de 2006.

HENDRIXSON, Anne. Angry Young Men, Veiled Young Women: Constructing a New Population Threat. In: *Corner House Briefing*, nº 34, 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/angry-young-men-veiled-young-women> Acesso em 22/01/2011.

HEINSOHN, Gunnar. *Söhne und Weltmacht: Terror im Aufstieg und Fall der Nationen*. Berlim: PDF4eBook Verlag, 2006 [2003]. Disponível em: <http://www.pdf4ebook-verlag.de/LinkedDocuments/Heinsohn%20S%F6hne%20und%20Weltmacht%20kommentierbar.pdf> Acesso 02/01/2011.

\_\_\_\_\_. Islamism and War: The Demographics of Rage. *Open Democracy*, 16 de Julho de 2007. Disponível em: [http://www.opendemocracy.net/conflicts/democracy\\_terror/islamism\\_war\\_demographics\\_rage](http://www.opendemocracy.net/conflicts/democracy_terror/islamism_war_demographics_rage) Acesso em 02/01/2011.

HELD, David. *Models of Democracy*. Stanford: Stanford University Press, 2006 [1987].

HELLER, Mark A. The Use & Abuse of Hobbes: The State of Nature in International Relations. In: *Polity*, vol. 13, nº 1, p. 21-32, Outono de 1980.

HERÓDOTO. The Histories. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 14/05/2011.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, vol.2, nº 2, p. 157-180, Janeiro de 1950.

HIRSCHL, Ran. Montesquieu and the Renaissance of Comparative Public Law. In: KINGSTON, Rebecca. *Montesquieu and His Legacy*. Albany: State University of New York Press, 2009, p. 199-220.

HOBBS, Thomas. *Philosophical Elements of a True Citizen (De Cive)*. In: MOLESWORTH, Sir William (ed). *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury*. Londres: Bohn, 1841 [1642], vol. 2.

\_\_\_\_\_. *Leviathan*. In: MOLESWORTH, Sir William (ed). *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury*. Londres: Bohn, 1839 [1651], vol. 3.

HOBBS, Eric. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*. Nova York: Vintage Books, 1996 [1994].

HOBBS, Eric; RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Communist Manifesto: A Modern Edition*. Londres: Verso Books, 1998, p. 1-29.

HOFFMAN, Bruce. *Inside Terrorism*. Nova York: Columbia University Press, 2006.

HOLTERMAN, Helge. *Poverty and Civil War: An Assessment of Four Prominent Explanations of the Per Capita Income-Civil War Relationship*. Dissertação de Mestrado. Oslo: Universitet i Oslo, 2007.

HOMER-DIXON, Thomas F.; & BLITT, Jessica (org.). *Ecoviolence: Links Among Environment, Population and Security*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

HORNBLLOWER, Simon. *A Commentary on Thucydides, Vol. III: Books 5.25 – 8.109*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOROWITZ, Donald L. *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley: University of California Press, 1985.

\_\_\_\_\_. Democracy in Divided Societies. In: *Journal of Democracy*, vol. 4, nº 4, p. 18-38, Outubro de 1993.

HOSPERS, Gert-Jan. *Regional Economic Change in Europe: A Neo-Schumpeterian Vision*. Münster: LIT Verlag, 2004.

HOUAISS, Antonio (ed). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.uol.com.br/> Acesso em 13/09/2010.

HUME, David. On the Balance of Power. In: MILLER, 2010 [1998], Eugene F (org.). *Essays, Moral, Political, and Literary*, Indianapolis: Liberty Fund Inc., 1987 [1742]. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/LFBooks/Hume/hmMPL30.html#Part%20II,%20Essay%20VII,%20OF%20THE%20BALANCE%20OF%20POWER>. Acesso em 13/12/2010.

HUMPHREYS, Macartan. Natural Resources, Conflict, and Conflict Resolution: Uncovering the Mechanisms. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 4, p. 508–537, Agosto de 2005.

HUMPHREYS, Macartan; WEINSTEIN, Jeremy M. Who Fights? The Determinants of Participation in Civil War. In: *American Journal of Political Science*, vol. 52, nº 2, p. 436–455, Abril de 2008.

HUNTINGTON, Samuel (org). *Changing Patterns of Military Politics*. Nova York: Free Press of Glencoe, 1962.

\_\_\_\_\_. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova York: Simon and Schuster, 1997.

IGNATIEFF, Michael. *Blood and Belonging: Journeys Into the New Nationalism*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1995.

JACKSON, Richard. Violent Internal Conflict and the African State: Towards a Framework of Analysis. In: *Journal of Contemporary African Studies*, vol. 20, nº 1, p. 29-52, Janeiro de 2002.

JAYAPALAN, N. *Comprehensive Study of Plato*. New Delhi, Atlantic Publishers and Distributors, 2002

JÚLIO CÉSAR. Commentaries on the Civil War. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

KALIMTZIS, Kostas. *Aristotle on Political Enmity and Disease: An Inquiry into Stasis*. Albany: State University of New York Press, 2000.

KALYVAS, Stathis. "New" and "Old" Wars: A Valid Distinction? In: *World Politics*, vol. 54, nº1, p. 99-118, Outubro de 2001.

\_\_\_\_\_. The Ontology of "Political Violence": Action and Identity in Civil Wars. In: *Perspectives on Politics*, vol. 1, nº 3, p. 475-494, Agosto de 2003.

\_\_\_\_\_. The Paradox of Terrorism in Civil Wars. In: *Journal of Ethics*, vol. 8, nº 1, p. 97-138, Março de 2004.

\_\_\_\_\_. *The Logic of Violence in Civil Wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Civil Wars. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan (ed.). *Handbook of Political Science*. Nova York: Oxford University Press, 2007, p. 416-434.

\_\_\_\_\_. Ethnic Defection in Civil War. In: *Comparative Political Studies*, vol. 41, nº 8, p. 1043-1068, Agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. Promises and Pitfalls of an Emerging Research Program: The Microdynamics of Civil War. In: KALYVAS, Stathis; SHAPIRO, Ian; MASOUD, Tarek (org). *Order, Conflict and Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 397-421.

KAMTEKAR, Rachana. What's the Good of Agreeing? *Homonoia* in Platonic Politics. 2003. Disponível em: <http://www.u.arizona.edu/~kamtekar/papers/homonoia.pdf> Acesso em 09/08/2010.

KANT, Immanuel. Zum ewigen Frieden: Ein philosophischer Entwurf. In: KANT, IMMANUEL, *Werke in zwölf Bänden*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977 [1795]. Disponível em: <http://www.zeno.org/nid/2000919200X> Acesso em 29/05/2010.

KARL, Terry Lynn. Dilemmas of Democratization in Latin America. In: *Comparative Politics*, vol. 23, nº 1, p. 1-21, Outubro de 1990.

\_\_\_\_\_. The Hybrid Regimes of Central America. In: *Journal of Democracy*, vol. 6, nº 3, p. 72-86, Julho de 1995.

\_\_\_\_\_. *The Paradox of Plenty*. Berkeley: University of California Press, 1997.

KAUFMAN, Stuart J. Escaping the Symbolic Politics Trap: Reconciliation Initiatives and Conflict Resolution in Ethnic Wars. In: *Journal of Peace Research*, vol. 43, nº 2, p. 201-218, Março de 2006.

KEEFER, Philip. *DPI2010: Database of Political Institutions: Changes and Variable Definitions*. Dezembro de 2010. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/469232-1107449512766/DPI2010\\_Codebook2.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/469232-1107449512766/DPI2010_Codebook2.pdf) Acesso em 18/06/2011.

KELLY, Philip (ed.). *Assessing Democracy in Latin America: A Tribute to Russell H. Fitzgibbon*. Boulder: Westview Press, 1998.

KITCHING, Gavin. *Karl Marx and the Philosophy of Praxis*. Londres: Taylor & Francis, 1988.

KLEINBAUM, David G.; KUPPER, Lawrence L.; MULLER, Keith E. *Applied Regression Analysis and Other Multivariable Methods*. Belmont: Duxbury Press, 2008.

KLEM, Bart. *A Commentary on the World Bank Report "Breaking the Conflict Trap"*. Working Paper 25, Haia: Netherlands Institute of International Relations, 2004. Em: [http://www.clingendael.nl/publications/2004/20040100\\_cru\\_working\\_paper\\_25.pdf](http://www.clingendael.nl/publications/2004/20040100_cru_working_paper_25.pdf) Acesso em 19/04/2011.

KLOSKO, George. *The Development of Plato's Political Theory*. Nova York: Oxford University Press, 2006.

KNUSTEN, Torbjørn. The Rise of Balance-of-Power Politics: The Advent of an Institution. Paper apresentado no 48º Encontro Anual da International Studies Association, Chicago, Estados Unidos da América, 28 de Fevereiro de 2007. Disponível em: [http://www.allacademic.com/meta/p181194\\_index.html](http://www.allacademic.com/meta/p181194_index.html) Acesso em 13/12/2010.

KOESTLER, Arthur. *Janus: A Summing up*. Nova York: Random House, 1978.

KOIVUKOSKI, Toivo; TABACHNIK, David. *Confronting Tyranny: Ancient Lessons for Global Politics*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2005

KOSAK, Jennifer Clarke. *Polis Nosousa: Greek Ideas about the City and Disease in the Fifth Century BC*. In: HOPE, Valerie; MARSHALL, Eireann (org). *Death and Disease in the Ancient City*. Nova York: Routledge, 2000, p. 35-54.

KRAYNAK, Robert P. Hobbes's Behemoth and the Argument for Absolutism. In: *American Political Science Review*, vol. 76, nº 4, p. 837-847, Dezembro de 1982.

LACINA, Bethany. From Side Show to Centre Stage: Civil Conflict after the Cold War. In: *Security Dialog*, vol. 35, nº 2, p. 191-205, Junho de 2004.

\_\_\_\_\_. Explaining the Severity of Civil Wars. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 50, nº 2, p. 276-289, Abril de 2006.

LACINA, Bethany; GLEDITSCH, Nils Petter. Monitoring Trends in Global Combat: A New Dataset of Battle Deaths. In: *European Journal of Population*, vol. 21, nº 2-3, p. 145-166, Junho de 2005.

LAITIN, David; POSNER, Daniel. The Implications of Constructivism for Constructing Ethnic Fractionalization Indexes. In: *Newsletter of the American Political Science Association Organized Section in Comparative Politics*, vol. 12, nº 1, p. 13-17, Inverno de 2001.

LAKE, David; ROTHCHILD, Donald. Containing Fear: The Origins and Management of Ethnic Conflict. In: *International Security*, vol. 21, nº 2, p. 41-75, Outono de 1996.

\_\_\_\_\_. *The International Spread of Ethnic Conflict: Fear, Diffusion, and Escalation*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Territorial Decentralization and Civil War Settlements. In: ROEDER, Philip; ROTHCHILD, Donald (org). *Sustainable Peace: Power and Democracy After Civil Wars, Volume 15*. Ithaca: Cornell University Press, 2005, p. 109-132.

LE BILLON, Philippe. The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts. In: *Political Geography*, vol. 20, nº 5, p. 561-584, Junho de 2001.

LI, Quan. Does Democracy Promote or Reduce Transnational Terrorist Incidents? In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 2, p. 278-297, Abril de 2005.

LICHBACH, Mark Irving. An Evaluation of "Does Economic Inequality Breed Political Conflict?" Studies. In: *World Politics*, vol. 41, nº 4, p. 431-470, Julho de 1989.

\_\_\_\_\_. Will Rational People Rebel against Inequality? Samson's Choice. In: *American Journal of Political Science*, vol. 34, nº 4, p. 1049-1076, Novembro de 1990.



\_\_\_\_\_. What Makes Rational Peasants Revolutionary?: Dilemma, Paradox, and Irony in Peasant Collective Action. In: *World Politics*, vol. 46, nº 3, p. 383-418, Abril de 1994.

LICKLIDER, Roy. The Consequences of Negotiated Settlements in Civil Wars. In: *American Political Science Review*, vol. 89, nº 3, p. 681-690, Setembro de 1995.

LIJPHART, Arend. *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*. New Haven: Yale University Press, 1977.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. In: *American Political Science Review*, vol. 53, nº 1, p. 69-105, Março de 1959.

LIU, Rahel Maria. Stasis. In: HORN, Christoph; RAPP, Christof (ed.). *Wörterbuch der antiken Philosophie*. Munique: Verlag C.H. Beck, 2ª edição, 2008 [2002].

LOCKE, John. *The Second Treatise of Government and a Letter Concerning Toleration*. Mineola: Dover Thrift Editions, 2002 [1689].

LÖWY, Michel. *The Theory of Revolution in the Young Marx*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2002.

LUCANO. Pharsalia. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

LUJALA, Päivi; GLEDITSCH, Nils Petter; GILMORE, Elisabeth. A Diamond Curse? Civil War and a Lootable Resource. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 4, p. 538-562, Agosto de 2005.

MACCULLOH, Robert. The Impact of Income on the Taste for Revolt. In: *American Journal of Political Science*, vol. 48, nº 4, p. 830-848, Outubro de 2004.

MACK, Andrew. Civil War: Academic Research and the Policy Community. In: *Journal of Peace Research*, vol. 39, nº 5, p. 515-525, Setembro de 2002.

MACRO DATA GUIDE. Disponível em: <http://www.nsd.uib.no/macrodataloguide/index.html> Acesso em 13/06/2011.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides: A Natureza Humana e as Causalidades da História. In: *História Revista*, vol. 6, nº 2, p. 51-69, Julho de 2001.

MALTHUS, Thomas. *An Essay on the Principle of Population*. Londres: John Murray. 1826 [1798], 6ª edição revisada. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Malthus/malPlong.html> Acesso em 31/12/2010.

MANKIW, N. Gregory. *Principles of Economics*. Stamford: Cengage Learning, 2008.

MANICAS, Peter W. War, Stasis, and Greek Political Thought. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 24, nº 4, p. 673-688, Outubro de 1982.

MANSFIELD, Harvey C. On the Impersonality of the Modern State: A Comment on Machiavelli's Use of Stato. In: *American Political Science Review*, vol. 77, nº 4, p. 849-857, Dezembro de 1983.

MANSKI, Charles F. *Identification Problems in the Social Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 1999

MAO, Tse-Tung. Strategy for the Second Year of the War of Liberation. In: *Selected Works of Mao Tse-Tung*, vol. 4. Pequim: Foreign Languages Press, 1961 [1947], p. 141-146. Disponível em: <http://www.archive.org/download/SelectedWorksOfMaoTse-tungVol.Iv/MaoSW4.pdf> Acesso em 12/08/2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio. In: MARTELLI, Mario. *Tutte le Opere di Niccolò Machiavelli*. Florença: Sansoni Editore, 1971. Disponível em: [http://it.wikisource.org/wiki/Discorsi\\_sopra\\_la\\_prima\\_Deca\\_di\\_Tito\\_Livio](http://it.wikisource.org/wiki/Discorsi_sopra_la_prima_Deca_di_Tito_Livio) Acesso em 23/05/2011.

\_\_\_\_\_. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Companhia, 2010 [1532].

MARA, Gerald M. *Socrates' Discursive Democracy: Logos and Ergon in Platonic Political Philosophy*. Albany: State University of New York Press, 1997.

MARSHALL, M. G.; JAGGERS, K. *Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2002: Dataset Users' Manual*. Maryland: University of Maryland, 2002.

MARSHALL, M. G.; GURR, Ted; JAGGERS, K. *Polity IV Project: Dataset Users' Manual*. Maryland: University of Maryland, 2010. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2009.pdf> Acesso em 07/06/2011.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. *O Pensamento Político-Constitucional de Carl Schmitt no Contexto Histórico-Político da República de Weimar*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MARX, Karl. Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*, vol. 1. Berlim: Dietz Verlag, 1968 [1844], p. 465-588. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1844/oek-phil/index.htm> Acesso em 19/09/2010.

\_\_\_\_\_. Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*, vol. 8. Berlim: Dietz Verlag, 1960 [1852], p. 111-207. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1852/brumaire/index.htm> Acesso em 20/09/2010.

\_\_\_\_\_. The British Rule in India. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*, vol. 12. Moscou: Progress Publishers, 1979 [1853], p. 125-130. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm> Acesso em 25/09/2010.

\_\_\_\_\_. The Future Results of British Rule in India. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*, vol. 12. Moscou: Progress Publishers, 1979 [1853b], p. 217-230. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/25.htm> Acesso em 20/09/2010.

\_\_\_\_\_. Der Bürgerkrieg in Frankreich: Adresse des Generalrats der Internationalen Arbeiterassoziation. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*, vol. 17. Berlim: Dietz Verlag, 1973 [1875], p. 13-32. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1875/kritik/index.htm> Acesso em 27/09/2010

\_\_\_\_\_. Kritik des Gothaer Programms. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Werke*, vol. 13. Berlim: Dietz Verlag, 1971 [1859], p. 7-11. Disponível em: [http://www.mlwerke.de/me/me13/me13\\_007.htm](http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm) Acesso em 27/09/2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifest der Kommunistischen Partei. In: \_\_\_\_\_. *Werke*, vol. 4. Berlim: Dietz Verlag, 1974 [1848], p. 459-493. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1848/manifest/index.htm> Acesso em 19/09/2010.

MASON, Thomas David. The Evolution of Theory on Civil War and Revolution. In: MIDLARSKY, Manus. *Handbook of War Studies III: The Intrastate Dimension*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2009, p. 63-99.

McADAM, Doug. *Political Process and the Development of the Black Insurgency 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

McCALLUM, B. T. Relative Asymptotic Bias from Errors of Omission and Measurement. In: *Econometrica*, vol. 40, nº 4, p. 757-758, Julho de 1972.

McCARTHY, Stephen. The Political Theory of Tyranny in Singapore and Burma: Aristotle and the Rhetoric of Benevolent Despotism. Nova York: Taylor & Francis, 2006.

MELANDER, Erik. Gender Equality and Intrastate Armed Conflict. In: *International Studies Quarterly*, vol. 49, nº 4, p. 695-714, Dezembro de 2005.

MIGUEL, Edward; SATYANATH, Shanker; SERGENTI, Ernest. Economic Shocks and Civil Conflict: An Instrumental Variables Approach. In: *The Journal of Political Economy*, vol. 112, nº 4, p. 725-753, Agosto de 2004.

MILL, John Stuart. On the Definition of Political Economy, and on the Method of Investigation Proper to It. In: \_\_\_\_\_. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. Londres: Harrison and Company Printers, 1844, p. 120-164.

\_\_\_\_\_. *Principles of Political Economy*. Nova York: Cosimo, Inc., 2006 [1848].

MILLER, 2010 [1998], Fred Dycus. *Nature, Justice and Rights in Aristotle's Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Aristotle's Political Theory. 1998 [2010]. In: ZALTA, Edward (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/aristotle-politics/> Acesso em 20/05/2011.

MONOSON, S. Sara; LORIAUX, Michael. The Illusion of Power and the Disruption of Social Norms: Thucydides' Critique of Periclean Policy. In: *American Political Science Review*, vol. 92, nº 2, p. 285-297, Junho de 1998.

MONTALVO, José G.; REYNAL-QUEROL, Marta. Ethnic Polarization, Potential Conflict, and Civil Wars. In: *The American Economic Review*, vol. 95, nº 3, p. 796-816, Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Ethnic Polarization and the Duration of Civil Wars. In: *Economics Governance*, vol. 11, p. 123-143, 27 de Fevereiro de 2010.

MONTEIRO, João Paulo. A Ideologia do Leviatã Hobbesiano. In: QUIRINO, C. G.; VOUGA, C.; BRANDÃO G. M. (Org.). *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 77-90.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Baron de. *De L'esprit des Loix*. Paris: Éditions Gallimard, 1995 [1748]. Disponível em: <http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.moc.del8> Acesso em 27/05/2010.

MORGAN, Vance G. The Cartesian Prince: Descartes on the Legitimacy of Political Power. In: *The Southern Journal of Philosophy*, vol. 32, nº 3, p. 271-288, Outono de 1994.

MORRIS, Aldon. Reflections on Social Movement Theory: Criticisms and Proposals. In: *Contemporary Sociology*, vol. 29, nº 3, p. 445-454, Maio de 2000.

MSNBC. Talabani: U.S. troops should stay 3 more years. Disponível em: <http://www.msnbc.msn.com/id/15526137/> Acesso em 22/10/2020.

MULLER, Edward N.; WEEDE, Erich. Cross-National Variations in Political Violence: A Rational Action Approach. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 34, nº 4, p. 624-651, Dezembro de 1990.

MULLER, Edward N.; DIETZ, Henry A.; FINKEL, Steven E. Discontent and the Expected Utility of Rebellion: The Case of Peru. In: *The American Political Science Review*, vol. 85, nº 4, p. 1261-1282, Dezembro de 1991.

MUNCK, Gerardo. The Study of Politics and Democracy: Touchstones of a Research Agenda. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *Regimes and Democracy in Latin America: Theories and Method*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. *Measuring Democracy: A Bridge between Scholarship and Politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

MUNCK, Gerardo; VERKUILEN, Jay. Conceptualizing and Measuring Democracy: Evaluating Alternative Indices. In: *Comparative Political Studies*, vol. 35, nº 1, p. 5-34, Fevereiro de 2002.

MURRAY, C.; KING, G.; LOPEZ, A.; TOMIJIMA, N.; KRUG, E. Armed Conflict as a Public Health Problem. In: *British Medical Journal*, vol. 324, nº 7333, p. 346-349, 9 de Fevereiro de 2002.

MURSHED, Syed Mansoob; TADJOEDDIN, Mohammad Zulfan. Revisiting the Greed and Grievance Explanations For Violent Conflict. In: *Journal of International Development*, vol. 21, nº 1, p. 87-111, Janeiro de 2009.

NAGLE, D. Brendan. *The Household as the Foundation of Aristotle's Polis*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

NEDERMAN, Cary. Niccolò Machiavelli. 2009 [2005]. In: ZALTA, Edward (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/machiavelli/> Acesso em 23/05/2011.

NEELY, Sylvia. *A Concise History of the French Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

NICHOLS, Mary P. *Citizens and Statesmen: A Study of Aristotle's Politics*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1992.

NORRIS, Pippa. Democracy Time-Series Dataset, versão 3.0. 2009. Disponível em: [http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Data/Democracy%20TimeSeries%20Data/Democracy\\_TimeSeries\\_Data\\_January2009\\_StataSE.dta](http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Data/Democracy%20TimeSeries%20Data/Democracy_TimeSeries_Data_January2009_StataSE.dta) Acesso em 15/07/2011.

\_\_\_\_\_. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Nova York: Cambridge University Press, 2011.

OBER, Josiah. *Political Dissent in Democratic Athens: Intellectual Critics of Popular Rule*. Princeton: Princeton University Press, 2001 [1998].

\_\_\_\_\_. *Athenian Legacies: Essays on the Politics of Going on Together*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

OBERMEYER, Ziad; MURRAY, Christopher J. L.; GAKIDOU, Emmanuela. Fifty Years of Violent War Deaths from Vietnam to Bosnia: Analysis from the World Health Survey Programme. In: *British Medical Journal*, nº 336, 19 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.bmj.com/cgi/content/full/bmj.a137> Acesso em 07/08/2010.

O'KANE, Rosemary H. T. *Paths to Democracy: Revolution and Totalitarianism*. Londres: Routledge, 2004.

OLIVER, Pamela. Rewards and Punishments as Selective Incentives for Collective Action: Theoretical Investigations. In: *The American Journal of Sociology*, vol. 85, nº 6, p. 1356-1375, Maio de 1980.

OLSON, Mancur. Rapid Growth as a Destabilizing Force. In: *The Journal of Economic History*, vol. 23, nº 4, p. 529-552, Dezembro de 1963.

\_\_\_\_\_. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

ORWEN, Clifford. Stasis and Plague: Thucydides on the Dissolution of Society. In: *The Journal of Politics*, vol. 50, nº 4, p. 831-847, Novembro de 1988.

ØSTBY, Gudrun. Inequalities, the Political Environment and Civil Conflict: Evidence from 55 Developing Countries. STEWARD, F. (org.). *Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

PAPE, Robert A. The Strategic Logic of Suicide Terrorism. In: *American Political Science Review*, vol. 97, nº 3, p. 343-361, Agosto de 2003.

PATHMANATHAN, Surendini. Tamil Tigers Fight Against Oppression. In: *Tamil Canadian*, 25 de Setembro de 2002. Disponível em: <http://www.tamilcanadian.com/page.php?cat=134&id=1218> Acesso em 12/08/2010.

PEACE RESEARCH INSTITUTE OSLO. Disponível em: <http://www.prio.no> Acesso em 22/08/2010.

PEYRE, Henri. The Influence of Eighteenth Century Ideas on the French Revolution. In: *Journal of the History of Ideas*, vol. 10, nº 1, p. 63-87, Janeiro de 1949.

PFAFF, Steven. Nationalism, Charisma, and Plebiscitary Leadership: The Problem of Democratization in Max Weber's Political Sociology. In: *Sociological Inquiry*, vol. 72, nº 1, p. 81-107, Inverno de 2002.

PLATÃO. The Republic. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 10/09/2010.

PRICE, Jonathan J. *Thucydides and Internal War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Is the Science of Comparative Politics Possible?*. 2006. Disponível em: <http://as.nyu.edu/docs/IO/2800/isthescience.pdf> Acesso em 27/12/2010.

POSEN, Barry. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. In: *Survival*, vol. 35, nº 01, p. 27-47, Primavera de 1993.

POSNER, Daniel. Measuring Ethnic Fractionalization in Africa. In: *American Journal of Political Science*, vol. 48, nº 4, p. 849-863, Outubro de 2004.

POSNER, Richard A. The Evolution of Economic Thinking about Legislation and its Interpretation by Courts. In: WINTGENS, Luc. *The Theory and Practice of Legislation: Essays in Legisprudence*. Burlington: Ashgate Publishing, 2005, p. 53-66.

RAHE, Paul Anthony. *Against Throne and Altar: Machiavelli and Political Theory under the English Republic*. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

RAKNERUD, Arvid; HEGRE, Håvard. The Hazard of War: Reassessing the Evidence for the Democratic Peace. In: *Journal of Peace Research*, vol. 34, nº 4, p. 385-404, Novembro de 1997.

RALEIGH, Clionadh; HEGRE, Håvard. Population Size, Concentration and Civil War. In: *Political Geography*, vol. 28, nº 2, p. 224-238, Maio de 2009.



RALEIGH, Clionadh; LINKE, Andrew; HEGRE, Håvard; KARLSEN, Joakim. Introducing ACLED: An Armed Conflict Location and Event Dataset: Special Data Feature. In: *Journal of Peace Research*, vol. 47, nº 5, p. 651-660, Setembro de 2010.

RALEIGH, Clionadh; WITMER, Frank; O'LOUGHLIN, John. A Review and Assessment of Spatial Analysis and Conflict: The Geography of War. In: FLINT, Colin. (org.). *Geographic Contributions to International Studies*. Oxford: Basil Blackwell, 2010, no prelo. Disponível também em: <http://www.colorado.edu/ibs/pec/john/pub/compendium.pdf> Acesso em 24/01/2011.

RAUSCHER, Frederik. Kant's Social and Political Philosophy. In: ZALTA, Edward (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/kant-social-political> Acesso em 29/05/2011.

REISMAN, W. Michael. International Law after the Cold War. In: *The American Journal of International Law*, vol. 84, nº 4, p. 859-866, Outubro de 1990.

RESTREPO, Jorge; SPAGAT, Michael; VARGAS, Juan. The Dynamics of Colombian Civil Conflict: A New Dataset. In: *Discussion Paper Series*. Londres: Royal Holloway College, 2004, p. 1-40. Disponível em: <http://royal-holloway.org.uk/Economics/Research/WorkingPapers/pdf/dpe0410.pdf> Acesso em 18/08/2010.

REYNAL-QUEROL, Marta. Ethnicity, Political Systems, and Civil Wars. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 46, nº 1, p. 29-54, Fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Does Democracy Preempt Civil Wars? In: *European Journal of Political Economy*, vol. 21, nº 2, p. 445-465, Junho de 2005.

REYNOLDS, Paul. UN Staggers on Road to Reform. In: *BBC News*, 14 de Setembro de 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4244842.stm> Acesso em 12/08/2010.

RICHTER, Melvin. *The Political Theory of Montesquieu*. Nova York: Cambridge University Press, 1977.

RINGER, Fritz. Max Weber's Liberalism. In: *Central European History*, vol. 35, nº 3, p. 379-395, 2002.

ROBERTS, Adam. Lives and Statistics: Are 90% of War Victims Civilians? In: *Survival*, vol. 52, nº 3, p. 115-136, Junho de 2010.

ROBINSON, Eric W (ed.). *Ancient Greek Democracy: Reading and Sources*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2004.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Apontamentos sobre o Pensamento de Carl Schmitt: Um Intelectual Nazista. In: *Saeculum: Revista de História*, vol. 12, p. 76-94, Janeiro/Junho de 2005.

ROE, Paul. The Intrastate Security Dilemma: Ethnic Conflict as a 'Tragedy'? In: *Journal of Peace Research*, vol. 36, nº 2, p. 183-202, Março de 1999.

RON, James. Paradigm in Distress? Primary Commodities and Civil War. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 4, p. 443-450, Agosto de 2005.

ROSE, William. The Security Dilemma and Ethnic Conflict: Some New Hypotheses. In: *Security Studies*, vol. 9, nº 4, p. 1-51, Verão de 2000.

ROSS, Michael. What Do We Know about Natural Resources and Civil War?. In: *Journal of Peace Research*, vol. 41, nº 3, p. 337-356, Maio de 2004.

\_\_\_\_\_. A Closer Look at Oil, Diamonds and Civil War. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 9, p. 265-300, Junho de 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du Contrat Social*. Paris: GF Flammarion, 2001 [1762].

ROŽIČ, Peter; VEROVŠEK, Peter J. Review: Stathis Kalyvas: The Logic of Violence in Civil War. In: *Perspectives: The Review of International Affairs*, vol. 16, nº 2, p. 114-116, 2006.

RUBIN, Barnett. Russian Hegemony and State Breakdown in the Periphery. In RUBIN, Barnett; SNYDER, Jack (org.). *Organizing Post-Soviet Political Space*. Londres: Routledge, 1998.

RULE, James B. *Theories of Civil Violence*. Berkeley: University of California Press, 1989, vol. 1.

RUSSETT, Bruce. Inequality and Instability: The Relation of Land Tenure to Politics. In: *World Politics*, vol. 16, nº 3, p. 442-454, Abril de 1964.

RYDLAND, Lars Tore; ARNESEN, Sveinung; ØSTENSEN, Åse Gilje. *Contextual Data for the European Social Survey: An Overview and Assessment of Extant Resources*. Bergen: Norsk Samfunnsvitenskapelig Datatjeneste AS, 2008, relatório nº 124. Disponível em: [http://www.nsd.uib.no/rapport/nsd\\_rapport124.pdf](http://www.nsd.uib.no/rapport/nsd_rapport124.pdf) Acesso em 12/06/2011.

SAIDEMAN, Stephen; LANOUE, David J.; CAMPENNI, Michael; STANTON, Samuel. Democratization, Political Institutions, and Ethnic Conflict – A Pooled Time-Series Analysis, 1985-1998. In: *Comparative Political Studies*, vol. 35, nº 1, p. 103-129, Fevereiro de 2002.

SALAMA, Peter; SPIEGEL, Paul; TALLEY, Lesel; WALDMAN, Ronald. Lessons Learned from Complex Emergencies over Past Decade. In: *The Lancet*, vol. 364, nº 9447, p. 1801-1813, 13 de Novembro de 2004.

SALEHYAN, Idean. *Rebels Without Borders: State Boundaries, Transnational Opposition, and Civil Conflict*. Tese de Doutorado. San Diego: Department of Political Science, University of California, 2006.

SALEHYAN, Idean; GLEDITSCH, Kristian Skrede. Refugee Flows and the Spread of Civil War. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/uppsala/ws21/Gleditsch.pdf> Sem data. Acesso em 02/01/2011.

\_\_\_\_\_. Refugee Flows and the Spread of Civil War. In: *International Organization*, vol. 60, nº 2, p. 335–366, Abril de 2006.

SALTELLI, Andrea; TARANTOLA, Stefano; CAMPOLONGO, Francesca; RATTO, Marco. *Sensitivity Analysis in Practice: A Guide to Assessing Scientific Models*. Chichester: John Wiley & Sons, 2004.

SALÚSTIO. Conspiracy of Catiline. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

SAMBANIS, Nicholas. Do Ethnic and Nonethnic Civil Wars Have the Same Causes?: A Theoretical and Empirical Inquiry (Part 1). In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 45, nº 3, p. 259-282, Junho de 2002.

\_\_\_\_\_. Using Case Studies to Expand Economic Models of Civil War. In: *Perspectives on Politics*, vol. 2, nº 2, p. 259-279, Julho de 2004a.

\_\_\_\_\_. What Is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 48, nº 6, p. 814-858, Dezembro de 2004b.

\_\_\_\_\_. Terrorism and Civil War. In: KEEFER, Philip; LOYAZA, Norman. *Terrorism, Economic Development, and Political Openness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 174-208.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio; DE LA CALLE, Luis. Domestic Terrorism: The Hidden Side of Political Violence. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 12, p. 31-49, Junho de 2009.

SANTAS, Gerasimos Xenophon. *Understanding Plato's Republic*. Chichester: John Wiley & Sons, 2010.

SARKEES, Meredith Reid; SCHAFER, Phil. The Correlates of War Data on War: an Update to 1997. In: *Conflict Management and Peace Science*, vol. 18, nº 1, p. 123-144, Fevereiro de 2000.

SARKEES, Meredith Reid; WAYMAN, Frank Wayman. *Resort to War: 1816 - 2007*. CQ Press, 2010. Disponível em: <http://www.correlatesofwar.org/> Acesso em 01/08/2010.

SAXONHOUSE, Arlene W. *Fear of Diversity: The Birth of Political Science in Ancient Greek Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

SCHAFFER, Frederic Charles. *Democracy in Translation: Understanding Politics in an Unfamiliar Culture*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

SCHMILJUN, André. *Der Fall Preußens am 20. Juli 1932*. Munique: GRIN Verlag, 2008.

SCHMITT, Carl. *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Berlim: Duncker & Humblodt, 1996 [1926].

\_\_\_\_\_. *Der Begriff des Politischen: Text von 1932 mit einem Vorwort und drei Corollarien*. Berlim: Duncker & Humblodt, 1996 [1932].

\_\_\_\_\_. *Theorie des Partisane: Zwischenbemerkung zum Begriff des Politischen*. Berlim: Duncker & Humblodt, 2006 [1963].

SCHOCHET, Gordon J. Thomas Hobbes on the Family and the State of Nature. In: *Political Science Quarterly*, vol. 82, nº 3, p. 427-445, Setembro de 1967.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Routledge, 2003 [1942].

SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant: Subsistence and Rebellion in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1976.

SILVA, Washington Luiz. Carl Schmitt e o Conceito-Limite do Político. In: *Kriterion: Revista de Filosofia*, vol. 49, nº 118, Dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2008000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2008000200010&script=sci_arttext) Acesso em 10/10/2010.

SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*. Munique e Leipzig: Duncker & Humblot, 1922 [1900]. Disponível em: [http://www.digitalis.uni-koeln.de/Simmel/simmel\\_index.html](http://www.digitalis.uni-koeln.de/Simmel/simmel_index.html) Acesso em 04/01/2011.

SIZER, Michael Alan. *Making Revolution Medieval: Revolt and Political Culture in Late Medieval Paris*. Tese de Doutorado. Minneapolis: University of Minnesota, 2008.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought: Volume I: The Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

\_\_\_\_\_. *Visions of Politics: Volume III: Hobbes and Civil Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *El Nacimiento del Estado*. Buenos Aires: Gorla, 2003.

SKULTETIS, Steven. *Review of Ronald Weed, "Aristotle on Stasis: A Moral Psychology of Political Conflict"*. Berlin: Logos Verlag, 2007. In: *Bryn Mawr Classical Review*, 18 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://bmcr.brynmawr.edu/2008/2008-08-18.html> Acesso em 10/09/2010.

SMEDLEY, Audrey; SMEDLEY, Brian D. Race as Biology Is Fiction, Racism as a Social Problem Is Real: Anthropological and Historical Perspectives on the Social Construction of Race. In: *American Psychologist*, vol. 60, nº 1, p. 16-26, Janeiro de 2005.

SMITH, Dan. *Trends and Causes of Armed Conflict*. Berlin: Berghof Forschungszentrum für konstruktive Konfliktbearbeitung, 2003. Disponível em: [http://www.berghof-handbook.net/uploads/download/smith\\_handbook.pdf](http://www.berghof-handbook.net/uploads/download/smith_handbook.pdf) Acesso em 11/08/2010.

SMYTH, Marie; ROBINSON, Gillian (org.). *Researching Violently Divided Societies: Ethical and Methodological Issues*. Londres: United Nations University Press, 2001.

SNYDER, David. Collective Violence: A Research Agenda and Some Strategic Considerations. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 22, nº 3, p. 499-534, Setembro de 1978.

SNYDER, Jack; JERVIS, Robert. Civil War and the Security Dilemma. In: WALTER, BARBARA F.; SNYDER, Jack (org.). *Civil Wars, Insecurity and Intervention*. Nova York: Columbia University Press, 1999.

SOUKI, Nádia. *Behemoth contra Leviatã: Guerra Civil na Filosofia de Thomas Hobbes*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SØRENSEN, Georg. Kant and Processes of Democratization: Consequences for Neorealist Thought. In: *Journal of Peace Research*, vol. 29, nº 4, p. 397-414, Novembro de 1992.

SØRLI, Mirjam E.; GLEDITSCH, Nils Petter; STRAND, Håvard. Why Is There So Much Conflict in the Middle East? In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, nº 1, p. 141-165, Fevereiro de 2005.

SPAGAT, Michael; MACK, Andrew; COOPER, Tara; KREUTZ, Joakim. Estimating War Deaths: An Arena of Contestation. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 53, nº 6, p. 934-950, Dezembro de 2009.

STEPAN, Alfred. Federalism and Democracy: Beyond the U.S. Model. In: *Journal of Democracy*, vol. 10, nº 4, p. 19-34, Outubro de 1999.

STEWART, Frances; HUANG, Cindy; WANG, Michael. Internal Wars: An Empirical Overview of the Economic and Social Consequences. In: STEWART, Frances; FITZGERALD, Valpy (org.). *War and Underdevelopment. Volume 1: The Economic and Social Consequences of Conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 67-103.

STOHL, Michael; CARLETON, David; LOPEZ, George; SAMUELS, Stephen. State Violation of Human Rights: Issues and Problems of Measurement. In: *Humans Rights Quarterly*, vol. 8, nº 4, p. 592-606, Novembro de 1986.

STOKES, Geoffrey. Democracy and Citizenship. In: CARTER, April; STOKES, Geoffrey (org.). *Democratic Theory Today: Challenges for the 21st Century*. Malden: Blackwell Publishers, 2002, p. 23-51.

STOLL, Richard. Civil Engineering: Does a Realist World Influence the Onset of Civil Wars? In: *Simulation & Gaming*, Abril de 2010. Disponível em: <http://sag.sagepub.com/content/early/2010/03/22/1046878109341765.abstract> Acesso em 16/09/2010.

STRAND, Håvard. Reassessing the Civil Democratic Peace. Tese de Doutorado. Oslo: Universitet i Oslo, 2006. Disponível em: [http://www.prio.no/files/manual-import/Strand\\_Thesis.pdf](http://www.prio.no/files/manual-import/Strand_Thesis.pdf) Acesso em 02/05/2011.

\_\_\_\_\_. Retreating from a Civil Democratic Peace? Revisiting the Relationship Between Political Institutions and Civil War. 2007. Disponível em: [http://www.prio.no/files/manual-import/strand\\_2007.pdf](http://www.prio.no/files/manual-import/strand_2007.pdf) Acesso em 05/08/2010.

STRAND, Håvard; GATES, Scott. *Modeling the Duration of Civil War: Measurement and Estimation Issues*. Artigo não-publicado, apresentado no Meeting of Standing Group on International Relations, Haia, 9 a 11 de Setembro de 2004. Disponível em: [http://www.prio.no/sprtrans/960828635/file45241\\_haag.pdf](http://www.prio.no/sprtrans/960828635/file45241_haag.pdf) Acesso em 17/08/2010.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: University of Chicago Press, 1995 [1958].

\_\_\_\_\_. *The Argument and the Action of Plato's Laws*. Chicago: University of Chicago Press, 1998 [1975].

\_\_\_\_\_. *Natural Right and History*. Chicago: University of Chicago Press, 1999 [1953].

STRONG, Tracy B. Foreword: Dimension of the New Debate on Carl Schmitt. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 2007 [1932], p. ix-xxxi.

\_\_\_\_\_. Foreword, 2008 - Carl Schmitt and Thomas Hobbes: Myth and Politics. In: SCHMITT, Carl. *The Leviathan in the State Theory of Thomas Hobbes: Meaning and Failure of a Political Symbol*. Chicago: University of Chicago Press, 2008 [1938], p. vii-xxviii.

SUN, Tzu. *The Art of War*. Tradução de Samuel B. Griffith. Nova York: Oxford University Press US, 2005.

SZTOMPKA, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.

TABEAU, Ewa; BIJAK, Jakub. War-Related Deaths in the 1992-1995 Armed Conflicts in Bosnia and Herzegovina: A Critique of Previous Estimates and Recent Results. In: *European Journal of Population*, vol. 21, nº 2-3, p. 187-215, Junho de 2005.

TEMPLER, Rachel. *Love, Friendship and Images: Citizenship and Necessity in Thucydides and Plato*. Tese de Doutorado. Columbia: Georgetown University, 2009.

TEORELL, Jan; CHARRON, Nicholas; SAMANNI, Marcus; HOLMBERG, Sören; ROTHSTEIN, Bo. The Quality of Government Dataset. Versão de 06/04/2011. Gotemburgo: The Quality of Government Institute, 2011. Disponível em: <http://www.qog.pol.gu.se> Acesso em 15/07/2011.

THAYER, Bradley. Considering Population and War: A Critical and Neglected Aspect of Conflict Studies. In: *Philosophical Transactions of the Royal Society*, vol. 364, nº 1532, 27 de Outubro de 2009, p. 3081-3092.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading: Addison-Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TIN, Hjalte. *A Typology of Civil Wars*. S.l., Maio de 1997, 38 p. Disponível em: <http://www.ninaoghjalte.dk/downloads/forskning/4.pdf> Acesso em 18/08/2010.

TITO LÍVIO. Ab Urbe Condita. In: CRANE, Gregory (org.). *Perseus Digital Library Project*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu> Acesso em 07/10/2010.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Tradução de Rex Warner. Londres: Penguin Books, 1972.



- TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Bruxelas: Louis Halman, 1835.
- TOFT, Monica Duffy. *The Geography of Ethnic Violence: Identity, Interests, and the Indivisibility of Territory*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- TOSSET, Hans Petter Wollebæk; GLEDITSCH, Nils Petter; HEGRE, Håvard. Shared Rivers and Interstate Conflict. In: *Political Geography*, vol. 19, nº 8, p. 971-996, Novembro de 2000.
- TREIER, Shawn; JACKMAN, Simon. Democracy as a Latent Variable. In: *American Journal of Political Science*, vol. 52, nº 1, p. 201-217, Janeiro de 2008.
- TUMAN, Joseph S. *Communicating Terror: The Rhetorical Dimensions of Terrorism*. Londres: SAGE Publications, 2ª edição, 2010 [2004].
- URBINATI, Nadia. *Representative Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- URDAL, Henrik. The Devil in the Demographics: The Effect of Youth Bulges on Domestic Armed Conflict, 1950-2000. In: *World Bank Social Development Papers*, nº 14, Julho de 2004. Disponível em: [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/07/28/000012009\\_20040728162225/Rendered/PDF/29740.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/07/28/000012009_20040728162225/Rendered/PDF/29740.pdf) Acesso em 02/01/2011.
- \_\_\_\_\_. People vs. Malthus: Population Pressure, Environmental Degradation, and Armed Conflict Revisited. In: *Journal of Peace Research*, vol. 42, nº 4, p. 417-434, Julho de 2005.
- \_\_\_\_\_. A Clash of Generations? Youth Bulges and Political Violence. In: *International Studies Quarterly*, vol. 50, nº 3, p. 607-629, Setembro de 2006.
- URDAL, Henrik; HOELSCHER, Kristian. Urban Youth Bulges and Social Disorder: An Empirical Study of Asian and Sub-Saharan African Cities. In: *World Bank Policy Research Working Paper*, nº 5110, 03 de Novembro de 2009. Disponível em: <http://go.worldbank.org/H1X5S61W40> Acesso em 02/01/2011.
- UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. Disponível em: <http://www.ucdp.uu.se/> Acesso em 22/08/2010.
- VANHANEN, Tatu. *The Emergence of Democracy: A Comparative Study of 119 States, 1850-1979*. Helsinque: Sociedade Finlandesa de Ciências e Letras, 1984.

\_\_\_\_\_. Domestic Ethnic Conflict and Ethnic Nepotism: A Comparative Analysis. In: *Journal of Peace Research*, vol. 36, nº 1, Janeiro de 1999, p. 55-73.

\_\_\_\_\_. A New Dataset for Measuring Democracy, 1810–1998. In: *Journal of Peace Research*, vol. 37, nº 2, p. 251–265, Março de 2000.

VARDOULAKIS, Dimitris. Stasis Beyond Political Ideology? In: *Cultural Critique*, vol. 73, p. 125-147, Outono de 2009.

VASQUEZ, John A. Review: Steps to War: Toward a Scientific Explanation of Correlates of War Findings. In: *World Politics*, vol. 40, nº 1, p. 108-145, Outubro de 1987.

VÉLEZ, María Alejandra. FARC-ELN: Evolución y Expansión Territorial. In: *Desarrollo y Sociedad*, vol. 47, p. 151-225, Março de 2001.

VINX, Lars. Carl Schmitt. 2010. In: ZALTA, Edward (org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/schmitt/> Acesso em 10/10/2010.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VLASTOS, Gregory. *Studies in Greek Philosophy, Volume 1: The Presocratics*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

VÖLKEL, Philip. *Missing the Link? Democracy and its Influence on Rebellion*. 2006. Disponível em: [http://www.prio.no/files/manual-import/neps/tindbergen2006papers/Voelkel\\_Missing\\_the\\_Link.pdf](http://www.prio.no/files/manual-import/neps/tindbergen2006papers/Voelkel_Missing_the_Link.pdf) Acesso em 16/10/2010.

VREELAND, James Raymond. The Effect of Political Regime On Civil War: Unpacking Anocracy. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 52, nº 3, p. 401-425, Junho de 2008.

WALDRON, Jeremy. John Locke: Social Contract versus Political Anthropology. In: BOUCHER, David; KELLY, Paul Joseph. *The Social Contract from Hobbes to Rawls*. Londres: Routledge, 1994, p. 51-72.

WALSH, Anthony. Teaching Understanding and Interpretation of Logit Regression. In: *Teaching Sociology*, vol. 15, nº 2, p. 178-183, Abril de 1987.

WALTZ, Kenneth. Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics. In: KEOHANE, Robert (org.). *Neorealism and its Critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986, pp. 322-345.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriß der verstehenden Soziologie*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1980 [1921].

WEEDE, Erich; MULLER, Edward N. Rebellion, Violence and Revolution: A Rational Choice Perspective. In: *Journal of Peace Research*, vol. 35, nº 1, p. 43-59, Janeiro de 1998.

WEFFORT, Francisco C. Novas Democracias. Que Democracias? In: *Lua Nova*, vol. 27, p. 5-30, 1992.

WEGENAST, Tim. Inclusive Institutions and the Onset of Internal Conflict in Resource-rich Countries. In: *GIGA Working Papers*, nº 126, p. 1-36, Março de 2010. Disponível em: [http://www.giga-hamburg.de/content/publikationen/pdf/wp126\\_wegenast.pdf](http://www.giga-hamburg.de/content/publikationen/pdf/wp126_wegenast.pdf) Acesso em 04/08/2010.

WEINSTEIN, Jeremy. *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. In: *International Organization*, vol. 46, nº 2, p. 391-425, Primavera de 1992.

WHEELER, Marcus. Aristotle's Analysis of the Nature of Political Struggle. In: *The American Journal of Philosophy*, vol. 72, nº 2, p. 145-161, Verão de 1951.

WHEELER, Nick; BOOTH, Ken. The Security Dilemma. In BAYLIS, John; RENGGER, Nick (org.). *Dilemmas of World Politics: International Issues in a Changing World*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

WHITE, Nicholas. *A Companion to Plato's Republic*. Indianapolis: Hackett Publishing, 1979.

WOOD, Elisabeth Jean. *Insurgent Collective Action and Civil War in El Salvador*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. The "Communist Manifesto" After 150 Years. In: *Monthly Review*, vol. 50, nº 1, Maio de 1998. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/598wood.htm> Acesso em 19/09/2010.

YACK, Bernard. *The Problems of a Political Animal*. Berkeley: University of California Press, 1993.

ZAGORIN, Perez. *Thucydides: an Introduction for the Common Reader*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

ZARIT, Ben. The Revolution at Corcyra: Thucydides, the History of the Peloponnesian War. 1995. Disponível em: <http://www.eecs.tufts.edu/~bzarit/thucydides.html> Acesso em 05/09/2010.

ZIMERMAN, Artur. *Peguem a Foice e Vamos à Luta: Determinantes Agrários da Guerra Civil*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ZIMERMAN, Artur; ALVES, Hélio Ricardo do Couto. Governmental Repression and Likelihood of Civil War Onset: World Analysis, 1981-1997. In: *Revista de Ciencia Politica*, vol. 27, nº 2, p. 49-65, 2007.